

Orações de Sapiência
da
Faculdade de Letras
1912-1995



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2002

(Página deixada propositadamente em branco)

Orações de Sapiência

da

Faculdade de Letras

1912-1995



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2002

Coordenação Editorial
Imprensa da Universidade de Coimbra

Coordenador da Edição
Francisco de Oliveira

Concepção Gráfica
António Barros

Execução Gráfica
Imprensa de Coimbra, Lda
Largo de S. Salvador, 1
3000-372 Coimbra

ISBN
972-9704-05-4

Depósito Legal
175144/02

© 2002, Imprensa da Universidade de Coimbra

Obra publicada
com o patrocínio exclusivo da

 grupo
Caixa Geral de Depósitos

preâmbulo

(Página deixada propositadamente em branco)

As Orações de Sapiência ora publicadas constituem um notável conjunto de documentos para a história da Universidade e da Faculdade de Letras, com as várias vicissitudes do seu percurso.

Mas não se esgota na vertente académica o valor da colecção, que vivamente reflecte os problemas da sociedade, tal como os sentiam os autores, que amiúde quiseram deixar um testemunho, não estritamente académico e circunscrito à sua especialidade, de todas as preocupações intelectuais e sociais que nutriam.

O Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcellos abriu em 1912 a presença da recém-criada Faculdade de Letras para historiar os seus antecedentes e provar a tese de que se não deve imaginar “que ela seja uma novidade no organismo universitário” da Universidade de Coimbra. Pelo contrário, a Faculdade de Letras remontaria ao tempo em que se chamava Faculdade das Artes. A partir dessa época, traça o autor o vasto panorama de um percurso atribulado e dos grandes nomes que deram brilho à instituição, com passagem pela pombalina Faculdade de Filosofia e pelo Colégio das Artes, até ao decreto de 19 de Abril de 1911. Define, de seguida, a função das Faculdades de Letras, que englobaria três grupos de ciências: “as psicológicas, as históricas e as filosóficas”. Termina com um conspecto das Faculdades de Letras nos países da Europa. Em dois anexos, apresenta alguns testemunhos sobre a cultura e o ensino humanístico na Universidade de Coimbra em meados do século XVI, e um elenco da escolas do ensino primário e secundário criadas em todo o país, fiscalizadas e dirigidas pela Universidade.

No ano de 1926, o Doutor José Joaquim de Oliveira Guimarães analisa a radical transformação da vida social verificada no final do século XIX, por

obra da ciência, todavia incapaz de “organizar uma filosofia” que orientasse o homem na sua conduta e o integrasse socialmente. Esta dissertação sobre as crises da “moral filosófica” conduz o autor a postular uma reforma dos processos educativos capaz de resolver a crise moral da sociedade portuguesa.

Em 1943, a oração do Doutor Rebelo Gonçalves, de fino recorte literário, escolhe cingir-se à “estrita apologia das humanidades clássicas ... porque constituem, no dilatado campo do saber humano, o que este possui de menos mutável e transitório”. Antes de passar em revista, de forma por vezes original, um conjunto de argumentos a favor do estudo do latim e do grego, Rebelo Gonçalves acentua o pendor polémico da questão: “Andam os contemporâneos por vezes desviados da cultura clássica. Esquecem-se do que lhe devem como larga propedêutica intelectual, donde saem as grandes noções gerais que a todas as carreiras aproveitam, e chegam a renegá-la, de caso pensado, contrapondo-lhe as excelências de outras formações”.

O início da leitura da Oração de Sapiência do geógrafo Doutor Aristides Amorim Girão, pronunciada em 1948, mergulha-nos num mundo de provinciana ruralidade, através do qual nos conduz, com mestria, ao actualíssimo problema da globalização, que, no fim de contas, é o problema do estreitamento das fronteiras geográficas, um verdadeiro desafio a geógrafos e políticos (“O mundo tem hoje a consciência de que é um só, e uma só, também, a grande família humana”). A consciência desse estreitamento é exemplificada com o impacto de Pearl Harbour sobre F. Roosevelt, “isolacionista convicto até 1937, mas que depois mudou de parecer, quando viu alastrar pelo mundo a ‘epidemia da ilegalidade’, segundo a sua própria expressão”. A oração termina com um conjunto de propostas, nalguns casos muito concretas, para que a Universidade de Coimbra se insira nas novas condições geográficas: maior relacionamento com o mundo colonial português; com o Brasil; com os países da diáspora portuguesa; e, finalmente, com a Inglaterra e a Espanha.

Lida em 1952, a oração do Doutor Damião António Peres assume-se como um “ante-projecto duma obra cuja realização se impõe, mas bem mais monumental”, sobre a evolução da historiografia portuguesa dos Descobrimentos marítimos, que é delineada desde Azurara até à actualidade, com

passagem pelos *Anais da Marinha Portuguesa* do almirante Quintela, pela obra do Visconde de Santarém, sempre na perspectiva de que “aos historiadores portugueses incumbe defender, com as armas dessa mesma verdade, o renome da sua Pátria”.

A par com uma personalidade científica que prima pelo rigor e pelo culto do pormenor erudito, o Doutor Manuel de Paiva Boléo revela, na sua oração de 1960, um espírito aberto às novas correntes da linguística, desde a estatística linguística até à tradução automática, então nos seus primórdios. Traça, também, o quadro das tendências da linguística aplicada, cuja utilidade destina ao ensino da língua materna e dos idiomas estrangeiros, e à tradução. A este propósito, contesta a voga dos métodos directos no ensino das línguas e da simples oralidade. Paiva Boléo pressente “a consciência, cada vez mais viva entre os linguistas, de que existe na maior parte dos países europeus uma comunidade de civilização”, que exemplifica com argumentos linguísticos e ilustra com a proposta de criação de um atlas linguístico europeu. Em anexo, detém-se em alguns problemas universitários, que esteve a ponto de tomar como tema.

A oração do Doutor Álvaro Júlio da Costa Pimpão, pronunciada em 1964, reflecte bem a sua posição de Director da Faculdade de Letras e as altas preocupações inerentes ao cargo. Intelectualmente, e em contraponto à voga do cientismo, Costa Pimpão assume uma postura de nítido recorte humanista e literato, por vezes bem irónica, como quando comenta as novas técnicas de hibernação: “Os cemitérios desaparecerão e em seu lugar surgirão enormes frigoríficos para os corpos, que aí aguardarão a ‘ressurreição’ biológica ... Humanismo científico”. Outro comentário revela a sua fibra do homem de letras: “Num romance que teve largo êxito há já anos (eu peço muita desculpa de invocar o testemunho das obras de ficção, mas é nestas que, para nós, que nos pretendemos humanistas, reside a verdade humana”. E, para Costa Pimpão, “esta humanidade greco-latina está presente em nós, vive em nós e este ‘nós’, é a Europa. Não se pode compreender o Ocidente, interpretá-lo, apontar-lhe as linhas de rumo sem a conhecer – e felizes daqueles que a podem conhecer directamente”.

A Oração de Sapiência de 1980 foi pronunciada pelo Doutor Américo da Costa Ramalho, que bem aproveitou a efeméride dos quatrocentos anos da

morte de Camões para debater, com grande argúcia e erudição, o problema da formação de Luís de Camões, deixando bem demonstrada a opinião de que o épico teria estudado em Coimbra e nos seus estudos caberia o conhecimento directo das literaturas grega e latina, tese bem alicerçada na estância 97 do canto III d' *Os Lusíadas*:

Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
O valeroso ofício de Minerva
E de Helicon a Musas fez passar-se
A pisar do Mondego a fértil erva.
Quanto pode de Atenas desejar-se,
Tudo o soberbo Apolo aqui reserva,
Aqui as capelas dá tecidas de ouro,
Do bácaro e do sempre verde louro.

Seguiu-se, em 1987, a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, que escolheu tratar um tema onde a sua grande erudição se patenteia, no intento de “revalorizar as ciências humanas”. Com notável espírito crítico, a ilustre professora delinea o panorama da questão homérica e dos valores existentes na sociedade homérica: a ideia de justiça divina e a noção de crime e de castigo; a responsabilidade do homem pelos seus actos; o respeito pelo deveres de hospitalidade; o valor da amizade; o amor conjugal; a ideia da caducidade da vida humana. Numa síntese final, escreve a autora: “A sequência narrativa da *Iliada*, desenrolada numa tensão crescente, leva o herói principal pelo caminho de consumir numa morte gloriosa o seu ideal de superioridade. Não assim a da *Odisseia*, em que o protagonista acaba sempre por vencer os mais intransponíveis obstáculos, graças à sua argúcia e à sua capacidade de resistência (...) Um e outro, contudo, se completam na procura, que é de todos os tempos, de uma realização plena das suas mais altas esperanças”.

Coube ao Doutor José Geraldês Freire pronunciar, em 1995, a última das orações de Sapiência de professores da Faculdade de Letras no século XX. Nela, abordou o Período do Latim Tardio, cujo marco cronológico inicial coloca no ano de 180 dC e o final pelos séc. VIII e IX, e o Latim Medieval, analisando, com pormenor, o afloramento da nova língua regional

galego-portuguesa em documentos notariais, forais e Livro Verde da Universidade, antes de delinear uma história da literatura latina na Idade Média em Portugal em suas diversas manifestações (historiografia, hagiografia, relatos de viagem, oratória, epistolografia, direito, filosofia, medicina, controvérsia religiosa, liturgia, gramática, epitáfios, poesia). Depois de mostrar, com exemplificação prática, a riqueza do material — milhares de documentos escritos em latim — e a necessidade de um estudo especializado, J. Gerald Freire termina com um incitamento à criação de condições para que os estudos medievais sejam revitalizados.

. . .

A leitura dos textos aqui reunidos não poderá deixar de transmitir ao leitor um forte sentimento de alegria.

Na sua diversidade e riqueza, trata-se de documentos que muito interessam à Faculdade de Letras, cuja história merece ser preparada para a comemoração do centenário da sua criação; e trata-se de documentos que ilustram a alta qualidade dos recursos humanos da Faculdade — professores que souberam aliar a necessária especialização a uma defesa activa das humanidades e dos valores por elas transmitidos, sempre atentos ao mundo exterior, sobre o qual reflectem e para o qual propõem, com o seu saber, respostas adequadas.

A publicação desta colectânea, suscitada pela comemoração dos cinquenta anos da instalação da Faculdade no actual edifício, pretende, por isso, homenagear os autores das orações de Sapiência e, neles, todos os docentes da Faculdade de Letras.

O cumprimento desse objectivo só foi possível graças à colaboração das Lic. Zélia de Sampaio Ventura e Maria do Rosário Azenha, que me ajudaram a coligir o material, à amabilidade dos Doutores Maria Helena da Rocha Pereira e Aníbal Pinto de Castro, e do Sr. Eduardo dos Santos Duarte, que forneceram algumas indicações biográficas, sempre difíceis de obter (sem prejuízo da inestimável fonte que encontrei tanto na Enciclopédia Verbo como na *Memoria Professorum Vniversitatis Conimbrigensis*, publicada em 1992 sob Direcção do Doutor Manuel Augusto Rodrigues), à diligência da

Imprensa de Coimbra, que trabalhou arduamente para respeitar os prazos de confecção, ao Doutor Fernando Regateiro, Director da Imprensa da Universidade, que benevolmente acolheu a edição, e à Caixa Geral de Depósitos que, com clarividência e celeridade, em apoio exclusivo, garantiu os meios financeiros necessários.

A todos, muito obrigado.

Francisco de Oliveira
Presidente do Conselho Directivo

nota prévia

Foi mantida a grafia original; só em dois ou três casos foram corrigidas gralhas tipográficas óbvias.

A origem dos textos, tratados por meio de scanner, vai indicada no índice de matérias.

(Página deixada propositadamente em branco)

Orações de Sapiência

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor

António Garcia Ribeiro de Vasconcellos

1912-1913

Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcellos

•

Nasceu em S. Paio de Gramanços (Oliveira do Hospital) a 1 de Junho de 1860

Faleceu em Coimbra a 1 de Agosto de 1941

Carreira Académica

Matriculou-se em Teologia a 11 de Outubro de 1878

Bacharel em 1883

Licenciou-se em 21 de Fevereiro de 1885

Doutorou-se em 27 de Janeiro de 1886

Recebeu o grau de Doutor em Letras em 1 de Julho de 1916

Transitou para a Faculdade de Letras em 1911

Jubilou-se em 1 de Junho de 1930

Leccionou na Faculdade de Letras: Filologia Românica, Filologia Portuguesa, História Antiga,
História de Portugal, Numismática, Epigrafia, Paleografia e Diplomática,
Numismática e Esfragística

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Primeiro Director da Faculdade de Letras

Director do Arquivo da Universidade, Director da Capela da Universidade,

Director da Secção de História do Instituto de Estudos Históricos



António Garcia Ribeiro de Vasconcellos

(Página deixada propositadamente em branco)

LIÇÃO INAUGURAL DO ANO LECTIVO DE 1912-1913

EX.^{mo} MINISTRO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (¹),
SÁBIO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA,
MINHAS SENHORAS,
MEUS SENHORES:

Chamado quási à última hora, por dever do cargo, a vir fazer esta lição inaugural do nôvo ano escolar, em substituição da exímia filóloga, publicista distintíssima, e professora abalisada desta Universidade, a Ex.^{ma} D.^{na} D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que não pôde comparecer por falta de saúde, vi-me obrigado a desempenhar tão honroso mandato, embora me escacéiem saber e autoridade.

Tinha de ser; obedeçamos pois.

19

Entre os diversos assuntos que podia escolher para esta despretenciosa lição, nenhum viria mais a propósito do que falar-vos da minha Faculdade, das sciências que nela se professam, e da sua capital importância.

(¹) Dr. Francisco José Fernandes Costa, ministro da Marinha.

Criada recentemente, não imagineis, Senhores, que ela seja uma novidade no organismo universitário dêste estabelecimento. Surgira no século XIII com a própria Universidade, e nela se mantivera durante séculos, através das diversas transformações e mudanças, por que esta passou.

Chamava-se antigamente Faculdade das Artes, e conglobava o ensino das Letras e das Ciências. Os seus estudos constituíam uma preparação científica para as quatro Faculdades profissionais - Teologia, Canones, Leis e Medicina.

A sua importância pedagógica era a princípio considerada em muito, e a Faculdade das Artes influiu poderosamente na cultura geral dos homens de ciência; a ela é que fôram receber os conhecimentos humanistas, em que muitos, nas diversas carreiras que vieram a seguir, tão distintos se mostraram. Eram efectivamente as Humanidades que ali tinham cultura mais ampla e intensa.

Houve até um período histórico, embora de pouca duração, em que a Faculdade das Artes, ao tempo instalada nos colégios de S. Miguel e de Todos os Santos na rua de S.^{ta} Sofia, revestiu o seu ensino literário e humanístico de brilho fulgurantíssimo, que, irradiando sôbre as outras Faculdades, a todas iluminou e tornou célebres. Foi o período áureo da velha Universidade de Coimbra, quando as Artes eram ensinadas pelos grandes humanistas, que o célebre Dr. André de Gouveia contratou no estrangeiro e trouxe para Coimbra, onde exerceram por algum tempo o magistério. Nesta escola se formaram muitos dos grandes génios da Renascença em Portugal; para a imortalizar basta o talento sobrehumano do nosso grande épico, que aqui estudou e colheu o vasto saber e a orientação humanista.

As restantes Faculdades receberam desde logo o ósculo vivificante da esplêndida Faculdade das Artes, e o ensino em todas elas revestiu então um brilho literário tal, que era o assombro e admiração de nacionais e estrangeiros (!).

Na língua do Lácio é que ordinariamente se falava nas aulas, sendo o seu uso familiar a mestres e alunos. Havia aqui latinistas consumados; entre êles especializarei Inácio de Moraes, perfeito conhecedor da literatura latina, e que escrevia com suma elegância belos versos no idioma clássico de Vergílio e

(!) Veja-se a nota I no fim desta lição.

Ovídio. Como êste, podíamos citar muitos outros professores das diversas Faculdades, que falavam e escreviam o latim com admirável naturalidade e pureza.

O erudito filólogo Nicolau Clenardo visitou Coímbra no meado do século XVI, e, embora por vezes se mostrasse disposto a amesquinhar o que era português, confessou em uma carta que ficara pasmado de ouvir aqui o professor Vicente Fabrício dialogando familiarmente em grego com os discípulos, afigurando-se-lhe que estava em Atenas, e que os interlocutores conversavam na própria língua materna. Era nesta mesma língua que os professores da Faculdade de Medicina, Ambrósio Nunes, Francisco Giralde e António Luís, o *Grego*, comentavam Hipócrates e Galeno, textos das suas aulas.

As próprias línguas e literaturas orientais eram estudadas na Academia conimbrigense com esmêro; o hebreu, o caldeu e o árabe tinham cultores apaixonados e mestres de grande mérito. Pedro Henriques, Gonçalo Álvares, o Dr. Rosetto e D. Pedro de Figueiró, vulgarmente conhecido por D. Pedro Hebraico, eram documentos vivos desta cultura orientalista.

Nem menos gloriosa é a fama que deixaram alguns célebres professores de Humanidades, já ao tempo bem conhecidos no estrangeiro, tais como os dois Gouveias, Diogo e André, os doutores Bordalo e Teive, o escocês Jorge Buckanan, etc. Nicolau Grouchy professava as disciplinas filosóficas, lendo na aula e comentando Aristóteles na própria língua original.

*

Em breve porêem começa a decadência. A mão poderosa, mas inepta, dum monarca, deixando-se guiar por conselhos de sábios, produzira inconscientemente êsse imenso beneficio; a mesma régia mão, fanatizada e dirigida pouco depois por sugestões retrógradas, com igual inconsciência desmanchou o que havia feito: e a decadência, precursora da ruína, não tarda a manifestar-se.

O magistério da antiga e gloriosa Faculdade das Artes é arrancado aos sábios professores que tanto a nobilitavam, e entregue aos jesuítas, dando-se-lhes plena e completa isenção da autoridade do Reitor da Universidade. Era uma Faculdade realmente auto-céfala, embora nominalmente integrada no organismo desta academia. Não participava da vida comum das outras Facul-

dades, e mal podia auferir ou comunicar os benefícios dêste íntimo e quotidiano convívio científico, principal vantagem dos corpos universitários. Lá continuou vivendo, por largos anos, uma vida quási isolada, que entretanto não classificaremos de obscura ou inglória, o que só por indesculpável facciosismo poderá fazer-se. Os trabalhos dos *Conimbrigenses* são muito notáveis e largamente apreciados nos grandes meios filosóficos, especialmente na Alemanha. Fôra muito intensa e brilhante a vida literária desta Faculdade, não podia apagar-se súbitamente; mas a decadência ia-se pouco a pouco acentuando, como era natural.

Debalde a munificência régia acode com larguíssimos e extravagantes privilégios em prol do nôvo instituto, debalde se condecora êste com o título pomposo de *Escolas menores da Universidade de Coímbra*, debalde se vão cercear as rendas universitárias, tirando dali avultada pensão anual para subsidiar aquelas escolas; não há fôrças humanas que possam deter o penedo, que, arrancado por brusca sacudidura da crista da serra, começa a rolar pelo íngreme pendor. A decadência principiara; a ruína chegaria mais tarde ou mais cedo. Era uma questão de tempo.

É certo que a acção benéfica da educação humanista nos professores das quatro Faculdades, que ficaram constituindo de facto o organismo universitário, ainda se prolongou, com intensidade decrescente, durante mais de um século, revelando-se nítidamente nos trabalhos que êsses professores nos deixaram, e nos dos alunos que aqui fizeram a formatura. Entretanto as chamadas *Escolas menores*, cortada a ligação natural com o organismo universitário, embora se continuassem a dizer nele incorporadas, escasseando-lhe cada vez mais a seiva própria, caíndo em crescente desprestígio, vieram a degenerar em simples instituto de ensino secundário, cujo papel, nas suas relações com a Universidade, se limitava, em grande número de casos, a examinar os candidatos à matrícula, e a atestar a sua suficiência para entender as lições das Faculdades a que se destinavam.

Eis a mesquinha sombra que no declinar do século XVIII representava a antiga e gloriosa Faculdade das Artes, essa escola humanista, que funcionara brilhantemente no segundo quartel do século XVI, sob a direcção competéssima dos afamados Doutores parisienses André de Gouveia, João da Costa, e Paio Rodrigues de Vilarinho.

Tristes vicissitudes da sorte !

Sic transit gloria mundi!

Tal era a chamada Faculdade das Artes, quando o Marquês de Pombal intentou e levou a cabo a grandiosa reforma da Universidade de Coímbra.

Em todas as outras Faculdades encontrou o reformador matéria prima aproveitável, e nelas operou a reforma. A das Artes porêem, no estado em que se encontrava, provocou-lhe um dêesses gestos bruscos, violentos, de repulsão, que não eram raros no Marquês; a definitiva sentença de morte ficava desde êsse momento lavrada. Da Faculdade das Artes nem o nome subsistiria mais.

O anátema contra ela encontra-se fulminado no livro III da parte III dos Estatutos pombalinos.

*

Extinguindo a decrépita Faculdade, o Marquês de Pombal não quis, nem podia querer, que de futuro se não ensinassem na Universidade as sciências humanísticas, que desde o meado daquele século iam tendo notável desenvolvimento. Bem sentia o génio do reformador que um espírito nôvo agitava por toda a parte a velha Europa, operando uma grande renovação literária e científica, e preparando não só a revolução social que se operou na França, mas ainda os brilhantes descobrimentos das sciências, que vieram ilustrar o século XIX, e que, num *crescendo* rápido e constante, vão dia a dia erguendo a humanidade a regiões superiores.

A fim de preencher a lacuna deixada pela extinção da velha Faculdade, cria o Marquês a Faculdade nova de Filosofia, em tudo emparelhada e igualada às outras Faculdades universitárias, e modelada pelas congêneres Faculdades de Filosofia alemãs, com quatro secções, cada uma delas representada por uma só cadeira: - a 1.^a de Filosofia racional e moral, a 2.^a de História natural, a 3.^a de Física experimental, a 4.^a de Química teórica e prática.

Bem reduzido, mesquinho até para o tempo, era êsse quadro, ou, melhor, êsse esqueleto, êsse esbôço de estudos; mas, que havia de fazer o reformador, a quem faltavam quási por completo os elementos para a organização da nova Faculdade? Cá dentro do país encontrou um professor competente e muito distinto para lhe confiar a regência da cadeira de Filosofia

racional e moral, o Dr. António Soares Barbosa; para as de Filosofia natural mandou vir de Itália os naturalistas Domingos Vandelli e Della-Bella.

Adjunto à Universidade, como escola preparatória, criou o Marquês o Real Colégio das Artes, onde se ficou ministrando o ensino secundário; e por todo o país, nas mais importantes terras da província, foram colocadas numerosas escolas de primeiras letras, e de latim, grego, filosofia racional e moral, geometria, retórica e poética.

Todo êste organismo pedagógico, funcionando regularmente, devia erguer, com relativa presteza, a cultura literária e científica do país. Mas infelizmente os factos não corresponderam às previsões.

A 24 de fevereiro de 1777 morre D. José, e com a vida do rei se extingue súbitamente a autoridade do seu ministro plenipotenciário e logar-tenente. O scetro passa às mãos de uma pobre mulher, sem vontade-própria, com o cérebro entenebrecido pelos pavores do fanatismo religioso; e a obra do Marquês começa a ser desde logo demolida. Do grandioso edificio do ensino superior, por êle erguido com tanto interesse, com tanto entusiasmo, não ficaria pedra sobre pedra, se o génio audaz e esclarecido do nunca assás louvado e admirado D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho lhe não supusesse os seus vigorosos ombros, conseguindo sustê-lo no momento crítico, e consequentemente salvá-lo.

Decorridos porêm alguns anos, a jovem Faculdade de Filosofia sofre uma amputação lamentável e fatal.

Tudo aconselhava a que se promovesse o desenvolvimento progressivo e harmónico das diversas secções esboçadas na reforma pombalina; mas succedeu cousa bem diferente. Já vem de longe neste país o costume de não se realizar um aperfeiçoamento no ensino senão mediante a condição expressa de não se aumentar um ceutil à despesa. Reconheceu-se a necessidade de destacar da cadeira única de História natural o ensino da Botânica e da Agricultura, criando uma nova cadeira consagrada exclusivamente a estas sciências. Para isto se realizar, sem aumento de despesa, foi suprimida por Carta régia de 24 de janeiro de 1791 a cadeira única que na Faculdade representava a secção humanística da Filosofia! E desde êsse momento ficou banido da Universidade de Coímbra, onde devia continuar a existir, e ir evolucionando, o ensino superior das Letras e Humanidades !

A Faculdade de Filosofia, amputada e reduzida às secções física, química e histórico-natural, lá foi progredindo com vigor notável, especialmente desde 1860 para cá, chegando, à custa de muitos e desinteressados esforços e de grandes sacrifícios dos seus professores, quasi sempre desajudados, e por vezes até contrariados pelos poderes públicos, ao estado de esplendor em que actualmente se encontra; mas, quanto às Humanidades, mais de um século decorreu, sem que fossem reintegradas no quadro dos estudos universitários !

Entretanto lá fóra iam tomando um desenvolvimento notável os estudos literários e humanísticos, alcançando um lugar de honra ao lado das outras sciências.

Ainda ficou, é verdade, anexo por algum tempo à Universidade de Coímbra o Real Colégio das Artes, que ministrava, como já disse, o ensino secundário das Sciências, Letras e Humanidades; e as numerosas escolas de ensino primário e secundário criadas pelo Marquês, que de princípio estavam sob a inspecção, govêrno e direcção da *Mesa da Comissão Geral sôbre o exame e censura dos livros*, também passaram por carta régia de 17 de dezembro de 1794 para a superintendência, autoridade e jurisdição da Universidade, que superiormente as dirigia e Ihes escolhia os professores. Mas tudo isso veio a desaparecer com o decreto de 7 de setembro de 1835 (cujos efeitos foram sustados pelo de 2 de dezembro do mesmo ano) e com o de 15 de novembro de 1836, que deu nova forma aos estudos de instrução primária e secundária (').

Há muitos anos que se reclamava a criação duma Faculdade de Letras na Universidade de Coímbra, como satisfação duma necessidade urgente e inadiável. Teria de ir muito longe, e fatigaria cruelmente a vossa atenção, Senhores, se aqui procurasse fazer um recenseamento minucioso e completo dêsses esforços, ora isolados, ora colectivos. Publicistas de nome, professores distintos, políticos de valor, puseram a sua pena e o seu valimento a serviço desta causa santa da Instrução; mas tudo debalde. Chegaram até a ser apresen-

(') Veja-se a nota II no fim desta lição.

tados ao Parlamento projectos de lei neste sentido, que foram postos de parte sem se lhes concederem as honras da discussão.

A própria Universidade mais de uma vez tentou conseguir que uma Faculdade de Letras fosse integrada no seu organismo, completando-o. Uma dessas vezes fez-se a tentativa em circunstâncias de ocasião particularmente sugestivas. Celebrava-se a comemoração tricentenária do imortal cantor das glórias pátrias, essas festas grandiosas em que a Universidade, tanto o corpo docente como o discente, reunidos num pensamento único e em um mesmo sentimento, como organismo exuberante de vida, erguendo-se num ímpeto cheio de grandeza, que só o recordá-lo me causa estremecimentos de entusiasmo e de orgulho, rememorou solenemente êsse nome glorioso, que por si bastaria para justificar a autonomia dum país e a consagração duma raça!

Julgou então a Universidade assistir-lhe o direito de chamar para as Letras, que o heroi festejado tam luminosamente representava, uma parcela de desenvolvimento e de progresso. ;Mas, que?! Havia problemas importantes que preocupavam os altos poderes do Estado, reclamações de dinheiros para obras de utilidade prática; a representação universitária provocaria um simples sorriso de desdêm e compaixão, para quem desperdiçava o tempo a pensar em tais bagatelas!

Mais tarde, a 1 de Outubro de 1888, e em festa idêntica à que neste momento celebramos, o ilustre Reitor que então presidia à Universidade, o Dr. Adriano de Abreu Cardoso Machado, anunciou solenemente nesta sala que ia empregar todos os esforços, para que tão justo *desideratum* fosse finalmente satisfeito; mas os óbices que encontrou, ao procurar realizar o seu louvável e generoso plano, foram tais, que nem o prestígio do seu nome, nem a tenacidade da sua vontade, nem a sua grande cotação política, puderam vencê-los.

Ainda recentemente, em 1907, uma última tentativa se fez para a organização da Faculdade de Letras, por parte de uma comissão de professores das diversas Faculdades, em nome dos respectivos conselhos académicos; o resultado colhido foi mais uma vez negativo.

Honra pois ao Govêno provisório da República portuguesa, que pelo decreto com força de lei de 19 de abril de 1911, ao mesmo tempo que institua as duas Universidades de Lisboa e do Pôrto, criava duas Faculdades de

Letras, uma na antiga Universidade de Coimbra, outra em a nova Universidade de Lisboa.

Em nome das Letras pátrias e da Instrução pública em Portugal, são devidos agradecimentos a todos os membros do Govêno provisório, e em especial ao seu Ex.^{mo} Ministro do Interior, Sr. António José de Almeida; e não pode também ser esquecido o nome do ilustre professor desta Universidade, Dr. Angelo Rodrigues da Fonseca, ao tempo director geral da Instrução superior, a cujos bons serviços e esforços é em grande parte devida a criação da nossa Faculdade, assim como outros muitos serviços, prestados a êste estabelecimento de ensino. Tenho grande satisfação em dar no presente acto soleníssimo, e em nome da minha Faculdade, êste público testemunho de reconhecimento.

¿ De que se occupam as Faculdades de Letras? que ordens de conhecimentos se cultivam nelas?

É vulgar ouvirem-se formular semelhantes perguntas; nem admira que tal suceda entre nós, onde estas Faculdades constituem uma novidade. Além disso, a impropriedade da denominação que se lhes dá, mais serve para confundir e desorientar, do que para indicar o verdadeiro objecto dos estudos nelas professados.

A palavra *Letras*, bem como a palavra *Artes*, correspondem a objectivos muito restritos, e até bastante diversos dos que actualmente se assinam a estas Faculdades. É um facto bem vulgar: mudarem as ideias, e ficarem as palavras que as exprimiam, depois de assumirem nova significação.

Aquelas expressões vieram-nos das antigas Universidades, e permaneceram, enquanto as Faculdades respectivas, por uma evolução natural, se iam desenvolvendo e transformando, até se metamorfosearem nas Faculdades modernas. Os ingleses conservam ainda hoje a prístina denominação de *Artes*; os alemães adoptaram o nome de *Filosofia*; em França, quando Napoleão tratou de restaurar as Universidades do velho regime, criou nelas as duas Faculdades, *de Letras* e *de Sciéncias*, representando as duas secções da antiga Faculdade das Artes.

Nos povos latinos, remodelando-se as Universidades no decorrer do século XIX, deu-se em geral às Faculdades literário-humanísticas a denomina-

ção francesa, chamando-lhes *Faculdades de Letras*, ou, mais comumente, *de Filosofia e Letras*.

¡ Mas quão longe está o seu ensino, do que fazia objecto da correspondente Faculdade antiga! Todas as Faculdades universitárias se modificaram profundamente, nenhuma porém sofreu transformação tão radical como a das Artes, bifurcando-se na de Ciências e na de Letras, que nela se encontravam apenas em embrião.

Estas duas Faculdades gêmeas teem por missão o ensino das sciências teóricas, das sciências puras, enquanto nas outras se cultivam as sciências applicadas, as sciências profissionais, avultando entre elas as económicas, jurídicas e médicas. É esta consideração que faz com que na Alemanha se conservem reunidas as cadeiras das nossas Faculdades de Letras e de Ciências, constituindo uma Faculdade única, a de Filosofia, em cujo seio encontramos agrupadas, em secções distintas, as sciências filológicas, histórico-geográficas, e filosóficas, ao lado das matemáticas, fisico-químicas e histórico-naturais.

O tipo francês, adoptado pelos povos latinos e por outros, é justificável no campo científico, sem que, para explicar tal adopção, se torne necessário apelar para as afinidades e simpatias de raça. Mas deixemos a discussão deste ponto, que longe nos levaria. Basta-nos frisar que as nossas duas Faculdades congêneres teem convencionalmente assinados aos seus estudos e ensino objectos distintos e raias delimitadas.

As *Letras* estudam o homem considerado ser psicológico e social - o ζῶον ψυχικόν, καὶ πολιτικόν dos gregos; as *Sciências* estudam a natureza, de que também faz parte o homem, que por isso é objecto das suas investigações, mas já sob um outro aspecto, como sendo o elo extremo da cadeia zoológica, o degrau supremo da escala animal, o ἄνθρωπος considerado simplesmente animal bímano, enfileirado a par dos quadrúmanos da ordem dos primatas.

No âmbito, que convencionalmente se denomina *das Letras*, encontram-se compreendidos três grupos de sciências: as psicológicas, as históricas, e as filológicas. Nas sciências psicológicas a Faculdade de Letras estuda o homem em si mesmo, faz incidir a análise e a crítica racional sôbre o seu próprio ser, ensina-o a perscrutar o que há de mais íntimo e mais difícil de atingir no fundo da sua consciência, os seus pensamentos e sentimentos, os motivos e o

mecanismo dos seus actos; nas sciências históricas estuda-o através do tempo e do espaço, em todas as manifestações da sua vida social, e da própria vida individual, na transformação das ideias, das crenças, do gosto, dos processos artísticos; nas sciências filológicas estuda-o nas comunicações dos seus pensamentos e dos seus sentimentos, pois a linguagem é aqui tratada como o meio natural de comunicação entre os homens, o processo pelo qual exprimem os seus conceitos, o instrumento constituínte das literaturas.

Eis, em esboço rápido e simples, o campo da actividade científica demarcado às Faculdades de Letras.

Não se suponha porém que os seus limites sejam tão precisos em todos os contornos, que não haja alguns tratos de território misto, onde no seu labutar se encontram as sciências do homem com as sciências da natureza.

Existem, sem dúvida, o que não é de extranhar. A psicologia experimental estabelece o contacto íntimo entre as sciências psicológicas e a fisiologia cerebral; a geografia, que não pode separar-se do grupo das sciências históricas, prende naturalmente estas sciências com a fisica do globo; a fonética liga de maneira indestrutível as sciências filológicas e a fisiologia.

Nas Faculdades de Letras, como nas de Sciências, o ensino não pode fazer-se sem exercícios práticos, trabalhos de investigação pessoal, sob a direcção dos professores e dos assistentes. Para êsses trabalhos já temos, além da biblioteca geral do estabelecimento, uma boa biblioteca privativa em formação, e o rico arquivo da Universidade, em vésperas de ser largamente augmentado com as preciosas colecções que se organizarão à custa do belo pecúlio documental dos arquivos eclesiásticos do distrito, que está pedido, e certamente não será recusado. Trata-se actualmente da instalação do *Instituto histórico e geográfico*, com material pedagógico excelente; e vão-se adquirir os aparelhos e instrumentos necessários para o laboratório de psicologia experimental, que já no presente ano lectivo começará a funcionar.

É pena que não possa ainda, nos anos mais chegados, dar-se instalação definitiva a estes dois últimos estabelecimentos de trabalhos práticos, por falta de casa própria; mas temos onde sejam instalados, em futuro mais ou menos próximo, porque o Ex.^{mo} Ministro do Fomento do actual Gabinete concedeu à Faculdade de Letras o edificio em obras do antigo colégio de S. Paulo, onde ela se alojará muito bem com todos os seus serviços, aulas e repartições.

Cumpro um dever renovando neste acto solene os agradecimentos que por parte do Conselho da minha Faculdade já foram tributados a sua Ex.^a O Sr. Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, por esta importante concessão.

Da simples indicação, que deixo feita, do objecto dos estudos das Faculdades de Letras, se deduz claramente a alta importância que tais Faculdades teem na educação do homem. Em toda a parte as *Letras* são consideradas a base de qualquer cultura superior. As *Sciências* não carecem de que lhes teça aqui o elogio, pois bem provada e evidente é a sua alta importância educativa, dando ao espírito a disciplina fria da observação e indução, o sentido da precisão, do rigor geométrico; mas ninguém há hoje que se lembre de sustentar que isso baste para a educação do espírito, para a formação do homem. É necessário dar ao espírito humano o conhecimento de si, ensiná-lo a descobrir e entrar na posse de todas as suas energias intellectuais e morais, a aperfeiçoar e depurar os sentimentos, a desenvolver e polir o bom gôsto, o senso estético, a amadurecer o juízo, a formar o carácter, a adquirir a linha imperurbável de firmeza e austeridade, ao lado da suave tolerância e polidez, indispensável no trato social.

Assim vemos com quanta razão todas as nações, que se empenham em progredir, em marcar logar no convívio dos povos civilizados, teem procurado dar o máximo desenvolvimento ao estudo e cultura das Humanidades, criando novas Faculdades de Letras, reformando e ampliando as que já havia, amparando-as carinhosamente, dando-lhes todos os meios de acção e progredimento, e atraíndo a elas frequência sempre crescente pela valorização dos seus diplômas.

Para bem observardes, minhas Senhoras e meus Senhores, a alta importância que por toda a parte se liga à acção das Faculdades de Letras, qualquer que seja o nome que se lhes dê, convido-vos a acompanhar-me em uma rápida excursão, passando por povos em graus de civilização mais ou menos avançada, a ver se encontramos algum no estado em que se achava o nosso ainda há dois anos, com a sua única Universidade desprovida de uma Faculdade, onde se professassem os estudos humanísticos. Para não vos fatigardes muito, limitar-nos hemos à Europa; nem sequer lançaremos os olhos para a

deslumbrante América, que em Letras e em Ciências desenrola intemerata o estandarte do progresso, caminhando sempre àvante, sem jámais retroceder.

*

Começando pelos *países latinos*, visitemos primeiramente a nossa vizinha Espanha, à qual nos prendem laços íntimos geográficos, etnológicos e filológicos. Enquanto nós estivemos dormindo, a Espanha, honra lhe seja, trabalhou e avançou. Lá encontramos não menos de 10 Faculdades de Filosofia e Letras, ocupando sempre o primeiro lugar, o lugar de honra, em cada uma das suas 10 Universidades. A Faculdade de Madrid é muito importante, contando ao todo 27 catedráticos; e tanto nesta, como nas das outras Universidades, se distinguem como professores homens dos mais eminentes e reputados daquela nobre nação.

Passemos os Pireneus. Entrando na França, aí temos um verdadeiro deslumbramento! As antigas Faculdades napoleónicas não se desenvolveram condignamente; foi preciso que se desse o doloroso golpe de 1870, que fez estremecer o país numa convulsão gigantesca e o acordou do sono letárgico em que se achava imerso, para então cair em si, observando, que para viver e se defender dos inimigos externos, e dos internos que ainda mais perigosos são, tinha de criar e preparar cidadãos. Lançou então os olhos para as Faculdades de Letras, que reformou e multiplicou, confiando-lhes aquela patriótica missão, de que elas bem se têm sabido desempenhar. Hoje a França tem 15 Faculdades oficiais de Letras, nas suas 16 Universidades do Estado. Algumas destas são pequenas Universidades provinciais, bastante incompletas, e apenas destinadas a satisfazer as exigências peculiares da região. Pois as Faculdades de Letras é que elas não dispensam, havendo apenas uma que a não tem, a de Marselha, constituída sómente por uma Faculdade de Ciências e uma Escola de Medicina e de Farmácia; mas na Faculdade de Ciências lá estão enxertados nada menos de 12 cursos anexos de ciências filosóficas, históricas e filológicas. A principal das Faculdades de Letras, a da Sorbona, é servida por 34 professores ordinários, 9 adjuntos, 25 encarregados de cursos, 11 directores de conferências, além de um grande número de professores de cursos livres,

que nela abundam. E não se imagine que em Paris é só a essa grande Faculdade que está confiado o ensino das Humanidades. Há mais, muito mais. Ali existem :

- A *Escola prática dos altos estudos da Sorbona*, dividida em 5 secções, uma das quais se intitula das *Sciências históricas e filológicas*, com 23 cadeiras e um curso de trabalhos paleográficos; e outra das *Sciências religiosas*, com 14 cadeiras e alguns cursos livres;

- O *Laboratório de fonética experimental*, dirigido pelo sábio MICHEL BRÉAL, e de que é preparador o benemérito padre ROUSSELOT;

- A *Escola normal superior*, com uma opulenta secção de Letras, ao lado da de Ciências, sendo esta consideravelmente mais reduzida;

- A *Escola especial das línguas orientais vivas*, com 13 cursos ordinários e 7 complementares;

- A *École nationale des chartes*, cujo título nada indica, mas que é um instituto importante, que largos serviços tem prestado, e onde há cursos de história, filologia, diplomática e arqueologia;

- A *Escola do Louvre*, finalmente, contendo 9 cursos de sciências históricas. Todas estas escolas parisienses têm carácter oficial, e vivem sob a égide do Estado; mas, quantas não existem em Paris e pelas províncias, vivendo livremente, fóra da acção governamental, e que se consagram também ao ensino das Letras e Humanidades, tendo muitas delas conquistado honrosa e até gloriosa reputação! Lembrarei apenas, e a título de exemplo, que, sustentadas só pelos católicos, existem as Faculdades livres de Letras seguintes:

- A de Paris, compreendendo a *Faculdade de Filosofia* e a adjunta *Escola livre de altos estudos literários*, e sendo servida por 20 professores ordinários;

- A de Lyon, com 15 professores;

- A de Angers, com 11;

- A de Lille, com 10;

- A de Toulouse, com 7.

Isto basta. Não podemos demorar mais, por ir adeantado o tempo, a nossa visita à França, onde pulsa nobremente o coração da humanidade civilizada.

Transpondo os Alpes, entremos na Itália. Aqui se nos deparam nada menos de 11 Universidades dotadas com Faculdades de Filosofia e Letras, onde os estudos humanísticos se encontram em grande progresso. Especializarei duas: a de Bolonha, a antiquíssima e célebre Universidade, que na idade média irradiou a ciência jurídica por toda a Europa, e na qual hoje destaca no lugar de honra uma Faculdade de Filosofia e Letras, servida por 13 professores ordinários, 1 extraordinário, e um número ainda maior de professores livres; e a de Roma, cuja Faculdade conta 24 professores ordinários, 4 extraordinários, 6 encarregados, e professores livres em número muito avultado. Além da Faculdade de Filosofia e Letras há mais incorporadas na Universidade de Roma, a *Escola italiana de arqueologia* e a *Escola oriental*, que completam o ensino da Faculdade e ainda, estranhos à Universidade, prestam relevantes serviços vários outros institutos e escolas superiores e especiais de ciências filosóficas e históricas. É esta a única nação onde encontramos algumas escolas, com o nome de Universidades, privadas de cursos superiores humanísticos; mas devemos considerar que, embora corem com o título pomposo de Universidades, elas não passam, em verdade, de escolas regionais de ensino profissional.

Antes de sairmos da família latina, não esqueçamos os latinos orientais, os rumenos, que em ambas as suas Universidades, de Bukarest e de Iassi, sustentam com orgulho Faculdades de Letras.

Ávante, que o tempo foge.

*

Nos povos germânicos não há uma única Universidade, em que não se cultive com especial esmêro o estudo das Letras e Humanidades.

Existem 21 Universidades disseminadas pelos diversos estados da Alemanha; pois em todas elas, sem uma excepção, há Faculdades de Filosofia, tendo nestas um largo desenvolvimento a secção de estudos literários e humanísticos.

Nas 16 Universidades da Inglaterra com a Escócia e Irlanda encontram-se sempre, ou as Faculdades de Artes, ou então os respectivos cursos, naque-

las em que o organismo universitário é uno, e se não distingue em Faculdades. Em umas, as Faculdades de Artes abrangem também as ciências matemáticas, físico-químicas e naturais, em outras são estas professadas em Faculdades distintas.

Todas as 4 Universidades da Holanda possuem também Faculdades humanísticas.

*

Passando a *outros povos* europeus, virificamos o seguinte: - na única Universidade da Dinamarca, nas 2 da Suécia, e nas 7 da Austria-Hungria, há Faculdades de Filosofia com uma secção literário-humanística, outra matemático-naturalística, segundo o tipo alemão; - as 4 Universidades da Bélgica têm Faculdades de Letras conformes ao tipo frances; - entre as 7 Universidades da Suíça há 4 em que as Faculdades de Letras ou de Filosofia são modeladas pelo tipo da França, e 3 pelo da Alemanha.

*

Não é menor a consideração em que as *nações eslávicas* têm as suas Faculdades humanísticas.

Nas 9 Universidades da Rússia com a Finlândia aparece à frente de todas as Faculdades a histórico-filológica; o mesmo sucede na única Universidade da Bulgária; na Sérvia há a Universidade de Belgrado, que possui uma Faculdade de Filosofia organizada com duas secções, à alemã.

*

Falta-nos descer mais ao Sul, e tomar conhecimento do que sucede em dois povos, entre si vizinhos, mas inteiramente diversos quanto à raça, à língua, e ao grau de civilização. Refiro-me à Turquia e à Grécia.

Os gregos têm uma só Universidade, em Atenas, na qual existe uma Faculdade de Filosofia, que é puramente humanística.

Na Turquia há também uma Universidade, em Constantinopla, organizada com tres Faculdades, onde se professam as ciências teológicas, as ciências matemáticas e naturais, e as ciências humanísticas; além de duas escolas profissionais, de direito e de medicina. A mais importante das Faculdades é a humanística, com 6 professores, que têm por missão ministrar o ensino his-

tórico-geográfico e filológico. Das outras Faculdades uma tem 2 professores, a outra 3.

*

Resumindo: Se exceptuarmos algumas escolas profissionais da Itália, imprópriamente denominadas Universidades, não encontramos em país algum da Europa, nem sequer na própria Turquia, um único estabelecimento universitário, que não tenha uma Faculdade ou uma secção onde se professem as sciências humanísticas. Tal anomalia era exclusivo privilégio dêste

Jardim da Europa, à beira-mar plantado !

Felizmente que, graças ao Governo provisório da República, êsse mal está remediado pela criação das Faculdades de Letras na antiga Universidade de Coímbra, e na moderna de Lisboa.

Surge porêem agora quem por aí tenha a lembrança de criticar àsperamente êste louvável acto governamental, afirmando que o nosso país é muito pequeno para ter duas Faculdades de Letras, e alvitrando que seja suprimida a da Universidade de Coímbra.

!Isto ouve-se, e custa a acreditar!

Que se propusesse a criação de uma terceira Faculdade humanista na Universidade do Porto, nada teria de estranhável, e poderia sustentar-se tal proposta com razões plausiveis; mas dizer-se que, depois de conquistada pela antiga e benemérita Universidade de Coímbra a tantas vezes, tão insistentemente, e com tão justos motivos reclamada Faculdade de Letras, se lhe deve tornar a tirar, com o fundamento da exiguidade do país, eis o que parece um simples gracejo. Menor extensão territorial tem a Bélgica, entretanto mantêm quatro Faculdades de Letras; e quatro existem também na Holanda, cujo território pouco ultrapassa a um terço do de Portugal. Na Suíça, que tem metade da extensão territorial, e menos de metade da população do nosso país, funcionam activamente sete destas Faculdades.

É que essas nações bem compreendem a necessidade de se facilitar, de se vulgarizar quanto possível a cultura humanista, para criar cidadãos, para dirigir, guiar e civilizar a sociedade.

Está entre nós divulgado o prejuízo de que os diplomas conferidos pelas Faculdades de Letras são apenas aproveitáveis e úteis como habilitação para o magistério secundário; para nada mais servem. É um êrro, que a legislação, revista e modificada em face das idéas modernas, precisa de corrigir.

Os cursos ordinários das Faculdades de Letras devem tornar-se habilitação necessária, legalmente indispensável, para todas as profissões que tenham por objecto educar crianças ou adolescentes, e dirigir, governar ou julgar homens. Sem conhecer a natureza humana com todos os seus instintos, fraquezas e depravações, com todas as suas energias, estímulos e tendências, ¿ poderá alguém desempenhar-se regularmente de tais e tão melindrosas funções? ¿ Poderá um cego guiar outro cego, pelo meio de precipícios, obstáculos e perigos? Certissimamente se realizará a sentença: - Τυφλός δὲ τυφλὸν ἐὰν ὀδηγῆ, ἀμφότεροι εἰς βόθυνον πεσοῦνται.

Se num regime aristocrático poderia, por hypótese, admitir-se a reserva da cultura humanista como privilégio das classes dirigentes, que monopolizam o poder e as principais funções sociais, em uma sociedade, na qual se acha implantado, como na nossa, o regime democrático, é que tal monopólio não pode admitir-se. É necessário, é indispensável vulgarizar a instrução por todas as classes; é absolutamente inadiável fazer infiltrar a cultura humanista por todas as camadas, a fim de orientar e guiar os cidadãos de hoje, e preparar os do futuro.

O homem, naturalmente conservador e tradicionalista, por índole aferado à rotina, para se arrancar a essa inércia, que domina toda a natureza, tanto material como moral, para se erguer contra o instinto, contra a rotina, contra o prejuízo tradicional, contra o fanatismo, quer religioso quer político, precisa de tomar posse do seu ser, de lhe surpreender as energias e os defeitos, de ter consciência clara dos seus instintos e paixões, de poder pesar as suas responsabilidades, condição para bem usar da sua liberdade; só assim ficará habilitado a traçar racionalmente, scientíficamente a sua linha de conduta, e a aniquilar inflexivelmente os elementos que querem tiranizá-lo, que pretendem obstar a que ele caminhe na senda do progresso e do dever.

Ora essa educação, simultâneamente moral, política e cívica, tão necessária em uma sociedade democrática, só pode ser dispensada pela cultura humanística; é função, já directa já indirecta, das Faculdades de Letras.

NOTAS

I

Cultura e ensino humanístico na Universidade de Coimbra no meado do século XVI

Alguem, que assistiu a esta lição, classificou de *muito exagerada* a afirmação que fiz, de que *o ensino* ministrado pela Universidade de Coimbra, pouco depois da sua fixação definitiva nesta cidade, *revestiu um brilho literário tal, que era o assombro e admiração de nacionais e estrangeiros*. Não resisto, por isso, à tentação de aqui fazer algumas transcrições, do que a este respeito disseram e publicaram alguns escritores, começando por um que visitou Coimbra, quando a Universidade estava ainda em princípio de organização.

- «*Omitto reliqua, quo properemus Conimbricam, ubi Rex nouam moliebatur Academiam. Hic quid opus est multis laudibus, quando sese ipsa in dies magis ac magis commendat? Erant vacationes, & in cæteris professionibus feriæ, nec iudicium ferre possum, nisi de auditorio Græco, quod me nouo miraculo reddidit attonitum. Vincentius Fabricius enarrabat Homerum, non ut Græca verteret Latine, sed quasi ageret in ipsis Athenis, id quod nusquam hactenus videram: & nihilo segnius discipuli præceptorem imitabantur, ferme in totum usi & ipsi sermone Græcanico. E quibus auspiciis, si fas est diuinare, florentissima erit Conimbrica linguarum studii... Quod si honos alit artes, quid manet Conimbricam, nisi ut ipsa aliquando vincat Salmanticam?» - (NICOL. CLENARDI *Epistolarum libri duo*, in *Ep. Ad Christianos*, p. 252 na ed. de Antuerpia 1566).*

- «*(Conimbriga, civitas inter alias totius Hispaniæ in re Literaria florentissima ... Hac nostra tempestate, alias quod citra adrogantiam dixerim, Athenas esse credimus)*» - (FR. NICOL. COELHO DO AMARAL, in *Memor. histor. do Minist. do Pulp.*, p. 125, not. c).

- «Estabeleceo-se com effeito a Universidade em Coimbra no anno de mil quinhentos trinta e sete. Foi celebrada por domesticos, e estranhos. Dos muitos elogios, que podia repetir dos seus progressos no tempo d'EIRey D. João Terceiro, bastará transcrever as palavras do Sabio, e contemporaneo Fr. Heitor Pinto: (†) *Disto, diz, temos experiencia manifesta em Portugal, onde nunca houve tantos Letrados, nem tão excellentes, como em tempo do Serenissimo Rey D. João Terceiro deste nome, que fez a Universidade de Coimbra huma das principaes de toda a Europa, para onde trouxe os principaes Mestres, e Letrados, que havia no Mundo. Não se contentou sómente com os que havia em seu Reino; mas além delles mandou vir outros de Salamanca, Alcalá, Paris, Bordeos, Frandes, Italia, e Alemanha. Finalmente encheo a Universidade das melhores, e mais insignes Letras em todas as Faculdades, que havia em seu tempo: e enobreceu seu Reino de todo o genero de boas Artes, e Sciencias, e fello huma rica feira Universal de todas as excellentes Doutrinas*. Escreveo tambem noutra parte: (†) *Assí andando*

(†) Na Segunda Parte dos *Dialogos*, Cap. XVIII.

(†) No Prologo ao Duque de Bragança D. Theodosio da Primeira Parte dos *Dialogos*.

*revolto o Munclo em guerra, e tumultos, fugíram as Artes, e boas Letras de suas bravas ondas, e crueis tempestades, e vieram-se todas recollier no quieto remanso, e pacífico abrigo deste Reino, onde vindo ellas caçadas, e como mortas, cobráram alento, e recebêram sangue, e vida, e foram honradas, e favorecidas, e collocadas no cume da sua dignidade». - (FR. MANOEL DO CENACULO, *Memor. Histor. do Minist. do Pulp.*, p. 124 e s.).*

- «... E porque só nesta científica prorogativa, cuidava (*D. João III*) lhe levavão ventagem, as Provincias de Italia, França, Flandes. Alemanha, & Hespanha: por isso de todas ellas mandou vir os mais eminentes homens, que nelas havia, em Ietras, & sciencias, assi em as linguas Latina, Grega & Hebraica: como nas letras de humanidade, & philosophia: & em todas as mais sciências de Theologia, Canones, & Leys, & Medicina: & na doutrina de todas ellas muito exercitados: os quaos fizeraõ esta Academia, em seu principio muito illustre, & no progresso muito florescente, & em tudo o mais felicissima. - ... O primeiro Curso de Artes leo, Mestre Diogo de Gouvea natural de Coimbra: foy depois Conego de Lisboa, Deputado da Mesa da consciencia, & depois Dom Prior de Palmella, & morreo hum santo homem. Léraõ tambem Artes, Mestre Luis Alvarez Cabral, Portuguez: & Mestre Nicolao Grouchio. Francez: & o Doutor Bordallo, Interprete da moral Philosophia. - E pera ensinarem Latim, & linguas Grega, & Hebraica, maudou el Rey Dom Joam vir de Pariz, hum Collegio inteiro. Pera Principal veyo Mestre Andre de Gouvea, Portuguez, Doutor Theologo de Pariz, que era irmão de Marcial, tambem Mestre deste tempo. Sub principal, Mestre João da Costa, Portuguez, Doutor de Paris, em Leys. O Doutor Fabricio Mestre de Grego, & o Doutor Rozetto Mestre de Hebraico. Leo a primeira Classe, & Grego, Mestre George Buccanano Escotto: A segunda, Diogo de Teivez, Portuguez natural de Braga, Doutor em Leys: A terceira, Mestre Guillermo, Francez: A quarta, Mestre Patricio, irmão de Buccanano: A quinta, Mestre Arnoldo Fabricio, Francez: A sexta, Mestre Elias, Francez: A septima, Mestre Antonio Mendez, Portuguez, que depois foy Bispo de Elvas: A oitava, Mestre Pedro Anriquez, Portuguez, que estava já dantes em Portugal: A nona Mestre Gonçallo, Portuguez, que tambem já estava em Portugal: A decima, Mestre Jaquez, Francez: A undecima, Manoel Thomaz, Portuguez. E o Mestre João Fernandez, que tendo ensinado Rhetorica nas duas Universidades de Salamanca, & Alcalá, nesta tambem fez o mesmo cõ muita satisfação, & applauso, porq̃ foy perfeito Orador, & muito douto nas sciencias, & linguas, & tão geral em todas, q̃ raramête se acharia seu igual, e nenhũa Universidade do muído. - Além destes primeiros fundadores, houve tambem outros muitos neste primeiro principio, que successivamente lhe succederaõ, tãẽ filhos da Universidade de Pariz, q̃ ilustraraõ esta notavelmête: como foy o Doutor Lopo Galego, Ignacio de Moraes, Belchior Belleago, Mestre Andre de Resêde, o Cayado, todos Portuguezes: e Nicolau Clenardo, e outros muitos, q̃ em letras de humanidade foraõ eminêtes». - (PEDRO DE MARIZ, *Dialogos de varia Historia*, dial. V. cap. III, milhi p. 476 e ss.).

- Jorge Buchanan, o celebre humanista escossês, sempre pronto a verbear os portuguezes com os mais duros epítetos e acusações, confessa: - «*Interea literæ a Rege Lusitanæ superuenerunt, quæ Goueanum (André de Gouveia) juberent, ut homines Græcis et Latinis literis eruditos secum adduceret, qui in Scholis, quas ille tum magna cura & impensis moliebatur, literas humaniores & Philosophiæ Aristotelicæ rudimenta interpretarentur. Ea de re conuentus Buchananus facile est assensus. Nam cum totam jam Europam bellis domesticis et*

*externis, aut jam flagrantem, aut mox conflagraturam videret, illum unum videbat angulum a tumultibus liberum futurum, & in eo coetu qui eam profectionem susceperant, non tam peregrinari, quam inter propinquos & familiares agere existimaretur. Erant enim plerique per multos annos summa benevolentia conjuncti, ut qui ex suis monumentis orbi claruerunt, Nicolaus Gruchius, Gulielmus Garentæus, Jacobus Touius & Elias Vinetus. Itaque non solum se comitem libenter dedit, sed & Patricio fratri persuasit, ut se tam præclaro coetui conjungeret. Et principio quidem res præclare successit, donec in medio velut cursu Andreas Goueanus morte, ipsi quidem non immatura, comitibus ejus acerba, præreptus est». - (GEORGII BUCHANANI *Vita ab ipso scripta biennio ante mortem*, à frente da coleção das suas obras).*

II

Escolas do ensino primário e secundário criadas em todo o país, fiscalizadas e dirigidas pela Universidade

É bem pouco conhecido este vasto organismo escolar, que se estendia por todo o reino, tendo por centro a Universidade, que movia e dirigia toda essa máquina pedagógica. Certamente a notícia que se segue constitui uma novidade para bastantes pessoas.

Havia na Universidade a *Real Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas destes Reinos e seus Senhorios*, criada pela carta régia de 17 de dezembro de 1794, de que era presidente nato o reitor, e vogais seis professores ou doutores das diversas Faculdades, propostos pelo prelado da Universidade. Tinha um secretário privativo, que também era doutor e escolhido pela mesma forma, e era servida por quatro oficiais de secretaria, graduados em oficial maior, e em segundo, terceiro e quarto oficial, um porteiro e um contínuo; e havia três comissários, pessoas de elevada categoria, que a representavam nas províncias afastadas, e que lá fiscalizavam o ensino, nas respectivas circunscrições, que eram, para um a corte e a província da Estremadura, para outro as províncias de Entre-Douro-e-Minho e de Tras-os-Montes, para o terceiro as províncias do Alentejo e Algarve. A Junta reunia-se em conferência e dava despacho em dois dias certos de cada semana, e pertencia-lhe, além das funções de governo fiscalização e direcção, a escolha dos professores régios, tanto de primeiras letras como de ensino secundário, para todas essas escolas do país, precedendo concurso por provas públicas.

Eis a lista completa das 811 escolas e cadeiras subsistentes no princípio do século XVIII, distribuídas segundo as províncias e provedorias, onde se achavam colocadas.

Província de Entre-Douro-e-Minho

PROVEDORIA DE GUIMARÃES

Filosofia racional e moral em Braga.

Retórica e Poética em Braga e Guimarães.

Gramática e Língua Latina em Amarante, Braga, termo de Braga, Chaves, concelho de Filgueiras, Guimarães, Montalegre, Monte-Longo, Póvoa-de-Lanhoso, concelho de Vieira, e Vila-Pouca-d'Aguiar.

Primeiras letras em Alfarela-de-Jales, Amarante, couto de Apúlia, três em Braga, duas no termo de Braga, no couto de Cambezes, couto de Capareiros, Celorico-de-Basto, Chaves, termo de Chaves, concelho de Ermelo, concelho de Filgueiras, couto de Fonte-Arcada, Guimarães, termo de Guimarães, Gustei, concelho de S. João-de-Rei, concelho de Lanhoso, concelho de Santa-Marta-do-Douro, Mondim-de-Basto, Mantalegre, arrabaldes de Montalegre, couto de Moure, couto de Pedraído, couto de Pedralva, couto de Pombeiro, Póvoa-de-Lanhoso, couto de Pousadela, Prado, concelho de Ribeira-de-Pêna, arrabaldes de Ruivães, concelho de Vieira, concelho de Vila-Bôa-de-Roda, Vila-Pouca-d'Aguiar e couto de Vimieiro.

PROVEDORIA DE PENAFIEL

Gramática e Língua latina em Penafiel.

Primeiras letras na honra de Golegos, no concelho de Gouvêa-de-Riba-Tâmega, no couto de Mancelos, em Meão, couto de Paço-de-Sousa, Penafiel, termo de Penafiel, concelho de Porto-Carreiro, S. Martinho-de-Sernande, couto de Tuías, honra de Vila-Chaiz, e no concelho de Unhão.

PROVEDORIA DO PORTO

Filosofia racional e moral no Pôrto.

Retórica e Poética no Pôrto.

Língua grega no Pôrto.

Gramática e Língua latina em Aguiar, Baião, Maia, Matozinhos, duas no Porto, na Póvoa-do-Varzim, Refoios, Vila-Nova-de-Gaia.

Primeiras letras em Aguiar, no concelho de Avintes, Azurara, Baião, honra de Baltar, concelho de Bemviver, couto de Ferreira, S. João-da-Foz, duas na Maia, em Matozinhos, couto de Moure, concelho de Penaguião, couto de Pendorada, duas no Pôrto, em Refoios, Santiago-de-Lustosa, Seixezelo, Sever, Soalhães. Valongo, Vila-do-Conde, e duas em Vila-Nova-de-Gaia.

PROVEDORIA DE VIANA

Gramática e Língua latina na Barca, em Barcelos, concelho de Coura, Espozende, Melgaço, Ponte-do-Lima, Valadares, Valença-do-Minho, Viana, Vila-Nova-de-Cerveira, e Vila-Nova-de-Famalicão.

Primeiras letras em Albergaria-de-Penela, Baldreu, Barca, Barcelos, termo de Barcelos, couto de Correlhã, duas no concelho de Coura, S. Paio-de-Fão, couto de Fiães, couto de Fragoso, couto de Fralões, concelho de Geraz-do-Lima, honra de Larim, concelho de Santa-Marta-de-Bouro, Melgaço, Monsão, termo de Monsão, couto de Palmeira, Ponte-do-Lima, Regalados, S. Pedro-de-Riba-de-Mouro, couto de Sanfins, Valadares, Valença, termo de Valença, julgado de Vermoim, Viana, termo de Viana, honra de Vila-Chã, Vila-Cova, couto de Vila-Garcia, Vila-Nova-de-Cerveira, Vila-Nova-de-Famalicão, e Vilar-de-Frades.

Província de Trás-os-Montes

PROVEDORIA DE MIRANDA

Filosofia racional e moral, e Geometria em um curso bienal na cidade de Bragança.

Gramática e Língua latina em Algosos, Bragança, duas no termo de Bragança, em Miranda, Mogadouro, e Vinhais.

Primeiras letras em Aigosos, nos arrabaldes de Algosos, no Azinhoso, Bemposta, Bragança, termo de Bragança, Frieira, termo de Miranda, arrabaldes de Mogadouro, Vila-de-Outeiro, Sendim, Val-de-Prados, e Vilar-Sêco-da-Lomba.

PROVEDORIA DE MONCORVO

Gramática e Língua latina em Anciães, Mirandela, Moncorvo, termo de Monforte, Murça, Vila-Flor, e Vilarinho-da-Castanheira.

Primeiras letras em Alfândega-da-Fé, concelho de Anciães, Avelelas, Castro-Vicente, Freches, Freixiel, Lamas-de-Orelhão, Mirandela, termo de Monforte, Mós, Murça, Torre-de-Dona-Chama, Val-d'Asnes, Vila-Flor, e Vilarinho-da-Castanheira.

Província da Beira

PROVEDORIA DE AVEIRO

Gramática e Língua latina em Anadia, Angeja, Aveiro, Bemposta, Feira, Ovar, e Pereira-Juzã.

Primeiras letras em Albergaria-a-Velha, Anadia, Assequins, Aveiro, Avelans, Bemposta, Brunhido, duas em Cambra, Canelas, Couto-de-Esteve, Eixo, Estarreja, Feira, Ferreirós, duas

em Ilhavo, S. João-de-Loure, Macinhata-de-Seixa, Santa-Maria-d'Arrifana, Mira, Ovar, Ois-da-Ribeira, Paos, Pereira-Jusã, Recardães, Salreu, Sanguede, Sever, Trofa, e Vagos.

PROVEDORIA DE CASTELO-BRANCO

Filosofia racional e moral, Retórica e Poética, e Geometria, distribuídas em curso trienal na cidade de Castelo-Branco.

Gramática e Língua latina em Belmonte, Castelo-Branco, Idanha-a-Nova, Monsanto, Sabugal, Salvaterra-do-Extremo, Sarzedas, e Vila-Velha-do-Ródão.

Primeiras letras em Aicães, Belmonte, Castelo-Branco, Castelo-Novo, Penamacôr, Proença-a-Velha, Salvaterra-do-Extremo, Segura, Touro, S. Vicente-da-Beira, Vila-Velha-do-Rodam, e Zibreira.

PROVEDORA DE COIMBRA

Filosofia racional e moral, Retórica e Poética, e Geometria em curso trienal na vila de Arganil.

Línguas grega e latina em Arganil.

Gramática e Língua latina em Ançã, Ancião, Cantanhede, Condeixa, Espinhal, Figueira-da-Foz, Louriçal, Louzã, Monte-Mór-o-Velho, Pena-Cova, Tentugal, e Vacariça.

Primeiras letras nas Alhadas, em Almalaguez, Alvorge, Ançã, Ancião, Arazede, Arganil, Botão, Buarcos, Cantanhede, Carvalho, Cernache, duas em Coimbra, Condeixa-a-Nova, Eiras, Espinhal, Figueira-da-Foz, Gois, couto de Lavos, Louriçal, Louzã, Maiorca, S. Martinho-do-Bispo, Miranda-do-Côrvo, Monte-Mór-o-Velho, Pena-Cova, Penela, Pereira, Podentes, Poiares, Pombalinho, Pombeiro, Quiaios, Serpins, Taveiro, Tentugal, Vacariça, Verride, e Vila-Nova-d'Anços.

PROVEDORIA DA GUARDA

Filosofia racional e moral na Guarda.

Gramática e Língua latina em Avó, Celorico, Covilhã, Fundão, Gouveia, Linhares, Manteigas, Seia, e Tortuzendo.

Primeiras letras em Avó, Bobadela, Cabra, Candosa, Certã, Codesseiro, Covilhã, Ervedal, Folgosinho, Fundão, Gouveia, termo de Gouveia, Guarda, termo da Guarda, Jarmelo, Manteigas, MeIo, Mesquitela, Midões, Moimenta da Serra, Nogueira, Oliveira-do-Hospital, S. Romão, Seia, Seixo-do-Ervedal, Tábua, Teixoso, Tortuzendo, Valezim, e Vila-Cova-à-Coelheira.

PROVEDORIA DE LAMEGO

Retórica e Poética em Lamego.

Gramática e Língua latina em Almeida, Armamar, Castro-d'Aire, Cedavim, Celeiros, Freixo de Numão, Lamego, Lobrigos, S. Martinho-de-Mouros, Mesão-Frio, Penajoia, Penedono, Pêso-da-Rêgua, Rêsende, Sabrosa, Sedielos, Sernancelhe, Taboaço, Tarouca, e Vilar-Maior.

Primeiras letras em Alijó, Almendra, concelho de Aregos, Armamar, Arouca, Barcos, Barqueiros, Brediane, Carregal, Castanheira, Casteição, Vila-do-Castelo, Castelo-Bom, Castelo-Melhor, Castelo-Rodrigo, Castro-d'Aire, Cedavim, Celeiros, concelho de Chavães, Dornelas, Ervedosa, Favaio, concelho de Ferreiros-de-Tendais, Fonte-Arcada, Fontelas, Fontes, Freixo-de-Numão, Galegos, Gouvães, duas em Lamego, Leomil, Lobrigos, Lordelo, Lumiares, Marialva, S. Martinho-de-Mouros, Mêda, Mesão-Frio, Moimenta-da-Beira, Muxagata, S. Cris-tóvão-de-Nogueira, Parada-de-Pinhão, Paradela, Paredes-da-Beira, Penajoia, Penedono, S. Sebastião-de-Penso, Pêso-da-Rêgua, Pinheiros, Póvoa, Provesende, Ranhados, S. Mamede de-Riba-Tua, Sabrosa, Sande, Sedielos, Serva, Sindim, concelho de Sinfães, Souto, Taboaço, Tarouca, Távora, concelho de Teixeira, concelho de Tendais, Tôrre-do-Pinhão, Valdigem, Valença-do-Douro, Vila-Nova-de-Foz-Côa, Vila-Real, e Vilar-de-Maçada.

PROVEDORIA DE VISEU

Filosofia racional e moral em Viseu.

Retórica e Poética em Pinhel e Viseu.

Gramática e Língua latina em S. João-d'Areias, concelho de Azurara, Santa-Comba-Dão, Fornos-d'Algôdres, Mangualde, Mortágua, Olibeira-do-Conde, S. Miguel-d'Outeiro, Penalva-do-Castelo, Pinhel, S. Pedro-do-Sul, Tondela, Trancoso, Viseu, e Vouzela.

Primeiras letras em Aguiar-da-Beira, Alva, S. João-d'Areias, concelho de Azurara, Banho, concelho do Barreiro, Canas-de-Sabugosa, Canas-de-Senhorim, concelho de Carapito, Castelo-Mendo, Santa-Comba-Dão, concelho de Currelos, Ferreira d'Alves, Folhadal, Fornos, S. João de Lourosa, Maceira-Dão, Mangualde, S. João-do-Monte, Moreira, Mortágua, Oliveira-do-Conde, Oliveira-de-Frades, S. Miguel de Outeiro, Penalva-do-Castelo, Pinhel, Povolide, concelho de Ranhados, Rôriz, Sabugosa, concelho de Satam, concelho de Silvares, S. Pedro-do-Sul, concelho de Tavares, Tondela, Trancoso, termos de Trancoso, Viseu, termo de Viseu, e Vouzela.

Província da Extremadura

PROVEDORIA DE LEIRIA

Filosofia racional e moral em Leiria.

Retórica e poética em Leiria.

Gramática e Língua latina na Batalha, Caldas-da-Rainha, Leiria, Óbidos, Peniche, Pombal, Porto-de-Mós, e Sourc.

Primeiras letras em Aljubarrota, Atouguia, Batalha, Caldas-da-Rainha, Leiria, Óbidos, Peniche, Pombal, Redinha, Reguengo-Grande, e Soure.

LISBOA E SEU TERMO

Filosofia racional e moral quatro cadeiras nos conventos de S. Domingos, Graça, Jesus, e S. Pedro-de-Alcantara; outras quatro nos bairros de Alfama, do Rocio, Alto, e de Belém.

Retórica e Poética quatro cadeiras nos bairros de Alfama, do Rocio, Alto e de Belém.

Lingua grega quatro cadeiras nos mesmos bairros.

Gramática e Língua latina quatorze cadeiras, sendo duas em cada um dos bairros mencionados, e seis no termo, isto é, em Bemfica, Lumiar, Marvila, Oeiras, Quêluz, e Sacavém.

Primeiras letras dezanove cadeiras, dispersas pelos diversos bairros da capital, e mais treze no termo, que eram as de Bemfica, Bucelas, Carnaxide, Carnide, Charneca, Santa-Iria, Loures, Lumiar, Olivais, Sacavém, S. João-da-Talha, Via-Longa, e Unhos.

PROVEDORIA DE SANTARÉM

Gramática e Língua latina na Chamusca, Coruche, Pernes, e duas em Santarém.

Primeiras letras em Alcanede, Almoester, Assentiz, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Erra, Manique-do-Intendente, Montargil, Muges, Paialvo, Pernes, Pinheiro-Grande, Pontevel, Rio-Maior, Salvaterra-de-Magos, Santarém, Torres-Novas, e Val-de-Figueira.

PROVEDORIA DE SETUBAL

Filosofia racional e moral, Retórica e Poética, e Geometria em um curso trienal em Setubal.

Gramática e língua latina em Alcácer-do-Sal, Aldeia-Galega, Almada, Azeitão, Benevente, Cezimbra, Palmela, e duas em Setubal.

Primeiras letras em Alcacer-do-Sal, Alcochete, Aldeia-Galega, Almada, Azeitão, Camora-Corrêa, Canha, Caparica, Cezimbra, Palmeia, Seixal, e duas em Setubal.

PROVEDORIA DE TOMAR

Filosofia racional e moral, Retórica, e Poética, e Geometria, em um curso trienal na vila de Tomar.

Gramática e Lingua latina em Abrantes, Certã, Cinco-Vilas, Cortiçada, Figueiró-dos-Vinhos, Mação, Oleiros, Pampilhosa, Pedrógam-Grande, Punhete, Sardoal, e Tomar.

Primeiras letras em Abiul, Águas-Belas, Alvaiázere, Alvares, Arega, Assinceira, Atalaia, Barquinha, Belver, Cardigos, S. Miguel-de-Carregueiros, Certã, Cortiçada, Dornes, Envendos,

Figueiró-dos-Vinhos, Maças-de-Caminho, Mação, Oleiros, termo de Ourém, Pedrógão-Grande, Perucha, Pias, Ponte-de-Sôr, Punhete, Pussos, Rabaçal, Sardoal, Tancos, duas em Tomar, e Vila-de-Rei.

PROVEDORIA DE TÔRRES-VEDRAS

Gramática e língua latina em Aldeia-Galega-da-Merceana, Alenquer, Alhandra, Arruda, Cadaval, Cascais, Castanheira, Ericeira, Lourinhã, Olhalvo, Sintra, Sobral-de-Monte-Agraço, Tôrres-Vedras, Trucifal, Vila-Franca-de-Xira.

Primeiras letras em Aldeia-Galega-da-Merceana, Alenquer, Belas, Cadaval, Castanheira, Chileiros, Colares, Enxara, Ericeira, S. Lourenço-dos-Francos, Gradil, Lourinhã, Mafra, Olhalvo, Sercal, Sintra, Tôrres-Vedras, Trucifal, Vila-Franca-de-Xira, e Vila-Verde-dos-Francos.

Província do Alentejo

PROVEDORIA DE BEJA

Filosofia racional e moral em Beja.

Gramática e Língua latina em Alvito, Beja, Cuba, Ferreira, Odemira, Portel, e Vidigueira.

Primeiras letras em Alvito, Beja, Berigel, Cuba, Portel, Serpa, Vidigueira, e Vila-de-Frades.

PROVEDORIA DE ELVAS

Filosofia racional e moral em Elvas.

Gramática e Língua latina em Arraiolos, Elvas, Mourão, e Viana.

Primeiras letras no Alandroal, Aviz, Barbacena, Barrancos, Cabeço-de-Vide, Figueira, Monseraz, Montoito, Mourão, Ouguela, Paiva, Terena, Vila-das-Águias, e Vila-Boim.

PROVEDORIA DE ÉVORA

Retórica e Poética em Évora.

Língua grega em Évora.

Gramática e Língua latina em Estremoz, duas em Évora, Monte-Mór-o-Novo, Redondo, e Vila-Viçosa.

Primeiras letras em Arraiolos, Benavila, Cabeção, Cano, duas em Évora, Figueira do Alentejo, Monte-Mór-o-Novo, Seda, Viana-do-Alentejo, e Vila Viçosa.

PROVEDORIA DE OURIQUE

Gramática e Língua latina em Messejana, e Santiago-de-Cacém.

Primeiras letras em Aljustrel, Almodovar, Coles, Garvão, Padrões, Panoias, Santiago-de-Cacém, Vila-das-Entradas, Vila-Nova-de-Mil-Fontes.

PROVEDORIA DE PORTALEGRE

Filosofia racional e moral em Portalegre.

Gramática e Língua latina em Alegrete, Alter-dó-Chão, Amieira, Arronches, Castelo-de-Vide, Crato, Marvão, Monforte, Niza e Portalegre.

Primeiras letras em Alegrete, Alter-do-Chão, Amieira, Arronches, Assumar, Castelo-de-Vide, Chancelaria, Crato, S. João-de-Gafete, Gavião, Margem, Marvão, Montalvão, Niza, Portalegre e Póvoa.

Reino do Algarve

PROVEDORIA ÚNICA

Filosofia racional e moral em Faro.

Retórica e Poética em Faro.

Gramática e Língua latina em Faro, Lagos, Loulé e Silves.

Primeiras letras em Alcoutim, duas em Faro, em Loulé, Moncarrapacho, Sagres, Vila-do-Bispo, Vila-Nova-de-Portimão, e Vila-Real-de-Santo António.

*

Em resumo. A Universidade, nos princípios do século XIX, superintendia no Real Colégio das Artes, e nas seguintes escolas, que funcionavam por todo o país:

De Filosofia racional e moral	18
De Filosofia e geometria, em curso bienal	1
De Filosofia, Retórica e Poética, e Geometria em curso trienal	3
De Retórica e poética	11
De Língua grega	6
De Línguas grega e latina	1
De Gramática e Língua latina	213
De primeiras letras	558
Total	811

Doutor

José Joaquim de Oliveira Guimarães

1926

Doutor José Joaquim Oliveira Guimarães



Nasceu no Porto em 5 de Abril de 1877
Faleceu em Lisboa em 10 de Agosto de 1960

Carreira Académica

Matriculou-se em Teologia em 15 de Outubro de 1894

Bacharel em 25 de Junho de 1898

Licenciou-se em 16 de Março de 1900

Doutorou-se em 28 de Abril de 1901

Transitou para a Faculdade de Letras em 1911

Recebeu o grau de Doutor em Letras em 1 de Julho de 1916

Leccionou na Faculdade de Letras: Grego Elementar, Língua e Literatura Grega,
Filologia Clássica, Gramática Comparada do Grego e do Latim, Gramática Comparada
das Línguas Românicas, Filologia Portuguesa, Língua e Literatura Latina, Literatura Latina,
Pedagogia e Didáctica

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Secretário da Faculdade de Letras, Professor Bibliotecário da Faculdade de Letras, Director do
Campo de Jogos da Academia, Reitor Interino da Universidade de Coimbra, Director Interino
da Faculdade de Letras, Director da Faculdade de Letras



Faculdade de Letras

José Joaquim de Oliveira Guimarães

(Página deixada propositadamente em branco)

ORAÇÃO DE SAPIENTIA

RECITADA

NA SALA DOS ACTOS GRANDES

DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EM 16 DE OUTUBRO DE 1926

PELO

DR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA GUIMARÃES

PROFESSOR DA FACULDADE DE LETRAS

EX.^{MO} SR. PRESIDENTE DO MINISTÉRIO;
EX.^{MO} SR. MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA;
EX.^{MO} SR. REITOR DA UNIVERSIDADE;
ILUSTRES PROFESSORES E DOUTORES;
SENHORES ESTUDANTES;
MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES

Para reatar a tradição que circunstâncias ocasionais interromperam nos últimos tempos, realiza-se neste ano o primeiro trabalho docente da nossa Universidade com a leitura da oração de Sapiaentia, cuja história remonta porventura aos inícios desta Alma Mater.

Visto que se procura restaurar uma prática secular, não me afastarei do pensamento que a ditou, embora me permita interpretá-lo como as circunstâncias de tempo o devem exigir. Por isso embora ao elogio da Razão as

minhas palavras se encaminhem, não tomarei como tema o elogio global das ciências e a correlativa exortação ao seu cultivo, como estritamente ordenam os Estatutos. Seria de labor mais do que banal, além de inútil tarefa, visto que a ninguém é hoje lícito, por muito ignorante que seja, desconhecer, quanto mais pôr em dúvida, que a benéfica e profunda transformação que a sociedade sofreu nos últimos séculos e o fulgor da brilhante civilização que atingimos foi obra exclusiva da ciência e – mais ainda – que só nela podemos apoiar as esperanças de futuros progredimentos.

E no entanto – como a vida parece contraditória – o século passado, que foi sem dúvida o mais iluminado proscénio dos deslumbrantes triunfos da ciência no decorrer das idades, longe de querer assinalar o final do seu curso com a sua apoteótica consagração, mostrou pelo contrário um singular comprazimento em secundar as vozes dos que, com a autoridade de nomes consagrados, lhe proclamaram escandalosamente a bancarrota. É certo que essas tentativas de abertura de processo de falência, que aí por 1895 vozes dissonantes procuraram esboçar contra a obra científica, foram clamorosamente repelidas com as mais veementes e sinceras protestações, que em côro se ergueram; mas se bem prescrutarmos o estado de consciência com que os contemporâneos acolheram o tumultuar dessa discórdia, hemos de reconhecer que não deixaram de ter acomodado eco na profundidade das almas as vozes dos novos iconoclastas. O final do século findo foi de facto um momento de pessimismo intenso, que por igual abrangeu, assim a consciência das multidões, como o pensamento dos filósofos.

Previsão sombria da catástrofe que se avizinhava como consequência inevitável do próprio espírito do século; movimento cíclico do fluxo das ideias que marca as sucessivas etapas da evolução mental no decorrer dos tempos; simples testemunho da versatilidade humana, que ama a geração rítmica do louvor e do vitupério em projecção das alternativas de prazer e dor que caracterizam a vida?

Todos êstes factores contribuíram com a sua correlativa quota parte para a criação dêste singular estado de alma, mas uma causa mais profunda e mais intensa representou a mola real dêste depressivo sentimentalismo. A razão do pejorativo conceito com que alguns sábios, seguindo a esteira de Brunetière, e a multidão de divulgadores que costumam macular-lhes o pensamento, capi-

tularam a ciência, foi na verdade singularmente fútil. Esse grande sonhador que foi Renan dera-se à ingénua fantasia de restaurar o mito da idade de ouro que a emoção antiga gerou, mas sàbiamente relegara ora para um passado inacessível ora para um futuro inabordável, profetizando imprudentemente o seu advento num futuro próximo sob a égide da Razão, que cientificamente viria organizar a humanidade; e alguns dos seus acólitos de menor envergadura, mas mais avantajado estôfo para a efabulação romanesca, logo se apresaram em descortinar em algumas hipóteses científicas, engendradas com mais largo vôo como meras virtualidades de racionalização da Natureza, a fórmula iniludível de soluções definitivas dos mais transcendentales problemas do pensamento e da actividade humanas.

Ora se a obra da ciência não tivesse tido precisamente o mérito de demonstrar que em perfeita antítese com o homem antigo que, por tudo julgar saber, quasi nada conheceu, o homem de hoje, por ter alfim alcançado a consciência das causas da sua ignorância, alguma coisa sabe, uma simples consideração histórica daria a prova da inconsistência do conceito de Renan. Bastaria realmente ponderar que com três séculos de cogitação helénica, a que se seguiu um longo período durante o qual, embora sob certos aspectos de intensa criação espiritual, nem mesmo todo o tesouro adquirido se conservou intacto, e com mais quatro reduzidas centúrias de labor moderno, a humanidade não teria podido, por exiguidade de tempo, fazer a integral sondagem da imensidade da Natureza. Avisadamente andaria por isso a crítica se, cotejando o romântico caleidoscópio imaginado por impressionistas de imaginação alada, com o quadro severo e sóbrio que a visão exata do real haveria de esboçar, fizesse notar a disparidade, provocasse a representação do contraste, para opôr barreira firme aos desvairos da fantasia. Mas como a crítica se não fez, no geral, com a lógica da razão, mas com as razões do sentimento, como críticos e criticados eram afinal da mesma contextura intelectual, calcu-riavam a mesma estrada, embora em direcções opostas, natural foi que à fantasia apenas a fantasia viesse dar combate. E desta guisa sucedeu que da mera consignação da actual insuficiência do pensamento para a solução de certos problemas se inferisse, ou para melhor dizer, se encontrasse pretexto para decretar, em nome duma mais do que conjectural penetração do problema do conhecimento, a incapacidade absoluta da razão ou do método científico que

a encarna para a resolução de algumas das mais vitais exigências da consciência humana.

Talvez a feição puramente sentimental dêste estranho parecer não merecesse os cuidados da vossa atenção, se ela apenas representasse um dos muitos desvios a que, por acção da emotividade, a razão está sujeita e de que a história da filosofia fala com abundância.

Mas é que, meus senhores, se êste debate teve o demérito de pôr mal um problema, teve por outro o incontroverso valor de descobrir, de pôr em foco, o mais grave talvez de todos os problemas que preocupam a consciência contemporânea. Da consideração dos motivos determinantes desta querela podemos nós inferir a razão explicativa da transformação que na ordem das ideias representa o advento pletórico das chamadas filosofias anti-intelectualistas, que hoje imperam e se propõem dar-nos aquele acôrdo íntimo, aquela paz e harmonia de consciência, que a Razão nos parece ter furtado, e até na ordem dos factos a obsecante preocupação do regresso às fórmulas do passado, em que indivíduos e nações obstinadamente procuram encontrar a condição de uma sobrevivência mais feliz.

Disfarçada ou nitidamente, directa ou indirectamente, a obra do século findo parece não merecer os aplausos da consciência hodierna.

Êste é o facto ou pelo menos a aparência do facto.

O pensamento, tão desolador como falso, que levou Bourget através de um factício psychologismo, a vislumbrar no *Disciple* da obra da sciência um monstro inevitável, imunda máquina de prazer ao serviço de outra não menos repugnante máquina de cálculo, encontra em muitos fácil acolhimento, e o título escandaloso da obra com que Leon Daudet se afoitou a falar na estupidez do século XIX talvez traduza apenas, pela forma contundente da elocução polémica, o conceito que em mil perífrases mais suaves nos provoca a representação das misérias do *post-bellum*. Mas então é lícito perguntar: se apenas a um juízo erróneo, qual foi o da confusão da obra real da sciência com as inconsideradas promessas em seu nome feitas por alguns divulgadores de menor imputação, poderá atribuir-se o depreciativo conceito com que foi julgada a sua acção, porque é que uma vez desfeito o equívoco, se mantêm ainda a reserva com que acolhemos o esforço da razão para a conquista da felicidade humana?

Duas palavras constituem a resposta. O século passado que, por eficiência da sua operosíssima criação científica, transformou brusca e radicalmente a vida social, forçando a consciência à correlativa formação de novos juízos de valor sôbre as realidades recém-criadas, não pôde, não quis ou não soube organizar uma filosofia e talvez em seu prolongamento uma organização social que reconhecesse, organizasse e hierarquizasse convenientemente êsses valores, pondo em perfeita equação o mundo interno consigo mesmo e com o externo.

Ora se o homem pode prescindir de ciência para realizar o seu destino terreno, não pode viver como homem, senão apenas como puro autômato, sem uma qualquer filosofia pela qual pautar a sua conduta, que o ponha conforme consigo mesmo e com a ambiência, que lhe dê a consciência da função que desempenha na sociedade, que nela o integre voluntária e conscientemente, isto é, sem revolta, que esgota e atormenta, sem conformismo que degrada e avilta. As novas condições de existência que a intensa industrialização dos produtos provocou por virtude da invenção científica criaram necessidades, aspirações, tendências, desejos, sentimentos, enfim, virtualidades de conceitos valores que a obra filosófica das eras passadas ignorou e por isso não reconheceu, nem organizou, nem seriou acomodadamente. Dessas filosofias apenas a que o Cristianismo encarna, por singularmente humana, apesar de assentar na Revelação, tinha ensanchas para se adaptar às exigências das novas realidades sociais. Mas entre outras duas causas determinaram a sua inoperosidade na emergência: por um lado uma certa oposição inicial por parte dos seus organismos dirigentes ao reconhecimento de certos valores, por terem sido um tanto facciosamente erguidos em detrimento da sua economia doutrinal, o que gerou um mútuo sentimento de desconfiança, e por outro a decidida animadversão do espírito do século por toda a elocubração intelectual, por todo o corpo de doutrinas que não fôsse pautado pelas regras estritas do método científico e conseqüentemente por toda a especulação filosófica que ultrapassasse a superfície da fenomenalidade, que tentasse penetrar nas realidades ontológicas, numa palavra, que atingisse a metafísica, cujo descrédito era irreparável.

É certo que à guisa de filosofia do século inumeros sistemas menores de moral teórica se engendraram para fundamentar e racionalizar a vida da cons-

ciência, mas para evidenciar a sua global inanidade, que de um vício de origem emergia, não será necessário reeditar a longa crítica, feita e refeita por todos quantos - e são legião - se entregaram à tarefa de tratar da chamada crise da moral contemporânea. Um simples raciocínio lógico dará a prova convincente da sua vacuidade. Cada um dêesses sistemas ou hipóteses arvorou um princípio peculiar, que não era mais do que uma representação esquemática, um resumo mais ou menos feliz, a mera expressão abstrata dalguns dos caracteres comuns das regras da moral e dele procurou inferir por via dedutiva as normas da conduta. Inventaram uns a simpatia, outros o utilitarismo, certos a evolução, alguns a razão prática, muitos o solidarismo e tantíssimas outras fórmulas gerais, mas - caso interessante - todas chegaram às mesmas conclusões, à justificação dos mesmos valores, que foram - o que é mais interessante ainda - precisamente aqueles que a moral tradicional tinha fixado. Ora se de princípios heterogêneos não podem emergir as mesmas conclusões, uma de duas inferências temos a aceitar: ou tais princípios não são verdadeiros princípios, mas apenas meros *flatus vocis*, simples fórmulas sem significado real, ou então o processo lógico pelo qual se fez a dedução foi nitidamente sofisticado, apenas aparente. Inclino-me para a primeira ponta do dilema, por saber que tais fórmulas ou são apenas o resultado de uma intuição superficial ou de uma indução viciosa, não tendo atingido toda a realidade do facto ético, para concluir que a consciência contemporânea nos domínios da actividade moral tem vivido de facto na independência de qualquer direcção superior, um tanto ao sabor do instinto, muito sob a influência dos hábitos adquiridos, um pouco pela lição da experiência isolada, em muitíssimos casos apenas sob a acção da lei civil, breve, num quási total amoralismo.

Daqui a impressão de tédio que assoberba muitos, o estado de revolta que tortura alguns, o de indiferença cómoda que a maioria aceita, numa palavra, o scepticismo desolador que rouba à consciência a potencialidade para a criação de ideais, convicções e crenças, que são o pábulo indispensável das sociedades sãs, e tem pôsto os povos e as nações à mercê dos aventureiros e dos medíocres, que só por mercê da instabilidade das consciências e da anarquia mental podem triunfar.

Apenas na velha Europa continental um povo soube erguer e assegurar uma moral verdadeiramente viva. Para mal de todos, porém, afeiçoou-a a um

ideal estreito, anacrónico e desacomodado à consciência humana na hora alta da civilização em que vivemos e por isso em brusco declive, veio precipitar-se, para em fumo se dispersar, nos plainos gloriosos que serpea o Marne.

E não há esperanças na mutação da scena que os nossos olhos já cansados veem com desgosto?

A alma colectiva é de uma sensibilidade um pouco dura. Apenas reage às impulsões fortes, só opera o trabalho de síntese das operações individuais a altas temperaturas e em regra apenas na dôr intensa, nos paroxismos da decepção profunda adquire plena consciência de si mesma para se afirmar então com nitidez e impetuosidade. É de crêr por isso que a dolorosa crise pela dura experiência dos últimos tempos provocada a sacuda e abale, forçando-a à fórmula duma crença e à arquitectura de uma organização que, condicionando uma estabilização de valores com certa durabilidade, torne mais suave e mais harmónica a existência colectiva, rarefazendo assim poderosamente a densa atmosfera de pessimismo que ora nos envolve.

Mas onde hibernam e em vida latente se mantem as ideias que a alma colectiva terá de vivificar e onde se ocultam os princípios que a sociedade há de corporizar em ordem à realização de tão transcendente desideratum?

Suponho não estar muito longe da verdade presumindo que tanto a profunda obra de análise realizada pela especulação filosófica e científica, como a variada e esclarecida experiência social dos últimos séculos, carregaram já todos os materiais necessários para a construção, faltando apenas que numa síntese viva consubstancie e em fórmula precisa funda as parcelas de verdade que em estado de dissociação compõem o nosso património intelectual.

E tudo leva a crer que as condições estão postas para a eclosão dêste remate de tão porfiada obra.

Parece realmente que a alma humana que na sua tão torturada como gloriosa traversia pela última centúria ensaiou progressivamente todas as suas virtualidades, tendo estuado no delírio de um sentimentalismo generoso no seu início, para repousar depois na positividade de um intelectualismo pujante e creador, gerando alfim um pragmatismo utilitário e prático; que foi romântica, realista e mística; ensaiou o ideal da Justiça na democracia, experimentou o êxito da força no imperialismo e preparou na organização comunitária um quimérico equalitarismo - e no fim da jornada, longe de encontrar a socie-

dade ideal que demandara, descobre que apenas acumulara motivos de dissociação e de desequilíbrio, que, pondo os homens e os grupos em conflito, determinaram a mais portentosa conflagração que a história regista, se julgou obrigada em tão crucial emergência a trazer ao campo da sua consciência o conspecto geral da obra efectuada. E talvez êsse exame, a julgar pelo que estamos observando, lhe tivesse demonstrado que as causas do seu insucesso se encontravam nas imperfeições do método com que demandara a verdade, porque, em vez de a solicitar à eficiência solidária e harmónica de todas as virtualidades espirituais, à alma inteira, como preconiza o ideal platónico, a tinha solicitado ora a uma, ora a outra, numa dispersão de energias que lhe diminuiu poderosamente o dinamismo.

Esta obra foi singularmente dispersiva nos domínios da especulação filosófica, que nos tempos modernos procurou organizar a teoria dos fins da actividade ou seja da moral.

Posta de parte a partir de certa época a solução que lhe fôra dada pela ética religiosa, que durante tantos séculos informara as sociedades europeas, com o pretexto de uma irreductível incompatibilidade entre o espírito científico e o teológico, ficaram em campo os sistemas de moral chamada filosófica de base ontológica. Fácil porém foi reconhecer que por assentarem em apriorismos perfeitamente arbitrários, por terem erguido à dignidade de princípios conceitos absolutamente vazios de significado, autênticos truismos, nenhuma dessas fórmulas proporcionava um critério objectivo de moralidade, que à consciência fornecesse direcções concretas, fins nitidamente assinalados, que a um tempo se acomodassem ao pleno desenvolvimento da personalidade e garantissem a harmonia e estabilidade da convivência social.

Esta foi a primeira crise da moral filosófica.

Apelou-se então para a ciência. Tinha esta logrado, pelo emprêgo do método experimental, não só a aquisição de conhecimentos certos, susceptíveis de permanência e contínua adição, como ainda a possibilidade de uma acção eficaz sobre a natureza, realizando assim integralmente o ideal que mais acrisoladamente concebera a Renascença.

A descoberta de numerosos nexos causais entre os fenómenos, expressos com precisão e rigor em relações numéricas assinalou-lhe um novo progresso, fundamentando a esperança mais ousada de dar plena realidade à

intuição kantiana, que postulava a existência de um nexos necessário entre as coisas, assim como à presunção cartesiana de reduzir a elementos matemáticos os factos da natureza. Orgulhosa dos seus êxitos, deslumbrou-a então a preocupação clássica de encontrar a fórmula do Universo, dando ensanchas à concepção dos grandes sistemas que ambicionado o conhecimento absoluto da natureza das coisas tiveram a veleidade de tentar haurir dos dados da experiência, por ousadas generalizações, os elementos constitutivos do arcaboço lógico do mundo. Como numa feería, o Cosmos aparece então na romântica concepção de alguns sábios como a desenvolução maravilhosa de um princípio único, matéria ou energia, que em progressivas transformações do mais rígido mecanismo se desprendia na exuberante pluralidade que deslumbra a sensação.

Esta concepção dogmática da ciência teve, como era natural, a sua ajustada repercussão nos domínios da moral e numerosos foram por isso os sistemas, que seguindo o modelo das construcções filosófico-científicas procuraram inferir de um princípio único, alcançado agora por via indutiva, as regras da conduta.

Mas a êste sonho de incontente imaginação em breve sucedeu em tranquilo despertar a reflexão crítica, que marcou à ciência uma mais reduzida esfera de actividade creadora e à teoria dos fins da actividade uma mais modesta função.

Circunscrevendo-se aos precisos limites da experiência, que força a natureza a repetir-se, a obra do experimentador limitou-se ao conhecimento das relações relativamente constantes que prendem os fenómenos, pois só estas podem constituir a objectividade permeável ao espírito, porquanto representam o traço de união constante e perceptível entre as sensações fugidias, fluidas, inapreciáveis, que em série contínua afluem ao limiar da consciência.

A ciência contemporânea, atingindo então a verdadeira positividade, reconhece que lhe é vedado toda a especulação ontológica, que o relativismo é a sua condição e o seu limite, contentando-se em ser, segundo a definição de Poincaré, um mero sistema de relações inter-fenoménicas, uma metódica conjunção de factos chamados científicos, minuciosamente apurados pelas respostas que a natureza formula aos questionários que através das hipóteses os sábios lhe apresentam.

As teorias gerais, os grandes princípios são sem dúvida construcções legítimas, não só porque nos habilitam a prevêr a experiência futura, a racionalizar a natureza, mas ainda porque, cómoda e facilmente, permitem a transposição das qualidades puramente subjectivas e inexpressíveis pelo discurso, nas quantidades, por todo o pensamento apreensíveis, condicionando uma construção mental, paralela e acomodada à natureza das coisas, em que a confusa pluralidade do universo é reduzida a símbolos facilmente manejáveis nas combinações lógicas que constituem a vida do raciocínio.

As applicações desta concepção crítica do valor da sciência aos sistemas de moral filosófica de feição indutivo-deductiva provocou a sua completa ruina. Reconheceu-se efectivamente que os supostos princípios em que se alicerçavam as morais hedonistas, utilitárias, etc., não eram mais do que a fórmula verbal de algumas das condições ou consequências gerais da actividade e jamais envolviam um critério seguro pelo qual em casos concretos, referidos a condições precisas de tempo e de logar, se pudesse determinar o valor moral de qualquer acção. Desta maneira eliminando-se, com um só golpe, a multidão de sistemas filosófico-científicos, excogitados para fundamentar e justificar a crença indefectível da consciência na existência de uma moral, duma regra suprema da conduta, imperativa e sancionada, uma segunda fase da crise da moral se manifestou, mas mais aguda e impressionante do que a primeira, porque coincide na ordem do tempo com a criação de novas condições de vida, de novos valores morais, que careciam imprescindivelmente de uma racionalização eficaz, a fim de se evitar que a anarquia dos juízos individuais da mais heterogénea contextura tornasse crítica a existência das colectividades.

Nêste estado de angústia as opiniões dos filósofos e dos cientistas dividiram-se em dois partidos distintos, que ora ocupam a arena do debate. Opinam uns pelo reconhecimento formal da incapacidade da sciência para a organização de uma teoria moral, com o fundamento de que a sciência se formula no modo indicativo, procura conhecer o que é, pronuncia juízos existenciais, juízos de facto, ao passo que a moral se enuncia no modo imperativo, intenta descortinar o que deve ser, profere juízos qualitativos ou de valor, numa palavra, é a teoria dos fins e êstes, como já dizia Aristóteles, não se demonstram: vislumbram-se, intentam-se, por um acto de vontade ou sob o

impulso dos sentimentos e tudo isto perante o critério da ciência é uma negação extreme. Outros porém, convictos de que só a ciência é geradora de verdade, só a razão liberta da influência perturbadora do sentimento é verdadeiramente inteligente, sustentam com pertinácia que embora o conhecimento científico não intente fins, não formule imperativos categóricos, mas apenas imperativos hipotéticos, não pode engeitar contudo o dever que lhe assiste de contribuir eficazmente para a progressiva perfeição da sociedade, nem prescindir do direito de formular os grandes ideais. Para estes, os ideais verdadeiros são apenas as possibilidades desejáveis, e sobre possibilidade e desiderabilidade só a ciência se pode pronunciar, pois só ela nos esclarece ao mesmo tempo sobre as leis da realidade, que determinam os possíveis e sobre as leis da natureza humana, que condicionam o desejável.

Aproveitando-se da renúncia de muitos à penetração do problema moral pelos critérios da ciência, ao tablado da exibição filosófica tem acudido em tropel numerosos sistemas anti-intelectualistas e vai assim assistindo a nossa época ao êxito fácil de teorias intuicionistas, fideistas e pragmáticas, que, desdenhando da razão, do conhecimento indirecto, discursivo, procura entregar à visão misteriosa das energias cripto-psíquicas, aos vislumbres confusos da região sublimiar da consciência a solução dos problemas da acção, como se das trevas pudesse surgir a luz ou da confusão emergir a ordem.

Começa a ser mundana e elegante a crítica do scientismo e por isso em nova fase cíclica, sem dúvida efémera, de novo assistimos à reviviscência da sofística grega, do nominalismo medieval, do scepticismo moderno e até, traduzido em termos científicos, da teoria maquiavélica dos fins a justificar os meios, qual é a já popularizada doutrina de William James que arvora em critério da verdade não a racionalidade dos juízos, mas a verificabilidade no campo da experiência científica e o puro êxito na esfera da experiência moral e social!

Estamos envoltos numa densa atmosfera de empirismo e de subjectivismo, que a despeito da sua superficialidade, ou talvez por isso mesmo, começa também a difundir-se entre nós e a que, sem reparar na contradição, até a apologética contemporânea, menos ciosa do que outróra dos direitos da razão, se subordina jubilosamente.

Não desiste porém o espírito científico da tarefa que se impôs de estabelecer em termos de experiência e de razão os fundamentos da moral e de toda a parte, no livro, como na conferência, na cátedra da escola, como na tribuna dos congressos o problema se impõe tão imperiosamente como imperiosa é a ânsia de otimismo e de autoridade, que reclama a consciência na angustiosa crise de confiança, tanto nos homens como nas coisas, por que estamos atravessando.

Ninguém pensa em restaurar qualquer dos ruídos sistemas metafísicos ou alguma das construções de lógica dedutiva já desfeitas, mas a obra crítica que serena e imparcialmente vai recolhendo as parcelas de verdade que a especulação antiga envolveu na trama cerrada das sistematizações tendenciosas, assim como a acção construtiva que todas as sciências da natureza e do espírito vão dia a dia realizando pelo esclarecimento das condições de existência e de evolução, assim da vida das consciências como das sociedades, a cada instante veem amontoando os materiais para a construção da síntese moral, de delineamentos já esboçados, que o nosso século há de necessariamente fundir no cadinho da razão ao fogo da dor, que o espectáculo da desordem das sociedades contemporâneas nos evidencia com as proporções do trágico emocionante.

Há pouco era a Biologia, que com o prestígio do nome consagrado de Metchnikoff se propunha eliminar do mundo a doença, a velhice patológica e o terror da morte, - que há já dezenas de séculos e no longínquo Oriente o triste Sakia-Muni vislumbrara como as causas do mal na terra, - pela organização de uma arte prática de bem viver, uma técnica com base científica, um ideal de existência capaz de reunir todos os homens numa espécie de religião, sob cuja égide se formariam uma política e uma justiça racionais, aptas a fazer raiar enfim a felicidade entre os homens. A arte de bem viver, a ortobiótica, compreendendo a sciência da velhice e da morte, a gerontologia e a tanatologia, teria por principal objectivo a eliminação das desarmonias da natureza humana em ordem a preparar a perfeita adaptação do homem ao seu meio. Sujeitos às regras da ortobiótica, os homens, evitando o luxo, os prazeres nocivos e todas as causas de decadência fisiológica, conseguiriam com o auxílio das sciências médicas eliminar a doença, evitar a velhice patológica, essa espécie de longa enfermidade que na artério-esclerose assume a sua forma

específica, transformando-a na velhice normal ou fisiológica, sem perturbações, nem misérias e seria então acompanhada, ao atingir o termo de uma normal evolução, do eclipse da vontade de viver, da metamorfose do instinto vital num instinto de aniquilamento, donde surgiria a ideia da morte, sem terrores nem sobresaltos, como epílogo natural de uma vida vivida nobremente sob a lei santa da natureza.

Sem dúvida há muito sonho e muita fantasia poética na ideologia científica de Metchnikoff. Grandes teem sido os progressos das sciências médicas, em boa parte devidas aos estudos de microbiologia, a que o sábio continuador de Pasteur dedicou uma vida inteira de glória científica. Mas não nos esqueçamos que no combate à doença a medicina encontrará um obstáculo invencível aos seus esforços na acção indomável dos agentes externos do morbo, nas grandes fôrças da natureza, na constituição do solo, no clima, na temperatura, que a sciência jamais dominará senão obedecendo-lhe, e que o ideal de existência que o biologista pode inteligentemente conceber, ou seja a vida de plena e perfeita adaptação às condições ambientes, o imóvel e definitivo equilíbrio do indivíduo com o meio, a existência instintiva, sem esforço, sem hesitações, sem sofrimento, perfeitamente automática; a vida sonolenta e obscura, sem previsão, sem memória; a vida que pudesse ser uma soma de instantes, condensados sempre num momento presente, é a vida absolutamente irreal, totalmente impossível para um ser inteligente e racional como é o homem. Se fôsse possível, seria indesejável: far-nos hia descer à escala dos brutos.

Mas se a ortobiótica, como mais de longada poderia demonstrar-se, não pode ser uma moral, ninguém contestará que é um dos seus capítulos mais luminosamente redigidos, enquanto nos demonstra os motivos racionais e actuaes das regras da conduta que definem os nossos deveres para conosco mesmo e a espécie.

Outro não menos lúcido foi proporcionado pela obra colectiva da escola sociológica, a que presidiu Durkein e ainda hoje mantem o primado nos domínios da acção científica que procura desvendar os princípios da ética. A ela devemos o conhecimento das origens sociais da moral, a determinação precisa do fundamento da obrigação, a descrição exacta das operações da lógica sentimental que orientam a formação dos juízos qualitativos, dos chamados juízos de valor moral, e com estes elementos, já definitivamente apura-

dos, podemos balizar com segurança o terreno em que deve alicerçar-se a filosofia da acção.

Já hoje sabemos de facto que o conteúdo da moral é constituído não por juízos existenciais, de facto ou objectivos, como são os que compoem o património científico, mas bem diferentemente por juízos de valor, juízos qualitativos, ou seja por afirmações de relação entre percepções e estados efectivos, que a reflexão crítica, imposta pela experiência social ao pensamento superior dos inovadores, vai seleccionando em progresso contínuo, como já não ignoramos totalmente a mecânica que condiciona a integração na consciência colectiva destas selecções de juízos, em ordem a garantir a aceitação e execução dos princípios que, em precisas condições de tempo e de lugar, podem contribuir para a vida normal das colectividades e dos povos.

Deve-se esta poderosa contribuição para o conhecimento e determinação do problema moral às fecundas investigações realizadas pela ciência dos costumes nos domínios da etnografia, porque tendo incidido, segundo os processos do método científico, sobre a consignação exacta e justa interpretação dos factos, em vez de pairar, como outróra, no vácuo das especulações puramente racionais, nos proporciona elementos positivos, entre os quais é já possível descortinar relações legais, traduzíveis por conceitos, que entre si prendem os fenómenos da vida moral.

A passo lento mas seguro vai caminhando a humanidade no sentido de um progressivo depuramento dos costumes, que praticamente se traduz pela consignação nas legislações dos povos cultos de garantias de exequibilidade de preceitos que, embora preconizados há muitos séculos, como ideais aspirações de perfeição individual, ainda não tinham encontrado nas realidades da vida a adequada execução, como sob o aspecto teórico se revela pelo porfiado interesse com que os problemas morais preocupam o pensamento e até a emoção dos mais lúcidos espíritos.

Precisamente à hora que vai passando deve estar reunido em Roma o IV Congresso de Educação Moral, que tem como principal objectivo a fixação de uma pragmática internacional, e em que terão voz os mais autorizados filósofos e pedagogos de todo o mundo.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Não ajustei as leves considerações que deixo esboçadas àcerca do interesse com que a nossa época se ocupa do problema moral ao mero propósito de em nota erudita dar conta dos porfiados esforços com que em todos os países cultos se procura organizar e fundamentar em bases científicas um código de deveres morais e condicionar a sua prática, e muito menos ao reservado intuito de preparar a apologia de qualquer sistema para que a minha razão e a minha simpatia se inclinem mais particularmente.

Não obtemperaria às condições de tempo e de lugar e até às da comissão que me outorga o uso da palavra neste momento, se tais propósitos porventura tivesse concebido.

Alinhavei-as tão somente com o objectivo de ordenar a documentação estritamente indispensável para me habilitar a pôr em fóco, pela evidência do contraste, um dos aspectos da vida nacional que me parece carecer de mais profunda reformação.

A indiferença com que no nosso meio, e sobretudo nos últimos tempos, se tem tratado o problema moral é tão manifesta e tão impressionante, que não pode deixar de causar sérias apreensões a todos quantos se preocupam com os destinos da nacionalidade, e não ignoram que eles não serão o resultado da mágica eficiência das palavras otimistas com que os declamadores, em arrancos de patriotismo retórico, os vislumbram, mas pelo contrário bem conhecem que hão-de ser o produto necessário das causas reais que a nossa actual acção puser como condicionamento de futuros eventos, e que uma delas estará precisamente na natureza da estrutura moral da sociedade presente.

Ora se consultarmos os diversos documentos que traduzem as correntes espirituais do nosso meio, as criações dos poetas e dos romancistas, os trabalhos dos nossos cientistas e críticos, a obra dos nossos jornalistas e autores dramáticos, as teses dos conferentes eruditos e até as injunções dos agitadores, e sobretudo a produção dos nossos legiferantes, que certamente se não poderá reputar escassa, haveremos de notar com surpresa que, salvas algumas excepções, o problema moral, ao menos sob o ponto de vista crítico e construtivo, é tão sistematicamente afastado, que quasi seríamos forçados a crêr

que, por uma singular imunidade, a crise moral contemporânea nos não tocara, se nesses mesmos documentos não encontrássemos a prova iniludível de que não só a acompanhamos, como era natural, mas até lhe prestamos uma valiosa contribuição, robustecendo-a com algumas formas originais.

E contudo o problema é gravíssimo e não encontrará remédio adequado nem nas lamentações absolutamente estéreis, nem nas imprecações totalmente inúteis com que os raros, a quem a visão dos estragos da nossa apavorante crise de costumes impressiona, tem julgado poder solucioná-lo. O caminho tem de ser muito outro. Importa antes de tudo descobrir as causas do mal e aplicar depois os meios mais aptos para o eliminar ou ao menos atenuar.

Ora se nos quisermos dar ao estudo da etiologia da nossa crise de consciência, que se caracteriza tanto pela discrepância, pela divergência com que cada um de nós valoriza as representações que condicionam a acção, como pela ausência de uma disciplina interna que ordene os movimentos da sensibilidade, facilmente descobriremos que se em boa parte ela é o produto das condições geográficas, étnicas e históricas que presidem a constituição da nossa personalidade colectiva, em parte bem maior é assim o lamentavel resultado da insuficiência dos processos educativos que temos empregado, como a consequência, quer da frouxa acção com que os poderes do Estado tem combatido as fontes da imoralidade, quer da falta de uma organização da sociedade que melhor garanta, do que a actual, a útil e concordante acção dos cidadãos.

Se é realmente certo que entre nós se operaram mais bruscamente do que em qualquer outro povo da Europa ocidental as transformações sociais e políticas, que imprimem cunho à nossa época, o que determinou uma inconsciente falsificação das realidades, que continuaram a ser vistas através das representações habituais das coisas análogas bruscamente desaparecidas, e por outro lado é também incontestável que a nossa situação geográfica, a tendência emigratória da nossa população e o feitio imitador do nosso espírito permitiram que no nosso meio se operasse a convergência de ideais, hábitos e técnicas de acção da mais heterogénea proveniência, o que contribue para quebrar a unidade moral do nosso povo, certo é também que todas estas causas de dissociação se teriam esbatido progressivamente, se porventura uma

forte e bem esclarecida acção educativa tentasse, como outróra, ainda que por outros meios, uniformizar as consciências, armando-as de poderes inibitórios da efectivação de tendências de valor moral negativo e robustecendo-as concordantemente com representações tendentes a encaminhar a desiderabilidade no sentido dos reais interesses da espécie e da grei.

Nada disso se fez com a previsão e continuidade que tão momentoso problema demandava.

Os ideólogos do liberalismo, compreendendo que a nova organização do Estado que implantavam, por assentar na liberdade política e no sufrágio directo, exigia da parte dos cidadãos não só uma clara consciência dos interesses da colectividade, mas ainda uma convergência de actividades no sentido de uma boa harmonia social, deu-se à faina de organizar a cultura nacional, entregando à escola o mister de dirigir a instrução informativa e às forças morais representadas pela organização religiosa, que enfaixara a nacionalidade e a encaminhara aos seus destinos históricos, o encargo de orientar a instrução educativa.

Mas ou porque essa ideologia política não assentasse na consignação exacta das relações naturais que constituem a trama da nossa vida colectiva, mas apenas em uma concepção sentimental alheia às realidades, ou mais ainda talvez porque aos factores de educação cívica que a hipótese liberalista previra se não outorgou a amplitude e liberdade de acção de que imprescindivelmente careciam para se tornarem poderosamente eficientes, o certo é que os resultados ficaram muito àquem das esperanças concebidas, se é que de facto não foram precisamente opostos aos que se intentaram.

A tentativa que oitenta anos depois se ensaiou, com a esperança, que o tempo infelizmente tornou illusória, de que a mera substituição de alguns organismos políticos, bastaria para condicionar uma vida de relação mais consentânea com os interesses do agregado nacional, não logrou resultado mais lisongeiro. A outorga da liberdade à organização religiosa que conseguira fixar uma pragmática de valores morais de incontestável eficiência social, como a sua longa história o testemunha, foi sem dúvida um passo agigantado que se deu no sentido de lhe permitir uma mais profícua acção moralizadora no meio social, mas faltou da parte do Estado a obra complementar de assistência às consciências em formação, que inalienavelmente lhe competia, muito

particularmente desde que se desinteressou por completo da colaboração das confissões religiosas.

Desta maneira ficou a mocidade das nossas escolas absolutamente desamparada de toda a direcção moral, por isso que em nenhum grau de ensino se lhe proporciona de uma maneira verdadeiramente eficaz qualquer ensinamento e qualquer acção, que não só habilite a reflexão a escolher entre os diferentes valores com que as coisas se apresentam os que devem ser francamente acolhidos ou inexoravelmente rejeitados, como também esclareça a consciência sôbre os critérios que devem presidir á hierarquização dos deveres, integrando no espírito motivos poderosos de uma sociabilidade racional, para que o temperamento melancólico do nosso povo tem uma característica aversão.

É bem certo que a cultura intelectual feita através do ensino das sciências, sobretudo das de feição literária, pode e deve ser *um* poderoso auxiliar da formação moral e não é menos certo que a solidariedade que naturalmente suscita a vida escolar também contribue para a desenvolução das tendências sociais, e que ambos êstes factores de cultura e disciplina, quando criteriosamente aproveitados, podem imprimir ao carácter dos educandos uma fôrma de valor social efficientíssima.

Não serei eu, uma vez que por dever profissional me incumbe não só preconizar, mas até indicar a metódica desta dupla acção, quem lhe negue a virtualidade educativa que possui. Mas por isso mesmo me assiste também o dever de não lhe atribuir dinâmica mais poderosa do que aquela de que naturalmente dispõe.

Só quem, por um lado, uma vez se não defrontou com as realidades da vida escolar, por vezes bem desoladoras, é que pode ignorar que a feição fragmentária, informe e por vezes contraditória com que o ensino das diversas sciências integra nas consciências os mais divergentes critérios de valorização da actividade própria e alheia; só quem não pode jámais apreciar a facilidade e até a frequência com que a sociabilidade escolar assume aspectos verdadeiramente patológicos, é que pode depositar a esperança, tão querida aos pedagogos de gabinete, na eficiência moral, no valor educativo dos processos de mera informação científica e de simples disciplina negativa, a que a nossa prática escolar entrega o encargo de preparar a elite das gerações futuras.

Só quem, por outro lado, nutrir a idéa errónea de que o ensino da moral se reduz à pura e sêca indicação de uma pragmática e que o simples apêlo à consciência, onde se supõe estar gravada: a lei moral, é bastante para esclarecer e fomentar a acção bôa; só quem, por preconceito ou desvio de cultura filosófica, ignorar que a obra de formação do carácter é producto de um trabalho intensíssimo que exige não só um conhecimento perfeito do mecanismo da vida psíquica, como das realidades da vida social, é que pode consentir que continuem a sair das nossas escolas individuos absolutamente desprovidos de critérios esclarecidos para a formação de juízos de valor, para a organização de um plano de vida, e falhos de toda a emotividade que condicione e estimule uma acção que combata, repulse e sem tréguas extermine o egoismo sórdido, a apatia dissolvente, o inculto individualismo, que tem tornado a nossa sociedade incapaz de realizar a alta finalidade, que os destinos históricos lhe outorgaram na terra.

A moral é uma disciplina que tem de ser ensinada e tem de ser praticada como qualquer outra e mais cuidadosamente ainda, porque dela depende a sanidade, a harmonia e o progresso das sociedades.

Assim como da natureza física nós podemos ter tanto uma representação sensível e subjectiva, perfeitamente empírica e em regra estéril, como uma representação conceptual ou objectiva, verdadeiramente científica e nitidamente progressiva, assim da realidade moral nos é possível formar ou uma idea tumultuária, dissociada, fragmentária em fórmula de juízos de valor desorganizados, ou, ao contrário, uma representação seriada, sistemática, hierárquica, em um conjunto cerrado de juízos de valor que representem os móveis de uma existência planeada segundo um esquema racional, produtivo e útil.

Ora da mesma sorte que o conhecimento científico não é um produto espontâneo do espírito, mas a resultante de uma metódica rigorosa e precisa, assim também o verdadeiro conhecimento do mundo moral exige a aplicação de processos de método, que não estão ao alcance do arbítrio individual, nem do empirismo colectivo, mas são bem diferentemente apenas do conhecimento dos que se dedicam ao estudo da natureza do homem e da vida das sociedades, que não desconhecem as condições somáticas que provocam a emotividade e não ignoram as leis de ordem económica, política, religiosa, etc., que presidem à evolução dos povos.

Mas como êste ensino e a respectiva prática se não proporcionam entre nós, lícito é dizer-se que a nossa organização escolar, tanto sob o ponto de vista dos princípios pedagógicos que a orientam, como particularmente sob o aspecto das realizações que a concretizam, é de tal sorte alheia à acção educativa, à formação das consciências, ao afeiçoamento do carácter, ao desenvolvimento das virtualidades sociais, que, se porventura desconhecessemos que ela é uma amálgama das mais heterogéneas disposições e por hipótese, aliás impossível, a quiséssemos filiar em qualquer sistema filosófico-pedagógico, apenas na estranha teoria de Nietzche a poderíamos enquadrar, visto que ela, no seu anarquismo de facto, é na verdade a objectivação perfeita, nitidamente acabada, do conceito que reputa a moral como a doutrina inventada pelos fracos, preconizada pelos escravos, a sobrevivência deletéria dos princípios que determinaram a criação da horda e do rebanho humano, contra a qual é preciso reagir prègando o imoralismo, que é a condição da perfectibilidade, só da selecção natural emergível e a possível fonte da superhumanidade para que devemos tender.

Mas como as doutrinas de Nietzche, a despeito da sua forte originalidade, estão longe de merecer o consenso dos povos, parece mais razoável que em vez de continuarmos a sofrer as consequências do anarquismo moral, infelizmente bem patentes na desorganização social e política em que nos debatemos, antes nos integremos no pensamento dos outros povos civilizados e em consequência nos desprendamos dos preconceitos que nos têm arrastado à imitação de modêlos pouco recomendáveis, para reatar a tradição e dar ao nosso ensino aquela potencialidade educativa, que é apanágio da obra pedagógica das sociedades que tendem a progredir e a afirmar no mundo o direito a uma sobrevivência útil e civilizadora.

A integração nos nossos programas de ensino e particularmente na nossa disciplina escolar de uma doutrina e de uma prática, que tendam a orientar a consciência e a acção em ordem a garantir as condições de uma existência colectiva equilibrada, harmónica, pacífica e sã, parece dever constituir uma das primeiras preocupações de quantos assumem o encargo de prover de remédio as causas de dissídio que ao nosso país estão dando o aspecto de um agregado que, tendo perdido a rota do seu destino, se compraz na desordem

com a volúpia com que certos organismos depauperados pelos estupefacientes apressam o termo à existência.

E se assim é, como parece evidente, sem dúvida mais seria para desejar que nos congressos do professorado nacional tivesse dominado a voz da razão reclamando para a escola pública uma eficiência que lhe falta, embora tivesse de exigir esforços penosíssimos dos seus dirigentes, como se fez em França, do que tonitroasse o espírito de facção e imperasse o ânimo de inércia, com a tentativa de nivelar pela mais baixa cota todas as organizações docentes, como há pouco sucedeu a propósito de uma recente disposição de lei sobre o ensino das escolas particulares, que já há muito deveria ter sido promulgada, se os princípios que orientam a nossa democracia, por vezes não fôsem apenas entre nós simples palavras, a que o sentimento dá o significado que lhe apraz.

Mas a obra de regeneração social da nossa sociedade não ficará suficientemente garantida tão somente com a reforma dos processos educativos e nem estes mesmos atingiriam a sua finalidade, se do meio ambiente não recebessem estímulos constantes numa influência perfeitamente concordante com a acção da escola.

A influência sobre o adulto é um tanto mais difícil muito particularmente num país em que prepondera não só um egotismo feroz como um erróneo conceito da liberdade, onde entre a família e o Estado não existem agregados verdadeiramente vivos de cuja estrutura os cidadãos sejam necessariamente partes integrantes e que coagindo-os à realização dos fins colectivos, que são os fins morais por excelência, nêles integrem uma constituição mental e um temperamento actuante acomodados à desenvolvimento das aptidões sociais, das tendências altruistas de que se nutrem e com que se robustecem as nacionalidades progressivas.

Perdeu entre nós a vida local as características singulares que as condições históricas lhe tinham imposto e que, sob a forma de costumes e usos regionais, exerciam eficazmente sobre as consciências uma forte acção constritora e sobre a actividade uma salutar direcção, e desapareceram também as classes e as corporações que, tanto sob o ponto de vista da moralidade do grupo, como da técnica profissional, mantinham vivas as tradições de honra, de brio e dignidade colectivas, contra as quais o arbítrio individual, fonte capi-

tal do moderno imoralismo, se desfazia, impotente para reagir, quando de fortes razões não pudesse valer-se para impôr novas normas ou novos princípios de conduta.

Positivamente não se pode pensar hoje na restauração pura e simples das organizações do passado e muito menos em outorgar-lhes as latas atribuições que outróra usufruíam. Se elas desapareceram é porque naturalmente não estavam em equação com as novas condições da existência colectiva. Mas também é já tempo de afastar do nosso pensamento essa louca ideologia que supõe a sociedade como um simples agregado de indivíduos, unidos por um contracto cujas cláusulas puderam ser livremente estipuladas e infantilmente acredita que da cogitação ou do interesse puramente individuais ou da eficiência dos factícios ideais que coesionam as agremiações políticas possa surgir qualquer acção, que seja suficientemente persuasiva e actuante no sentido de estabelecer a ordem nos espíritos e a disciplina na sociedade, sem o que indivíduos e colectividades se tornam incapazes de realizar qualquer destino.

Por consequência se os antigos agrupamentos não podem ser restaurados, nem o grosseiro egotismo em que vivemos é consentâneo com os interesses da comunidade, parece que tudo nos insinua a necessidade da criação de novos grupos que estejam em harmonia com a ordem social presente e se alicercem nos princípios em que ela repousa, grupos, corporações, ordens ou sindicatos que não sejam somente agregados artificiais e transitórios, destinados a defender os interesses particulares e eventuais das classes, provocando entre elas conflitos constantes, mas organismos vivos, diferenciados pela divisão do trabalho e que, tanto pelo exercício do direito de representação no govêrno público, como pela possibilidade de uma acção coercitiva sôbre os seus componentes, possam operar a formação das élites dentro de cada agregado, assegurando o predomínio da qualidade pelo consenso da quantidade e estabelecer a supremacia da razão esclarecida sobre o sentimento obscuro, apurando os deveres da responsabilidade, enfim, que preparem o triunfo da competência sôbre a incompetência, da moralidade sôbre a corrupção, do espírito sôbre a matéria.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Apesar da fôrma intencionalmente vaga que dei às sugestões que se me antolham capazes de contribuir para a resolução da crise moral que nos assoberba, tomei no entanto uma posição definida em face do problema, por cometer, não apenas à consciência individual, mas principalmente à dos grupos, o papel de re formação dos costumes sociais como base da ordem nacional, e isto, parece não só contraditório com a marcha da evolução das sociedades européas, que desde o Renascimento se tem afirmado no sentido de um individualismo cada vez mais apurado, como ainda em desarmonia com o ideal particularista, que parece ser o mais consentâneo com o progresso dos povos, como dêste mesmo logar, não há muito tempo, se procurou demonstrar com ciência e eloquência.

Mas a contradição é mais aparente do que real.

Não me seduzem, sem dúvida, as tentativas de importação pura e simples de quaisquer instituições políticas ou processos de educação estrangeira, porque a reflexão e a experiência me testemunham que serão necessariamente votados ao insucesso, fatalmente sujeitos à viciação, se não sofrerem uma profunda acção depuradora, uma forte transformação adaptativa que os possa tornar verdadeiramente eficientes.

É sem dúvida louvável e porventura altamente benéfico vincar, pela evidência dos contrastes, as diferenças com que o êxito assinala os resultados dos processos educativos em vigor nos diferentes povos, mas positivamente não basta que, em lógica sequência de um acertado juízo de valor sôbre cada um dêles, se proponham novos destinos à conduta e novos ideais às consciências. O que importa, o que é capital é indicar os meios práticos para a realização dos fins, é formular as relações legais, as relações de causa a efeito, que em condições concretas, bem positivas, possam garantir a sequência dos fenômenos que será conveniente provocar.

Ora desde que não está na esfera da nossa possibilidade de acção transportar para o nosso meio as condições físicas de ambiência que determinaram em povos mais progressivos do que o nosso a sua estrutura intelectual e moral, o que naturalmente está indicado será descobrir na nossa ambiência social sucedâneos de uma eficiência idêntica ou aproximada daquela que não

podemos utilizar. E a tarefa não deve ser impossível, pois bem pode uma aproximada contextura mental e moral ser o produto de causas diferentes. O que a coacção do meio físico pela educação natural realiza em certos meios, pode em outros ser o produto de coacções sociais, derivadas da organização. O *self government*, o *self control*, peculiares ao carácter saxão não são positivamente produtos espontâneos do temperamento. Gerados pela acção educativa da propria natureza ainda agora recebem, embora em menor escala, incentivos do meio físico, mas perduram hoje, posto que isso pareça paradoxal, sobretudo como consequência da inabalável resistência com que sob a fôrma de costumes, usos e tradições; a sociedade britânica coage as consciências à formação de juízos de valor de uma constância e uniformidade contra as quais lutam baldadamente as tendências individuais divergentes. É que, como demonstra a história, o pensamento não é tão incoercível como o supuzeram os filósofos do século XVIII, nem a emoção; como o testemunha a psicologia experimental, é tão livre e incondicionada, como durante tantos séculos se julgou. Sob estes dois aspectos temos de reformar as ideias que herdamos dos enciclopedistas, entrando afoitamente nos domínios da realidade que a ciência senhorea. E esta dirá, mesmo aqueles que, como eu, mal a cultivam, que se nós, os Portugueses, continuarmos a ser os dignos herdeiros daqueles lusos do séc. XVII, que o P.^o António Vieira procurou definir numa pitoresca alegoria, em que prefigurou o diabo a distribuir os seus membros pelo orbe terráqueo a fim de caracterizar a índole dos povos, entregando aos alemães o estômago para os fazer gulutões, as pernas aos francêses para os tornar andarilhos, e (para não alargar mais a discrição) a língua aos portugêses para de tudo maldizerem; se nós continuarmos a ser os eternos dissidentes, sempre em divergência com os outros por divergentes conosco mesmo, instáveis, fantasistas, sonhadores, obstinadamente enamorados das soluções fulgurantes, miraculosas, no domínio da vida política, sem duvida nem realizaremos aquele Portugal maior, que anda vagamente na imaginação doentia dos declamadores de profissão, nem sequer aquele Portugal melhor, que vive na fé e na esperança dos que mais comoesinhamente crêem e confiam que no dia em que cada um de nós se resolver a abandonar definitivamente qualquer dos dois grupos, em que fatalmente nos enquadra a nossa errônea concepção da vida: o dos que por inércia confessada tudo esperam da acção alheia ou o

daqueles que, afinal pela mesma inércia, embora disfarçada, pretendem que de si os outros tudo passivamente esperem, e se convencer que só pelo estrito cumprimento do dever de cada um no lar, na profissão, na classe e na sociedade será um elemento digno e útil no seu meio: nesse dia teremos alfin posto a primeira condição para tornar a nossa terra capaz de desempenhar a altíssima missão civilizadora, que os destinos históricos lhe confiaram no mundo.

Faço votos por que o novo ano lectivo, que se inicia sob os augúrios de uma nova organização universitária, que sob muitos aspectos é obra de razão e de bom senso, se assinale na nossa corporação pela execução dêste simples desejo, que enternecidamente se aninha no meu coração de português e ... tenho dito.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Francisco da Luz Rebelo Gonçalves

1943

Doutor Francisco da Luz Rebelo Gonçalves

Nasceu em Santarém a 15 de Novembro de 1907

Faleceu em Lisboa a 23 de Abril de 1982

Carreira Académica

Licenciou-se em Letras pela Universidade de Lisboa em 1928

Doutorou-se em 1930

Aposentou-se em 1969

Leccionou: Filologia Portuguesa, Língua e Literatura Grega, Língua e Literatura Latina, Linguística Latina, Gramática Comparativa, Língua Grega, Linguística Grega, Literatura Grega, Estudos Camonianos

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Fundador e Director do Instituto de Estudos Clássicos, Fundador e Director da revista Humanitas, Director do Instituto de Estudos Brasileiros, Fundador e Director da revista Brasília



Francisco da Luz Rebelo Gonçalves

(Página deixada propositadamente em branco)

AS HUMANIDADES CLÁSSICAS E A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

PROFERIDA NA SALA DOS CAPELOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA,
EM 18 DE OUTUBRO DE 1943

PELO

PROF. REBELO GONÇALVES⁽¹⁾

EX.^{Mo} SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE:
SENHORES PROFESSORES:
SENHORES ESTUDANTES:
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Abriu-se mais uma vez a Sala Grande dos Actos para a solene inauguração de novo ano escolar. Falou primeiro o Governo universitário pela sábia voz do seu Principal. E tem de falar agora, por mando da lei e da tradição, o professor que a Universidade designou para subir à cátedra e dizer, segundo o costume, a oração de sapiência.

Tomando a palavra nesta Aula Magna e na rara magnitude deste dia, poderia eu, e deveria talvez, fazer a apologia da Ciência em sentido amplo e

(1) O texto é agora anotado pelo autor.

global, como tantas vezes se praticou em dias idênticos. Repetindo esse velho tema, quem sabe se ao menos compensaria a escassez de ideias novas com o puro fervor encomiástico? Pareceu-me, todavia, que pode cada qual exaltar a Ciência pelo simples louvor e defesa das disciplinas que professe, como quem, ajoelhando ante qualquer altar, não preiteia apenas uma imagem, mas todo um templo e toda uma fé. E assim me decidi pela estrita apologia das humanidades clássicas, matérias de minha obrigação e devoção, sem receio ou escrúpulo de salientá-las do vasto conjunto a que pertencem. Demais, bem podem elas representar aqui a Cultura inteira, graças a uma virtude primacial: porque constituem, no dilatado campo do saber humano, o que este possui de menos mutável e transitório; porque formam, entre todas as erudições, a sabedoria consistente e perdurável, o núcleo de conhecimentos em que os homens terão sempre a fonte da sua mais vivaz informação mental, se quiserem atender àquelas palavras de S. Bernardo um dia repetidas pelo nosso clássico seiscentista: «...há uns que querem saber só para saber, e é curiosidade; e há outros que querem saber para serem conhecidos por sábios, e é vaidade; e há outros que querem saber para venderem o que sabem, e é interesse; e há outros que querem saber para edificar os próximos, e é caridade; e, finalmente, há outros que querem saber para edificar-se a si mesmos, e é prudência (').»

Se, porém, estas razões me não justificam, que ao menos sirva a justificar-me a actualidade do problema dos estudos gregos e latinos, na altura em que tanto se apregoa, dentro e fora dos centros universitários, a necessidade de os espíritos se volverem de novo para os esplêndidos luzeiros da antiguidade clássica. Esta é, de facto, a hora em que o latim e o grego mais uma vez são exaltados como pura essência da *humanitas* e como fulcro imprescindível dos estudos literários, desses estudos que Cícero glorificou para sempre no *Pro Archia*, que os homens do Renascimento continuaram a enaltecer ao modo do Orador, como aqui mesmo, em Coimbra, Arnaldo Fabrício e Hilário Moreira em duas famosas orações latinas, e que ainda hoje se torna impossível não amar e admirar segundo o encómio ciceroniano: «...alimentam a juventude, recreiam a velhice; são o ornamento da ventura, o refúgio e con-

(') Manuel Bernardes, *Nova Floresta*, título III (p. 17 do 3.º tomo, ed. de 1711).

solo da desventura; deleitam-nos em casa e não nos embarçam fora dela; pernoitam connosco, seguem-nos em viagem, acompanham-nos no campo (').»

Farei, pois, a apologia das humanidades clássicas, ou seja, a um tempo, a sua defesa e o seu louvor. E fá-la-ei não só apontando os valimentos essenciais, todos eles razão de glória e de nobreza, com que essas matérias se apresentam perante a nossa Universidade, senão também considerando, com animado empenho, o que elas são no presente e podem ser no futuro deste grémio científico.

*

* * *

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Letras sábias, como outras o mundo jamais conheceu, as humanidades clássicas servem por excelência, e nunca é ocioso repeti-lo, de sólida cultura fundamental. É esse o papel maior que lhes reconhecem na esfera do saber e o primeiro, portanto, que hão-de ostentar em presença de um instituto superior.

(') «... adulescentiam alunt *falia lectio*: agunt), senectutem oblectant, secundas res ornant, aduersis perfugium ac solacium praebent, delectant domi, non impediunt foris, pernactant nobiscum, peregrinantur, rusticantur.» *Pro Archia*, VII.

Lembrado destas palavras, dizia Arnaldo Fabrício na lição inaugural do Colégio das Artes, proferida em 21 de Fevereiro de 1548: «Eadem [litterarum studia] prosperas res ornant, aduersas solantur, in otio delectant, in negotiis prosunt, denique quocumque nos conuerterimus, praesto adsunt omni loco omnique tempore ita opportuna, ut non aqua, non igni, non aere (quod dicitur) pluribus in locis quam litteris utamur.» Por seu turno, em oração proferida na Universidade a 1 de Outubro de 1552 afirmava Hilário Moreira: «...hae [litterae] ad beate uiuendum adulescentiam commonent, hae senectutem suo uiatico delectant, suntque omnium aerumnarum leuamentum. Secundas res ornant, aduersis perfugium ac solacium praebent, domi delectant) non impediunt foris, pernactant nobiscum, peregrinantur et otio amoenissimo rusticantur.»

Os passos de Fabrício e Moreira vêm, respectivamente, a págs. 19 e 72-73 de *Quatro Orações Latinas*, publ. e pref. de Luis de Matos, Coimbra, 1937. Não os reproduzimos, todavia, com a escrita que aí têm, mas com grafia actualizada.

Disse Rabelais que ninguém poderia, sem o grego, intitular-se erudito. Os séculos, porém, ensinaram que não há verdadeira cultura geral sem o grego e sem o latim, quer dizer, sem a frequência das literaturas a que uma e outra dessas línguas deram expressões imorredouras. Aí se encontra, forte e esplendente, aquela massa de conhecimentos básicos, substanciais, de que nenhuma formação intelectual pode prescindir, quaisquer que sejam os fins especiais a que se pretenda encaminhá-la.

Deixa-nos fruir deste largo préstimo todo o conjunto das letras gregas e latinas, que o curso dos séculos fez depositárias de valores eternos e insubstituíveis. Mas, por maravilha, cada um dos seus géneros, de per si, nos concede a graça de desfrutá-lo; e antes de tudo a poesia, mercê daquele destino que desde cedo irmanou a erudição com o verso e que dir-se-ia confirmar a lenda segundo a qual as Musas descendiam da Memória. É o caso de Homero, primeiro e insuperável harmonizador do saber e da arte. Como tal o viram antigos e modernos. Não menos os modernos que os antigos. E tanto assim que, quando um célebre humanista, o italiano António Urceu, rematava um dia o seu elogio das artes liberais e se dirigia a um príncipe seu aluno, «...fica de bom ânimo - exclamava -, que eu te exporei as letras gregas e sobretudo o divino Homero, o qual, segundo escreve Nasão, banha das piérias águas os lábios dos poetas. Em Homero poderás tu aprender a gramática, em Homero a retórica, em Homero a medicina, em Homero a astrologia, em Homero as fábulas, em Homero as histórias, em Homero os costumes, em Homero os preceitos dos filósofos, em Homero a arte militar, ...em Homero o governo das cidades; numa palavra: tudo o que de bom, tudo o que de honesto ambicione, desejoso de aprender, o espírito do homem, fãcilmente em Homero o poderás achar» (1).

(1) "...bono animo esto, ego Graecas litteras tibi exponam et praecipue diuinum Homerum, a quo ceu fonte perenni, ut scribit Naso, uatum Pieriis ora rigantur aquis. Ab Homero grammaticam discere poteris, ab Homero rhetoricam, ab Homero medicinam, ab Homero astrologiam, ab Homero fabulas, ab Homero historias, ab Homero mores, ab Homero philosophorum dogmata. ab Homero artem militarem, ...ab Homero regendarum urbium modum percipies, et in summa quicquid boni, quicquid honesti animus hominis discendi cupidus optare potest, in Homero facile poteris inuenire.» *Antonii Codri Vrcei ...opera, quae extant, omnia...*, «Sermo XIII, habitus in laudem liberalium artium»; pp. 249-250 da ed. de 1540 («Basileae per Henricum Petrum»), cuja grafia aqui actualizamos. - Trecho vertido em francês, mas um pouco livremente, por Frantz Funck-Brentano, *La Renaissance*, p. 97.

Por outro lado, a crescer a este e a tantos outros modelos de arte sábia, fruímos daqueles clássicos e noviclássicos que intencionalmente divulgaram todo o saber antigo e se constituíram por si sós, ao divulgá-lo, mananciais perpétuos de erudição. É em Roma o letrado maior, o Cícero das *Tusculanas* e do *Orator*, a quem tão grande parte coube na formação da cultura geral e a quem, por isso, os Jerónimos ainda amaram e até os Agostinhos veneraram, confessando dever-lhe a sabedoria imortal, fonte da Revelação suprema (1). É nos tempos modernos o novo Cícero, Erasmo, «aquela trombeta que se ouviu pelo vasto mundo», no dizer de André de Resende (2), e se ouviria mesmo que só vibrasse na hora magnífica dos *Adágios*: «armazém de Minerva» a que os do tempo recorriam como os de outro tempo aos livros das Sibilas (3); espelho extraordinário que reflectiu e reanimou, pelo simples comentário de provérbios, a vida antiga, e de reflecti-la espalhou a jorros as luzes clássicas no universo, e de reanimá-la fez renascer, como nenhuma outra obra antes ou depois, o verdadeiro espírito cultural da Grécia e Roma.

Andam os contemporâneos por vezes desviados da cultura clássica. Esquecem-se do que lhe devem como larga propedêutica intelectual, donde saem as grandes noções gerais que a todas as carreiras aproveitam, e chegam a renegá-la, de caso pensado, contrapondo-lhe as excelências de outras formações. Agora preferem-lhe as técnicas, as modernas ciências experimentais, e polemizam a favor destas, - como se o que importasse fosse estabelecer uma oposição entre dois saberes, e não antes dar a cada um o seu legítimo lugar, conciliando-os, em vez de dissociá-los, para benefício da unidade do espírito humano; depois intentam substituí-la por um classicismo novo e dizem que as humanidades antigas poderão ceder o campo às modernas, em virtude das fontes de humanismo susceptíveis de brotarem das literaturas actuais, - como se o homem de hoje não fosse o descendente e legatário do homem de ontem, e essas mesmas humanidades o prolongamento, a amplificação ou o vário desdobramento das outras. Apesar de tudo, as oposições assim feitas à cultura greco-latina não cessam de malograr-se; e nem mesmo o que pudesse haver de lisonjeiro, para grandes países novos, em fixar humanidades próprias

(1) V. P. de Labriolle, *Histoire de la littérature latine chrétienne*, 2.^a ed., pp. 37 e 530.

(2) «Tuba illa, uastum audita per mundum...» Numa elegia a Clenardo.

(3) V. Funck-Brentano, *op. cit.*, p. 119.

e sobrepô-las às antigas, logrou ainda subverter ou secundarizar a importância dessa cultura, onde os homens continuarão a encontrar, queiram bem ou não a Gregos e Romanos, «as raízes de suas ideias actuais e de suas futuras ambições», todas elas fundamentalmente «contemporâneas desses dois grandes povos da Terra (¹). Uma prova, entre outras, está em que os países europeus de mais extensos impérios ultramarinos, longe de pretenderem tudo conseguir com os seus recursos linguísticos, reforçam e prolongam com o grego e o latim a vasta obra civilizadora das suas grandes línguas de colonização.

Não se julgue que exagero. Para aqueles que sorriam de se lhes falar no grego e no latim propiciamente levados além dos mares, aí está, como resposta, a soberba realidade do uso não só erudito, mas até artístico, e requintadamente artístico, de uma ou outra dessas línguas por homens de cor. É verdade! O nosso tempo, que produziu a restauração de tantas formas de arte clássica, que pôde criar as condições necessárias para de novo se ouvirem peças latinas ou gregas (há poucos anos ainda a representação da *Medeia* de Séneca nas ruínas do teatro romano de Mérida, não muito antes a reposição da *Ifigénia em Áulide* de Eurípides no teatro grego de Siracusa), tornou já possível, entre outros eventos, que estudantes de cor representassem tragédias da Atenas áurea, como foi o caso da *Antígona* de Sófocles levada à cena, com os coros em grego, numa escola inglesa da Costa do Ouro (²). Caso realmente admirável e que até nos lembra velhos exemplos, não menos enternecedores, da transmissão do latim a jovens negros, tal aquele dos escravozitos de Clenardo, a quem o humanista só falava na língua de Roma, para que um dia lhe servissem de secretários, como Tirão a Cícero ou como Dífilo a Crasso (³).

Assim, pois, as línguas clássicas, tornadas instrumentos civilizadores, se constituem novamente línguas imperiais, pela força imortal do espírito E, ao vermo-las ganhar esse novo império, muito mais duradouro que a soberania material dos povos que as falaram, não sei como não haveremos, latinos que somos, de experimentar emoção idêntica à do grande João de Barros, quando imaginava os jovens etíopes, persas e indos de aquém e de além do Ganges,

(¹) Afrânio Peixoto, segundo Fernando de Azevedo, «O ensino das línguas clássicas - Problemas metodológicos: I», em *O Estado de S. Paulo*, n.º de 25-VIII-1936.

(²) V. a revista *Sphere*, n.º de 20-I-1934.

(³) V. M. Gonçalves Cerejeira, *Clenardo*, nova ed., pp. 67-68, 309 e 396.

«em suas próprias terras», a «aprenderem a nossa linguagem» e a serem com ela «doutrinados em os preceitos da nossa fé» (¹).

Meditem nisto quantos não amem o saber antigo como instrução primordial, – mal-agraçados às letras que, mil vezes tendo vencido a aspereza dos séculos, mil vezes repetiram, no mundo do espírito, a vitória dos deuses sobre os Gigantes. E aqueles ainda, lamentavelmente muitos, que, sob color de civilização, mas encobrendo afinal a sua barbárie, preferam deixar-se fascinar por culturas estranhas e aberrantes, lembrem-se de que podem alcançar, com o perfume exótico dessas culturas, o próprio abismo onde soçobrem), tal como Prosérpina colhendo o narciso atraente e raro e vendo-se levada subitamente ao reino das sombras.

Mas, valendo tanto como saber fundamental, as letras clássicas não valem menos por outro elevado préstimo que desse resulta e que também de direito podem ostentar diante desta comunidade universitária. E que, basicamente instruindo, também educam normativamente, pelo muito que logram concorrer para a formação do espírito e do carácter.

Formadoras do espírito? Sem dúvida. Pela sua admirável lição de clareza e de equilíbrio; pela sua lição, não menos admirável, de precisão, de medida, de lógico rigor, com a qual o pensamento se aviva e clarifica; enfim, pela sua função incontestável de ginástica mental, que prepara a inteligência para toda a laboração vindoura, e se produz não só com as associações e combinações intelectivas determinadas pela leitura e penetração dos textos, como um dia frisou Manuel da Silva Gaió (²), mas ainda, bem o notou Charles Bally, com o exercício peculiar a que obriga a estrutura *sui generis* das línguas clássicas, tão diversas das modernas e por isso mesmo tão apropriadas a fazer-nos pensar de outro modo, fora das simples correspondências mecânicas de língua para língua que roubam ao estudo dos idiomas actuais uma grande parte de valor formal (³). Daí a sua poderosa contribuição para o desenvolvimento dos meios

(¹) *Diálogo em louvor da Nossa Linguagem, in Compilação de Várias Obras do Insigne Português João de Barros*, ed. de 1785, p. 230.

(²) Na *Revista da Universidade de Coimbra*, V, p. 480 (artigo «Da poesia na educação dos Gregos»).

(³) *Le langage et la vie*, 2.^a ed., p. 222.

do raciocínio, do senso crítico, da aptidão comentadora, da faculdade de estabelecer as relações entre as coisas. E eu pergunto a mim mesmo, por exemplo, se a capacidade de generalização e de síntese que acompanha e favorece tantos triunfadores da vida pública (lembremo-nos de muitos que um dia passaram por Oxónia e Cambrígia e depois ascenderam aos mais altos mandos da Inglaterra) precisamente se não explicará pelo seu trato com as letras antigas, das quais terão sabido aproveitar, para o exercício intelectual, toda a potencialidade normativa (¹).

Formadoras do carácter? Igualmente. Antes de mais nada, pela admiração do belo que nos oferecem a literatura grega e a latina (não há verdadeira e pura beleza que não edifique, do mesmo passo que subjugue e alicie); mas, mais em particular, pela análise da matéria moral que as obras helénicas e romanas nos legaram, em contingente prodigioso. Não é só o pecúlio enorme de ideias morais que se acumula na poesia, mormente no lirismo, em grande parte reflexivo e gnómico: é todo o complexo de saltares exemplos que prosa e verso importaram à história ou à tradição oral, no espírito daquela sentença que vinha nos livros dos Efésios: «ter sempre presente a lembrança de algum antigo que praticasse a virtude (²).» E, se há quem deseje ainda mais que simples exemplos ou ideias, quem busque também sugestões morais amplamente inspiradoras, basta-nos apontar-lhe as fábulas poéticas, com profusão disseminadas pelo verso grego e romano, e dizer-lhe: – Lê com atenção as histórias dos deuses; lê as histórias surpreendentes dos heróis mitológicos; lê até as histórias dos seres extravagantes que a sensibilidade grega humanizou, como o centauro dos doces costumes que ensinou Jasão e formou o carácter de Aquiles.

Vemos assim o valor normativo das letras clássicas juntar-se ao seu valor propriamente instrutivo. A ambos, porém, acresce, rematando um conjunto de privilégios, o valor imenso que elas possuem como cultura subsidiária, ou seja como alimento e adjutório de variadíssimos sectores da vida mental.

(¹) Muito sugestivo a este respeito o artigo «Lojistas ou humanistas?», publicado por Gilbert Murray em *A Grã-Bretanha de hoje*, n.º 60 (Nov.º de 1942).

(²) Cf. Marco Aurélio, XI, 26.

Não preciso de salientar, por assaz conhecido, o que o latim e o grego representam para o direito, para a filosofia, para a história e ciências auxiliares. Não careço de frisar, por assaz ensinado, que sem um e sem outro ninguém pode ir até às nascentes das disciplinas que cultive ou remontar às alturas, raro atingidas, donde em globo se abranja toda a cultura humana. Basta-me avultar o subsídio linguístico-literário por eles oferecido a cada passo, direi melhor – o que eles são como fontes permanentemente enriquecedoras das línguas e das literaturas.

Em primeiro lugar, quanto não têm valido latim e grego aos idiomas nacionais do nosso tempo, renovando quase sem parança os seus léxicos literários! O português, sabemo-lo bem, falaria por todos; orgulhoso de ter aproveitado, ao longo dos séculos e por entre todas as variações do gosto, esse puro ouro verbal decantado por Filinto :

Se queremos achar abertas veias
Do custoso metal que as falas doura,
Visitemos as minas encetadas
Pelos nossos antigos escritores
No Lácio e Acaia (!)...

Em segundo lugar, quantos serviços o grego não tem prestado, sobretudo o grego, à linguagem científica internacional, com o imenso vocabulário tecnológico! Nem sempre há acordo (*grammatici certant...*) sobre a estrutura, sobre o poder expressivo e até sobre a razão de ser dessas palavras, que certos filólogos queriam ver substituídas, em alguns domínios, por elementos adrede procurados em recônditas minas nacionais. Chega-se a acompanhar Remy de Gourmont, que se carpia de ver as linguagens técnicas francesas cada vez usarem menos do francês ⁽¹⁾ e via no *Jardim das Raízes Gregas*, de Lancelot e Sacy, um dos livros mais nefastos aos idiomas novilatinos ⁽²⁾. Não obstante, cresce o caudal dessas palavras, cujo curso se deve regular, e não

(1) Da carta «Ao Senhor F. J. M. de B.», parte X. V. Filinto Elísio, *Poesias*, ed. de José Pereira Tavares, p. 30.

(2) *Esthétique de la langue française*, cap. III.

(3) *Ibid.*, cap. I.

deter; e, porque sempre vai crescendo, é caso para se dizer que em tal sentido ainda o mundo fala e escreve grego.

Neste particular das tecnologias, fica e ficará o latim, por óbvios motivos de estrutura – plasticidade menor, recursos menos dúcteis para a formação de compostos e derivados –, largamente desfavorecido em relação ao seu par. Entretanto, é-lhe dado compensar-se dessa posição inferior pelas condições, que ainda tem, para ser instrumento de expressão.

Quero eu afirmar que o latim tornará a ser um idioma comum internacional? Pode presumir-se que ele encontre de novo a salão propícia à sua difusão oral e escrita? E, encontrando-a, voltará a constituir, como em Quinhentos e Seiscentos, além de meio de relações políticas, instrumento de fraternidade cultural, a ligar em elos infrangíveis todos os membros da estirpe de Júpiter? Não digo tanto. Mas, mesmo que não vinguem os esforços dos que têm promovido, na Europa e na América, uma acção em prol desse idioma, para torná-lo auxiliar das línguas vernáculas nas relações internacionais (1); mesmo que ele nunca chegue a ser o que já alguém sonhou quanto ao francês, – língua de um «estado federal universal», fundado na «sindicalização das soberanias» (2); mesmo que não frutifique entre as nações, para fins de política ou de cooperação mental, o exemplo que já frutificou entre comunidades nacionais, quando a Hungria fez da língua de Roma a língua oficial do seu Congresso, onde se representavam diversas raças (3); a verdade é que o latim, quando não venha a ser, como já foi, linguagem científica internacional, segundo os desígnios do Instituto de Estudos Romanos, que para tal ideou vocabulários especiais (4), ou segundo as práticas por vezes adoptadas em reuniões de sábios, a exemplo do italiano Guido Baccelli, a deslumbrar, com suas admiráveis orações latinas, os congressos médicos do Berlim e de Paris (5), o certo é que o latim, dizia eu, bem pode ser, bem deve, pelo menos,

(1) V. A. Piccarolo, *Entre a Ciência e a Arte*, pp. 45-46.

(2) Concepção de H. G. Wells. V., a propósito, Júlio Dantas, *Política Internacional do Espírito*, pp. 21-22.

(3) V. A. Piccarolo, *op. cit.*, p. 47.

(4) V. Galassi Palluzzi, *Per lo studio e l'uso dei latino*, ano I, n.º I, pp. 7-8 (artigo «La lingua di Roma nel mondo e l'opera dell'Istituto di Studi Romani»).

(5) V. A. Piccarolo, *op. cit.*, p. 48.

vira ser (e eis aqui um voto que ouse formular desta cátedra) linguagem internacional dos classicistas, o grande meio de eles deixarem de se isolar, fazendo do que é essência da sua cultura o próprio veículo do seu humanismo: língua da sua correspondência epistolar, do seu comércio erudito, da sua expressão filológica, da sua elocução artística.

E não se pode esquecer o que há sido feito neste domínio, e é muito: revistas escritas em latim por mestres e estudantes de humanidades - em Espanha a *Palaestra Latina*, na Inglaterra as *Alaudae*, nos Estados Unidos o *Præco Latinus*, na Itália a *Vox Urbis* e a *Alma Roma* -; correspondência latina entre professores; obras didáticas, teses universitárias, dissertações inteiramente compostas na mesma linguagem; e até o que menos poderia esperar-se, o uso poético da palavra romana com os mais altos requintes expressionais: humanistas de todo o mundo disputando, com fêrvido zelo, o *certamen poeticum* de Amsterdão; latinistas de vários países renovando os melhores metros horacianos para celebrarem, ainda há pouco, o bimilenário do Venusino (!); catedráticos e académicos de Itália exercitando novamente o plectro latino e prolongando assim a grande tradição de poesia latino-italiana que vem de Petrarca e Policiano a Leão III e Giovanni Pascoli.

Venha, porém, a ser maior ou menor o futuro do latim como língua escrita e oral, o que nada pode abalar é a grande acção por ele exercida, ao lado do grego, como elemento opulentador dos idiomas modernos; e é ainda o papel extraordinário que ele desempenha, de envolta com a língua irmã, na revitalização das modernas literaturas. Não há quem não saiba o que têm sido grego e latim, sob múltiplos aspectos, como recursos inexauríveis de imitação literária. E, sem precisarmos de ir mais longe, que abundante, que variada, que maravilhosa série de clássicas imitações a literatura portuguesa nos não apresenta, sobretudo na poesia, do *Cancioneiro Geral* aos *Poemas Lusitanos*, de Sá de Miranda aos épicos seiscentistas, de Rodrigues Lobo a Cruz e Silva, de Garção a Filinto Elísio, de Castilho a Eugénio de Castro, numa sucessão

(!) A este facto se refere o Prof. P. U. González de la Calle na revista *Emerita*, t. V, p. 118 e n. (artigo «De re metrica Horatiana»), citando, a propósito, uma das mais curiosas poesias comemorativas do bimilenário horaciano, que temos o gosto de conhecer desde 1936, por amável oferta do A.: a ode alcaica *Ad bis millesimos Horati natales*, escrita por St. Bezdechi, professor da Universidade de Cluj (Roménia).

ininterrupta que tantíssimos vultos abrilhantam e que até um só, o maior de todos, eloquentemente resumiria com o classicismo imortal d'*Os Lusíadas* e da *Lírica*!

Por outro lado, nem só à imitação se apresentam propícias as literaturas antigas, porque também se prestam, convém abservá-lo, a servir de estímulo à criação literária. É que, formando ambas, quer a latina quer a grega, como escreveu Silva Gaio, «uma atmosfera de viva estesia suscitadora», «concorrendo para nos elevar toda a tonalidade psíquica», à semelhança do que aconteça com «um artista de determinada arte, cujo espírito e cuja sensibilidade sejam despertados e movidos pela audição ou visão de uma obra artística de outro ramo», ambas estabelecem, na verdade, o que podemos chamar, com o mesmo escritor, «um *ambiente de alma* favorável à elaboração original» (1).

E é diante deste quadro, vendo as letras clássicas não apenas ser fontes de imitação mas incentivos de criação, que nós sorrimos do curioso apelido de *línguas mortas* que tantos dão, sem restrições, ao grego e ao latim. Línguas mortas, como se as suas emanações não passassem de fogos-fátuos! Línguas mortas, como se fossem luzes bruxuleantes de um passado exausto, e não fogos vivos de beleza, a mudarem-se em força criadora! Afinal, grandes línguas redivivas, graças à Arte de vários séculos, ou, mais ainda, línguas que sempre foram, que sempre haverão de ser literariamente vivas!

E como não, se as literaturas antigas, dando-nos uma lição de escultural beleza, nos ensinam também as virtudes que mais importam às criações do espírito humano? Se delas nos vem uma lição de limpidez, de sobriedade, de força, de abundância, de equilíbrio, de harmonia, – limpidez e sobriedade em que primaram os Gregos, força e abundância em que sobrelevaram os Latinos, equilíbrio e harmonia que irmanaram Latinos e Gregos, para que uns e outros ensinassem o mundo a escrever? E se, para além destas lições, nos deram ainda uma suprema lição de unidade na diversidade, patente nesse facto incomparável que foi a persistência, por toda a história grega e romana, do espírito vital da poesia homérica? Sim. O modelo dessa poesia, a que Alcidas, discípulo de Górgias, chamava «espelho da vida humana», mostrou-se, por entre todas as modalidades de concepção e de fábrica, no meio

(1) *Revista da Universidade de Coimbra*, V, p. 481 (artigo já cit.).

de todas as luzes e pompas e riquezas e esplendores dos variadíssimos géneros literários - poesia cosmogónica de Hesíodo, tragédia e comédia, epopeia de Apolónio ou de Virgílio, formas várias de lirismo, história épica de Heródoto e de Tito Lívio, eloquência, retórica, filosofia de Platão e de quantos hauriram o seu mel divino, poesia e prosa didácticas, como as de Horácio e Aristóteles, os legisladores do Parnaso -, mostrou-se, deixai-me dizê-lo, qual mercê outorgada pelos deuses, a grande e pródiga mina onde se reservava para cada autor um filão opulento. De tal sorte que Homero, cantando para a Grécia e para Roma e fazendo-se admirar de escritores sem conto, foi como Orfeu cantando para Eurídice e reunindo à sua volta inumeráveis seres da natureza; arrebatados pela sua música de ideal brandura.

*
* *
*

Eis aí ficam, Senhoras e Senhores, os valores essenciais com que as letras clássicas se podem apresentar a este claustro académico. Irei agora acrescentar-lhes, para reforço da apologia, um quadro da vida dessas letras dentro da nossa Universidade, considerando-as em relação ao seu presente e às possibilidades do seu futuro.

Mau grado vicissitudes transitórias, as humanidades antigas apresentam-nos hoje, no seio desta *mater studiorum*, recursos avultados e pujantes. São aqueles que as universidades por toda a parte aproveitam e se fundam no progresso em tantos países alcançado pelas linguísticas latina e grega, pela gramática comparativa do grego e do latim, pela história, especial ou comparativa, das literaturas clássicas, e ainda pelas diversas, disciplinas ou subdisciplinas que a essas servem de tributárias. Volvidos três decénios sobre a fundação da Faculdade de Letras, não se pode, realmente dizer que o velho *Studium* conimbricense, embora com reduzidos quadros magistrais, não esteja fazendo, pelas suas aulas clássicas, o mais possível por assimilar quanto lhe vem de fora e por colher nos próprios elementos assimilados as condições indispensáveis à produção científica original.

Para que esses recursos, todavia, venham a ser condignamente aproveitados, há a necessidade imperiosa; e cada vez mais urgente, de que obtenham

instrução humanística solidamente preparatória aqueles todos que para aqui se encaminhem, com destino a estudos clássicos superiores. O problema é, em parte, o ingresso da língua grega no ensino liceal, já mais de uma vez defendido, sugerido e reclamado (1); e é, por outra parte, no mesmo grau de ensino, a renovação dos métodos, que tem contado os malogros pelos número dos ensaios, mas para cuja execução e eficiência se encontram abertos os caminhos. Deixe-se de banda, e de uma vez para sempre, o comentário «descarnado» dos textos (2), o abuso do formalismo na sua análise; ponha-se ao serviço da explicação dos autores toda a espécie de noções complementares que de algum modo possam valer para a sua melhor inteligência (3); faça-se em perfeita conjunção com a leitura das obras o estudo, convenientemente regulado, da civilização de Gregos e Romanos, para que de uns e outros, segundo o voto de Bréal, se aprenda mais do que a simples «sombra: das coisas» (4); não se tenha pejo de levar para as aulas um pouco do método histórico-linguístico, no intuito de esclarecer e não raro fecundar com ele a doutrina gramatical (5); dê-se o maior lugar possível a observações lexicais e gramaticais feitas em comparação com o português; dê-se lugar, também, à leitura seleccionada de versões portuguesas (com paradigmas imortais nos traslados castilhanos das *Geórgicas*, das *Metamorfoses*, dos *Fastos* e da *Lírica de Anacreonte*), - versões essas que não chegariam, apesar das ilusões de alguns, para suprir a leitura dos originais, mas servirão para avivar em estudantes moços o interesse despertado pelas letras clássicas, do mesmo modo que terão força e atractivo bastante para fazer retornar à *domus* grega e romana muitos filhos pródigos do classicismo. E então, sim, poderão os estudos clás-

(1) Digna de nota, a respeito, uma conferência sobre «A cultura humanística nos liceus», proferida por Felisberto Martins, em Março de 1934, como professor estagiário do 1.º Grupo do Ensino Liceal. V. *Boletim do Liceu Normal de Lisboa*, ano III, n.º 7, pp. 369-390, e especialmente pp. 385-388.

(2) Leia-se na versão espanhola da *História da Filologia Clássica* de Wilhelm Kroll («Collección Labor») o início do parágrafo intitulado "El movimiento filológico español" (pp. 177-180), da autoria do tradutor, o Prof. Pascual Galindo Romeo.

(3) Fernando de Azevedo, artigo cit.

(4) Michel Bréal, *Quelques mots sur l'instruction publique en France*.

(5) J. Marouzeau, *La linguistique et l'enseignement du latin*.

sicos universitários, já com seguros alicerces, cumprir sem entraves, em Coimbra ou alhures, os seus verdadeiros e amplos fins.

Com respeito ao ensino superior das letras antigas, há quem impugne, por lhe parecer um cavar em ruínas que mais valera substituir por noções práticas, a moderna orientação filológica, isto é, tudo quanto seja doutrinar sobre a gramática científica, a lexicologia, a etimologia, a história do grego e do latim. Está bem, se essa orientação for absorvente e exclusivista, impeditiva ou inibitória de tudo o mais. Mas como recusar às Faculdades de Letras o ensino filológico, em especial o ensino histórico-linguístico das letras clássicas, se ele for feito a par e em fecunda harmonia com o ensino histórico-literário das mesmas, e se um e outro coincidirem com a exegese metódica e superiormente construtiva dos textos? Não é também a filologia, desde que idênticamente acompanhada, um dos objectos irrecusáveis do ensino superior das letras modernas? Lá porque a escola secundária não dá hoje do latim, e nunca deu do grego, suficiente domínio prático, hão-de as cátedras latinas e gregas das Faculdades de Letras, para lhe compensar a deficiência, sacrificar aquela doutrina e enjeitar assim uma parte do seu programa característico, universalmente consagrado? Cumpra cada grau docente a sua missão peculiar. E consinta-se que ao sol da Grécia e de Roma continue a haver, na Universidade de Coimbra como nas outras, lugar para os lexicógrafos, para os etimologistas, para os dialectólogos, para os linguistas historiadores; lugar ainda para os gramáticos, cuja estirpe não deverá já agora sucumbir a críticas, depois de ter sobrevivido à que lhe fez Erasmo (¹), aliás gramático de génio...

O que é preciso é que o ensino filológico, praticado a par com o literário, seja sempre, e com intensidade progressiva, um ensino em que se conjuga a robustez do saber com a mais viva e fecunda espiritualidade. Poder-se-á fazê-lo por tal forma, que até a explicação da origem de uma palavra, a explanação de um torneio frásico, a descrição de uma história vocabular, a discussão de um sentido, tudo isso constitua, em vez de simples jogo ou curiosidade erudita, funda penetração na essência do idioma respectivo e, portanto na

(¹) No *Elogio da Loucura*, cap. XLIX.

alma do povo que o falou. E assim o magistério das cátedras gregas e latinas, formando os graduados *in utraque lingua*, formará, cada vez mais, humanistas que o não sejam apenas pela letra, mas pelo espírito também, ressalvada, contudo, a plena igualdade destas duas condições, pois não se compreenderiam humanistas que o fossem tão-sómente pelo espírito, que da letra carece para se aviventar. O que tudo servirá para se fazer de novo guerra à barbárie, segundo a missão tradicional das letras antigas, tornando Coimbra, a velha *sedes sapientiae*, novamente foco de saber humanístico, e neste sentido não apenas miradouro espiritual voltado sobre o mundo, mas remontada acrópole mental que outras urbes universitárias visionem de longe.

Para reforço e ampliação deste magistério, há-de por certo contribuir, a começar de futuro próximo, o Instituto de Estudos Clássicos recentemente criado na Faculdade de letras. Sei bem o que de esforços vai exigir um instituto científico deste género, o primeiro que surge entre portugueses; mas por tanto tempo o andei sonhando, que não resisto a imaginá-lo, deste lugar, na plenitude vindoura da sua existência. Vejo-o, desde já, no seu labor fundamental de promover trabalhos escolares e publicações académicas, tornado centro de investigações onde se construam monografias e ensaios de alunos, dissertações de licenciatura, teses doutorais. Estou a vê-Lo, ainda, na tarefa de expandir-se por intermédio da sua revista, a *Humanitas*, e por meio de empresas mais ou menos vultosas a que há-de conduzi-lo, pouco a pouco, o incremento da devoção humanística: algumas delas bem nacionais, como a história do ensino clássico entre nós, a história da fortuna portuguesa de cada um dos clássicos maiores (no género da que Menéndez y Pelayo conjecturou para a Espanha), o estudo sistemático das fontes antigas dos nossos velhos poetas e prosadores, enfim a versão e o comentário, só dispersamente feitos até agora, das composições latinas dos nossos humanistas; outras tão nacionais como essas, mas de alcance mais que nacional, entre as quais sobretudo idealizo (perdoe-se a visão ambiciosa!) uma colecção cientificamente organizada de autores latinos e gregos, com textos e versões, obra que já vai sendo tempo de começarmos a executar e por meio da qual poderemos fazer a mais construtiva defesa das letras antigas, servindo amplamente a sua causa por nós e pelo mundo.

Se é necessário alegar exemplos de fora para justificar estes desígnios, não se carece de ir muito longe. Além da Alemanha, da França, da Inglaterra, da Itália e até de países em menor evidência, que nos apresentam a actividade múltiplice de vários institutos ou associações de estudos clássicos, dá-nos a vizinha Espanha, agora operosíssima no campo do humanismo, nada menos de três instituições frutuosa e consagradas às letras gregas e latinas: o «Seminario de Lenguas Clásicas» da Universidade de Salamanca, zelador e acrescentador da herança de um sem-número de catedráticos eminentes, como foi, há pouco ainda, o Prof. González de la Calle; a «Fundació Bernat Metge», de Barcelona, justamente afamada pela sua colecção de textos e versões, com a qual se propôs restaurar os estudos humanísticos numa província espanhola e ao mesmo tempo dar pergaminhos novos ao idioma catalão; e o «Instituto Antonio de Nebrija», de Madrid, ainda jovem, mas já enobrecido com o notável boletim *Emerita* ⁽¹⁾ e com as várias séries de publicações que por este se nomeiam ⁽²⁾: textos, manuais filológicos, documentos para a história do humanismo espanhol. Creio, porém, que o Instituto de Estudos Clássicos se justifica por si próprio, em relação à respectiva Faculdade, ansiosa de ver o progresso da cultura humanística portuguesa, e que, em vez de se remirar nos exemplos de fora, deverá antes esforçar-se por servir de exemplo a novas iniciativas, sejam elas locais ou nacionais, que visem fomentar o classicismo. Dou-me até a imaginar, aqui ao seu lado, a receber a instigação da sua vizinhança, um Centro Humanístico de Estudantes, – ao mesmo tempo cenáculo erudito, dentro das possibilidades e disposições de moços, e lugar de franca devoção, na larga medida do entusiasmo de que ânimos juvenis seriam capazes. Casa de jovens, é natural que as aspirações dos seus membros nem sempre se traduzissem em perfeita simultaneidade; mas haveria de irmaná-las, e isso bastaria, igual pureza e fervor de culto. Que importa afinal, como diria Marco Aurélio ⁽³⁾, que, de vários grãos de incenso deitados no mesmo altar, tenha um caído primeiro e outro depois ?

(1) Começou a publicar-se em 1924, sob o patrocínio do «Centro de Estudios Históricos» da «Junta para Ampliación de Estudios».

(2) «Publicaciones Emerita».

(3) V. IV, 15.

Não será pouco, nestas circunstâncias, o que do novo Instituto se deve esperar. Assim possam todos que o constituam servi-lo sem hesitações ou desfalecimentos, guardadas ao longo dos dias vindouros a esperança e a confiança das horas primeiras! E possa eu (consinta-se este voto), na parte modestíssima que nele venha a ter, continuar fielmente o espírito do humanismo de Coimbra, do qual, valha a verdade, sempre me julguei prosélito, mesmo quando estudava ou ensinava noutra escola, por ter tido a ventura de me contar entre os que ainda aprenderam com José Maria Rodrigues: o latinista e helenista aqui feito doutor e professor, e que nunca depois, embora ausente, deixou de se orgulhar do seu imaculado capelo branco; mestre bem-amado cujas lições inesquecíveis são hoje, para íntimo culto, a saudade maior da minha carreira universitária e eram ontem, quando ouvidas, maravilhosa sabedoria que me parecia replantar-se nestes lugares, como directa prolongadora do velho classicismo conimbricense.

É óbvio que uma obra como essa não se condiciona apenas ao simples esforço individual, porque de estímulos também carece. Mas para o Instituto de Estudos Clássicos, como para as cátedras afins, que melhores estímulos que os do passado humanístico de Coimbra, todo ele refluindo vivo à lembrança de mestres e estudantes?

Ai das cidades sem tradição humanística, obrigadas, pobres delas, se de humanidades precisam, a copiar modelos alheios ou a viver na expectativa de benefícios transitórios! Esta, porém, teve outra fortuna. É a Coimbra do Mosteiro de Santa Cruz e do Colégio Real, enriquecidos ambos com as humanidades de que os ornaram os seus principais; a Coimbra dos sábios lusíadas que ao longo do século XVI leram grego e latim, na Universidade ou à sombra dela: Diogo de Teive, Inácio de Moraes, Belchior Beleago, André de Resende, É a cidade que no mesmo século, qual nova Atenas e nova Roma, ouviu maravilhada Vicente Fabrício, viu passar Clenardo, admirou os sábios bordaleses e, por vontade de um rei, teria recebido o próprio Erasmo, *nulli secundus* que se enobreceu e celebrizou com a musa latina, equiparando-se aos lugares onde ela refloria no lirismo ou disputava às línguas modernas a celebração das histórias pátrias; que chegou a ter um humanista em cada graduado e até um humanista em cada estudante, mansão admirável onde os próprios escolares, capazes de imitarem na escrita a frase de Bembo ou de

Lourenço Valla, só em latim deviam falar, sob pena de opróbrio (!); e que largamente propiciou o recolhimento daqueles monges para quem as leituras clássicas, mau grado a clausura da cela, constituíam sempre libertação do espírito. É a Coimbra que entrou, com docentes e discentes, no grande contubérnio europeu dos humanistas, na mesma altura em que portugueses brilhavam lá fora, ávidos de aprender ou ensinar; que competiu, aqui na Península, com Salamanca e Alcalá, levando-lhes por vezes a palma no comércio da erudição antiga; e a que não faltou, para esse grande simpósio do espírito, a activa colaboração dos tipógrafos letrados, os Álvares e os Barreiras que a seu modo sacrificavam às Musas, como os Manúcios, os Frobénios ou os Plantinos, num tempo em que elas mesmas por aqui andavam, como alguém escreveu, esquecidas das castálias fontes e das límpidas águas do Permessido (?). É a Coimbra ainda famosa no século XVII, se não já com luminares do latim e do grego, ao menos com a glória de escritores a quem fez beber a primeira seiva do humanismo; afamada também no século XVIII, quando a cultura greco-latina de um Jerónimo Barbosa, professor de Eloquência e de Poesia, deu réplica à erudição de Custódio José de Oliveira, o detentor do facho helénico no Real Colégio dos Nobres; e de novo gloriosa em nossos dias, quando enfim, após declínios manifestados no passado século, a clássica instrução floriu em três mestres da Faculdade de Letras, qual deles mais admirado pela vastidão e pelo polimorfismo do saber: os Drs. Gonçalves Guimarães, António de Vasconcelos e Manuel Gonçalves Cerejeira.

Nestas memórias se podem animar, de ora avante, quantos em Coimbra se votarem à causa do grego e do latim. Mas felizes deles, que ainda aqui poderão achar, sem terem de ir buscá-los longe, outros incentivos reconfor-

(!) V. M. Gonçalves Cerejeira, *Clenardo*, nova ed., p. 103, e Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, I, p. 38,

(?) Inácio de Morais, *Conimbricæ encomium*:

Aurifer irriguis late diffunditur agris,
inque suas flexus Monda recurrit aquas,
Monda sacros potant cuius de flumine rores
cum Phoebo doctae, turba nouena, deae.
Oblitæque suas liquidi Permessidos undas,
Castalios gaudent deseruisse lacus.

tantes, como quem/ devesse ao materno seio, afora os impulsos do coração, os próprios alentos do espírito! Andará com eles, a animá-los, a memória daqueles reis que favoreceram o humanismo conimbricense, – sombras, é verdade, mas sombras que ainda hoje, avultando em painéis da Sala dos Capelos, dir-se-ia irradiarem vida e caminharem para nós, quais outras estátuas de Dédalo. Andará com eles, igualmente, a lembrança de todos os reitores, de todos os visitantes, de todos os reformadores universitários para os quais o lustre dos estudos clássicos tenha um dia resumido ou simbolizado o geral dos prestígios culturais. E há-de ainda acompanhá-los (esperemos que os acompanhe!) V. Ex.^a mesmo, Senhor Reitor (!), em quem se vê, por múltiplos títulos, um herdeiro das glórias da cadeira prelatícia – a cadeira de Garcia de Almeida e Diogo de Murça, de Carneiro de Figueiroa e Francisco de Lemos –, em cujo labor se pode admirar o médico humanista, da estirpe de Ricardo Jorge e Afrânio Peixoto, e de quem, por virtudes tais, é lícito esperar vigilante zelo das humanidades clássicas, decerto renascidas e florentes em todo o curso do seu reitorado, que o destino faça longo e glorioso.

*

* * *

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Deixo-vos tecida, conforme pude e soube, uma apologia de valores das letras antigas, prolongada num quadro, igualmente apologético, da sua vida universitária coimbrã. Singela como foi, não vai, com certeza, modificar o que tais disciplinas para vós representem. Se, todavia, meditardes em alguns dos factos sobre elas aduzidos – aplicações que as ilustram, devoções que as amparam, cultivo que as fortalece –, passareis ao menos a reconhecer, com mais seguro ânimo, toda a sua vitalidade e consistência.

Entretanto, a deusa protectora da Universidade, a pura deusa dos olhos glaucos e da expressão serena e radiosa, aquela que sempre ostentou majesto-

(!) - Dr. Maximino José de Moraes Correia, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra.

samente os sinais divinos, *diuini signa decoris*, e, como a outra deusa antiga, invariavelmente impressionou pela calma imponência do seu andar, continuará, tenhamos fé, a caminhar por estes sítios e a velar, como é natural, pela parte mais nobre do seu Saber. Não a deixará entregue às auras fortuitas, nem à mercê de patrocínio alheio. E, se algum dia, por maravilha, as letras clássicas tivessem neste paço uma hora qualquer de glorificação, ela mesma aqui viria, em imaterial figura, para a envolver em esplendor e fausto: transporia o magno portal que merecidamente lhe consagraram, sorriria ao largo terreiro, às amplas galerias, às escadas vetustas a que deu o nome, e seria feliz de aqui entrar, com a alma de Roma e da Grécia, - pela Via Latina.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Aristides de Amorim Girão

1948

Doutor Aristides de Amorim Girão



Nasceu em Fataunços (Vouzela) a 16 de Junho de 1895

Faleceu em Coimbra a 7 de Abril de 1960

Carreira Académica

Matriculou-se em 17 de Outubro de 1912

Bacharel em Ciências Históricas e Geográficas em 23 de Outubro de 1916

Doutorou-se em 1 de Abril de 1922

Leccionou: Geografia Política e Económica, Antropogeografia Geral, Geografia Geral,
Geografia de Portugal, Propedêutica Histórica, Geografia Humana, Paleografia,
História da Geografia, Geografia Colonial Portuguesa, Etnologia, História da Geografia

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Secretário da Faculdade de Letras, Bibliotecário da Faculdade de Letras, Director do Instituto
de Estudos Geográficos, Director Interino da Faculdade de Letras, Director da Faculdade
de Letras, Fundador e Director do Boletim do Centro de Estudos Geográficos



Aristides de Amorim Girão

(Página deixada propositadamente em branco)

ORAÇÃO «DE SAPIENTIA»

(Proferida em 16-x-1948
pelo Doutor Aristides de Amorim Girão)

PORTUGAL E A UNIVERSIDADE PERANTE AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS DA IDADE NOVA

EX.^{mos} SENHORES MINISTROS DA EDUCAÇÃO NACIONAL
E DAS OBRAS PÚBLICAS,
EX.^{no} SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE,
SÁBIOS PROFESSORES E DOUTORES,
JOVENS ESTUDANTES,
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES !

Cabe-me pela segunda vez a honra de tomar este lugar, para proferir a tradicional oração da abertura solene das aulas. Nem o prudente aviso da sentença latina - *Non bis in idem* -, nem as ocupações e preocupações inerentes à função que desempenho, nem a consciência dos meus limitados recursos, puderam libertar-me deste grato, mas pesado encargo. Há ocasiões, bem o reconheço agora, em que a força das circunstâncias pode mais do que a vontade dos homens.

Era à Faculdade de Letras que competia designar um dos seus professores para usar aqui da palavra neste dia. Tal designação, feita, para mais, com pouca antecedência, constituiu tarefa singularmente difícil. Não é possível

encontrar gente ociosa num elenco professoral tão reduzido para a vastidão dos serviços docentes a seu cargo, serviços docentes que têm vindo a assumir de ano para ano maior volume, e a prolongar-se até pelas férias dentro.

A uns Colegas, porque a sua precária saúde os impossibilitava de aqui vir; a outros, porque, assoberbados com trabalhos inadiáveis de vária natureza, não era fácil abrir neles um parêntese, por pequeno que fosse; a outros, ainda, porque não era lícito nem humano pedir-lhes em Julho (porque só em Julho, por incúria minha, se lhes pediu) o sacrifício das suas bem merecidas férias: - todas estas circunstâncias adversas vieram acumular-se como nuvem ameaçadora sobre a cabeça do professor em cujos ombros pesa temporariamente na Faculdade o exercício das funções directivas. E, sendo este que tem de assegurar o normal funcionamento do serviço como primeira atribuição do cargo, estava talvez na boa lógica que fosse ele também a desempenhar-se de mais este encargo.

Perante os vários e fortes motivos de escusa que por todos os Colegas me foram apresentados, confesso, entretanto, que não durou muito a minha hesitação. Há ocasiões em que não se pode olhar a trabalhos, nem atender a méritos, nem medir possibilidades, nem mesmo ceder a preocupações de bom-senso, quaisquer que elas sejam; ocasiões em que, a todos os outros deveres, parece sobrelevar até o *dever da imprudência*, de que nos fala certo escritor francês a propósito da viagem do grande explorador Schackleton ao Pólo Sul. E esta foi seguramente uma delas.

Motivo mais ponderoso, do que todos os motivos e razões que pudessem ponderar-se para me servir de fácil escusa, é que tinha de subir hoje a esta cátedra um professor da minha Faculdade. Só por isso aqui me encontro, em obediência a um dever serenamente cumprido.

Que ao menos as prementes e irremovíveis circunstâncias que me constituíram na obrigação de aqui vir pela segunda vez, e de aqui vir especialmente neste dia que vai ficar assinalado nos anais da Academia Conimbrigense pelas inaugurações hoje realizadas com a presença dos ilustres membros do Governo da Nação - a quem não quero deixar de exprimir as minhas respeitadas homenagens -, que ao menos estas circunstâncias, de todo superiores à minha vontade, possam desculpar as deficiências do trabalho que agora apresento e fazer jus à benevolência de quem me escuta.

EXCELÊNCIAS,
MAGNÍFICO REITOR,
PREZADOS COLEGAS,
QUERIDOS ESTUDANTES,
SENHORAS E SENHORES!

I

Quando, nos primeiros anos do século em que vivemos, comecei a dar acôrdo de mim neste mundo, lembro-me muito bem de ouvir dizer às pessoas idosas da minha terra beirão que houvera ali outrora um velho singular, alfaiate de seu ofício e Guido de sua graça, ao qual, entre muitas outras excentricidade de dito e de facto, attribuíam estas palavras; *Quando verdes estradas largas e o carro aéreo passar ao fundo de Calvos* (é este o nome da povoação onde vivia), *estará a chegar o fim do mundo.*

Impressionante profecia a deste velho, filósofo e vidente, na qual muitas vezes me tenho surpreendido a meditar pela vida fora. Numa época em que, naquele abscondito recanto da nossa Beira Alta, se viajava apenas a cavallo ou de liteira pela velha calçada romana, numa época em que não havia ainda nem combóios, nem automóveis, nem aviões, Mestre Guido, nos momentos em que a agulha e a tesoura lhe davam tréguas, podia ler com profundeza através das idades, declinando a grande revolução que viria a operar-se nos meios de transporte; e revolução tão completa que, precisamente ao fundo da sua povoação, viria depois a passar a estrada larga, macadamizada, de S. Pedro do Sul a Vouzela, e depois, ainda, o caminho de ferro do Vale do Vouga, e, por fim, o rumo dos aviões que de Viseu a Aveiro seguem o mesmo vale. Lá começou a passar efectivamente, nestes últimos tempos, o «carro aéreo»; e, por triste sinal desse facto extraordinário, há apenas dois anos lá se deu, precisamente ao fundo de Calvos, não longe das Termas de S. Pedro do Sul, trágico desastre de avião que custou a vida a um desventurado moço.

Várias vezes, minhas Senhoras e meus Senhores, a profecia de que vos dou testemunho me tem ocorrido ao espírito. É que, se ela tão impressionantemente e tão rapidamente se realizou no domínio dos factos, não teremos

talvez direito a duvidar de que será também verdadeira no domínio das conseqüências que se Ihes atribuíram.

Ao ver as estradas largas que por todo o País se tem construído e o desenvolvimento progressivo da aviação, também creio que estamos chegados ao fim do mundo. Mas este fim do mundo, que vaticinava o meu velho e ignorado contrerrâneo do séc. XVIII, é certamente o mesmo que, ao tropel dos Bárbaros que batiam às portas da cidade, com maior e mais esclarecida penetração pôde visionar, no século V, a águia de Hipona: também agora poderemos dizer que *não é o mundo que acaba, é um mundo novo que começa...*

«*Um mundo novo que começa*» quer dizer por isso, muito simplesmente, *uma idade nova do mundo*. E agora compreenderéis, talvez, o motivo por que trago para aqui a profecia de que vos falo. É que, na sua visão pessimista dos progressos humanos, se a collocarmos em face da maldição contida na fala do Velho do Restelo, elas permitirão estabelecer um paralelismo curioso entre as duas idades que o mundo viu e vê: a «idade da navegação marítima» que já em certo modo ultrapassámos, e a «idade da navegação aérea» que agora se inicia.

Na longa caminhada dos séculos e dos milénios, começara o homem por «sujeitar e dominar a terra», segundo o preceito genesiaco. Dominou-a, sobretudo, lutando contra as distâncias pelo uso do *carro terrestre*, que multiplicou consideravelmente o poder das suas mãos e dos seus pés. E creio que ninguém poderá avaliar em nossos dias toda a revolução que veio trazer às possibilidades humanas esta coisa aparentemente muito simples: a invenção da *roda*.

Mas o homem, animal terrestre por excelência, valendo-se do seu poder inventivo, depois de ter dominado a terra, tomou a peito dominar também e pôr ao seu serviço os outros elementos, aproveitando em primeiro lugar as forças motoras da água - e não só dos rios, mas dos mares interiores mais bonançosos e, depois, ainda, dos grandes Oceanos coalhados de terrores e de perigos. E ao amaldiçoar

..... o primeiro que no mundo

Nas ondas veias pôs em seco lenho!

esse «velho de aspecto venerando» de que fala o nosso Épico todo se lamentava no século XV dos estragos que viria causar ao mundo o uso do barco do alto mar, quer dizer, do *carro marítimo* de grande raio de acção, estragos e desastres sem conta, que a nossa *História Trágico-Marítima* regista.

Mas ainda não era tudo. Restava à Humanidade um outro domínio para ser conquistado – o do ar. O homem, que quisera mover-se na água como os peixes, invejava também a velocidade de deslocação e a liberdade de movimentos das aves. E inventou o avião – *carro aéreo*, como pitorescamente lhe chamou o meu velho conterrâneo, e como lhe chamam agora literalmente, cento e cinquenta anos depois, os mais recentes livros americanos que tenho lido. Também estes falam agora com muita insistência no carro aéreo – *aerocar* –, e por sinal fazendo apelo a que todos os jovens do nosso tempo aprendam a guiar esse carro, e venham, um dia a possuir o seu!

«Idade do ar», «idade da navegação aérea», «idade da aviação»; é esta a idade nova de que vou falar-vos, a idade dos Descobrimentos Aéreos do mundo que agora principia.

No século XV, ao iniciar-se verdadeiramente a *idade do mar*, muito pouco se conhecia ainda do nosso globo. Outras terras e outras regiões de que havia notícia vaga julgavam-se desabitadas ou povoadas de monstros. Por isso, Camões pôde dizer em boa verdade que, seguindo os caminhos do mar, mostrámos «novos mundos ao mundo».

Neste século XX em que vivemos, pode dizer-se que já não tem segredos para nós o Grande Mar Oceano; mas nas coordenadas geográficas do globo entra em nossos dias uma terceira dimensão – a *altura* ou *profundidade* – e sente-se que, a envolver a terra toda, há outro oceano ainda mais vasto, no fundo do qual temos vivido até agora: o *Grande Oceano do Ar!* O avião vai justamente permitir que nos elevemos neste oceano sem limites. Que novos Descobrimentos, que «novos mundos», que surpresas, que maravilhas, nos trará a exploração que agora se inicia dos espaços interplanetários?!...

... Mas eu não quero dar largas à imaginação e não devo entrar aqui em devaneios. Devaneios, serão talvez bastantes, e são por certo bem mais acalentadores, os que o coração tem artes de inspirar a gente moça, como é a grande maioria dos que me escutam. E, por isso, para situar conveniente-

mente o tema da minha lição, seja-me permitida uma brevíssima resenha das grandes fases da história da Humanidade nas suas relações com os elementos que sucessivamente veio dominando e, portanto, com os meios de comunicação e transporte com eles especialmente relacionados.

II

Quando se lança uma vista retrospectiva sobre as mais antigas civilizações que o mundo viu, e sobre os povos e os Estados que então marcharam à cabeça da Humanidade, desempenhando o papel de grandes potências políticas e militares, não deixará de impor-se ao nosso espírito a sua base acentuadamente continental. O domínio da terra via-se bem que só na terra poderia firmar-se. O Egipto, a Assíria, a Caldeia, a Pérsia, a Macedónia são disso claro exemplo.

Na antiguidade oriental, só um pequeno povo, seguindo os rumos do seu condicionalismo geográfico, afirmou vocação verdadeiramente marítima. Estreita faixa de terra apertada entre o Líbano e uma linha costeira bastante desenvolvida, a Fenícia parece que «atirou os seus habitantes ao mar», como alguém disse da Córsega. Os Fenícios enxamearam pelo Mediterrâneo, tornaram-se os corredores e recoveiros do mundo antigo.

Na história da Grécia, já se manifesta, bem clara, a oposição entre as tendências continentais e as marítimas; mas do desenvolvimento progressivo da navegação costeira adveio afinal o grande papel que os Gregos, como os Fenícios, desempenharam na sua importante obra colonizadora, mediterrânea e até mesmo atlântica.

A terra prevalecia ainda, entretanto, sobre o mar. E de base continental, embora tendo como fulcro um mar interior - o *Mare Nostrum* - que por isso se chamou «Mediterrâneo», pode considerar-se ainda o *Império Romano*, construção política que dominou toda uma época e tanta influência havia de exercer posteriormente.

Terrestre é ainda depois, em grande parte, a história da Idade-Média; mas foi o mar que assegurou a importância das pequenas repúblicas italianas

de Veneza e de Génova, que também estabeleceram as suas colónias por todo o Mediterrâneo.

Entram, porém, na cena da história as *caravelas*, e resolve-se o problema da navegação do alto mar por meio do astrolábio. E é então que soa também a hora mundial da Península Ibérica.

Era, efectivamente, à península mais ocidental europeia, que estava reservado o grande papel de transferir o centro do mundo do Mediterrâneo para o Atlântico, inaugurando a «fase oceânica da história europeia». O dualismo político ibérico, definitivamente constituído, como que ressuscitou nos mares longínquos, e no início dos tempos modernos, a antiga e fecunda rivalidade que se desenvolvera no Mar Mediterrâneo entre Fenícios e Gregos, primeiro, e Venezianos e Genoveses, depois. E abriram-se, podemos dizer, as portas do mundo, e todo ele foi dividido em dois hemisférios, em duas grandes *esferas de influência* entre Portugueses e Espanhóis, cuja actividade colonizadora assim fica a marcar indelevelmente os novos continentes que se tinham descoberto.

Todo o mundo vem a tornar-se depois campo de expansão da Europa. Pode dizer-se que toda a terra se vai *européizando*; mas a hegemonia desloca-se a breve trecho dos países europeus do Sul para os países do Norte, possuidores, estes últimos, de jazigos carboníferos, que os primeiros não possuíam no seu solo. Alguns blocos terrestres que se desenhavam então na carta política da Europa não mostram grandes condições de sobrevivência. O mar entra cada vez com maior quota parte na vida dos homens e dos povos. É ele que assegura aos Estados três dos melhores dons - a independência, a unidade e o poder - como dizia Kirchhoff, e é uma potência marítima que assinala mais fortemente o seu domínio sobre as outras.

O *Império Inglês* realiza nos últimos tempos o exemplo mais completo de império mundial digno deste nome. Nunca se vira, depois dos dias áureos do Império Romano, uma associação política tão fortemente constituída de povos espalhados por todos os continentes. A «Roma das Sete Colinas» cedera o seu lugar à «Inglaterra dos Sete Mares». A *Pax Romana* revivia em pleno século XIX na *Pax Britannica*, assegurada em todos os oceanos pelo prestígio da Esquadra Inglesa. *Rule Britannia!*

E nesta fase da «idade do mar» que ainda foi a nossa, podia justamente escrever um geógrafo francês em livro destinado à mocidade escolar da sua pátria: «Quem não guarda o seu lugar sobre os mares arrisca-se a perdê-lo sobre as terras».

III

Mas uma nova idade ia surgir para o mundo. E surge com seu cortejo lúgubre de morticínios e de destruições. O homem realiza a suprema aspiração de se librar nos ares como as aves do Céu; mas as asas que os progressos estupendos da técnica põem ao seu alcance não são as «asas da pomba», por que há milhares de anos suspirava o Salmista: são antes, por desgraça nossa, as «asas do abutre», traíçoeiro e devastador.

Assim, é no meio de escombros, e de dores sem conta, e de confusão apocalítica, que se gera o mundo novo. E se a guerra de 1914-1918, a primeira guerra mundial que a história regista, é bem caracterizadamente uma luta pelo domínio dos mares, tomada possível sobretudo pela invenção do *submarino*, a guerra de 1939-1945 pode considerar-se já consequência dum sonho mau de conquista mundial, baseada ao mesmo tempo no domínio da terra pelo *veículo motorizado* e no domínio do ar pelo *avião*.

Em nenhuma outra guerra como nesta última a que assistimos, a arma aérea se revelou, com efeito, tão importante e decisiva. E hoje poderemos já talvez afirmar: - Quem não guarda a superioridade nos ares arrisca-se a perder a supremacia na terra.

Sonho mau de conquista mundial o que levou à guerra de 1939-1945, disse eu, e creio que não exagerei. É que o mundo já não é hoje bem o mesmo que era dantes: contraiu-se, tomou-se mais pequeno; e, se pelo ar todos os seus caminhos estão abertos, deixou de haver também pontos muito distantes e barreiras de separação à superfície do globo.

Dado que as distâncias se medem ou contam praticamente pelo tempo do percurso, se com os progressos, por exemplo, da navegação marítima transatlântica e conseqüente redução do número de dias de viagem, a América se

veio aproximando cada vez mais da Europa e da África, com o início da navegação aérea os continentes fronteiros ficam separados por algumas horas apenas de viagem, e pode dizer-se que quase tocam uns nos outros.

A ideia de um hemisfério ocidental e de outro oriental, separados por milhares de milhas de água é evidente, por isso, que já perdeu todo o seu significado; e já os Americanos não podem estar certos e seguros de que, se alguém pegar o fogo ao mundo, o seu continente não venha a correr perigo.

O Oceano Atlântico já não separa hoje a América do Norte da Europa mais do que o Mar da Mancha separava outrora a Inglaterra da França; e este Mar pode dizer-se que desapareceu, soldando-se as Ilhas Britânicas ao Continente.

Sem talvez darmos bem por isso, está-se remodelando por completo, em nossos dias, a *posição geográfica* relativa das diversas regiões do globo, no sentido de uma aproximação cada vez maior dessas mesmas regiões, Dir-se-ia que, numa curiosa e singular reposição de coisas, o esforço do homem está contribuindo para restabelecer cada vez mais a primitiva unidade e continuidade da superfície emersa do globo, postulada pela conhecida teoria das translações continentais.

O avião está refazendo o mapa do mundo: está criando, efectivamente, uma geografia completamente nova. E não só física, mas ainda política e económica.

Referindo-se à progressiva contracção do globo pelos meios de comunicação e transporte, escreveu algures o grande geógrafo e académico francês André Siegfried: «Tais circunstâncias geográficas impõem uma concepção correspondente da política. O molde puramente nacional tende a tomar-se demasiadamente estreito, e é preciso alargá-lo no sentido do continente, do oceano, do império, do grupo de Estados».

À medida que as relações dos homens se intensificam e as distâncias se encurtam, novos centros de relações e novas afinidades vão surgindo. Se, por um lado, já não há lugar no nosso planeta para «esplêndidos isolamentos», estamos por outro lado a aproximar-nos cada vez mais de povos que pareciam muito distantes de nós e de terras que pareciam colocadas no outro pólo do mundo. E neste mundo que se está revelando como nunca uno e monosférico, é a grande família humana que vai tomando cada vez mais consciência

de si, mesmo quando os atritos e as desavenças internacionais se multiplicam e os ódios parecem cavar-se mais fundo.

IV

Perante estas novas condições geográficas, políticas, económicas e sociais da vida da Humanidade, inevitáveis correcções e ajustamentos precisam de fazer-se na maneira de pensar e de agir dos homens e dos povos. E talvez nenhum povo o tenha sentido tão profundamente, e até mesmo tão dramaticamente, como a grande república norte-americana, sobre que agora pesam as maiores responsabilidades da política internacional.

Não foi, com efeito, sem grande surpresa, que há tempos se me deparou, num livro publicado nos Estados Unidos, esta espontânea confissão: «Outrora a cidadania americana era uma lição de história; hoje é sobretudo uma lição de geografia... Muitas das nossas dificuldades derivam de não havermos reconhecido isto mesmo como nação. Não temos sido familiares com os outros povos, não temos avaliado os outros recursos, temos vivido alheios à mudança das adaptações e afinidades geográficas, não temos pensado em termos de uma necessária estratégia global. Temos permanecido provincianos num mundo de apertadas interdependências. Estrategicamente, comercialmente, culturalmente e intelectualmente, deixámo-nos ficar para trás, enquanto mecânicamente, industrialmente e esteticamente temos alinhado à frente».

Singular confissão me parece esta, na verdade.

Para ela se ter tornado possível foi certamente preciso que os dolorosos acontecimentos da última guerra abrissem os olhos a muita gente. O ataque inesperado e brutal de Pearl Harbour estava com certeza no pensamento do autor, como estariam na surpresa angustiante do povo que viu o seu prestígio e a sua liberdade seriamente ameaçados nos pontos mais distantes do globo e por todos os lados: - no Oceano Pacífico como no Grande Deserto africano, no porto de Murmansk como na Península da Crimeia e no Oriente Próximo.

Por isso os homens públicos norte-americanos, com responsabilidades na orientação interna e externa da sua pátria, se apressaram a reconhecer

também o erro em que caíram. E, à frente de todos eles, o falecido Presidente Roosevelt, isolacionista convicto até 1937, mas que depois mudou de parecer, quando viu alastrar pelo mundo a «epidemia da ilegalidade», segundo a sua própria expressão.

Sobre a evolução que as duras lições da guerra operaram no espírito de alguns americanos mais esclarecidos, ouçamos o antigo Subsecretário de Estado Sumner Welles, no prefácio do seu livro *An Intelligent Guide to the Peace*, publicado ainda durante o conflito: «Estou convencido de que a imensa maioria dos cidadãos deste país chegou à conclusão de ter a política isolacionista resultado num desastre, no que se refere aos interesses nacionais... Nas passadas gerações o povo dos Estados Unidos, em geral, não pensou como devia nos povos dos outros países. É também verdade que, no cadinho que é a América, grupos numerosos de cidadãos herdaram preconceitos contra outros povos, trazidos por seus antepassados das suas pátrias... Em consequência disso, nestes últimos anos, o povo dos Estados Unidos tem sido levado a estimar menos as virtudes dos outros povos. Não soubemos reconhecer os seus problemas especiais nem apreciar as suas realizações sociais e culturais. Preferimos ver os «estrangeiros» com geral antipatia e suspeitar instintivamente das suas razões».

Até aqui, o quadro sombrio da impressionante contrição. Agora, as resoluções práticas que inspirou também este brusco despertar de um sonho de grandeza e de felicidade. Como reagiram os Americanos perante as dolorosas surpresas e amargas desilusões que a guerra assim lhes trouxe? Não deixa de ser interessante considerá-los, uma vez que, poupados pela superior e providencial visão de quem nos governa aos ensinamentos da experiência própria, alguma coisa teremos a lucrar com as salutares lições que neste caso poderá dar-nos a experiência alheia.

Compreendendo que os horizontes geográficos do mundo se têm modificado nesta idade do ar bem mais depressa do que as ideias dos homens, todos se preocupam agora na América do Norte com modificar antes de tudo essas mesmas ideias, remodelando por completo as bases científicas da educação. É à Escola, e sobretudo à Universidade, que vão pedir-se os novos princípios capazes de corrigir erros ou deficiências antigas e de adaptar o povo americano às condições sociais da idade nova.

Já a experiência adquirida durante a última guerra, com a preparação dos oficiais das Forças Armadas mobilizados para prestar serviço no estrangeiro, mostrou às escolas superiores dos Estados Unidos a necessidade de uma total revisão do seu ensino, modificando e ampliando os programas, e criando mesmo novos cursos, com o fim de dar maior importância aos estudos mundiais e ao problema premente das relações internacionais. A essas escolas, e sobretudo à Universidade, regressaram também, depois de suspensas as hostilidades, os estudantes desmobilizados, particularmente favorecidos pela lei dos direitos do ex-combatente aprovada pelo Congresso norte-americano; e em tão grande número que foi necessário alargar à pressa as instalações universitárias, que uma ou outra vez se improvisaram mesmo em grandes aglomerados de *roulottes*, à falta de melhor. E para essa juventude americana tão solicitada agora para os problemas internacionais se organizam especialmente cursos de Línguas Estrangeiras, Direito Internacional, Organizações Internacionais, Geografia Económica, Comércio Mundial, entre outros, declarando mesmo uma dessas escolas superiores o propósito de preparar os seus alunos para serem bons «cidadãos da sua pátria e do mundo».

É evidente que não podemos deixar de encarar com todas as reservas este novo sistema de educação em série, e de pôr todas, as dúvidas ao êxito que lhe estará reservado; mas não vá julgar-se que esta atitude de espírito só na América teve a sua afirmação: na própria Inglaterra, tão rudemente experimentada também pelo conflito, estão-se olhando com particular interesse os novos rumos do problema educativo de após-guerra, tendo sobretudo em vista o recrutamento de novos mestres entre os alunos procedentes; das Forças Armadas ou de outros serviços públicos nacionais; e a organização recente da *UNESCO*, instituição que constitui afinal um ramo da O. N. U. para efeitos educativos, demonstra bem o mesmo desígnio de dedicar especial atenção ao estudo das relações internacionais, tanto nas Universidades como nas escolas superiores do Magistério.

Posta nestes termos a questão quanto aos outros, importa pô-la também agora quanto a nós. E ocorre naturalmente perguntar: - Que temos feito em Portugal, ou que é necessário que se faça em tal sentido? E a resposta impõe-se logo à primeira vista, nítida, decisiva, concludente: - Nesta hora de proveitoso exame de consciência nacional que parece ter soado para todos os povos, nós não temos de dizer *mea culpa*, nem de arrepiar caminho, nem de apelar para nada de novo, mas apenas de permanecer fiéis à nossa vocação histórica e prosseguir na obra que iniciámos nos séculos XV e XVI, em que tão auspiciosamente afirmámos perante o mundo o carácter universalista das nossas relações com os outros povos.

E, por singular e feliz coincidência, nem sequer os homens que esta grave crise mundial veio encontrar à frente dos destinos da nossa Pátria precisam de fazer aqueles inevitáveis ajustamentos e correcções na sua maneira de pensar e de agir de que há pouco vos falei. E não precisam de os fazer porque, na visível preocupação que os domina de reconduzir o nosso País ao rumo das suas melhores tradições, bem poderá dizer-se que previram de certo modo os acontecimentos. O mesmo autor americano já citado, ao focar as consequências imprevistas que traz consigo a «idade do ar», acrescenta textualmente: «Será de grande vantagem para nós, compreender que o homem ajuda a fazer a sua própria geografia, e que uma Nação só prospera quando os seus Chefes podem antecipar-se às grandes transformações geográficas enquanto elas se não acumulam sobre essa mesma Nação com desastrosos efeitos». Não foram certamente escritas com o pensamento em nós estas palavras, mas creio que se nos podem aplicar inteiramente.

Nós não temos, por felicidade, de ficar perplexos nem de recear pelo facto de os progressos recentes da aviação nos terem posto ombro a ombro com países longínquos, porquanto, povo situado na encruzilhada dos grandes caminhos terrestres e marítimos, não só nunca procurámos isolar-nos dos outros povos, mas antes, correndo as sete partidas do mundo, de todos eles andámos em busca no passado, mesmo dos mais afastados, para os trazer à comunidade da nossa civilização e da nossa fé religiosa. E por esse motivo, pondo em contacto as gentes dos dois hemisférios, fomos os pri-

meiros que assim pudemos declarar com ufania a nossa identidade, pela boca de Vasco da Gama :

Os Portugueses, somos do Ocidente,
Imos buscando as terras do Oriente.

Nós não temos mais do que pôr perante o mundo, e levantar bem alto, para que todos os vejam, os princípios que sempre nos guiaram na nossa actividade colonizadora - o velho lema de *fazer cristandade e fazer justiça* - onde, sem preconceitos de raça ou de cor, confraternizámos largamente com os outros povos mesmo quando eles eram de nível inferior, pondo em prática uma sábia e eficiente *política de assimilação* - política de assimilação tão eficiente, e tão fecunda, e tão duradoura, que ainda há pouco nos permitiu levar a Roma, à festa da canonização do missionário português S. João de Brito, a mais luzida e variegada e multicolor embaixada humana que jamais atraíu as atenções da Cidade Eterna, mesmo nos dias culminantes dos triunfos imperiais de Trajano: embaixada composta de homens categorizados de «todas as raças da Europa, África, Ásia e Oceânia - brancos, pretos, mestiços, chineses, macaístas, indonésios, indianos - representantes de milhões de portugueses unidos num mesmo pensamento e vindos dos confins do mundo», como disse Sua Ex.^a o Ministro das Colónias; e «não amostras de povos submetidos, mas um escol de portugueses da Metrópole e do Império, com diversa cor, mas a mesma alma», como justamente acrescentou Sua Em.^a o Cardeal Patriarca de Lisboa.

VI

Nesta hora atribulada que o mundo vive, em que é forçoso rever princípios e conceitos de vida nacional e internacional, nós, Portugueses, só teremos por isso de reconhecer alvoroçadamente que não passou com a idade do mundo a concepção de civilização e de vida de que nos fizemos pregoeiros, e que procurámos levar aos outros povos; e que antes esta concepção se tornou agora mais instante e imperativa do que nunca.

É que não podemos deixar de verificar também como, pelas lições da dura experiência, as grandes nações coloniais e colonizadoras que vieram depois de nós, dizendo-se portadoras de uma cultura mais progressiva e de melhores ideias e sistemas políticos e económicos, apesar de todos os seus preconceitos de superioridade racial, estão agora a chegar precisamente ao ponto donde nós partimos.

Discursando há tempos na comemoração do cinquentenário do caminho de ferro de Lourenço Marques, o antigo Primeiro Ministro da Africa do Sul, Marechal Smuts, claramente aludiu à necessidade de considerar em novas bases as relações existentes entre Brancos e Negros, não ocultando quanto havia a aproveitar com a lição da nossa política colonial; e o Presidente Truman, dos Estados Unidos, em mensagem uma vez dirigida ao Senado Norte-Americano, focou também o mesmo problema em relação ao seu país, tomando posição contra todas as injustiças baseadas em considerações de raça, de religião e de cor.

Também não nos dão grande novidade, e não revelam propósito que não tenha sido o nosso, todos os que se empenham agora em realizar uma grande união de povos, porque essa união a realizámos nós já com êxito, sabendo construir uma verdadeira Comunidade de Nações, tornando-nos centro de atracção de um império mundial bem digno deste nome. Por isso o velho cronista pôde chamar à nossa capital «cidade das muytas e desvairadas gentes»; e um estrangeiro ilustre que nos visitou nos meados do século XVI, o Cardeal Vicente Justiniano, homem largamente viajado e que conhecia as grandes cidades do seu tempo, podia dizer acerca de Lisboa, então tornada centro, coração e verdadeira *capital* do mundo: *Vidimus orbem in urbe!* – «vimos o mundo todo numa única cidade»!

Mais ainda. Mesmo as ideias que julgamos completamente novas, e fruto das mais progressivas e humanitárias condições deste século das luzes, são às vezes velhas de muitos séculos. É o que sucede com esta concepção, tão humana e tão cristã, de uma Sociedade das Nações, que geralmente consideramos inspirada pelo idealismo do Presidente Wilson. Mas não! E aos que depositam agora as suas esperanças de uma paz duradoura para a Humanidade na organização de um estatuto internacional válido para todos os povos, lembraremos por isso o facto, que neste ano centenário deverá apontar-se ao

mundo como autêntica glória de Portugal e da Universidade de Coimbra: é que se levantou dentro desta Universidade, nos últimos anos do século XVI, como anotou há pouco o douto Presidente da nossa Academia das Ciências, a voz de remoto doutrinário de uma Sociedade das Nações, ou Organização das Nações Unidas, ou coisa equivalente, para que tanto se apela neste século XX. Peço a todos especial atenção para uma transcrição que vou fazer, e que será breve: *A raça humana, apesar de dividida em povos e reinos diversos, tem, não somente a sua unidade específica, mas ainda unidade moral e até mesmo política. Embora todo o Estado independente, república ou reino, constitua uma comunidade perfeita, composta dos seus próprios membros, certo é também que cada um desses Estados, considerado nas suas relações com a raça humana, faz parte, ainda, de uma unidade universal. Nunca as comunidades se bastaram tanto no seu isolamento, que pudessem dispensar o auxílio mútuo, a associação e o convívio com outras... Assim o mostra a experiência. Por isso é absolutamente necessária a existência de uma lei que dirija as Nações e regule a posição de cada uma delas nesta espécie de comunhão ou de sociedade... Assim como o uso criou lei no Estado e na província assim também novas leis poderão ser introduzidas na raça humana, com o fim de regular, na comunidade, o comportamento habitual das Nações.*

Parecem escritas em nossos dias estas palavras. Haverá de supor-se, talvez, que estive a reproduzir considerações feitas por algum contemporâneo nosso em assembleia magna da Sociedade das Nações ou da Organização das Nações Unidas; ou ainda que trouxe para aqui a página de algum moderno tratado de Direito Internacional. Mas não: apenas transcrevi, passando-o para vernáculo, um passo do imortal Francisco Suárez no seu *Tractatus de Legibus*, aqui mesmo publicado em Coimbra, no ano de 1612.

O *Doutor Exímio*, como águia real que voa altaneira nos mais elevados cumes do pensamento do seu tempo e de todos os tempos, pôde assim antecipar-se às modernas ideias de unidade universal e da necessidade de uma ordem jurídica internacional, e da existência de um poder supranacional capaz de garantir a harmonia colectiva. Quer dizer: pôde proferir, vai para quatro séculos, a palavra que nos parece mais oportuna e actual nos perturbados tempos em que vivemos.

VII

Se em momento histórico tão culminante e decisivo como o actual, nós, Portugueses, podemos oferecer ao mundo, para a unidade e bom entendimento da grande família das Nações, não apenas o capital imenso que representa uma larga experiência de séculos, mas ainda a prioridade na afirmação de um princípio de vida internacional que muitos hão-de julgar «maravilha fatal da nossa idade», importa que demos também agora com largueza o nosso contributo à causa comum, não deixando que só os outros venham a colher as primícias de uma semente que nós fomos os primeiros a lançar à terra. E, quando assim falo, quero dizer que na realização dessa grande tarefa uma parte importante deve caber também à Universidade portuguesa.

Numa época de crise como a nossa, a Universidade não pode nem deve limitar-se, efectivamente, a preparar burocratas ou técnicos especializados que se encerrem com pensamento egoísta dentro da sua torre de marfim.

Deve assumir, nesta época tão roída de incertezas, o papel que assinalou a sua fundação nos perturbados tempos medievais, cultivando as inteligências, iluminando o caminho das gerações, fortalecendo e apertando os laços da comunidade nacional.

Deve interessar-se sobretudo pelo que constitui as «ideias vivas da nossa época», na expressão de Ortega y Gasset, actualizando o seu ensino e colaborando na resolução dos grandes problemas nacionais e internacionais.

Julgo que algumas preocupações nos são impostas especialmente pelas novas condições geográficas do mundo. E reduzirei a três pontos mais importantes as considerações que sobre o assunto passo a fazer.

A) Primeiro ponto. Depois de posta em ordem a nossa pequena casa continental europeia, devemos olhar, antes de tudo, com mais interesse do que nunca, para aqueles territórios e populações dos outros continentes que ao nosso País estão ligados por laços políticos, os quais, neste fermentar de tendências autonomistas e separatistas que se seguiu à última guerra, têm dado o exemplo mais perfeito de identificação com a mãe-pátria que poderíamos desejar. E isto mesmo até no longínquo Estado da Índia, e não obstante todas as tentativas de insubordinação desenvolvidas por agitadores estranhos.

É sobretudo para as nossas duas grandes províncias africanas que devem dirigir-se as melhores atenções porque a África, na visão dos mais autorizados estadistas e economistas do nosso tempo, terá de constituir necessariamente o futuro «campo de expansão da Europa».

Tem-se dito que, depois de feita a ocupação militar e política do Ultramar português, é preciso fazer também a sua ocupação científica e concomitante valorização económica. E eu apenas acrescentarei que na base de todos os esforços a empregar em tal sentido deve estar a acção desenvolvida pelos nossos estabelecimentos de ensino, onde se preparam para a vida os homens de amanhã. É preciso fazer apaixonar pelas colónias a mocidade das nossas escolas, e daí a necessidade de intensificar na Universidade os estudos coloniais, com a fundação em Coimbra de um *Instituto Colonial*, de há muito em projecto.

É um erro supor-se que as nossas províncias africanas, para atingirem o grau de desenvolvimento que dos seus grandes recursos é lícito esperar, só carecem de que para elas se desvie a corrente emigratória que do Continente português se tem dirigido até agora para o Brasil, gente inculta na maior parte dos casos. Não. O que elas precisam é de portugueses de eleição, de um escol de gente esclarecida e empreendedora, que se vote antes de tudo ao «humano», quero dizer, à tarefa de assegurar o desenvolvimento e multiplicação da principal riqueza - a população indígena - nalgumas regiões ameaçada de desaparecer; e que só depois olhe ao «económico», promovendo, pelo enquadramento do trabalho, a valorização dos outros recursos. Deixo aqui a frase de um colonial francês de comprovada competência: «Um país novo como a África exige antes de tudo homens jovens, fortes, corajosos, inteligentes e instruídos, para o seu equipamento moral: administradores e governadores escolhidos com cuidado, médicos hábeis e experimentados, corajosos e tenazes, perceptores e mestres de elevado comportamento moral, missionários de espírito aberto, de alma humana e generosa, sábios. Para semelhante tarefa, as metrópoles deverão pois escolher os melhores dos seus filhos».

Creio que ninguém deixará de reconhecer a parte importante que cabe à Universidade de Coimbra na investigação científica ultramarina e na criação de uma consciência colonial portuguesa. Demonstra-o bem a actividade desenvolvida pelo Prof. Luís Carrisso que, enamorado da terra de Angola,

tudo lhe sacrificou: comodidades, descanso, saúde e, por fim, a própria vida. E poderíamos citar ainda outros nomes, como os dos Drs. Júlio Henriques, Ascensão Mendonça, Ferraz de Carvalho, e o do nosso preclaro Reitor, Dr. Maximino Correia, se fosse preciso levar mais longe essa demonstração.

Será de justiça pôr em relevo o alto pensamento de propaganda colonial que presidiu à organização do *I Cruzeiro de Férias a Angola*, e reconhecer, por outro lado, a acção ultimamente desenvolvida no meio académico pela *Casa dos Estudantes do Império*; mas temos de reconhecer também que é preciso ir muito mais longe.

Quando teremos facilitadas, por exemplo, as excursões de estudo dos alunos dos Cursos Superiores aos nossos domínios ultramarinos? Quando se tornará a nossa linha aérea imperial Lisboa, Luanda, Lourenço Marques - grande artéria de circulação que ponha em contacto mais directo e mais frequente os portugueses de Aquém e de Além-Mar?

B) Passo agora ao segundo ponto. Depois dos territórios dos outros continentes a que modernamente se aplica o nome de *colónias*, é evidente que as melhores relações precisam de assegurar-se, nesta idade do ar, com a nossa antiga colónia do Brasil, que depois fez parte do «Reino Unido de Portugal e do Brasil», e que, depois, alcançada a maioridade, partiu por caminhos diferentes na realização do seu próprio destino, mas guardando bem os traços e as qualidades com que a afeiçoou o génio português: falando a mesma língua, professando a mesma fé, continuando no tempo e no espaço as tradições da mesma cultura europeia.

Se, conforme já disse, o desenvolvimento dos meios de comunicação como que suprimiu o Atlântico, aproximando mais as suas margens, esforço importante no sentido da almejada unidade deverá levar-se a efeito especialmente entre o Portugal da Europa e da África, e a América Portuguesa; e seríamos injustos se não reconhecêssemos que um grande passo se deu já em tal caminho com a unificação ortográfica da Língua Portuguesa de um lado e do outro do Atlântico.

Mas não devemos ficar na realização, aliás admirável, do Acordo Ortográfico há pouco definitivamente aprovado pelo Congresso Nacional do Rio

de Janeiro: é preciso que esse acordo se torne a base necessária e o ponto de partida de novos entendimentos que importa levar a efeito. Antes que se multipliquem e apertem os laços económicos luso-brasileiros - e neste sentido se está trabalhando, e por tal forma que precisamente neste momento se encontra no Brasil a «Missão de Boa Vontade» constituída por alguns dos mais ilustres representantes do nosso meio comercial - antes que se procure estabelecer uma boa compreensão entre os mercados dos dois Países, e até mesmo se estude o já tão falado regime jurídico de excepção para os Brasileiros em Portugal e para os Portugueses no Brasil, creio que é preciso intensificar os laços espirituais. E às Universidades das duas Nações caberá sem dúvida um papel importante e decisivo debaixo deste ponto de vista.

Quando será possível levar, por exemplo, os melhores dos nossos estudantes ao Brasil, e trazer os estudantes brasileiros a Portugal? Há tempos, numa sessão solene realizada no Instituto de Coimbra em homenagem à memória de Afrânio Peixoto, ouvi ao Dr. Renato de Mendonça, ilustre Cônsul do Brasil no Porto, estas palavras, incontestavelmente verdadeiras: «Português que não conhece o Brasil não acabou de ver Portugal». E nós poderemos replicar, com igual justeza: «Brasileiro que nunca visitou Portugal não chegou a saber ao certo quem é e de onde vem».

Este *desideratum* leva necessariamente a um outro, sem dúvida mais ambicioso, mas por isso mesmo promissor dos mais fecundos resultados: - Quando teremos nós o intercâmbio científico dos universitários portugueses e brasileiros estabelecido de maneira que os professores de um País possam preleccionar no outro, ao menos durante algum tempo?

Neste particular, creio bem que não estou a desejar o impossível, antes me é muito grato verificar que se entrou já em tal caminho. Já, efectivamente, aquele dos universitários de Coimbra que ao Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro prestou tão assinalados serviços, o nosso distinto colega Dr. Rebelo Gonçalves, regeu cadeira na Universidade de S. Paulo, não lhe tendo faltado insistentes convites para lá voltar; e também, por outro lado, já na Sala do Brasil da nossa Faculdade de Letras alguns professores brasileiros se têm feito ouvir. Tudo o que importa, por isso, a este respeito, é apenas prosseguir na empresa começada.

Não sei, nem agora interessará saber, quem terá mais a lucrar com este intercâmbio pedagógico e cultural – se os professores de língua portuguesa de aquém, se os de além-mar: digo apenas que o horizonte de uns será sempre eficazmente esclarecido pelo horizonte dos outros, e que todos terão a lucrar com pôr assim em confronto e em comum as bases fundamentais da sua actividade no ensino ou na investigação, e os resultados da sua própria experiência pedagógica.

E não hesito em dizer mais ainda: que este intercâmbio universitário luso-brasileiro não deixará de contribuir para que o Brasil se mantenha mais fiel às tradições da sua cultura europeia – fiel à língua, à fé, aos costumes do Ocidente europeu – e possa continuar assim a afirmar a sua personalidade inconfundível no grande continente americano, como estão procurando fazer agora outras nações da América Latina.

C) Chego, finalmente, ao terceiro ponto. E farei agora referência a outras colónias portuguesas menos conhecidas, pelo facto de se encontrarem dispersas e confundidas pelo mundo todo.

Ninguém ignora, certamente, que por longínquos países estranhos da América, da África, da Ásia, e até mesmo nas mais remotas ilhas do Pacífico, há núcleos importantes de compatriotas nossos, ou seus directos descendentes, que têm parte por vezes notável nas actividades económicas e até mesmo polítias locais. É o que sucede nos Estados Unidos, bastando dizer que só a colónia portuguesa da Nova Inglaterra e da Califórnia se tem calculado em perto de meio milhão de almas, número bastante superior ao dos nossos compatriotas residentes no Brasil, se fizermos fé pelo recenseamento brasileiro ultimamente levado a efeito.

Os portugueses residentes na América do Norte são geralmente operários de fábricas nos grandes centros industriais; mas há-os agricultores ou *farmers*, nos subúrbios das grandes cidades; e, há-os ainda, oriundos de Aveiro, de Olhão, dos Açores e da Madeira, que ganham a vida nas lides da pesca, como sucede em Cape Cod, Provincetown, e até mesmo na Califórnia. Provincetown deve, por exemplo, aos portugueses a sua reputação de cidade piscatória entre as outras cidades da costa atlântica dos Estados Unidos,

podendo dizer-se que 80 % da sua população é de origem portuguesa e fala ainda em grande parte o português.

Mas não tenhamos ilusões a tal respeito. Além de a lei norte-americana obrigar à naturalização, os portugueses que ascendem na escala social vêm-se por vezes obrigados a americanizar o nome. E o que é pior ainda: embora não percam a alma portuguesa, e neles sejam sempre vivas as saudades de Portugal, como demonstra a entusiástica recepção que ainda há pouco fizeram ao nosso Embaixador e aos nossos Prelados que ali foram, vão desaprendendo a língua de origem e passam a falar inglês.

Creio que não podem os altos poderes do Estado desinteressar-se desses núcleos importantes de gente lusa; mas torna-se evidente que a acção dos nossos Consulados, por muito efectiva que seja, não pode ir ao âmago da questão. E é neste ponto que me parece estar reservado à escola o melhor papel.

Qual a maneira mais prática e mais eficiente de assegurar a sobrevivência da língua, e de manter a comunhão com a mãe-pátria desses milhares ou milhões de portugueses dispersos pelo mundo?

Um recente relatório do Ministério das Colónias britânico revelou o curioso e original sistema pedagógico posto em prática pelos Ingleses nas Ilhas Falkland. Os colonos destas ilhas dispersam-se geralmente em pequenos núcleos ou propriedades isoladas; e a esses núcleos vão, umas tantas vezes por ano, professores ambulantes que utilizam todos os meios de transporte ao seu alcance.

Recorrendo aos licenciados saídos das Faculdades de Letras, não será de pôr em prática tal sistema no nosso caso? E não seria possível completá-lo depois por meio de radiodifusões educativas em português, especialmente destinadas àqueles nossos compatriotas? E não seria ainda de desejar, nesta idade da aviação em que entramos, que asas portuguesas pudessem aparecer depois com regularidade no céu desses recantos do mundo para onde a luta pela vida atirou a nossa gente?

Aí fica sugestão. Creio que todos compreenderão as vantagens de apertar os laços de comunidade entre os portugueses da Metrópole e das ilhas Adjacentes, e os que mourejam em terras norte-americanas. É que, além de eles serem ainda em maior número que os do Brasil, ninguém ignora como o

Oceano Atlântico se está tomando o eixo da política do Ocidente europeu; e, pela situação excepcional das nossas bases marítimas e aéreas dos Açores, é de toda a conveniência que se mantenham e desenvolvam, no interesse de ambas as partes, as melhores relações de amizade entre Portugal e os Estados Unidos da América do Norte, cimentando assim o acordo de cooperação económica ainda há poucos dias assinado entre os dois países.

VIII

Aludindo à função que a Universidade portuguesa precisa de desempenhar na actual conjuntura em relação aos portugueses de todos os Continentes, uma palavra não deverá deixar de dedicar-se também aqui aos países estrangeiros. E, falando destes, escusado será dizer que as amizades que nos são aconselhadas pela geografia da idade nova não devem fazer passar a segundo plano as amizades antigas, mas antes nos impõem a necessidade de mais ainda as estreitar e fortalecer.

Entre estas, e em primeiro lugar, a que resulta da nossa secular aliança com a Inglaterra. As profundas razões geográficas que estão na base desta velha aliança dos dois países marítimos e coloniais do Ocidente europeu – as duas *testas-de-ponte* da Europa em face da América – mais imperiosas se tornam ainda nesta idade do ar. Julgo, por isso, que mais necessário se torna agora desenvolver o intercâmbio literário e científico com a nossa velha aliada, e daí todos os esforços, talvez até impertinentes esforços, que a Faculdade de Letras tem empenhado para que ao seu *Instituto Inglês* seja dado o lugar que de direito lhe compete.

Passando em revista o papel da Universidade no estreitamento das relações intelectuais com os outros países, uma referência especial deverá fazer-se à vizinha Espanha, ao povo-irmão, exactamente porque, tendo saído do mesmo tronco hispânico, com o mesmo espírito de Cruzada e com igual tendência universalista, seguiu destinos históricos paralelos aos nossos e com ele convizinhamos ainda nesta Península Ibérica tão destacada do corpo da Europa que quase se pode dizer uma verdadeira ilha.

Quando às vezes me ponho a meditar na singularidade da nossa posição internacional na última Grande Guerra, e como durante ela foi possível conseguir, por obra do Acordo Peninsular, que esta ilha de terra constituísse também uma «ilha de paz», não posso deixar de evocar, pela semelhança flagrante que há entre as duas, aquela remota época histórica em que os vários povos europeus se degladiavam e despedaçavam uns aos outros, e Portugal e a Espanha, como que desinteressados do que na Europa se passava, se davam ambos à sua vocação missionária e universalista, absorvendo-se por completo na tarefa, sobre todas fecunda e gloriosa, de dar «novos mundos ao mundo».

Recordo em seguida um passo do Conde de Keyserling, na sua *Análise Espectral da Europa*, no qual, considerando a Espanha como «país polar» da Europa (o outro pólo seria a Rússia), e pondo em relevo que ela só tem significação entre os outros países europeus na medida em que se revela diferente de todos eles, acrescenta estas palavras: «Ora, é precisamente neste sentido que a Espanha pode adquirir uma importância extraordinária no mundo novo que está em fermentação».

Não parece que estas palavras, escritas há tantos anos, têm agora uma grande actualidade? Será que uma outra hora mundial esteja reservada ainda para a Península Ibérica?

Abstenho-me de fazer sobre este ponto quaisquer considerações; mas parece-me legítimo supor que os dois países do Ocidente europeu que pela sua posição geográfica puderam realizar outrora tarefas de tão grande projecção universal, e – mais do que isso – países agora tão obstinadamente impedidos de entrar na Organização das Nações Unidas pelos que só desejam afinal a guerra, possam vir um dia a desempenhar importante papel na paz.

E sendo assim, se neste intercâmbio cultural que compete à Universidade portuguesa temos forçosamente de considerar, antes de todos, os povos que estão mais próximos de nós por motivos de origem étnica ou de posição geográfica, nem por isso deveremos menosprezar as nossas boas relações com os outros povos.

Por isso, julgo de grande alcance uma iniciativa universitária que importa acarinhar e desenvolver, dado o esforço comum que se está fazendo em nossos dias para a cooperação internacional, e, sem dúvida alguma também, para a unidade e para a paz. Quero referir-me aos Cursos de Férias em especial

destinados aos Estrangeiros, que a Faculdade de Letras há quase 25 anos auspiciosamente iniciou.

Quem neste último quarto de século acompanhou o desenvolvimento e fez o balanço dos resultados obtidos com estes Cursos e, sobretudo, quem durante eles tomou contacto com os numerosos alunos de várias nacionalidades que se têm inscrito, não deixará de reconhecer a obra eminentemente patriótica, de verdadeira propaganda nacional, que por meio de tal iniciativa surdamente mas eficazmente se tem realizado.

O português é aprendido ou aperfeiçoado; Portugal deixa de constituir, no espírito de muitos, uma simples «província da Espanha» ou, o que é bem pior, a ante-câmara do sertão africano; algumas publicações de alunos mais distintos têm aparecido lá fora sobre o nosso País – o seu território, a sua gente, as suas actividades económicas; e teses de doutoramento apresentadas a Universidades europeias e americanas se tem feito e estão fazendo sobre a literatura, a história, a geografia e a arte portuguesas.

Mas não é ainda no melhor e mais justo conhecimento de Portugal além-fronteiras que consiste, quanto a mim, a finalidade primacial dos Cursos de Férias que a Faculdade de Letras todos os anos tem levado a efeito: é na obra de compreensão mútua de gente com tão diversa psicologia étnica, e de homens tão afastados às vezes por ideologia religiosa ou política, que nos meses de verão aqui se tem realizado.

Quando os estudantes portugueses debandam para férias, chega a vez dos estudantes estrangeiros. E é sempre muito agradável aos que aqui ficam ver tantos estilos de gente, e apreciar tantas particularidades de indumentária, e ouvir falar tantas línguas nas ruas de Coimbra; e quando estes mesmos estudantes estrangeiros se encontram no intervalo das aulas, ou nas sessões de recreio, ou entram nos estabelecimentos da Baixa, ou simplesmente se dirigem aos condutores dos eléctricos, não menos curioso é também ouvir falar «português em tantas línguas».

Se a expressão de «cidadão do mundo», que agora começa a andar em voga, não se prestasse a interpretações tendenciosas, eu diria que é uma boa escola de *cidadania mundial* a dos nossos Cursos de Férias. Já alguém comparou, com certa graça, os momentos de convívio e de confraternização dos seus professores e alunos, a uma pequena Sociedade das Nações Unidas, só dife-

rente da outra, que funciona lá fora, pelo espírito de concórdia que no nosso caso sempre tem reinado. E não tenhamos dúvidas a tal respeito: esse ideal supremo de bom entendimento e de boa harmonia entre os homens que a O. N. U. pretende pôr em prática só eficazmente poderá realizar-se com todas as Nações na medida em que, por virtude de um largo esforço educativo, se realizar primeiro dentro de cada uma delas.

IX

Mas é tempo de concluir, e não devo fazê-lo sem lançar uma vista de conjunto sobre a hora angustiante que o mundo vive.

Perpassou pela terra toda uma geral e bem justificada sensação de alívio quando se pôs fim às hostilidades no campo da batalha da mais sanguinolenta e generalizada conflagração que o mundo viu; mas, desde então, os dias têm andado a tecer semanas, e meses, e anos - e a ansiada paz ainda não veio, e antes parece que se afasta de nós e que estamos na expectativa de novos conflitos e de novas subversões, como se o mundo caminhasse ingloriamente para uma ruína total e definitiva.

Pois, apesar disso, por muito sombrio e aterrador que seja o quadro desenhado aos nossos olhos, julgo confirmar-se o diagnóstico dos que, debruçando-se sobre os males e desditas que desabaram sobre a Humanidade do nosso tempo, o consideram a crise actual do mundo, não como a da agonia de uma civilização, conforme poderia imaginar-se, mas, bem ao contrário, como simples, e natural, e necessária *crise de crescimento*. E se a Humanidade é como um homem que vivesse sempre, na frase de Pascal, bem poderemos talvez comparar esta fase perturbada da sua vida à *crise da adolescência*, em que despertam no indivíduo energias novas, impetuosas e desordenadas, a que é preciso dar expansão, e em que as solicitações grosseiras dos sentidos fazem muitas vezes embotar a delicadeza do sentido interior e perder a fé.

Nos povos, como nos indivíduos, vemos também agora, por toda a parte, francos sintomas de decadência no plano espiritual e moral, cedendo-se com facilidade aos ímpetos da força, às brutalidades do instinto animal e à tentação

de gozar a vida, e dando-se a primazia às actividades puramente materiais; e, daí, uma cega e ilimitada confiança nos milagres da Técnica, que nesta idade do ar faz dizer, por exemplo, jactanciosamente, aos Americanos: «o difícil já se faz; o impossível leva algum tempo a fazer, mas faz-se».

Também creio, por isso, que é uma complexa e dolorosa crise de crescimento esta por que está passando a Humanidade dos nossos dias, e sobretudo *crise de unidade*, como escreveu há tempos, em documento célebre, o Cardeal Arcebispo de Paris. Crise de unidade, como outras por que o mundo tem passado, embora em menor escala: unidade determinada e imposta pela facilidade de transmissão do pensamento e rapidez dos meios de comunicação e transporte; e unidade realizada sobretudo pelo desenvolvimento considerável da aviação.

O mundo tem hoje a consciência de que é um só, e uma só, também, a grande família humana. Há que assentar as bases de um novo humanismo - *ecuménico* ou *planetário* - que outra coisa não será, afinal, senão o nosso velho humanismo cristão. Cada um depende de todos, e o bem-estar de todos depende do bem-estar de cada um. Os povos e os Estados, mesmo quando se bastem a eles próprios; não podem mais considerar-se como compartimentos isolados na carta política do mundo: o abalo que se produza num deles, como no caso das ondas concêntricas que se propagam na superfície tranquila de um lago, comunica-se por força a todos os outros; e os grandes problemas dos homens e dos povos deixaram de ser nacionais ou imperiais para se, tornarem continentais e até verdadeiramente mundiais.

Todos os chamados «Grandes» da política internacional dos nossos dias sentem a necessidade imperiosa de realizar essa unidade, se não mesmo a tentação de a impor coercivamente: o ponto duvidoso está apenas no povo ou conjunto de povos que virá a realizá-la essencialmente, e na maneira como virá a realizá-la: se a «unidade na variedade», em moldes do Ocidente europeu, com a associação de pátrias livres que mais se aproximem e mais se solidarizem pelas suas diferenças étnicas, pela desigualdade de recursos económicos e pela diversidade dos próprios regimes políticos; se a «unidade na uniformidade» de uma organização tentacular monstruosa, onde os diversos elementos associados se confundam num todo incaracterístico e monótono, de molde nitidamente asiático. E é nesta dúvida que consiste a razão

oculta das desavenças internacionais a que assistimos, e das maiores perturbações e angústias da hora que passa.

Pois bem! Para colaborar eficazmente na aspiração de unidade e de solidariedade que sob diversas formas se manifesta ao mundo, creio que terão condições de êxito muito especiais aqueles povos situados nas encruzilhadas do globo que, como o nosso, mais afirmaram no passado a vocação missionária e a tendência universalista, e que, dada a sua formação latina e cristã, menos se deixaram corroer pelo orgulho de raça ou pela lepra do egoísmo nacional: aqueles povos, como o nosso, que têm ainda espalhados pelo globo, a atestar o seu passado de grandeza, domínios ultramarinos de largas possibilidades humanas e económicas, e colónias numerosas e activas espalhadas por muitos países estranhos.

No desenrolar dos acontecimentos históricos há sempre muito do passado no presente, como escreveu o Conde Gonzague de Reynold, e *linhas de força* onde alguma coisa se repete. E, por isso, tenho às vezes a impressão de que podem voltar a repetir-se para nós as perspectivas dos séculos XV e XVI.

Da gesta heróica que então realizámos no mundo, disse, tom incisiva expressão, o nosso P.^o António Vieira: «A maior aventura dos argonautas da minha Nação foi descobrirem o cabo da Boa Esperança. Por ele se desfizeram todas as Tormentas, e se foi além de todos os cabos «Não», numa derrota, gloriosa para nós, de todos os Adamastores».

Pois bem! Nesta hora de crise em que tudo também se nega, mesmo o que há de mais sagrado, e em que novo Adamastor traz em sobressalto a Europa e o Mundo, lançando a confusão e o receio, e parecendo querer atravessar-se, ameaçador, no caminho dos outros povos para o futuro, nós continuamos fiéis às grandes certezas que salvam; e, ao ver como «na antiga Terra de Santa Maria se levantou milagrosa luz de esperança que começa a alumiar a terra inteira» (Cardeal Patriarca), creio que só haverá motivos para confiar no dia de amanhã.

Sejam, porém, quais forem as surpresas que o futuro nos reserve, de uma coisa poderemos estar certos: é de que, nesta viragem da história, papel importante caberá desempenhar à mocidade que agora sobe para a vida.

Um Provérbio do país vizinho quero lembrar aqui aos jovens que me escutam, para que o inscrevam no melhor lugar da sua agenda. Diz

assim: «Quem perde a manhã, perde a tarde; quem perde a mocidade, perde a vida».

A vida é, efectivamente, como tantas vezes para aí se diz, a realização de um pensamento da mocidade; e é quase sempre nas curtas horas em que esta se escoia despreocupadamente, como linfa rumorosa em vergel florido, que se decide do futuro e se preparam afinal (e às vezes, por infelicidade, não preparam) as tarefas a realizar.

A nossa Pátria exige agora, mais do que nunca, que se dê à mocidade escolar uma preparação séria, capaz de assegurar o melhor êxito à missão difícil que dela espera. É cómodo, é doce sem dúvida alguma viver em épocas tranquilas, como os da minha idade encontraram ao abrir os olhos à luz deste mundo; mas é mais meritório e deve ser por isso mais desejável, o viver em épocas perturbadas mas decisivas como esta, em que se assiste à gestação de um mundo novo, que será em grande parte, estejamos certos disso, como o soubermos preparar pela nossa atitude perante a vida, pelo nosso esforço optimista, pela nossa fé inquebrantável em melhores dias.

Por esse motivo, pôde dizer uma grande autoridade moral do nosso tempo que «o mundo só em verdade será outro quando os homens forem outros também». Há que renovar as coisas; mas há que renovar ainda mais os homens, se os quisermos à altura das difíceis circunstâncias da idade nova que se anuncia. E é este o papel que deve caber à Escola, «oficina das almas», e sobretudo à Universidade, onde todo o processo educativo tem de instruir-se em última instância, porque só assim ela: será verdadeiramente *Alma-Mater*.

Esta necessidade inadiável de renovação mais imperativa se torna para nós quando as instalações escolares se renovam, e os laboratórios e institutos se apetrecham e modernizam. Por isso, nesta lição inaugural do novo ano lectivo, realizada no mesmo dia em que se inauguram também as primeiras obras da Cidade Universitária de Coimbra, me pareceu oportuno pôr perante vós, prezados Colegas, e perante vós também, Mocidade Académica, que sois os homens de amanhã, a consciência das graves responsabilidades de todos - Mestres e Escolares - em face das perspectivas da idade nova que começa.

SUMÁRIO: *Considerações preliminares; I - Um mundo novo que começa; II - Grandes fases da história terrestre e marítima; III - A nova geografia da «idade do ar»; IV - Surpresas e reacção de alguns povos; V - Portugal em face das novas perspectivas geográficas; VI - Uma concepção de civilização e de vida que não passou com a idade do mundo; VII - A Universidade portuguesa e os Portugueses de todos os Continentes; VIII - A Universidade portuguesa e os Estrangeiros; IX - Conclusão.*

Doutor
Damião António Peres

1952

Doutor Damião António Peres



Nasceu em Lisboa a 8 de Julho de 1889

Faleceu no Porto a 26 de Outubro de 1976

Carreira Académica

Licenciou-se em 1910

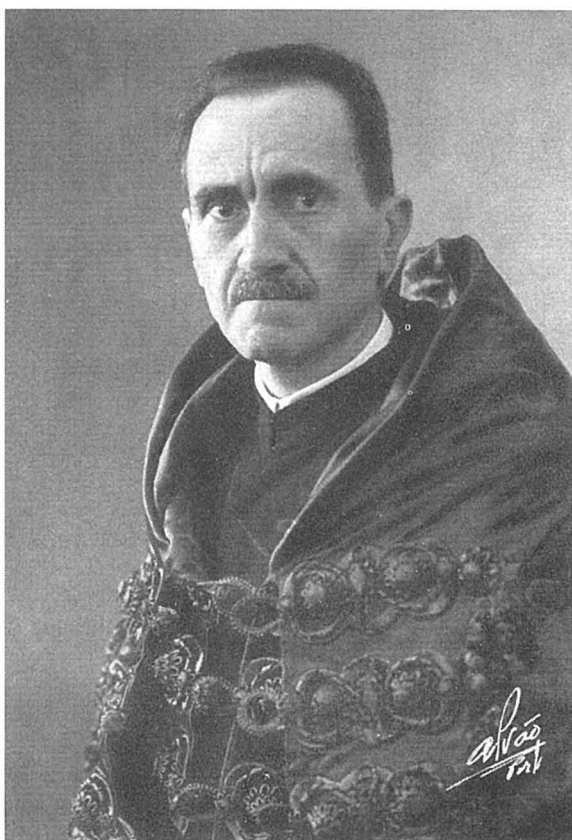
Doutorou-se em História em 11 de Maio de 1932

Jubilou-se a 8 de Julho de 1959

Leccionou: Paleografia e Diplomática, Epigrafia, Numismática e Esfragística, História de Portugal, História dos Descobrimentos e Colonização, Propedêutica Histórica, História das Religiões, História Moderna e Contemporânea, Aperfeiçoamento de Paleografia

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Secretário da Faculdade de Letras, Director do Instituto de Investigação Histórica,
Director da Biblioteca Geral da Universidade, Director do Centro de Estudos Geográficos,
Director do Instituto de Estudos Históricos, Director do Instituto de História Ultramarina



Damião António Peres

(Página deixada propositadamente em branco)

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

(Lida em 25 de Outubro de 1952
pelo Doutor Aristides de Amorim Girão,
no impedimento do autor, Doutor Damião António Peres)

EVOLUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA DOS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS

EX.^{MO} SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
ILUSTRE REITOR
PRECLAROS PROFESSORES
QUERIDOS ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES !

141

É bem conhecido o facto de remontar aos tempos da reforma universitária empreendida pelo Infante D. Henrique a prática de se encetar o trabalho docente de cada ano com uma lição inaugural, denominada, há muito tempo, *oração de sapiência*.

Não é propriamente de sapiência esta de hoje. Reconhece-lhe a desvalia o seu autor; e por isso, invocando o renome do príncipe instituidor desta obrigação escolar, a ele remete as culpas de apresentar a tão ilustrado auditório um pobre trabalho que, elaborado entre outras prementes ocupações, não

pretende ter merecimento superior ao de ante-projecto duma obra cuja realização se impõe, mas bem mais monumentalmente. De resto, a própria natureza do tema escolhido - *Evolução da historiografia portuguesa dos Descobrimentos marítimos* - em certa medida justifica a invocação daquele alto vulto, que, com justiça, recebeu da posteridade o epíteto de *Navegador*, não porque largamente tivesse navegado, pois os seus maiores percursos oceânicos se limitaram à curta travessia de Portugal para Marrocos, mas por se reconhecer que à sua decisiva acção se deveram os primeiros êxitos da expansão marítima portuguesa.

SENHORAS E SENHORES

O delineamento da história das actividades descobridoras que por via marítima exerceram os Portugueses, quando afincadamente empreendido com o fito de lhes marcar o carácter inovador, apurar a exacta cronologia e descortinar os fundamentos científicos, é um somatório de actividades modernas. Anteriormente ao século XIX houve, é certo, uma longa historiografia concernente a esse importantíssimo sector da história nacional, mas as suas características foram outras.

De tal historiografia, os mais remotos elementos conhecidos são, como se sabe, as páginas da *Crónica dos feitos da Guiné*, de Azurara, obra quatrocentista cuja originária arquitectura e precisa data constituem ainda motivos de estudiosa discussão, seguindo-se-lhes os capítulos consagrados a essa matéria nas crónicas de D. João II escritas por Rui de Pina e por Garcia de Resende, e ainda, já em pleno século XVI, os da *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis, aproximadamente contemporâneos de obras dedicadas à expansão ultramarina de Portugal, tais como a *História da Índia* de Castanheda, as *Décadas da Ásia* de Barros, as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia ou o *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão.

Toda essa longa historiografia, que ocupa uma bem nutrida centúria, se adorna de pruridos eruditos ou toma uma feição épica, em qualquer caso bem pouco preocupada com os assuntos puramente navegatórios, considerados secundários, e por isso repleta de confusões ou eivada de lacunas, como

abundantemente poderia ser mostrado, se o presente lugar e a presente hora não estivessem contra-indicando o comprovamento dessa orientação, aliás suficientemente divulgada.

No século XVII avolumaram-se esses inconvenientes, pois se repetiram em novas obras as confusões e lacunas da historiografia anterior, mas agravadas por um veemente culto do estilo, apresentado como substância intrínseca dos livros de História. Típico é, quanto a isso, o caso de Faria e Sousa, que, seguindo passo a passo, na sua *Ásia Portuguesa*, as pegadas de João de Barros, lhe censurou contudo a falta de tom oratório, «ajeitando – como já disse o Professor Lopes de Almeida – o pensamento do autor das *Décadas* às galas com que se enfeitava a arte literária do seu tempo, mais atento aos preciosismos da frase e do ritmo do que à pura e exacta averiguação histórica».

Entrado o século XVIII, a situação anterior manteve-se, nem mesmo a alterando os trabalhos da Academia da História Portuguesa, dos quais nenhum foi consagrado à história marítima de Portugal. Neste sector, pode bem dizer-se que a actividade historiográfica setecentista quase se limitou a reedições das obras quinhentistas. De entre os raros livros novos então publicados, a *História da América portuguesa* de Rocha Pita, impressa em 1730, singularizou-se, entre outros erros, pela fantasiosa narração do descobrimento do Brasil; e a *Vida do Infante D. Henrique* de Francisco José Freire, publicada em 1758, pouco mais foi que um decalque dos pretéritos historiadores, vestido de supérfluas galas estilísticas. «Este género de escrituras – afirmou Freire – admite os ornatos da Eloquência», conceito, este, a que de facto obedeceu, recheando a sua obra de discursos, supostamente ditos pelo Infante ou pelos seus servidores.

A esse estado se achava reduzida a historiografia dos Descobrimentos Marítimos quando já a história geral do País fora objecto de estudos magnificamente documentados. Naquele sector nada que representasse progresso; nem um apuramento cronológico, nem o mais modesto estudo da velha náutica portuguesa, nem qualquer explícita defesa das prioridades portuguesas, apesar de já postas em dúvida por autores estrangeiros. O próprio bruxuleio de algumas fugazes luzes quinhentistas estava esquecido – ninguém glosava a frase de Pedro Nunes relativa a que *as viagens dos Portugueses não se fizeram a acertar* e ninguém se esforçava por preencher, ao menos hipoteticamente, as

clareiras que já o próprio João de Barros denunciara, afirmando haver na história das navegações portuguesas muitas viagens cujo pormenorizado conhecimento se perdera.

No início do derradeiro quartel do século XVIII, a carta de Pero Vaz de Caminha, existente na Torre do Tombo, primacial para o estudo do descobrimento do Brasil por Cabral, foi objecto de algum interesse - como acertadamente opinou o Dr. António Baião ao descobrir no dito arquivo uma cópia daquele documento, feita em 1773, por ordem do então Guarda-mor, José Seabra da Silva, *para melhor inteligência* da arcaica escrita, como nela expressamente se diz. Decorreram contudo bastantes anos sobre esse lampejo de curiosidade investigadora, antes que algo de concreto surgisse, pois é de 1816 o primeiro aproveitamento da referida carta, então publicada e comentada pelo Padre Aires do Casal na sua *Corografia Brasílica*, sendo igualmente dos primórdios do século XIX o aparecimento dos primeiros estudos sistemáticos.

Desde então, porém, um anseio de descobrir e proclamar a verdade anima a investigação, traduzindo-se tanto em publicações documentais como na elaboração de monografias ou obras gerais, tudo isso animado por um espírito novo - novo nas fontes informativas e novo nos temas preferidos.

A publicação de fontes assinalou-se, com efeito, desde 1811, data do primeiro volume da *Colecção de notícias para a história das nações ultramarinas*, editada pela Academia das Ciências de Lisboa, corporação científica que neste despertar da historiografia ultramarina portuguesa desempenhou uma acção bem importante, na qual veio a ser secundada, desde 1840, embora com escasso âmbito cronológico, pela Associação Marítima e Colonial, e igualada mais tarde, desde 1876, pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Naquela colecção académica foram publicadas, em 1811 e subseqüentes anos, fontes narrativas e arquivísticas, exumadas do tumular silêncio dos depósitos em que jaziam, ou ressuscitadas pela imprensa, quando extraídas de velhos livros, esquecidos ou praticamente inacessíveis. Outras publicações lhe seguiram o intento, devendo assinalar-se, por serem especialmente atinentes a descobrimentos marítimos ou à velha arte de navegar portuguesa, as de alguns inéditos importantes, tais como a do *Roteiro de Goa a Suez* de D. João de Castro, feita em 1833, em Paris, pelo Dr. António Nunes de Carvalho, ou a

do chamado *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama*, feita em 1839, no Porto, pelo Prof. Diogo Kopke, ou a da *Crónica da Guiné*, de Azurara, feita em 1841, em Paris, pelo Visconde de Santarém, ou a do *Roteiro de Goa a Diu*, feita em 1843, no Porto, pelo já referido Prof. Diogo Kopke, ou ainda a de alguns documentos da Torre do Tombo, feita nos anos de 1844 a 1846, por Albano da Silveira no órgão da Associação Marítima e Colonial, os *Anais marítimos e coloniais*. Entretanto, e porque na metódica das obras historiográficas introduziu o Visconde de Santarém a acertada inovação de utilizar como fonte de conhecimento a cartografia antiga, um lugar importante é devido, nesta resenha das edições de inéditos e peças raras, aos célebres *Atlas* publicados em Paris por aquele infatigável estudioso, nos anos de 1841, 1842 e 1849.

Algumas dessas publicações ocasionaram o estudo individual de certos problemas, como o da viagem de Vasco da Gama, empreendido nas notas e introdução com que Diogo Kopke acompanhou a sua citada edição do relato dela; outras foram utilizadas em conjunto nas obras gerais, ou parcelarmente em monografias. Algum documento inédito veio reforçar também os alicerces das novas construções historiográficas, e as velhas históricas de Quinhentos continuaram a ser utilizadas como mananciais de informação; lidas estas agora, porém, com suspicaz atenção e constantes confrontos, apeadas portanto da sua pretérita onnipotência, até por vezes declaradamente.

No quadro dos trabalhos elaborados nos primeiros decénios de Oitocentos surgiu em 1839 a primeira obra de conjunto, os *Anais da Marinha Portuguesa* do almirante Quintela, obra crítica em mais dum ponto, e particularmente notável pela breve, mas segura, emenda dos dizeres de João de Barros relativos ao descobrimento do Brasil, em fundamento da qual, aí, pela primeira vez, se invocaram razões geográficas de configuração costeira e de regime de ventos – invocação que bastaria para assegurar a essa obra um importante lugar na evolução da historiografia portuguesa dos Descobrimentos. Outro tanto não pode dizer-se do *Índice Cronológico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos Portugueses*, livro também geral, elaborado pelo Cardeal Saraiva desde 1832, mas só publicado em 1848, no qual não é possível descortinar méritos que não

sejam o rigoroso ordenamento cronológico e o cortejo das informações utilizadas, nem sempre exaustivas, aliás, mesmo relativamente às já a esse tempo divulgadas.

Não foram porém intuítos de compendiação, ou mesmo o espírito de mera curiosidade investigadora – embora, de facto, bem desperto – que logo desde os primeiros tempos dominaram como incentivos o quadro da produção historiográfica. A par deles, e bem mais vincadamente, exerceu influência o desejo de reabilitar a prioridade dos feitos marítimos portugueses, opondo a verdade, documentadamente apurada, ou rácio-cinadamente esclarecida, às falsidades defendidas, intencional ou não intencionalmente, por autores estrangeiros, e aproveitadas, no plano das realidades internacionais, pelas potências desejosas de justificar à luz da história as suas cobiças, quando não as expoliações já praticadas, relativamente a parcelas importantes do ultramar português, sobretudo na Senegâmbia e na Guiné.

A este duplo incentivo confessadamente se deveu a obra que se tornou clássica, consagrada pelo Visconde de Santarém à demonstração das prioridades descobridoras dos Portugueses nos litorais guineenses, e consequentemente à defesa dos direitos de Portugal, aí ameaçados: a *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa d'Africa ocidental*, logo melhorada e vertida para francês no ano imediato ao da sua publicação, que fora o de 1841.

Porém anteriormente já todos esses incentivos, ou pelo menos os primeiros, tinham determinado o aparecimento de obras bem claras a tal respeito, e até bem expressivas, por vezes, nos próprios títulos. Tais, por exemplo, implicitamente, as páginas consagradas em 1816 por Costa de Macedo à comprovação da real existência de navegações portuguesas para as Canárias, tão cedo como o segundo quartel do século XIV, ou o *Ensaio sobre os descobrimentos e comércio nas terras setentrionais da América*, lido por Mendo Trigo na Academia das Ciências em 1813 e publicado em 1825. Mais explícitas foram, porém, as palavras de Ribeiro dos Santos, publicadas também em 1825, contrapondo às propaladas largas navegações da Antiguidade aqueles feitos que sinteticamente chamou *a novidade das navegações portuguesas*; ou as do Visconde de Santarém nas *Recherches sur l'Amérique Vespuce et ses voyages*, de 1836, contestando a possibilidade de ter esse famigerado florentino

influído eficientemente nos empreendimentos portugueses do descobrimento da América do Sul; ou as do Cardeal Saraiva sobre prioridades descobridoras dos Portugueses na África ocidental, incluídas nas suas *Reflexões acerca do Infante D. Henrique*, publicadas em 1840; ou ainda o estudo de Matos Correia, publicado em 1841, e bem significativamente intitulado *Prioridade das descobertas feitas pelos portugueses nas costas orientais da América do Norte*. A prioridade descobridora nos mares da África Ocidental foi ainda invocada em 1855 pelo Visconde de Santarém, na sua *Demonstração dos direitos de Portugal... aos territórios de Molembo Cabinda e Ambriz*, escrita para defender de ameaçadoras contestações diplomáticas inglesas a ocupação que deles, e particularmente do último, Portugal fizera poucos anos antes.

Com a publicação deste trabalho pode dizer-se encerrada a disputa de prioridades no tocante à África, disputa que desde então tomou por objectivo os sectores americanos.

Ressuscitou-a em 1875 Luciano Cordeiro, enviando ao Congresso dos Orientalistas uma comunicação que denominou «*De la part prise par les Portugais dans la découverte de l'Amérique*», recomeçando uma batalha historiográfica em prol das navegações portuguesas pré-colombinas, batalha que em 1894 encontrou num estudo de Ernesto do Canto, intitulado *Quem deu o nome ao Lavrador*, caloroso seguimento quanto às terras nórdicas do Atlântico Ocidental, e da qual também se fez fervoroso combatente, quanto ao descobrimento português das Antilhas, anteriormente à viagem de Colombo, Ferreira de Serpa, em artigos publicados de 1930 a 1936. É de notar, porém, o diferente carácter então assumido pela discussão de prioridades, pois já se não tratava de reivindicar mais que uma glória histórica, e nem todos os historiadores têm concordado com a real existência de tais prioridades, encetando-se, mesmo em Portugal, uma controvérsia ainda hoje em aberto. Não assim, porém, quanto ao problema do reconhecimento das costas setentrionais brasileiras por navegadores espanhóis, anteriormente à viagem de Cabral, pois triunfante se pode considerar a contestação oposta a esse propalado reconhecimento por Duarte Leite, no seu estudo sobre *Os falsos precursores de Cabral*, incluído em 1921 na majestosa e patriótica *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

Paralelamente ao tratamento desses temas, os estudiosos votados em Portugal à história das navegações tinham aberto novos caminhos, quer alargando o campo das investigações ao estudo das origens e desenvolvimento da astronomia náutica e da arte de navegar portuguesas, quer iluminando com as considerações derivadas do exame das condições físicas do Atlântico a intérrima discussão de certos problemas concretos, principalmente o da intencionalidade do descobrimento cabralino do Brasil ou da rota atlântica seguida pela frota de Vasco da Gama na primeira viagem à Índia.

A breve contestação de carácter geográfico-náutico que em 1839 o almirante Quintela opusera aos dizeres de Barros, circunscrita, porém, à impossibilidade de ter Cabral abordado o Brasil na latitude de 10 graus, estava esquecida quando em 1892 o comandante Baldaque da Silva exaustivamente mostrou numa magistral monografia, ser altamente improvável, ou mesmo impossível, que o afastamento da frota cabralina exageradamente para oeste, e portanto o descobrimento do Brasil, tivessem sido devidos à acção dos agentes naturais, e assim meramente fortuitos. Mais recentemente, mas desde há muitos anos, o almirante Gago Coutinho tem-se empenhado na aplicação do mesmo método ao estudo dos percursos atlânticos dos grandes navegadores dos fins de Quatrocentos - os Corte-Real, Gama e Cabral - fazendo a esse respeito várias conferências e escrevendo numerosas monografias, cujo elenco se torna, por isso mesmo, impraticável apresentar agora e aqui. Outros autores seguiram os trilhos desses ilustres pioneiros, podendo dizer-se que nenhum historiador sério dos Descobrimentos pode dispensar, hoje, sobretudo em casos duvidosos, os ensinamentos da navegação à vela.

Mais antigos são os primeiros alvares do estudo da velha ciência náutica portuguesa, pois já em 1882, como remate de algumas observações de facto, Latino Coelho escreveu estas palavras: «*A ciência naval dos Portugueses igua/ava a sua audácia*»; e logo no ano seguinte Luciano Cordeiro, tendo estudado o exemplar eborense da raríssima edição de 1519 do *Tratado da Esfera* e peças anexas, pôde triunfalmente proclamar: «*Portugal não foi somente um ninho de intrépidos aventureiros, foi um laboratório activíssimo e privilegiado de estudo e de ciência*». Menos de dez anos depois, novos elementos de apreciação foram carreados por Brito Rebelo, estudando e publicando em 1891 o quinhentista *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, verdadeiro arquivo de

anteriores regras de navegação, e por Azevedo Basto, publicando no ano seguinte o *Esmera/do de Situ Orbis* de Duarte Pacheco.

Desde 1912 empreendeu o infatigável Joaquim Bensaúde, em sucessivas obras, a meritória tarefa de demonstrar a originalidade da velha ciência náutica portuguesa, desafrontando-a da apregoada origem germânica; e desde 1915 se notabilizou igualmente em tais assuntos o malogrado mestre, cujas lições tanto prestigiaram esta nossa *alma mater conimbrigensis*, Professor Luciano Pereira da Silva. Mais modernamente, referências são devidas ao labor de Morais e Sousa, de António Barbosa, de Jaime Cortesão e de Fontoura da Costa, o primeiro, publicando em 1924 uma obra de conjunto sobre a ciência náutica dos pilotos portugueses dos séculos XV e XVI; o segundo, estudando em 1925 e 1939 essa mesma ciência e o respectivo instrumental; o terceiro, revelando em 1932 a sensacional prova de se estudar em Portugal tão cedo como o primeiro quartel do século XIV, e muito provavelmente na Universidade de Coimbra, o substracto astronómico de que se servia então a astrologia; e o quarto, apresentando em 1939 a exaustiva reedição da sua *Marinharia dos Descobrimentos*, compendiação e cúpula de semi-seculares estudos, alheios e próprios.

SENHORAS E SENHORES

No campo do mundo cultural, de novo forças hostis avançam; uma nova batalha tem de travar-se. E não tanto contra o italiano Prof. Magnaghi, impugnador em 1934 das prioridades portuguesas em astronáutica, ou mesmo contra o norte-americano Prof. Morison, contestador em 1940 do carácter metódico da expansão marítima portuguesa, mas sobretudo contra o escritor argentino Roberto Levillier, que recentemente, na sua *América la bien llamada*, pretendendo exaltar os feitos e a ciência do discutidíssimo Américo Vespúcio, julgou necessário e oportuno reduzir a pó - com um cerrado ataque, polvilhado, aliás, aqui ou além, de grosseiros erros de facto - o saber cosmográfico e náutico dos técnicos portugueses que nos séculos XV e XVI orientaram as navegações da expansão, ou dos que conduziram a remotos lugares do globo

os navios de Portugal, sobre cuja esteira se fez o alargamento da civilização europeia.

Batalha indispensável, esta; pois se é certo que a investigação histórica deve ser alheia às conveniências ou vaidades nacionais, sempre que elas contrariem a verdade, não é menos certo que aos historiadores portugueses incumbe defender, com as armas dessa mesma verdade, o renome da sua Pátria.

Doutor
Manuel de Paiva Boléo

1960

Doutor Manuel de Paiva Boléo



Nasceu em Idanha-a-Nova a 26 de Março de 1904

Faleceu em Coimbra a 1 de Novembro de 1992

Carreira Académica

Matriculou-se em Letras e em Direito a 12 de Janeiro de 1923

Licenciou-se em Filologia Românica em 2 de Julho de 1929

Doutorou-se em 29 de Julho de 1937

Jubilou-se a 26 de Março de 1974

Leccionou: Literatura Portuguesa, Literatura Italiana, Literatura Francesa, Filologia Portuguesa,
Gramática Comparada das Línguas Românicas, Introdução aos Estudos Linguísticos,
Linguística Portuguesa I e II, Seminário de Linguística Portuguesa

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Director do Instituto de Estudos Espanhóis, Director do Instituto de Estudos Românicos,
Director do Instituto de Estudos Italianos, Professor Bibliotecário da Faculdade de Letras,
Secretário da Redacção do Boletim de Filologia, Secretário da Redacção da revista Biblos,
Fundador e Director da Revista Portuguesa de Filologia,
Secretário dos Cursos para Estrangeiros



Manuel de Paiva Boléo

(Página deixada propositadamente em branco)

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

(Proferida em 22 de Outubro de 1960
pelo Doutor Manuel de Paiva Boléo)

ALGUMAS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA LINGUÍSTICA MODERNA*

EX.^{mos} SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL:
EX.^{mas} AUTORIDADES CIVIS, RELIGIOSAS E MILITARES:
SENHOR VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE:
PREZADOS COLEGAS E SÁBIOS DOUTORES:
QUERIDOS ESTUDANTES:
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Quer no campo da Filologia Românica (em que se integram as duas cadeiras de Linguística Portuguesa que estão a meu cargo), quer nos outros ramos da Linguística, a produção científica é, em nossos dias, verdadeiramente estonteante. Bastará notar que, só à sua conta, o "Comité International

* Uma versão deste discurso, onde se introduziram alguns aditamentos no texto, para o actualizar, numerosas notas e extensa bibliografia, e que termina por um índice de autores citados e de matérias, foi publicada na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIII, 1964-1965. Coimbra, 1965, 86 pp.

Permanent de Linguistes" (C.I.P.L.), com sede em Nimegue, publica anualmente uma copiosa *Bibliographie linguistique*, subsidiada pela Unesco e que abrange todas as famílias de línguas.

Independentemente dessa, muitas outras se editam com regularidade, na Europa e na América, quer em relação a toda a România (como é o caso da bibliografia da *Zeitschrift für romanische Philologie*), quer relativamente aos idiomas modernos (como sucede com *The Year's Work in Modern Language Studies*, publicado pela Universidade de Cambrígia), quer restritas a uma ou mais línguas românicas. (Observarei, de passagem, que, para o português, além das que aparecem em Portugal e das que se incluem nas já indicadas, se publicam periodicamente bibliografias especializadas na França, Itália, Inglaterra, Alemanha, etc., e principalmente nos Estados Unidos, o que mostra o interesse crescente que existe pela língua portuguesa).

Para se fazer melhor ideia do desenvolvimento dos assuntos linguísticos e da abundantíssima bibliografia que originam, direi ainda que se devem publicar em todo o mundo mais de cem revistas, de carácter internacional, integral ou preferentemente consagradas a essas matérias (não incluo nesse número os modestos boletins sobre temas gramaticais de ordem prática), e que se realizam periodicamente (em geral de três em três anos) os seguintes Congressos Internacionais: Congresso Internacional de Linguistas, que se ocupa de assuntos de Linguística Geral; Congresso Internacional de Linguística Românica; Congresso Internacional de Ciências Onomásticas (Toponímia e Antroponímia); e Congresso Internacional de Dialectologia Geral.

Além disso, os assuntos linguísticos têm ocupado lugar importante em secções do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, que se realiza na Península de dois em dois anos (duas vezes seguidas em Espanha e uma em Portugal), no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros e nos vários congressos de literaturas modernas, nos quais, em geral, são também abordados temas linguísticos.

Podia ainda acrescentar a esta relação, aliás incompleta, os congressos de alcance nacional ou restritos a uma especialidade, como sejam, pelo que toca ao primeiro aspecto (isto é, os de carácter nacional), os que se realizaram no Brasil nos últimos dezasseis anos: Congresso Brasileiro de Língua Vernácula (Rio de Janeiro, Outubro de 1949); o Congresso Brasileiro de Língua Falada

no Teatro (Salvador da Baía, Setembro de 1956); o I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia (Porto Alegre, Setembro de 1958).

E quanto ao segundo aspecto (ou sejam os congressos dedicados a uma especialidade, p. ex. etnografia e folclore), mencionarei somente alguns que se realizaram em Portugal e no Brasil nos últimos anos e nos quais se apresentaram também comunicações de interesse linguístico: Congresso Internacional de Folclore (São Paulo, 1954); I Congresso de Etnografia e Folclore (Braga, 1956); Colóquio de Estudos Etnográficos "Dr. José Leite de Vasconcelos" (Porto, Junho de 1958); IV Congresso Brasileiro de Folclore (Porto Alegre, 1959) e Congresso Internacional de Etnografia (Santo Tirso, 1963).

Fora de Portugal e do Brasil, merece particular menção o Congresso Internacional de Etnografia e Folclore do Mar (Nápoles, Outubro de 1954).

Em face de tão frequentes manifestações culturais e de uma produção científica tão extensa e intensa, torna-se completamente impossível, ao professor e ao investigador, estar a par de todos os progressos da linguística. Cada um tem de se acantonar - não digo no ensino (o que não convém, pelo menos entre nós), mas necessariamente nos trabalhos próprios - num determinado sector: fonética, morfologia, sintaxe, dialectologia, semântica, onomasiologia, lexicologia, toponímia, antroponímia, substratos, etc. e, por vezes mesmo, dentro do domínio escolhido, em determinada época.

Excessiva especialização que faz correr ao investigador o risco - para empregar a conhecida imagem - de, por causa das árvores, não chegar a ver a floresta...

O sentimento desse perigo leva muitos filólogos (no sentido lato da palavra) a tomarem cada vez mais consciência, em nossos dias, da inter-relação dos diferentes capítulos da linguística, p. ex. da morfologia com a sintaxe, ou seja o problema da forma e da função (por isso já se fala de morfo-sintaxe), da fonética com a estilística (designadamente a métrica) e com a semântica, através da fonologia, no sentido que a esta palavra deu o Círculo Linguístico de Praga, isto é, de fonética funcional, ou seja o estudo da função que os fonemas exercem no interior de um sistema linguístico determinado.

É essa inter-relação que explica ter sido possível criar-se em 1951, anexo à Universidade de Lovaina, um Centro Internacional de Dialectologia Geral,

que tem como órgão a revista *Orbis*, e haver-se realizado em Agosto de 1960, nessa mesma cidade, o I Congresso Internacional de Dialectologia Geral. À primeira vista, parece que os dois termos se excluem: a dialectologia é o estudo de traços particulares, restritos a uma dada região; o adjectivo "geral" faz pensar em problemas que pertencem à linguística geral e que, portanto, interessam a línguas de várias famílias. Ora a experiência mostra que, se o estudo dos dialectos e falares – a melhor escola de factos que possa ser aconselhada aos que se iniciam na Filologia – precisa de se elevar a considerações de carácter geral para poder interpretar devidamente esses mesmos factos, a linguística geral, por sua vez, também necessita de não perder de vista a realidade da língua, se não quiser cair, devido a uma abstracção e a um formalismo excessivos, naquilo a que o Prof. John Orr pitorescamente chamou a "linguística estratosférica" – «où l'oxygène nécessaire à la vie se raréfie, et d'où la terre et les hommes et les langues elles-mêmes risquent de paraître de bien chétives choses».

A dialectologia geral, ao mesmo tempo que deu nobreza à dialectologia "stricto sensu" – que já não precisa de andar encolhida, como irmã pobre, ao lado da linguística geral –, mostrou a vantagem de o investigador se não confinar na sua especialidade, antes procurar conhecer, na medida do possível, os problemas e as experiências dos investigadores de outros grupos de línguas. Assim, o romanista pode colher factos e fecundas sugestões em trabalhos consagrados, p. ex., aos dialectos neerlandeses ou japoneses.

Não é só entre os diferentes domínios da Linguística que se verificam relações cada vez mais íntimas, como também entre a linguística e as outras ciências. E essas relações já se não manifestam só nas chamadas ciências humanas ou do espírito – como a literatura, a história (nas suas diferentes modalidades: pré-história, história das instituições, etc.), a filosofia, a psicologia, a etnografia e o folclore, e outras –, mas igualmente nas ciências exactas, nas da natureza e nas ciências de observação, como é o caso da medicina, quando estuda os defeitos da fala.

Não sei qual o ramo do conhecimento humano que, por qualquer aspecto, não esteja em relação directa com a ciência da linguagem e vice-versa. Por isso mesmo não haverá ninguém, quer pertença à classe ilustrada quer à do povo inculto, que não tenha algum dia querido saber a origem e

significação de uma palavra, ou que não tenha arriscado mesmo uma explicação. O conhecido prolóquio: «de poeta, músico e louco, todos temos um pouco», ficaria mais certo e completo, segundo creio, se lhe acrescentássemos uma palavra: «de poeta, músico, linguista e louco, todos temos um pouco».

Vejamos, apenas a título de exemplo, as relações entre duas ciências que, à primeira vista, parecem bastante afastadas uma da outra: a linguística e a matemática, e, nessas relações, somente algumas aplicações da estatística linguística e o desenvolvimento que tomaram os meios mecanográficos, ou seja o recurso a máquinas.

Quanto ao primeiro aspecto, é já significativo que no "Comité International Permanent de Linguistes" exista uma Comissão de Estatística Linguística, e que já em 1954 tenha sido possível publicar-se uma *Bibliographie critique de la statistique linguistique*, a qual abrange nada menos de 123 páginas. Em França publica-se um *Journal de la Société de Statistique de Paris* (com mais de cem anos de existência), onde, ao lado de assuntos de economia, indústria, demografia, etc., figuram desde há anos temas linguísticos.

Sejam quais forem as reservas que se possam fazer a certas aplicações do método estatístico, a verdade é que ele traz por vezes achegas importantes a outros métodos, como já em 1946 tive ensejo de escrever. Assim, foi graças a ele que um filólogo romeno, Macrea, conseguiu mostrar que, no léxico da língua romena moderna, o elemento latino e românico está representado numa percentagem de 62,85, ao passo que os elementos eslavos antigos, búlgaros, sérvios, ucrânios, russos e polacos são insignificantes, tanto numericamente como no ponto de vista da "circulação", isto é, da frequência. O maior veículo de termos de origem latina continua a ser o francês.

E um filólogo polaco, Witold Manczak, estudando, já não palavras, mas morfemas, julgou poder chegar à conclusão (que suscitou, no entanto, objecções da parte de alguns congressistas) de que «a divisão tradicional das línguas românicas em dois grupos, oriental e ocidental, não corresponde hoje a nenhuma realidade», tanto mais que «todas as línguas chamadas ocidentais estão mais próximas do italiano do que o romeno».

Mais conhecida do público não especialista é a aplicação da estatística à organização da chamada "língua básica", língua de base, língua elementar ou,

em terminologia mais recente, língua fundamental. Desde que, em Setembro de 1943, Winston Churchill defendeu, num discurso pronunciado em Harvard, a ideia do "basic English", quanto caminho percorrido e que larga bibliografia se não tem reunido!

Não falando dos Estados Unidos, onde os processos estatísticos, seja qual for o sector em que se empreguem, encontram logo cultores entusiásticos, recordarei que o Ministério da Educação da França, reconhecendo o grande alcance que a língua básica ou fundamental teria no ensino e na divulgação da língua francesa, criou em 1951, na "École Normale Supérieure de Saint-Cloud", um Centro de Estudo do Francês Elementar, à frente do qual colocou um professor da Universidade, G. Gougenheim, bem conhecido pelos seus trabalhos linguísticos e que foi dispensado, durante anos, de todo o serviço docente, para se poder consagrar inteiramente à sua tarefa. O resultado dos trabalhos da Comissão está patente em diversas publicações aparecidas nos últimos anos e deles beneficiaram já alguns livros escolares.

A falta, em Portugal, de estudos desse género (que são muito morosos e exigem uma equipa de pesquisadores) tem como consequência serem as crianças portuguesas obrigadas a estudar textos com um vocabulário muito mais raro e difícil do que aquele que se encontra em correspondentes selectas de outros países para as mesmas classes do ensino secundário.

É de esperar que essa situação se modifique dentro de algum tempo, visto que, desde há poucos anos, se agita com mais insistência entre nós o problema do português fundamental.

As críticas que se fazem à língua básica são em geral improcedentes ou inúteis: improcedentes, porque os seus defensores não esquecem que ela é apenas um estádio elementar na aprendizagem do léxico de uma língua e que nunca pretenderam ver traduzidas em língua básica as grandes obras-primas das literaturas mundiais; inúteis, porque as vantagens no ensino e na aprendizagem de línguas modernas são tão evidentes, que já não é possível conter o movimento que nessa ordem de ideias se está operando em diversos países, que assim procuram corresponder ao voto da Unesco no sentido de se facilitar o mais possível a difusão das grandes línguas de civilização, contribuindo mais eficazmente para o que se chama a "educação de base" (educação equiva-
vale aqui a instrução) dos povos em vias de desenvolvimento da África, Ásia e

América, aos quais é necessário ensinar rapidamente uma língua de larga difusão.

Quanto às relações entre a estatística e os meios mecanográficos, mencionarei apenas duas aplicações: à lexicologia e a traduções. (Ponho de lado, por ser mais conhecido, o uso do magnetofone ou gravador em trabalhos dialectais.)

No que toca ao primeiro aspecto - o da lexicologia - recordarei que numa Faculdade de Letras francesa (na de Besançon) se criou em 1957 um "Laboratório" (repare-se no termo) de Análise Lexicológica, que dispunha há poucos anos de quinze máquinas (agora deve possuir mais), a saber: três perfuradoras de bandas, um leitor de bandas, duas leitoras ligadas a duas perfuradoras, uma tradutora, uma transportadora à tradutora, uma reprodutora, um conjunto para fotoleitura, uma joeiradora, uma classificadora, uma tabeladora e duas impressoras com 59 caracteres.

O fim imediato destas máquinas, segundo nos informa o primeiro volume (saído em 1959) dos *Cahiers de Lexicologie*, órgão desse Laboratório, é o de «aumentar as forças materiais dos investigadores e o tempo de que dispõem pelo uso de meios mecanizados ou automatizados».

Graças à rapidez e precisão desses instrumentos, o investigador passa a dispor de um material lexical muitíssimo mais rico e extenso do que o que obteria com o trabalho manual de excertar textos. E quando é possível aplicar a essas máquinas os meios electrónicos, os resultados alcançados chegam a parecer incríveis. Bastará dizer que uma Bíblia pode ser lida e copiada em oito minutos, ou seja 1.000.000 de letras por minuto!

No seu número de 8 de Dezembro de 1958, a revista *Chemical and Engineering News* dava a notícia sensacional (e quase inacreditável para um pobre homem de Letras como eu) de que o sistema aperfeiçoado pela I.B.M. (*International Business Machines*) «permite ao arquivista electrónico n.º 704 ler artigos técnicos e fornecer um resumo em algumas palavras».

Conforme disse o antigo Ministro da Educação Nacional, Prof. Eng. F. Leite Pinto na sessão de abertura do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, em Março de 1959, «os filólogos nada terão a recear do auxílio que virão a prestar-lhes as máquinas electrónicas, antes as saberão aproveitar com vantagem para a investigação. Pois não se socorrem já de complicada

aparelhagem para a individualização e classificação de fonemas os foneticistas, que durante anos utilizaram apenas a capacidade dos seus ouvidos e ao seu aparelho fonador?».

Sejam, porém, quais forem os serviços que a máquina preste ao homem, mesmo nas ciências humanas, importa - observarei eu - não cair naquela "Materialsammlung" (reunião de material pelo material) do positivismo linguístico do século XIX, contra a qual tanto havia de protestar, em salutar reacção, o idealismo de um Vossler, que veio lembrar esta verdade um pouco esquecida no começo deste século: que a causa de todas as transformações linguísticas é o espírito do homem, «com a sua inesgotável intuição individual, com a sua αἴσθησις».

Importa, realmente, não ceder à "mística da técnica" (a expressão é de Baldinger) nem à superstição dos materiais. É bom, sem dúvida, acumular num Instituto ou num Laboratório milhões de fichas ou quilómetros de fita magnética com a gravação dos mais variados factos da língua; mas convém não esquecer, como observou o próprio director dos *Cahiers de Lexicologie*, que «para assegurar a preparação e a exploração dos materiais são necessários homens».

A propósito desta nova orientação dos estudos lexicológicos, fez o professor suíço Kurt Baldinger (que ensina actualmente na Universidade de Heidelbergue) uma observação que reputo muito sagaz e sensata: para se obterem, nos trabalhos lexicológicos, resultados cientificamente seguros, não é necessária uma documentação exaustiva, como pretendem alguns, mas uma documentação "suficiente". Para lá de certo material reunido, excertar mais textos e juntar mais abonações, representa perda de tempo, visto que não trazem qualquer correcção importante aos resultados já obtidos - como pôde o referido filólogo verificar, quando, ao preparar o seu atlas do léxico medieval francês, explorou documentos para encontrar expressões designativas do 'camponês livre' (*roturier, vilain*, etc.).

As reservas que acabo de indicar relativamente aos meios mecanográficos - não obstante a grande rapidez e simplificação que lhes fica devendo o trabalho humano - mais se justificam quando se trata das máquinas de traduzir, que funcionam, como as máquinas de calcular, com cartões

perfurados, e que efectuam inúmeras operações para se conseguir o fim em vista.

Segundo a descrição que delas fez uma revista francesa de boa divulgação linguística, «as tradutoras automáticas não são unicamente dicionários duplos. Com efeito, estas máquinas possuem a capacidade de suprimir ou acrescentar palavras, de passar de uma língua com declinações para outra sem declinações, dar conta das subtilezas do conjuntivo, mudar a ordem das palavras para respeitar o génio de cada língua e conhecer um certo número de outras regras de gramática. Além disso, estas máquinas têm o poder de resolver casos de polissemia, isto é, - tomando um exemplo na tradução, para inglês, da palavra 'tempo' - decidir se deve escolher *time* ou *weather*».

Foi sobretudo na Rússia, nos países da Europa Oriental (designadamente na Roménia) e nos Estados Unidos, que a tradução mecânica ou automática foi objecto de mais estudos e aperfeiçoamentos técnicos. Mas que ela está despertando vivo interesse também noutros países deduz-se facilmente do simples facto de, em 1960, ter surgido em França uma revista intitulada *La Traduction Automatique*, com o subtítulo de *Bulletin bimestriel de l'Association pour l'étude et le développement de la traduction automatique et de la linguistique appliquée*.

Outros sintomas - e esses bem expressivos - do interesse crescente pela tradução automática estão nestes três factos: 1.^o - na constituição, em Paris, de uma "Association pour l'Étude et le Développement de la Traduction Automatique et de la Linguistique Appliquée"; 2.^o - na criação, em 1960, na Faculdade de Letras da Universidade de Nancy (França), de um "Groupe de Traduction Automatique", e 3.^o - na possibilidade, que passou a haver nessa mesma Faculdade, desde Outubro de 1962, de os estudantes prepararem um "Certificat d'Études Supérieures" (que corresponde aproximadamente à nossa dissertação de licenciatura) sobre temas de tradução automática.

A preparação de um tal Certificado só se tomou viável graças ao curso especial que aí vai fazer todas as semanas Bernard Pottier, professor da Sorbonne (Paris). Segundo o relatório policopiado que recebi, referente ao ano lectivo de 1962-1963, o Grupo (que é dirigido pelo citado professor e por Guy Bourquin), depois de relatar os trabalhos realizados e em curso, reafirma a utilidade das investigações sobre a tradução mecânica e conclui: «Les résul-

tats pratiques ne seront sensibles que dans quelque temps; mais dès maintenant, cette branche d'activité apparaît comme un stimulant précieux des études de linguistique générale et appliquée».

Por enquanto, as máquinas (como o reconhecem os próprios entusiastas) só dão «traduções rudimentares» e simplesmente de textos científicos; além disso, o texto que apresentam precisa de ser «escrito de novo [isto é, retocado] por um leitor humano».

Em vista dos rápidos progressos técnicos que se estão verificando nas máquinas de traduzir, é de esperar – como escreveu um dos autores que mais se têm ocupado de estatística linguística, Pierre Guiraud – que esteja próximo o dia «em que a máquina seja mais rentável, isto é, em que fornecerá certos tipos de tradução mais rápidos, mais económicos, mais facilmente acessíveis que as traduções humanas correspondentes».

Escusado será acrescentar que estamos ainda longe desse estágio. Por isso mesmo se discute muito, nas revistas da especialidade, se deve ou não recorrer-se desde já, no ensino, à tradução mecânica. Podem ver-se argumentos pró e contra no inquérito levado a efeito pela revista *Babel*, vol. VIII, 1962, n.º 3, pp. 147-148.

Seja como for, uma coisa é certa, como reconhece o autor citado: que «nunca se poderão obter traduções perfeitas, na medida em que estas últimas devem ser 'pensadas' segundo o processo que expus. É o caso da maior parte dos textos literários e poéticos, que são inteiramente repensados pelo tradutor. A tradução inglesa do *Cimetière marin* não é o equivalente, termo a termo, das palavras do texto francês, mas a expressão inglesa de uma série de imagens que o texto evoca no espírito do leitor inglês».

*

* *

As observações que acabo de fazer a propósito da estatística linguística e, particularmente, da língua básica, levam-me insensivelmente a tocar num assunto da filologia moderna, que está na ordem do dia e promete adquirir grande desenvolvimento: refiro-me à linguística aplicada.

Na actualidade, duas tendências gerais, diametralmente opostas, se manifestam no campo linguístico: uma, de feição teórica, que se entrega inteiramente à especulação linguística e se move dentro de um conceitualismo tão abstracto e formalista, que já se lhe tem chamado "uma álgebra linguística". O principal representante de tal orientação é o professor da Universidade de Copenhague, L. Hjelmslev, que, partindo do ensino de Ferdinand de Saussure (autor, como é sabido, do *Cours de linguistique générale* publicado postumamente em 1916) e do estruturalismo do Círculo Linguístico de Praga, criou aquilo a que chamou a glossemática. Os princípios dessa doutrina expôlos na sua obra *Omkring Sprokteoriens Grundlaeggelse* ("À volta dos fundamentos de uma teoria da linguagem", Copenhague, 1943), traduzida há poucos anos para inglês (*Prolegomena to a theory of language*, Baltimore, 1953) e francês, o que mostra que, não obstante as grandes reservas que lhe são feitas, há nela alguma coisa de original. Aí afirma Hjelmslev que «a linguística deve procurar apreender a linguagem não como um conglomerado de fenómenos não-linguísticos (*c. g.* físicos, fisiológicos, psicológicos, lógicos, sociológicos), mas como uma totalidade auto-suficiente, uma estrutura *sui generis*».

Conforme observou R. E. Vidos, no seu já citado *Manuale di linguistica romanza* (p. 159), «pelo facto de deixar fora de consideração toda a substância, quer fonética quer semântica, a glossemática move-se num terreno absolutamente platónico, não é uma ciência de realidades concretas e históricas, mas somente de possibilidades. Toda a linguística é posta pela glossemática numa esfera privada de ar, completamente abstracta».

Esta orientação puramente teórica e especulativa é em si legítima. Ela manifesta-se também, embora com cambiantes diferentes, noutros países da Europa e da América. Pelo que respeita à Europa, salienta-se o pequeno grupo de linguistas franceses que foram chefiados por Gustave Guillaume († 1960); a ele se deve a criação da psico-sistemática ou psicomecânica da linguagem, com a qual pretende organizar uma gramática geral. Guillaume, além de formar discípulos em França, exerceu influência num grupo de linguistas da Universidade Laval, de Québec (Canadá), de que é figura principal Roch Valin. Quanto à América, essa orientação teórica está representada igualmente num largo sector da linguística norte-americana, de que são figuras salientes Edward Sapir (falecido em 1939) e Leonard Bloomfield († 1949).

Sejam quais forem os exageros dessa orientação especulativa e as correcções que lhe hão-de trazer investigações futuras, são úteis à ciência as discussões que suscita, porque impedem a estagnação.

Mas não é de estranhar que, seguindo também propensões naturais, outros linguistas insistam na orientação inversa: a da linguística aplicada ou glototécnica.

Há mais de vinte anos (foi em 1942) que um filólogo italiano, Bruno Migliorini, traçou as linhas gerais desta nova disciplina, que pretende servir as necessidades da vida e que, nalgumas das suas manifestações, é já muito antiga. A sua finalidade encontra-se bem expressa no título da revista *Sprachforum*, que surgiu em 1955 na Alemanha. A linguística aplicada é isso mesmo: o "forum" ou a praça pública da língua.

A glototécnica (ou linguística técnica, como soaria melhor) observa a realidade concreta e actual de cada idioma, isto é, os factos, e depois teoriza sobre eles, estabelecendo a sua casuística.

Em Portugal, como nalguns outros países, há ainda muitos espíritos de tal modo presos à ideia de que nas Faculdades humanísticas (a não ser em Psicologia experimental) só se deve fazer "ciência pura" e desinteressada ou ciência pela ciência, que certamente ficarão surpreendidos (senão mesmo indignados) ao ouvir falar de linguística aplicada. E, no entanto, ela é tão legítima e necessária como a linguística teórica e especulativa. Justamente porque esse preconceito da "torre de marfim" científica está ainda tão generalizado, é que se ouvem comentários desfavoráveis quando um professor da Universidade faz alta divulgação linguística numa revista de feição mais prática do que científica ou num jornal. Países há, todavia, tidos como mais progressivos ou modernos, em que mestres universitários, autores de valiosos trabalhos filológicos, se não dedignam de descer (mas será realmente descer?) ao "Forum" para fazer partilhar do seu saber linguístico e das suas investigações próprias um público de não especialistas.

São tantos e tão variados os domínios da linguística aplicada, que se tornaria fastidioso enumerá-los. Direi sòmente que ela interessa a todas as ciências, dotadas, como é natural, da sua terminologia própria, que se procura cada vez mais standardizar, graças à colaboração dos especialistas de diferentes países (daí a publicação de dicionários ou de simples vocabulários

do mais variado tipo: vocabulário jurídico, filosófico, anatómico, mineralógico, etc., ou aqueles que, nos últimos anos, têm sido editados entre nós pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e pela Repartição de Normalização); interessa ao industrial, quando anda à busca de um nome para um produto novo que tenciona lançar no mercado; interessa igualmente ao jornalista desportivo ou ao funcionário da alfândega, ao ter de aporuguesar um termo estrangeiro; interessa ao advogado, quando, para esclarecer o sentido ambíguo de uma expressão, de cuja solução podem estar dependentes grandes interesses, pede o parecer de um linguista; interessa às autoridades administrativas (p. ex. aos presidentes das Câmaras Municipais), aos serviços públicos e aos particulares de utilidade geral, ao mandarem afixar dísticos e avisos, ou ao transmitirem oralmente informações e ordens; interessa em alto grau ao político, em países em que há mais que uma língua nacional (o caso da Bélgica ou da Suíça), ou onde existem minorias linguísticas, que põem por vezes problemas bem delicados (p. ex. nalguns países da Europa oriental); interessa ao médico, ao tratar defeitos da fala nas crianças (p. ex. a gaguez), ou ao ensinar um adulto a recuperar gradualmente a palavra depois de doenças que afectam o sistema nervoso, etc., etc.

Dois dos domínios em que a glototécnica mais largamente se poderá exercer são: o do ensino da língua materna e dos idiomas estrangeiros, e o das traduções.

No que respeita ao ensino da língua pátria, tenho a impressão de que não nos damos suficiente conta de que, para se atingir a plenitude do cidadão, é necessário primeiro ter adquirido a "cidadania" linguística. Mas esta não será possível obtê-la enquanto o Português - na confissão de alguns reitores dos Liceus e directores de Escolas Técnicas - for uma das disciplinas mais mal ensinadas em Portugal. Não faltam, felizmente, professores competentes que estão renovando o ensino da língua pátria; mas ainda se encontra bastante generalizada a ideia de que, se é precisa uma especialização para ensinar as várias disciplinas do curso secundário (Física, Matemática, Geografia, etc.), para ensinar a língua materna qualquer pessoa serve... E como se não há-de recorrer muitas vezes a um professor de emergência para esta disciplina, se, não obstante haver actualmente, no Continente e Ilhas Adjacentes, 26 vagas

de professores efectivos (do sexo masculino) no segundo grupo liceal (aquele a que pertence especialmente o ensino do Português e do Francês), a secção de Filologia Românica das duas Faculdades de Letras é frequentada por uma escassa minoria de rapazes?

O resultado está à vista na forma calamitosa como redigem alguns alunos universitários, e até pessoas oficialmente "formadas" por uma escola superior.

Ainda um outro aspecto merece ser mencionado nesta ordem de ideias: o das selectas escolares. Numa ou outra, devido ao gosto pessoal dos seus autores ou em obediência a instruções superiores, há um predomínio quase exclusivo de assuntos literários. Fica assim esquecida a formação social e política do aluno ("política" no sentido geral, ou seja a consciência de que se pertence a uma comunidade organizada) e o seu contacto com certo vocabulário técnico ou relativo a determinadas profissões, Vocabulário que precisará conhecer na vida prática. Esta aprendizagem poderia, aliás, fazer-se ainda com mais êxito, se se encontrasse a forma de estabelecer uma coordenação entre a disciplina de língua materna e as outras disciplinas, e se os professores destas se convencessem, como já sucede com alguns, de que também eles, de certo modo, são mestres de Português. Se tal suceder, irá desaparecendo aquele espírito, tão espalhado em estudantes universitários, em especial das Faculdades de Ciências, e que se manifesta quando alguém lhes corrige uma frase mal construída: «Ora, escrever bem é lá para os alunos de Letras!» (Oxalá fosse verdade!)

Quanto às traduções, todos sabemos a importância excepcional que elas assumiram na vida moderna, devido ao interesse crescente pelas literaturas estrangeiras, à intensificação das viagens; que leva à aprendizagem de um número cada vez maior de línguas, às conferências internacionais, que exigem numerosos intérpretes qualificados, com prática da tradução simultânea, ao desenvolvimento das técnicas da difusão, como o cinema, a telefonia e a televisão, e, *last not least*, à necessidade premente de ler no original ou mandar traduzir obras e artigos de revistas científicas das mais variadas especialidades.

Entre nós, ainda não houve a possibilidade de criar, dentro das Universidades, a elas anexos ou independentemente delas mas com carácter oficial,

Institutos de Línguas Estrangeiras ou mesmo simples Institutos de Intérpretes e Tradutores, como lá existem noutros países, designadamente (e limitando-me só à Europa): na Alemanha, o "Dolmetscher-Institut" da Universidade de Heidelberg e o "Auslands- und Dolmetscher-Institut" de Germersheim, integrado na Universidade de Mogúncia; na França, o "Institut Supérieur d'Interprétiariat et de Traduction" do Instituto Católico [isto é, da Universidade Católica] de Paris e a "École d'Interprètes et de Traducteurs" da Câmara de Comércio de Paris, fundada em 1947; na Itália, o "Istituto di Lingue Estere" da Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Génova, a "Scuola Superiore per Interpreti e Traduttori" de Milão, fundada em 1951, e a sua congénere de Roma; e, na Suíça, a "Dolmetscher-Schule" de Zurique e a "École d'Interprètes" da Universidade de Genebra. Esta última edita uma revista, de apresentação modesta, intitulada *L'Interprète*, que é o órgão da Associação de Intérpretes e Tradutores. E na Alemanha, a livraria Langenscheidt, bem conhecida pelos dicionários bilingues que edita, publica a revista *Babel*, especialmente consagrada aos problemas teóricos e práticos da tradução.

Em Portugal, com meu conhecimento, existe apenas em Lisboa, desde Setembro de 1962, uma "Escola Superior de Tradutores e Intérpretes", que é uma das secções do Instituto Superior de Línguas e Administração. Os seus diplomas são reconhecidos oficialmente, mas trata-se de uma instituição de carácter particular e, por enquanto, de alcance restrito, não obstante o número avultado de alunos (quase exclusivamente do sexo feminino) que frequentam essa Escola.

Devido, em grande parte, à falta de um Instituto de Línguas Estrangeiras ou, ao menos, de um Instituto de Tradutores e Intérpretes com nível universitário, é que a situação, em Portugal, no tocante a traduções, apresenta por vezes um aspecto pitoresco, para não lhe dar outro nome. Podia elaborar-se um anedotário com textos das agências noticiosas ou com certos passos de traduções de romances e outros livros editados entre nós. É certo que, nos últimos anos, ou porque o público se tornou mais exigente ou por outros motivos, há já livreiros que escolhem mais criteriosamente os tradutores, mas são esforços isolados, pelo que há ainda muito que aperfeiçoar neste sector.

10. Uma causa que, segundo penso, também contribui para a situação pouco honrosa de que falei, é a convicção, em que estão alguns partidários do método directo puro no ensino das línguas vivas, de que se deve pensar e falar sempre na língua estrangeira, sem nunca recorrer (ou só a título esporádico) à tradução para a língua materna. Ora a verdade é que praticar, no ensino, quase exclusivamente a oralidade, apresenta graves inconvenientes, como tenho tido ocasião de verificar numerosas vezes na prova escrita de Francês dos Exames de Aptidão à Universidade.

Praticar o método directo puro, é esquecer o alto valor formativo da tradução, não da versão passiva e mecanizada, constituída, às vezes, por simples decalques vocabulares ou sintácticos, mas da tradução inteligente e bem preparada, que procura o que é verdadeiramente idiomático, ou seja fazer ver o génio próprio de cada língua.

Ainda bem que, nos "Programas das disciplinas do Ensino Liceal" de 1948 se prescreve, no que respeita ao Francês para o 7.º ano, «tradução apurada». Com efeito, um dos melhores exercícios que se podem propor aos alunos - mas que exige da parte do professor um bom conhecimento da sua própria língua - é o de lhes dar frases da vida corrente para encontrarem o equivalente vernáculo na língua para a qual se traduz.

Felizmente, vão já surgindo no nosso ensino secundário, liceal e técnico, alguns professores que, sem desprezar o domínio oral do idioma estrangeiro, procuram ensinar aos alunos (em particular aos do segundo e, principalmente, aos do terceiro ciclo - 6.º e 7.º anos -) a difícil arte de traduzir, levando-os a praticar a estilística comparada das duas línguas em presença e incitando-os a encontrar a expressão adequada. A este respeito, é muito de aconselhar, tanto a estudantes universitários como a professores de línguas, a leitura da obra de Vinay e Darbelnet, *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. É com exercícios como os que aí são propostos que se desenvolve nos alunos o gosto idiomático e se preparam para adquirir a tal "cidadania" linguística, de que falei atrás.

Que a tradução é assunto muito importante, dizem-no não só os factos já apontados - entre eles a existência de revistas dedicadas especialmente à tradução e ao interpretariado e a formação, em vários países, de associações de tradutores e intérpretes - mas também a circunstância de se ter realizado em

1957 o Primeiro Congresso Mundial de Tradutores, e de em 1960 se haver reunido em Londres a "Conference" (isto é, o Congresso) de Tradutores e Intérpretes.

Podia apresentar ainda outros aspectos – esses de carácter mais teórico e, portanto, de alcance mais geral – da linguística aplicada; mas aqueles que passei em revista julgo serem suficientes para mostrar que tem razão o filólogo italiano atrás citado (Migliorini), ao escrever que «non mancano indizi di nuovi orientamenti, e auspici per una piu stretta e feconda collaborazione fra le singole scienze e tecniche da una parte e la linguistica dall'altra».

*
* *
*

Relacionada com esta solidariedade da linguística com as demais ciências e destas com aquela, está uma característica dos modernos estudos filológicos, em que vale a pena deter-me por um momento: é a consciência, cada vez mais viva entre os linguistas, de que existe na maior parte dos países europeus uma comunidade de civilização. Por isso despertam hoje tanto interesse as relações entre língua e cultura e, nestas, o estudo dos europeísmos e dos mediterraneísmos.

Não se deve entender o termo europeísmo em sentido geográfico, mas no sentido cultural, como bem o acentuou Emilio Peruzzi nos *Saggi di linguística europea*. Assim como a expressão "civilização ocidental" não abrange apenas a dos países do Ocidente da Europa, mas também a civilização greco-latina e a judeo-cristã, e ainda a que se formou no Novo Mundo, para onde alguns povos europeus (especialmente o português, o espanhol e o inglês) transplantaram as suas línguas, assim também um facto linguístico, sobretudo de carácter lexical, não precisa forçosamente de ter a sua origem e primeiro foco de difusão em países da Europa para ser classificado de europeísmo: o que é necessário é que se tenha difundido com características semelhantes em vários países europeus.

Exemplos significativos do que acabo de dizer é o que se passa com as expressões "mercado negro", "filme" e *cortina de ferro*, esta última decalcada, com pouca felicidade, sobre o ingl. "iron curtain". (Se se tivesse traduzido com

espírito vernáculo a expressão, deveria dizer-se "pano de ferro", que é o termo próprio da linguagem do teatro). Embora se conheçam anteriormente três abonações - uma em 1814, outra em 1904, num livro inglês, e a terceira num jornal russo, segundo nos informa o filólogo italiano citado, que estudou a expressão -, não há dúvida de que foi depois do célebre discurso do estadista inglês W. Churchill, proferido em Fulton, no Missouri (Estados Unidos), em 5 de Março de 1946, que a expressão teve uma difusão rapidíssima nas mais variadas línguas. A frase que adquiriu celebridade foi a seguinte: «From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an *iron curtain* has descended across the continent». O êxito da imagem foi tão grande que deu origem a outras expressões em que entra a palavra "cortina" e que são decalcadas sobre aquela: *cortina de bambu*, *cortina de feltro*, *cortina de fumo*, *cortina de mentiras*, entre outras.

Expressões deste tipo pode dizer-se que se circunscrevem às classes ilustradas. Mas há outras que, não obstante serem constituídas por elementos gregos, atingiram todas as camadas da população. É o que se passa com a palavra *cinema* (que substituiu "animatógrafo" e está representada noutros idiomas, p. ex. no fr. *cinéma* ou *ciné*, alem. *Kino*, etc.), ou com o elemento *tele-*, que vamos encontrar em numerosas línguas, nas palavras correspondentes a *telefone*, *telégrafo* e *televisão*. (Observarei, a propósito, que o simples facto de, em português, se acentuar *telégrafo* na última sílaba do primeiro elemento grego, mas se pronunciar *telefone*, diz-nos que não foi certamente a mesma língua estrangeira que serviu de veículo aos dois vocábulos).

Estes exemplos são relativamente recentes, mas há outros, muito antigos, que permitem reconstruir - como fez Bertoldi em vários dos seus trabalhos - «alguns traços peculiares da cultura europeia comum a todas as regiões da Europa». É o caso, entre outros, das palavras correspondentes a *aratrum* e *granum*.

Se do domínio da lexicologia passarmos ao da sintaxe e da estilística, veremos que há certas características que surgem quase ao mesmo tempo em diversas línguas. É o que se verifica modernamente com o tipo de frases nominais (i. é, de frases sem verbo) ou com o estilo de períodos curtos, o chamado estilo telegráfico, de legendas de cinema ou de notas de diário.

A este propósito, recordarei aquele passo do *Traité de stylistique française* (vol. I, § 25) em que Charles Bally nos fala da "mentalidade europeia": «Même pour un observateur superficiel, les langues modernes des pays dits "civilisés" offrent des ressemblances en nombre incalculable, et dans leur incessante évolution, ces langues, loin de se différencier, tendent à se rapprocher toujours davantage. La cause de ces rapprochements n'est pas difficile à trouver; elle réside dans les échanges multiples qui se produisent de peuple à peuple, dans le monde matériel et dans le domaine de la pensée. Ces échanges se font depuis près de trente siècles; la commodité des communications les a multipliés à l'époque moderne. Il s'agit là d'une véritable mentalité commune, élaborée par la Grèce et par Rome, mûrie par la civilisation de l'Europe occidentale, puis largement répandue dans les temps modernes sur tous les pays que les Occidentaux ont pénétrés et se sont assimilés. Appelons ce fonds commun, faute de mieux, la *mentalité européenne*».

Nem sempre, no entanto, se manifesta essa comunidade pan-europeia, antes existe, por vezes, certa oposição entre a Europa setentrional e a meridional. Já recordou Vittorio Bertoldi (na sua obra *La glottologia come storia della cultura*, 1947, p. 49), que o sector meridional do Ocidente europeu é habitado por «povos do vinho e da oliveira», ao passo que o sector setentrional é habitado por «povos da cerveja e da manteiga».

Todos estes exemplos mostram que, ao mesmo tempo que os linguistas começavam a interessar-se pelos europeísmos (se é que não se lhes anteciparam), os governos da Europa sentiram a necessidade de formar uniões aduaneiras e económicas, como é o caso, entre outros, da Organização Europeia de Cooperação Económica (também conhecida pelas iniciais O.E.C.E.), e organismos políticos, como o Conselho da Europa (com sede em Estrasburgo).

A este propósito, não deixa de ser muito significativo lembrar que, na segunda Conferência dos reitores das Universidades europeias, realizada, sob os auspícios da União da Europa Ocidental, em Dijon, em Setembro de 1959 (e onde estiveram representadas 22 Universidades, que totalizaram 200 delegados), o tema central foram os «estudos relativos à Europa», encarados sob «o duplo aspecto das humanidades e das ciências sociais e económicas».

Segundo nos informa a *Revue de l'Enseignement Supérieur* (n.º 3, de Setembro de 1959, p. 130), «a Conferência encerrou os seus trabalhos depois de adoptar duas resoluções gerais: a primeira recomenda a publicação de manuais que dêem uma visão mais clara dos problemas europeus respeitantes às diversas disciplinas; a segunda insiste na necessidade de continuar a aprofundar o estudo comparativo dos programas de ensino nas diversas universidades europeias».

Além dos europeísmos que se divulgaram em diferentes línguas com sentido idêntico – é o caso dos que foram atrás citados, – há muitos outros de conteúdo semântico e de emprego bastante diversos conforme os países, e estes apresentam um interesse ainda maior. Por isso mesmo os políticos precisam hoje, mais talvez do que em qualquer outra época, da contribuição dos linguistas para compreenderem melhor a psicologia de certos povos. Exemplo bem significativo é o que se passa com a expressão *coexistência pacífica*, que significa para o Ocidente coisa bem diversa do que representa para alguns governantes da Europa oriental.

De tal modo constitui preocupação urgente do nosso tempo o estudo desse tipo de europeísmos (isto é, dos que apresentam cambiantes de sentido diferente consoante os países), que foi já possível criar-se na Universidade de Bona um Centro de investigação designado por "Colóquio Linguístico" ("Sprachwissenschaftliches Colloquium"), onde trabalham romanistas, germanistas e eslavistas.

Propõe-se esse grupo de linguistas estudar palavras-chave ("Schlüsselwörter") ou palavras fundamentais da cultura europeia, como sejam, entre tantas outras, *humor*, *moral*, *inteligência*, *snob*, procurando-se determinar as diferenças semânticas que existem entre elas, p. ex., entre fr. *culture* e alem. *Kultur*, fr. *gentilhomme* e ingl. *gentleman*, alem. *Intelligenz* e russo *Intelligentsia*.

Inserem-se nesta orientação a actividade do Instituto Internacional do Livro Escolar ("Internationales Schulbuchinstitut") de Braunschweig (Alemanha), dirigido por Georg Eckert e que tem por finalidade a revisão dos manuais de história e de geografia. No "Anuário Internacional para o Ensino da História" (*Internationales Jahrbuch für Geschichtsunterricht*) que edita, estudam-se, entre muitos outros assuntos com interesse científico ou pedagó-

gico (p. ex. métodos activos no ensino da História), as relações, no passado e no presente, dos diferentes países da Europa entre si (p. ex. relações germano-italianas em tal ou tal século), e alguns termos-chave (em francês «des mots-souches») de carácter geral, cujo conteúdo importa aprofundar e precisar, como sejam (todos eles estudados no vol. VII): báltico, barroco, idade moderna, Europa, feudalismo, Fronda, Hégira, conservadorismo, revolução, România, Escandinávia, cidades, universidades.

Para desenvolver esse espírito europeu, vários organismos e instituições de alcance internacional foram criados nos últimos vinte e cinco anos, entre eles, o "Collège d'Europe", em Bruges (na Bélgica), e o "Centre Européen Universitaire", de Nancy (França).

Outras iniciativas surgem de ano para ano, umas que não passam talvez de projectos, como a "Universidade Europeia" de Florença (Itália), mas outras que entram no domínio das realidades e prometem vir a ter vida duradoira. O movimento chegou também até nós, como ressalta, entre outros factos, da criação, em Novembro de 1962, em Lisboa, do "Centro Português de Estudos Europeus", secção do "Centro Europeu de Documentação e Informação (C.E.D.I.)".

Estes esforços de reintegração de Portugal na Europa (no sentido amplo do termo) fazem-me vir à memória aquela fórmula, que reputo muito feliz, escrita em 1922 por Afonso Lopes Vieira na portada do seu livro *Em demanda do Graal* e que tenho citado inúmeras vezes aos meus alunos ou em conversa com outras pessoas: «contribuir para reaportuguesar Portugal tornando-o europeu».

É meritório todo o esforço no sentido de dar mais coesão à Europa e torná-la mais interessada por todos os problemas que lhe dizem respeito como um todo; mas convém, todavia, não perder de vista esta sensata advertência feita há quinze anos por Bruno Migliorini e ainda hoje actual, ao contrário do que poderão supor algumas pessoas: «L'Europe doit acquérir de plus en plus la conscience de son unité, et en même temps respecter les nationalités, dans lesquelles réside sa force spirituelle».

Pelo que respeita à civilização mediterrânica, direi que ela é hoje um centro de interesse, não apenas para geógrafos, etnógrafos, economistas e

políticos, mas também para os linguistas. E antes de mais nada convém precisar que o termo "mediterrâneo", como escreveu G. Alessio, «no seu valor originário geográfico, se refere hoje, em sentido linguístico, aos povos e às línguas pré-indo-europeias que dominavam a bacia do Mediterrâneo anteriormente à conquista linguística dos indo-europeus, iniciada provavelmente alguns milénios antes da era vulgar e praticamente concluída com a latinização dos últimos restos de população não-ária, como os Etruscos e os Iberos».

A importância dessa bacia do Mediterrâneo ressalta bem dos trabalhos de Bertoldi, designadamente daquele que tem por título *La parola quale testimone della storia* (Napoli, 1945), onde mostra que, para esse mundo de cultura, além da linguística, «válidamente contribuíram as disciplinas mais variadas: a história natural, a geografia antiga, a antropologia, a etnografia, a história dos mitos e dos ritos, a história das instituições, a história da arte antiga, etc.».

De entre as iniciativas que bem documentam o interesse crescente pelos problemas culturais relativos ao Mediterrâneo, citarei apenas a que se refere ao atlas linguístico mediterrâneo. O projecto, da autoria do linguista jugoslavo Deanovic, data de 1937, mas só tomou corpo nos últimos anos, segundo informa o primeiro volume, aparecido em 1959, do *Bollettino dell' Atlante Linguistico Mediterraneo*. Neste atlas estudar-se-ão, já não apenas vocábulos limitados à área geográfica de um país, como nos atlas até agora publicados, mas termos relacionados com o mar, alguns deles antiquíssimos, e que se encontram em línguas muito diversas, como são as que se falam em Portugal, Espanha, França, Mónaco, Itália, Jugoslávia, Albânia, Grécia, Bulgária, Roménia, Rússia, Turquia, nas costas de África, nas ilhas de Malta e Chipre, e ainda noutras localidades e zonas, directa ou indirectamente relacionadas com o Mediterrâneo, como a Síria.

No vocabulário mediterrânico - segundo pensa Arnauld Steiger em artigo publicado no referido *Bollettino* (vol. I, p. 144) - três grandes repertórios intervieram: em primeiro lugar, a Antiguidade helénica, depois o Islão [ou seja o mundo muçulmano] e a seguir a Idade Média europeia».

Esta unidade linguístico-cultural do Mediterrâneo ressalta bem da obra de Henry e Renée Kahane e Andreas Tietze, *The lingua franca in the Levant. Turkish nautical terms of Italian and Greek origin* (Urbana, 1958).

Através dos poucos exemplos que acabo de citar, vê-se que, numa época de tão estrita (e por vezes estreita) especialização como aquela em que vivemos, se sente ao mesmo tempo a necessidade de obter visões de conjunto (a "Ganzheitsbetrachtung" de que falam os alemães), a fim de se conseguirem grandes sínteses. Daí os projectos que se lêem de vez em quando em livros ou em revistas da especialidade e que nos parecem ambiciosos, mas que são sintomáticos dessa orientação.

Aqui, é um linguista, Eugen Seidel, que insiste na necessidade de se organizar uma sintaxe europeia, onde se pusessem em relevo alguns traços comuns a várias línguas, românicas e germânicas, como a formação de um futuro com representantes ou equivalentes de *vo/o* ("je veux faire", "es will regnen", etc.). Ali, é outro filólogo, Emilio Peruzzi, que indica como tarefa da futura investigação linguística a redacção de um dicionário europeu comum. E já em 1904 um linguista da categoria de Schuchardt sugeria a criação de um "Museu românico", onde o investigador pudesse encarar a România como um todo e ver as «ligações da sua multiplicidade variegada». Embora se trate de uma empresa mais difícil de realizar, também já houve quem formulasse o desiderato de um atlas linguístico europeu - que não seria uma simples sobreposição de atlas nacionais, antes deveria obedecer a princípios diferentes -, e até mesmo de um atlas linguístico mundial, onde se marcassem «os mesmos traços tipológicos [que] ocorrem em largas áreas contíguas» .

Igual preocupação se manifesta fora do campo linguístico, o que ressalta de iniciativas como a do "Atlas da Civilização Ocidental".

Esta procura do universal e da síntese é, afinal, uma consequência da introdução (diria melhor, da re-introdução) da filosofia na linguagem. Daí «deriva naturalmente - como o escreveu B. E. Vidos na sua tão sugestiva obra várias vezes citada - que o espírito e o homem são postos no centro do interesse», graças à «geografia linguística de Gilliéron, ao idealismo de Vossler e à concepção social-estrutural de Ferdinand de Saussure», «O equilíbrio entre matéria e espírito, perturbado pela linguística histórico-evolucionista demasiado unilateral, foi restabelecido por esta orientação; a linguística foi assim trazida de novo para mais perto do espírito, para mais perto do homem».

*

* *

Devido à limitação do tempo, vários outros aspectos da linguística moderna foram omitidos e que não ofereciam menor interesse, p. ex.: a glotocronologia; a "Gestalttheorie", gestaltismo ou teoria da configuração; o estudo dos campos linguísticos e campos semânticos; as relações entre o vocabulário e a sociedade de uma época determinada; diferenciações linguísticas segundo as gerações; o problema do bilinguismo e dos contactos de línguas e dialectos; viagens de palavras; etc. Espero, no entanto, que aqueles que apresentei tenham sido suficientes para convencer a gente moça da variedade e beleza dos estudos linguísticos, em particular dos românicos. Digo em particular dos românicos, porque estes se encontram em condições privilegiadas em relação a quaisquer outros, visto partirem de uma origem bem conhecida: o latim; por isso a Filologia românica, pelo seu rigor de método, pode orgulhar-se de ser, como já se lhe tem chamado, a «praeceptrix linguisticae».

Ao mesmo tempo, sentir-me-ia satisfeito se as largas perspectivas que procurei desenrolar diante dos olhos dos estudantes universitários, actuais e futuros, conseguissem atrair para o ensino das línguas e para a investigação filológica um escol cada vez maior de rapazes e raparigas, em especial de rapazes.

Não se estranhe esta limitação, não obstante o apreço que sempre tenho mostrado pelas boas alunas. Bastará notar que, nestes vinte e sete anos que levo de professor, se publicaram (ou estão em publicação) dezasseis dissertações de licenciatura em Linguística Portuguesa, e mais sete trabalhos de carácter linguístico e literário, umas e outros orientados por mim. Desses vinte e três trabalhos, nada menos de dezanove devem-se a pessoas do sexo feminino.

Se faço, portanto, aquela restrição, é porque tanto os governantes como os professores e pais e mães de família se preocupam seriamente com a falta cada vez mais aflitiva de homens no ensino secundário, o que não pode deixar de se fazer sentir na formação intelectual e, sobretudo na educação viril das novas gerações.

Alimento, porém, a esperança de que a situação melhore dentro de anos, visto que se desenham já sintomas animadores noutros países. Na Ale-

manha e na Bélgica, por exemplo, segundo informações que chegaram ao meu conhecimento, há nalgumas Faculdades de Letras, cursos, mesmo de Filologia Românica, onde a percentagem de rapazes é quase igual à das raparigas.

Segundo creio, a explicação do facto não está, como poderá supor-se à primeira vista, na saturação das carreiras de engenheiro e equivalentes, pois tal saturação, que eu saiba, não existe ainda, nem apenas em uma melhoria na situação financeira dos professores liceais nesses países: reside também em uma insatisfação que o tecnicismo exagerado da nossa época já começa a causar numa parte da geração nova. Em face dos progressos técnicos verdadeiramente admiráveis a que assistimos e que são reveladores da inteligência do homem, vislumbre da inteligência infinita de Deus, muitas pessoas ficam maravilhadas e quase chegam a fazer da técnica uma "mística" ou uma nova religião. Mas em países em que o tecnicismo atingiu um alto nível, como na Suécia ou nos Estados Unidos, a geração nova experimentou uma sensação de vazio, e daí a revolta e os desmandos bem conhecidos de uma parte dela.

Passado o período de crise, muitas pessoas sentem a necessidade de contrabalançar a técnica com um "suplemento de alma", o que está bem patente no lugar que os problemas religiosos ocupam hoje nas cátedras universitárias europeias e fora delas, na literatura e no cinema contemporâneos.

Algumas dessas pessoas, à falta de melhor, vão buscar um pouco de "espiritualidade" (no sentido amplo da palavra) à carreira das Letras ou, se exercem outras profissões, à frequência de cursos pós-universitários das Faculdades humanísticas.

Tenhamos a certeza de que as "humaniores disciplinae" (não no sentido restrito que Ihes deu o século XVI – o grego e o latim –, mas no de equivalente das ciências do espírito) voltarão dentro em breve (que digo eu?, já voltaram nalguns países, como disse), a ocupar um lugar importante na vida moderna. E isto porque as referidas ciências – permitindo ao espírito elevar-se, por momentos, acima das graves preocupações desta época em que vivemos, e trazendo ao coração humano um pouco de tranquilidade e paz – estão em melhores condições de dar forças novas a cada um para enfrentar serena e confiadamente o futuro.

ANEXO

O discurso atrás publicado foi precedido das seguintes considerações sobre diversos problemas universitários de carácter geral, as quais julgo oportuno reproduzir também neste *Anuário* (¹):

Quando soube que o discurso inaugural do novo ano lectivo da Universidade de Coimbra cabia este ano à Faculdade de Letras e que, por ordem de antiguidade, recaía sobre mim o honroso mas difícil encargo de o proferir, hesitei um momento sobre o tema a escolher: problemas universitários, que a minha experiência de professor, algumas leituras e a observação do que se passa noutros países têm posto ao meu espírito, ou assunto da especialidade?

Se um conjunto de circunstâncias favoráveis me consentissem seguir a minha propensão natural, teria escolhido a primeira alternativa, porquanto, fora das matérias linguísticas que professo, os assuntos que mais vivo interesse me despertam são os que se relacionam com a instrução, educação e questões sociais, o que está patente em diversos trabalhos e artigos que tenho publicado desde os tempos de estudante. Mas um tema dessa natureza exigia largos ócios, de que não dispunha, e uma concentração de espírito que não era consentânea com o serviço de exames da segunda época, do qual faz parte a apreciação de dissertações.

Ainda mesmo admitindo (como pensaram e fizeram já outros professores) que o ambiente de uma sessão solene de abertura do novo ano escolar é o mais propício para se versarem, com probabilidades de êxito, assuntos "incómodos" de carácter universitário, é bem possível que eu nada trouxesse de novo em relação a outras pessoas (e não somente professores da Universidade) que se têm ocupado, em livros e em artigos de revistas ou de jornais, de problemas do ensino superior; mas, em todo o caso, desobrigava a minha consciência, apresentando alguns aspectos da vida universitária, que preocupam não só os professores como os estudantes. Quanto a estes, ainda há poucos anos (em Abril de 1953), a Juventude Universitária Católica - honra lhe seja - realizou em Lisboa um Congresso Nacional, de que resultou um substancioso volume com o título de O pensamento católico e a Universidade (Lisboa, 1963, 427 pp.). Aí se versam assuntos do maior interesse e actualidade, e se formulam diversos votos, como sejam, entre tantos outros, os seguintes, que resumo:

que se tenha sempre bem presente que o fim essencial da Universidade é «formar a personalidade intelectual do estudante» e que, portanto, há que realizar esforços no

(¹) Na versão que saiu na *Revista Portuguesa de Filologia*, a que se faz referência em nota à pág. 19, este Anexo foi largamente acrescentado com informações relativas aos cursos pós-universitários na Inglaterra no ano lectivo de 1963-1964.

sentido de que «atinja a mais completa 'maturidade intelectual' pela aquisição de uma rigorosa disciplina mental, de um sentido crítico, e de hábitos de trabalho metódico, de observação, de reflexão e de iniciativa» (p. 15), qualidades estas que o preparem para cabalmente desempenhar funções directivas nos diversos sectores da vida nacional;

que o pluralismo próprio de uma "Universitas" não signifique «dispersão ou desmembramento», antes seja completado, graças a colégios universitários, residências e lares de estudantes, com uma concepção comunitária da cultura, de modo a dar-se ao estudante uma «visão universalista do mundo e da vida» (p. 17);

que a Universidade procure «despertar vocações científicas, em ordem à formação de um escol de investigadores e ao desenvolvimento da Ciência» (p. 414) e que, para tanto, se criem as condições de poder aumentar o número, ainda pequeno, de professores que «orientam os trabalhos dos alunos fora das aulas» (pp. 334 e 358), o que só se conseguirá favorecendo o regime de seminário universitário (voto este, observarei de passagem, que começou a ter efectivação legal – embora já parcialmente existisse na prática – nas Faculdades de Letras no ano lectivo de 1961-1962);

que haja mais convívio entre os estudantes, e destes com os seus professores, porquanto – escreve-se no referido volume – se «o estudante se enriquece no convívio com o Mestre, haurindo (...) não só ciência mas formação humana total, cultura, sabedoria, o professor encontrará no aluno o colaborador sempre atento e de sentido crítico apurado, que o ajude na busca persistente e metódica de soluções novas» (p. 58);

que se concedam, além de bolsas de estudo, «empréstimos aos alunos mais necessitados e com um mínimo de aproveitamento escolar» (p. 416) e se considere mais a sério «o problema da habitação dos estudantes» (p. 417);

que «para o estabelecimento da verdadeira comunidade universitária não deve esperar-se tudo de uma simples reforma das estruturas legais. Importa previamente que os diversos elementos dessa comunidade se esforcem por criar o clima espiritual de colaboração e de confiança que permitirá o êxito das necessárias modificações a introduzir», etc., etc.

Acrescentarei, por meu turno, que, sejam quais forem as críticas que se façam às Universidades na sua orgânica (e algumas delas são, sem dúvida, justas), a verdade é que, com todas as suas deficiências, elas continuam a ser o alfobre das "élites" de um país; são elas, principalmente, que preenchem os quadros do ensino, da investigação em laboratórios oficiais e particulares, e da administração pública.

Não obstante criarem-se institutos à margem das Universidades, o prestígio destas aumenta de ano para ano em diferentes países. O facto ressalta claramente, não tanto do número cada vez mais elevado de estudantes que as frequentam, mas sobretudo da

circunstância de os adultos, que já se encontram na vida prática, sentirem nalguns países a necessidade de aproveitar os tempos livres para seguirem (e com que assiduidade e interesse o fazem) cursos especiais, não só de línguas e literaturas modernas, mas também de economia, sociologia, filosofia, psicologia infantil, arqueologia, desenho e pintura, música e dança, etc., etc.

Este movimento de "Extensão Universitária" é particularmente sensível na Inglaterra e nos Estados Unidos. Em relação ao primeiro dos países citados, verifica-se que, só nas Universidades da Escócia - segundo as informações de um relatório inédito, que me foi dado ler recentemente -, as classes de cultura não-profissional tinham, no ano lectivo de 1956-1957, cerca de 30.000 alunos inscritos, «o que representa um aumento de 30 % em relação a 1952-1953».

No folheto de propaganda editado pelo "Extra-Mural Committee" da Universidade de Glásgua, lêem-se estas palavras, que mostram bem que a Universidade, para lá da sua função tradicional, tem de estar preparada para as novas tarefas que dela exige a vida contemporânea: «A extensão da cultura pós-Universitária [assim traduzo a expressão «liberal education»] aos adultos - escreve-se no referido prospecto - é considerada agora nas Universidades inglesas como uma parte normal da sua função. O fim comum a todas as formas de educação universitária para adultos é o desenvolvimento de uma democracia instruída e apta a participar na vida social. Tem em vista satisfazer as necessidades de ilustração de homens e mulheres, e conseguir novos padrões de cidadania e uma melhor ordem social.»

Não tendo escolhido, para esta oração "de sapientia", a primeira das alternativas indicadas - tratar de problemas universitários -, quis ao menos aproveitar este ensejo que me era oferecido para fazer as despreziosas observações que aí ficam e que poderei sintetizar no seguinte: a Universidade portuguesa, se quiser estar à altura das responsabilidades crescentes que lhe põe a vida moderna, tem de se renovar sob vários aspectos (a começar na maior atenção que deve prestar às necessidades não só físicas e intelectuais, mas também morais e religiosas do estudante) e de acertar o passo com o que de melhor se faz nalgumas universidades estrangeiras (refiro-me, em especial, ao regime de "seminário" das Universidades alemãs, ao sistema de comunidade do "College" das Universidades de Oxford e Cambrígia, e às tarefas da "Extensão universitária" de que falei).

Não quero terminar estas considerações preliminares sem afirmar que tenho confiança na missão da Universidade, não por ser um universitário, mas porque, tomando em consideração o que se está verificando nalguns países, se pode desde já prever que o prestígio das Universidades, longe de diminuir nestes tempos conturbados que vivemos, irá antes aumentando. Oxalá nós, os professores de hoje, saibamos preparar devidamente, para as tarefas de amanhã, a geração que sobe para a vida.

Doutor

Álvaro Júlio da Costa Pimpão

1964

Doutor Álvaro Júlio da Costa Pimpão



Nasceu em Coimbra a 23 de Novembro de 1902

Faleceu a 6 de Janeiro de 1984

Carreira Académica

Licenciou-se em Filologia Românica em 1927

Doutorou-se em Filologia Românica em 1943

Jubilou-se em 1972

Leccionou: Literatura Francesa I e II, Literatura Portuguesa I e III, Literatura Brasileira,
Estudos Camonianos, Teoria da Literatura

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Director do Instituto de Estudos Franceses, Director do Instituto de Estudos Brasileiros,
Director do Centro de Estudos Românicos,

Director da Faculdade de Letras, Secretário da revista Biblos, Director da revista Brasília,
Fundador da Revista de História Literária de Portugal, Director dos Acta Vniversitatis
Conimbrigenis e dos Vniversitatis Conimbrigenis Studia ac Regesta



Álvaro Júlio da Costa Pimpão

(Página deixada propositadamente em branco)

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

(Proferida em 19 de Outubro de 1964,
pelo Doutor Álvaro Júlio da Costa Pimpão)

AS HUMANIDADES E O HUMANISMO DE HOJE

EX.^{MO} SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL;
EX.^{MO} SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA;
PRECLAROS DOUTORES;
EX.^{MAS} AUTORIDADES;
ESTUDANTES;
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

187

O Conselho da minha Faculdade decidiu oportunamente que deveria respeitar-se o princípio de antiguidade, estabelecido na mesma Faculdade, para a designação do orador que deverá ocupar esta cátedra na abertura solene da Universidade. Embora me parecesse – e por mais de um motivo – que este princípio deveria sofrer derrogação no caso presente (e isso mesmo tivesse declarado), obedeci, uma vez que a minha discordância representaria transferência de encargo.

Resisti durante muito tempo à tentação de vir aqui versar um problema de investigação ou de metodologia da cadeira que professo. Pareceu-me entretanto que não deveria alhear-me das responsabilidades do meu cargo e que o meu dever estaria justamente em ir ao encontro delas; e não me abalaçando a ocupar-me da Universidade portuguesa, depois de o terem feito com tanta proficiência os Professores Doutores Braga da Cruz e Herculano de Carvalho em Coimbra, Eduardo Coelho e Orlando Ribeiro em Lisboa, J. Nunes de Oliveira no Porto, determinei-me por uma singela reflexão sobre os problemas essenciais da minha Faculdade a que dei o título de «As Humanidades e o Humanismo de hoje».

«Humanismo» é uma palavra polissémica, na qual se repercutem múltiplas ressonâncias ideológicas e deve uma boa parte do seu prestígio ao facto de não ser fácil determiná-la. Depois das duas últimas guerras mundiais manifestou-se entre os intelectuais uma grande preocupação acerca da natureza, condição e destino do homem. Multiplicaram-se os «humanismos»: falou-se de humanismo natural, de humanismo laico, de humanismo ateu, de humanismo cristão; aprofundaram-se conceitos filosóficos; demandaram-se, mesmo sem adequados instrumentos a bordo, as praias ignotas do «novo humanismo». Falou-se do humanismo de filósofos e de pensadores: do humanismo de Descartes, de Ortega y Gasset e de muitos outros. Analisaram-se múltiplos aspectos e implicações do conceito como em *The Humanist Frame*, de Sir Julian Huxley e outros, de 1961. Julgou-se ter obtido a «chave» do problema quando se disse que o humanismo é o que há de «humano» no homem, mas logo se viu que esta fórmula quinta-essenciada não fazia senão recuar as fronteiras da dificuldade, visto que nem todos estavam de acordo sobre o conteúdo deste «humano».

Uma reflexão a fundo sobre este problema está fora do nosso objectivo. Limitar-me-ei a pôr face a face o «humanismo» chamado «científico» e o «humanismo literário», considerados geralmente, embora sem grande fundamento, como expressões antitéticas. Servir-me-ei desta aparente antinomia como método de exposição. Não concluirei: a conclusão deixá-la-ei ao esclarecido espírito de VV. Ex.^{as}

Não seria necessário afirmar que as minhas palavras não visam a ciência, que nos assombra com as suas invenções diárias e de cujos progressos todos

beneficiamos, mas certo cientismo presunçoso que trabalha contra o homem, mesmo quando diz servi-lo.

Uma noite, depois de jantar, Fontenelle e a sua imaginária Marquesa foram dar uma volta pelo parque. Estavam no campo e havia à volta sugestões de pastoral. A temperatura era deliciosa; a lua erguera-se havia talvez uma hora e os seus raios, filtrando-se através dos ramos do arvoredado, misturavam o tom vivo da sua alvura a todo aquele verde, que parecia negro. Não havia uma nuvem a encobrir as estrelas, que resplandeciam como pregos de ouro no fundo azul do céu. Corria o ano de 1686. Que fazia aí Bernard Le Bovier de Fontenelle, sobrinho do grande Corneille, futuro membro da Academia Francesa (em 1691) e da Academia das Ciências (em 1696), de que veio a ser Secretário perpétuo? O célebre e discutido académico fazia uma coisa simples, mas na verdade transcendente: iniciava o seu diálogo (os seus *Entretiens sobre a pluralidade dos mundos habitados*; fazia descer aos salões a revolução copérnica (não chegara ainda a hora de Newton, embora estivesse próxima...); substituía o interesse romanesco das damas do *beau monde* pelo interesse científico; numa palavra: fundava aquilo a que mais tarde se chamaria, talvez impropriamente, o «humanismo científico». Esta inquietante palavra «humanismo» não existia ainda, pois só viria a ser empregada pelos alemães nos princípios do século XIX.

Fontenelle era um homem de ciência. Discutiui-se a solidez da sua erudição, o seu talento criador, a seriedade da sua cultura científica. Mas Butterfield em *The Origins of Moderne Science* apreciou os seus *Eloges* e Jean Rostand consagrou a Fontenelle, «homme de vérité», sagaz epistemologista, um *lúcido* capítulo do seu livro *Biologie et Humanisme*. Sendo, porém, homem de ciência, Fontenelle foi também um homem de letras - e isso explica, em grande parte, o êxito social do seu voluminho, que se tornou modelo de outros diálogos de vulgarização científica. Os resultados da revolução científica que desde o século XVII se vinha precipitando provocaram uma nova visão do mundo e esta modificação não se deve tanto aos homens de ciência como aos escritores, à frente dos quais, cronologicamente, encontramos Fontenelle. Mas este sorridente espírito (J.-R. Carré escreveu sobre ele uma tese (Alcan, 1932) intitulada *La Philosophie de Fontenelle ou le sourire de la raison*) não se limitava a sorrir. La Bruyère, que nos seus *Caractères*

esboçou dele um retrato desagradável, sob o nome de *Cydias*, diz que este, quando aparecia nos salões, depois de ter tossido, arregaçado os punhos, estendido a mão e descerrado os dedos, não abria a boca senão para contradizer.

De facto, Fontenelle, sendo contemporâneo do autor de *Les Caractères*, está já muito longe dele. Na *Histoire des Oracles* (de 1686) o que está em causa, o que é objecto da sua crítica é a realidade do sobrenatural, é a aceitação do milagre, é o valor da autoridade: Fontenelle é o primeiro dos *philosophes*, o precursor dos Enciclopedistas. *Certifiquemo-nos do facto antes de nos inquietarmos com a causa*, tal é a conclusão da sua divertida história sobre o dente de ouro. «O testemunho daqueles que crêem numa coisa estabelecida (diz ele) não tem força para a apoiar; mas o testemunho daqueles que não crêem nela tem força para a destruir. Os que crêem não podem ser instruídos das razões de não crer; mas é difícil que aqueles que não crêem, não sejam instruídos das razões de crer...» Paul Hazard recorda-nos este texto, que é bastante significativo.

No prefácio dos seus *Entretiens sur la pluralité des mondes habités* ele tem o cuidado de advertir os seus leitores de que povoando os mundos de habitantes, a começar pela Lua, não tem intenção alguma de ofender os que, sendo um pouco Teólogos, não podem admitir que a posteridade de Adão se tenha podido estender até àquele planeta. Simplesmente, Fontenelle não fala de «homens», mas de «habitantes» - e com este simples esclarecimento ele imagina (ou finge imaginar) que os Teólogos deixarão de ter qualquer preocupação.

Esse profissional do *bel esprit*, como lhe chamou La Bruyère, foi antes, se examinarmos bem a sua obra, o primeiro dos tentadores modernos. A *libido sciendi*, simbolizada no Paraíso pela árvore do conhecimento, reaparece agora com malícia renovada. E é curioso que ela tenha tomado de novo por alvo a mulher, como mais apta, por triste privilégio genesíaco, a difundir-la no mundo. Mas nos *Entretiens* não se manifesta apenas a *libido sciendi*, que não seria, insinuada por um *bel esprit* e por um humanista, embora partidário dos *Modernos*, demasiado provocante.

A segunda forma de tentação, o poder, a *libido dominandi*, que irá determinar a catástrofe dos tempos de hoje, sob a denominação trágica

do «humanismo científico» essa, sim, já transparece nos diálogos de Fontenelle:

«- Depois disto (disse-se na segunda conversa do parque campestre), eu já não quero jurar que não possa haver algum dia comércio entre a lua e a terra. ¿Os Americanos, [isto é, os Índios da América] teriam podido supor que algum dia poderia have-lo entre a América e a Europa, que eles nem sequer conheciam? É certo que será necessário atravessar um grande espaço de ar e de céu que está entre a terra e a lua. Mas os oceanos pareciam aos Americanos mais fáceis de atravessar? - Na verdade, disse a Marquesa, olhando para mim: o senhor está louco. - Quem lhe diz o contrário? respondi. - Mas eu quero provar-lhe que o está, replicou ela; não me contento com a sua confissão. Os Americanos eram tão ignorantes que estavam muito longe de supor que se pudessem rasgar caminhos através de mares tão vastos; mas nós, que temos tantos conhecimentos, imaginaríamos facilmente que se pudesse ir pelos ares, se de facto pudéssemos lá ir. - Mas já se faz mais do que imaginar a coisa possível, retorqui eu, começa-se já a voar um pouco; várias pessoas acharam o segredo de se ajustarem asas que as sustentam no ar, de lhes imprimir movimento e de passarem por cima de nós. Na verdade, não foi um voo de águia e custou por vezes a algum desses novos pássaros um braço ou uma perna quebrada; mas enfim isso não representa mais do que as primeiras pranchas que foram lançadas à água no início da navegação. Dessas pranchas aos grandes navios que podem hoje dar a volta ao mundo a distância era grande. No entanto, pouco a pouco vieram os grandes navios. A arte de voar está nos seus começos; há-de aperfeiçoar-se e qualquer dia ir-se-á até à Lua.»

Não foram precisos três séculos (e o que são três séculos na vida da humanidade?) para se chegar das antecipações «comerciais de Fontenelle (que afinal sempre achou os «habitantes» da lua capazes de comércio...) aos projectos concretos de «alunagem», previstos para breve. *Libido sciendi; libido dominandi...* Neste período de tempo o homem passou da exploração do nosso sistema planetário à da grande galáxia da Via Láctea. Pode haver seres inteligentes em centenas ou em milhares de planetas da Via Láctea, declarava ainda há pouco o Dr. Harrison Brown, do Instituto Tecnológico da Califór-

nia. O silêncio dos grandes espaços já não aterra o homem porque este se vai sentindo cada vez mais solidário com a sociedade do Cosmos, da qual aliás não tem por enquanto a mais pequena ideia. Mas sente-se feliz em pensar que não estará só no Universo... Não é à realza que ele aspira, mas ao anonimato na convivência do formigueiro cósmico !

Fontenelle, que tomei como símbolo deste «humanismo científico» que nos sufoca (é só ler os jornais...) morreu a 9 de Janeiro de 1757. Vivera muito perto de cem anos - o que é bonito para um *philosophe*, Cinco anos antes da sua morte, Voltaire publicava o seu *Micromégas*, o gigante da estrela Sírio que, na companhia de um habitante de Saturno (caricatura assaz malévola de Fontenelle) e que não passa de um anão em relação ao primeiro, vem visitar a terra e entabular com a tripulação de um barco carregado de sábios, que consegue descortinar através de um microscópio (que não era ainda electrónico), uma conversa *filosófica*. Eu não pretendo recordar a história de *Micromégas*, de todos bem conhecida. Apenas quero pôr em relevo (remontando ao século XVIII, em que temos de colocar o início da grande crise do homem de hoje) que na conversa dos habitantes de Sírio e de Saturno com os homens do barquinho o grande motivo de irrisão foi o doutor da Sorbona, símbolo da ortodoxia escolástica. Invocando a *Suma* de São Tomás, e medindo de alto a baixo, com altivez, os dois habitantes celestes declarou que as suas pessoas, os seus mundos, os seus sóis, as suas estrelas - tudo era feito unicamente para o homem! E pouco antes, toda aquela batelada de «filósofos», geómetras consumados, mas ignorantes em filosofia, havia disputado em vão sobre a natureza da alma!

Não me parece (ao contrário do que já tenho lido) que o conto de Voltaire seja uma paródia dos *Entretiens* de Fontenelle. O que ele pretende, servindo-se da *fé* científica do tempo, é deslocar o homem do centro de dignidade e de finalidade que lhe fora assinado pela tradição bíblica, reduzindo-o à categoria de «atome» imperceptível no conjunto de um Universo que um pouco desdenhosamente o contempla. E não era por acaso, já se sabe, que na disputa dos «filósofos» sobre a alma as complacências de *Micromégas* tivessem ido para o partidário de Locke, a quem se atribui a opinião de que não teria sido impossível a Deus comunicar o pensamento à matéria. Como não podia deixar de ser, o homem saía mais diminuído das

mãos do patriarca de Ferney: o «humanismo científico» começava a dar os seus frutos e ver-se-ia, lá mais adiante, que esses frutos não seriam todos de bênção.

Logo que o homem foi despojado da sua realeza de «criatura» e convencido pela razão (por uma certa «razão»...) da sua potencialidade de demiurgo, nasceu o que já se chamou o «surrealismo» biológico, que, pelo uso de técnicas cada vez mais apuradas, pretende substituir o *homo naturalis* pelo *homo biologicus*, filho (e nunca esta palavra «filho» se pronunciou com tão presunçoso arreganho) das experiências de laboratório. A vida deixou de ser um dom de Deus e o homem, corrompida a noção de «humano», deixou de ser (apesar de todas as declarações teóricas) inviolável como «pessoa». Com Gabriel Marcel poderia até perguntar-se se o homem da técnica (como o homem da ciência!) não acabou por considerar a vida uma técnica imperfeita, onde o mau acabamento fosse de regra. A esse defeituoso acabamento o biólogo vinha a trazer o arranjo, o retoque necessário. O «super-homem» (pelo menos o super-homem somático-fenotípico, que não há-de confundir-se com o super-homem» de Nietzsche) está em vias de formação!

É certo que alguns biólogos se mostram preocupados perante as perspectivas que a ciência biológica abre à realização do homem laboratorial, mas não deixam de vulgarizar os seus projectos ambiciosos em livros acessíveis, que se vendem por milhares!

O casamento eugénico, por exemplo, é ideia que remonta a Platão, na *República*, mas nestes tempos biológicos à ideia de selecção vem juntar-se a do emprego das modernas técnicas de inseminação artificial, com o total desprezo daqueles elementos de afectividade e de mútua doação que caracterizam a vida sexual na espécie humana. Teríamos assim uma hominicultura, parecida com uma equideocultura!

Jean Rostand, no seu livro *Biologie et Humanisme*, já citado, consagra um capítulo a Vacher de Lapouge, autor da primeira experiência de telegénese e que publicou em 1896 um curso professado na Universidade de Mompilher, em 1888-89, intitulado *Selections Sociales*. Nesta obra Vacher de Lapouge defende a reprodução zootécnica e científica e foi ao ponto de encarar a requisição de genitores. «Talvez não esteja longe o dia, escreveu ele, em

que será necessário impor o dever sexual como se impõe o dever militar: e então haverá lugar para se proceder a uma escolha».

O racionalismo, uma vez desencadeado, não para na sua rota assaladora!

Num romance de antecipação, 1984, de George Orwell, em que se descreve o drama de um homem no estado totalitário e ferozmente policial, que domina o território da antiga Inglaterra, é o Partido quem controla o matrimónio e os nascimentos. A procriação tinha por objectivo o serviço do partido; só eram permitidos os enlances entre membros do Partido; desde que aprovados por um comité nomeado para esse fim; mas desde que o casal desse a impressão de ter qualquer inclinação amorosa a autorização era recusada.

O Partido tinha como fim a supressão do instinto sexual. Havia até organizações, como a Liga Juvenil Anti-Sexo, que defendia o celibato para ambos os sexos e a inseminação artificial. Katharine, a esposa do herói do romance, de quem este acabou por separar-se, tinha realmente a ideia de que o matrimónio era uma espécie de dever militar.

Os romances não provam nada, dir-se-á. E, com efeito... Mas nos *Encontros Internacionais de Genebra*, de 1948, (há pouco traduzidos em português) cujo tema foi as relações entre progresso técnico e progresso moral, o biologista Marcel Prenant, de formação marxista, apoiando-se, aliás, na obra de um célebre geneticista americano, Muller, intitulada *Out of the night*, afirma que um dia tornar-se-á viável, muito para além das pobrezas da actual eugenia, cultivar as células reprodutoras masculinas e femininas fora do organismo humano, fazer a fecundação artificial fora do organismo e criar os embriões assim produzidos também fora do organismo. Ainda segundo Muller, era de prever que virá a ser possível conservar para além de gerações e séculos, as células reprodutoras provenientes de homem e mulher seleccionados, obtendo descendentes directos em quantidade quase ilimitada, durante tempos quase ilimitados».

O problema para o biólogo citado estava em saber quem é que iria tomar a responsabilidade social de determinar os tipos humanos a criar por aquela forma. Para dirigir em tal sentido o futuro da humanidade, não se poderá, num ponto de vista marxista, confiar numa sociedade dividida em

classes porque nesta estão falseados os verdadeiros valores. «O grande homem, cujas possibilidades de descendência seriam piedosamente conservadas em cultura de tecidos, seria talvez um grande filósofo, um grande poeta, um grande artista, um grande sábio, um desses homens que fazem data na história da humanidade, quando são vistos com o recuo do tempo. Mas era preciso determiná-lo no nosso meio social (quer dizer, na sociedade capitalista) e seria de temer que não fosse simplesmente um desses homens que se asseguram do êxito por uma dureza desumana. E recearemos mais ainda, acrescentava o biólogo citado, que assim fossem criados em larga série, pelos dirigentes do nosso regime social, inquietos pelo seu declínio, raças de homens desumanizados, incapazes de reacções pessoais, que seriam os escravos dóceis e os servidores puros e simples das máquinas, onde estas necessitam ainda um complemento de mão-de-obra».

Portanto, destruído o regime capitalista e estabelecida a ditadura do proletariado, não seriam de todo improváveis as antecipações de George Orwell.

Não falarei das técnicas de hibernação, ainda há pouco divulgadas na imprensa diária, com base na publicação de um livro *The prospector of immortality*, da autoria de um Professor da Universidade de El Paso (Texas) Robert C. Ettinger. Embora a ciência actual não conheça o método infalível para arrefecer o corpo à temperatura muito próxima do zero absoluto e para o fazer voltar à vida com perfeita eficiência, não se duvida de que mais tarde ou mais cedo virá a ser possível a refrigeração do corpo, que será reanimado séculos depois pelos cirurgiões dos centros de reanimação. Os cemitérios desaparecerão e em seu lugar surgirão enormes frigoríficos para os corpos, que aí aguardarão a «ressurreição» biológica.

Humanismo científico!

A ideia de poder fazer viajar o sémen vivo (por avião, em garrafa-termo), através dos oceanos, de forma a operar-se a junção germinal de dois indivíduos que vivam em continentes diferentes é já para os biólogos uma ideia corrente. Já me referi à experiência de Vacher de Lapouge. É a *telegénese*, após a qual virá a *paleogénese*, ou a possibilidade de fazer reproduzir um ser humano muito tempo após a sua morte. Trata-se ainda dos poderes do frio, largamente versados nos livros dos biólogos.

Enfim, pôde falar-se de «magia» (e porque não de feitiçaria?) a propósito das proezas biológicas.

É evidente que estas proezas (e outras de que não falarei), têm causado preocupações em muitos, tantas, pelo menos, como certas aplicações da energia nuclear. Sábios, sociólogos, moralistas, pregadores têm posto em evidência os perigos de uma ciência a que parece faltar uma consciência, que espera ainda (para me servir de uma velha frase de Bergson) «um suplemento de alma». O biologista, mesmo quando afecta escrúpulos, parece cada vez mais convencido do valor absoluto da ciência, cada vez mais alheio às consequências das suas descobertas e das suas invenções, cada vez mais obediente ao imperativo científico-técnico – e só a este. A tentação a que me referi no princípio, deixou de ser sentida como tal. Como se diz no *Fausto* de Paul Valéry «ils commencent à tâtons à toucher même aux principes de la vie».

A Medicina é filha da Biologia. Também aqui o «humanismo científico» deu lugar à «desumanização», por vezes impiedosa. Os atentados à pessoa humana multiplicaram-se neste campo e assumiram mesmo nos tempos modernos forma extrema e iníqua, contra a qual tem reagido a consciência católica (digo «católica» e não «cristã» porque não encontramos da parte dos protestantes a mesma intransigência). Sem falarmos da *Eutanásia*, que não parece oferecer grave problema para a consciência do médico que tenha pelo menos presente a fórmula de Hipócrates no seu juramento, o puro interesse científico, mais do que o desejo de socorrer o doente leva hoje ao abuso da psico-cirurgia, das experiências no homem, das intervenções homicidas, da esterilização, da limitação da natalidade, da fecundação artificial (de que já falámos), da narcoanálise judiciária e do assassínio do espírito. A denúncia de tão longo número de «heresias» no campo médico prova apenas quanto avançaram no nosso tempo aquelas técnicas capazes de violar ou de menosprezar os direitos da pessoa humana, estabelecidos pelo direito natural e confirmados pela lei divina. E vem ao meu espírito estas palavras de André George: «foi possivelmente um erro presunçoso e especificamente ocidental do humanismo científico o igualar absolutamente a ciência de determinada época e o seu valor de civilização, confundir o progresso da ciência com o progresso da humanidade». Na realidade, acrescentaremos, algumas das técnicas actualmente em uso, não são técnicas científicas, mas técnicas de aviltamento. É um

dos casos, infelizmente demasiado numerosos, em que os homens se declararam contra o Homem.

Não há nesta glorificação, talvez deificação, da ciência moderna nada em si que pareça criticável. Pelo contrário: porque não havemos de orgulhar-nos com os êxitos que acentuam o domínio do homem sobre a matéria? É certo no entanto que muitos se inquietam com tal glorificação. E porquê? Naturalmente porque sob esse entusiasmo ingénuo se descobre uma consequência iniludível: a redução progressiva do «humano», a assimilação do «homem» a essa matéria que se diz estar sob o seu domínio, mas que na realidade o escraviza.

Isto é estranhamente visível no entusiasmo dos ciberneticistas. Como não pasmar de um «cérebro», a famosa E. N. I. A. C. (*Electronic Numeral Interporalar Automatic Computer*), que pode resolver numa fracção de segundo uma equação a cem incógnitas, que pode elaborar em alguns minutos um trabalho matemático lógico que teria levado dez anos de esforços a um especialista de cálculo que trabalhasse à razão de oito horas por dia? Numa escassa hora realiza um trabalho que ocuparia toda a duração da vida humana. É certo que tal «cérebro», construído em dois anos, com a colaboração de duzentos investigadores, custou cerca de 750.000 dólares, pesa 30 toneladas e compõe-se de 500.000 elementos, entre os quais 18 000 tubos Electrónicos. Mas que prodígio! E que prodigiosos os seus irmãos mais novos, todos «geniais» como o primogénito! E que prodigiosos esses outros maquinismos auto-regulados, como as tartarugas electrónicas de Grey Walter! O homem dispõe agora de meios poderosos de aumentar a sua potencialidade. E mesmo quando se trata de «brinquedos» que imitam com grande perfeição a espontaneidade dos seres vivos, como resistir à ideia de que o cérebro do homem não passa de uma máquina capaz, por enquanto, de realizar alguns actos mentais que as outras máquinas ainda não realizam, mas virão a realizar? E como não ser dominado pela tentação de pensar que os *robots* da cibernética nos dão uma imagem fiel da vida e do pensamento?

Um dos mestres da cibernética, Norbert Wiener, na 2.^a edição do seu livro *The human use of human beings (Cybernetics and Society)*, de 1954, ocupa-se da possibilidade de utilizar a máquina de cálculo moderno para fazer uma partida de xadrez de nível médio.

Não são as considerações técnicas de Wiener sobre o assunto que agora nos interessam, mas as perspectivas que essas considerações abrem à construção de uma máquina apta a avaliar numa guerra futura as situações militares e a determinar, em cada momento, o melhor movimento a efectuar.

Nessa mesma obra, Wiener transcreve parte de uma penetrante crítica (é o autor que lhe chama «penetrante») feita pelo Padre Dubarle, dominicano, no livro daquele sobre *Cibernética*. Nessa crítica o Padre Dubarle, pergunta se não se poderia conceber uma aparelhagem de Estado capaz de cobrir todo o sistema das decisões políticas, quer num regime de pluralidade de Estados que entre si distribuam a terra, quer no regime, aparentemente muito mais simples, de um governo único do planeta? Nada nos impede hoje de pensar nisso, afirma o crítico. «Podemos imaginar um tempo em que a máquina viesse a suprir – para bem ou para mal, quem sabe? – a insuficiência hoje patente das cabeças e do equipamento rotineiro da política».

Depois disto, seríamos tentado a perguntar que está a fazer o homem neste mundo da tecnologia se não soubéssemos que, no fim de contas, ele sempre será necessário para inventar a máquina de governar os povos. E Deus permita que o inventor – e a sua máquina – tenham algum gosto pelas Humanidades...

É destas que nos cumpre falar, mas antes não quero deixar de aludir a uma outra ambição do «humanismo científico»: a de promotor da nova idade de ouro. Naquele romance *1984* a que já fiz referência, havia um Ministério da Fatura: também vai ser preciso criá-lo quando a abundância for um facto e ela puder ser distribuída por todos os habitantes da terra. Porque o «pobre» de que fala o Evangelho, de que falaram Bossuet e Bernanos, o pobre glorificado na sua pobreza vai desaparecer como esquelética sobrevivência de uma civilização ultrapassada. Todos lerão o que lhes for necessário porque os sábios nos seus laboratórios estão já a trabalhar para tal resultado. A subsistência dependerá cada vez mais da acção dos laboratórios, em face do repovoamento do mundo. Mas nada faltará porque as possibilidades de aproveitamento das reservas são infinitas. Para nos convenceremos de tão risonhas perspectivas bastará abrir um livro recente, redigido por dois russos, S. Guchetchev e M. Vassiliev, com a colaboração de ilustres cientistas russos e intitulado *A vida no século XXI*. É mais aliciante do que uma obra de ficção. Trabalhado pelo «humanismo científico» o homem torna-se, assim, a medida do Cosmos.

Mas o que será «moralmente» o homem do século XXI, sujeito à pressão de tão adiantadíssimas técnicas?

As tentativas de construção de uma moral social são velhas e nesse século de crise, que foi o século XVIII, lá vamos encontrar, entre outros, esse Pierre Bayle, que no seu *Dictionnaire*, nas suas *Réponses aux questions d'un provincial* e sobretudo nas suas *Pensées sur la Comète*, acentuou com mais força a ineficácia de uma moral apoiada na religião.

Mas, destruída a moral de ordem divina como reconstruir a moral na ordem humana?

A este respeito verifica-se que nas sociedades fortemente tecnicizadas é absoluta a convicção de que resolvido o problema das necessidades humanas, o homem será mais feliz, trabalhará menos horas ou menos dias e, por consequência, tornar-se-á mais culto e mais moral. E onde param estas «necessidades»?

Numa conferência publicada no Boletim da Fundação das Universidades holandesas para a cooperação internacional, de 1963, o Dr. Idenburg, Director-Geral da Repartição Central neerlandesa de Estatística e professor de Pedagogia da Universidade de Amesterdão, diz o seguinte: «Fabulosas são as possibilidades que nos esperam. Creio que estamos ainda no limiar da nossa prosperidade. O parque automóvel crescerá consideravelmente. A mecanização dos trabalhos domésticos prosseguirá. Toda a gente sentirá a necessidade de ter uma segunda habitação fora dos grandes centros, voto que será realizável no plano técnico e no plano económico». Portanto as necessidades serão praticamente ilimitadas. E se porventura os progressos técnicos vierem a comprometer o homem numa série de problemas que lhe será necessário resolver pela elaboração de regras de comportamento, a que terá de submeter-se, poderão estas regras no seu conjunto ser consideradas como uma «moral», capaz de dominar a ciência e a técnica opressoras? Não estarão os que assim pensam a sonhar, no fim de contas, à custa de uns restos de espiritualidade que ainda brilham frouxamente no fundo das suas consciências?

O valor da civilização em que entramos pelas extraordinárias descobertas da física e da biologia creio que poderá ser avaliado pela situação de medo em que se encontra a humanidade de hoje. Não há paz, mas apenas *ausência de*

guerra, pelo menos de guerra generalizada. Todos os dias os jornais, em geral omissos quanto aos progressos da educação e das suas técnicas, nos informam através de minuciosos relatos das agências dos modos de meter medo de que usam entre si as potências rivais.

Quando há um mês os jornais referiram que o ex-presidente do conselho soviético afirmara que o seu país possuía uma arma capaz de destruir a humanidade inteira, houve no mundo, apesar de habituado a notícias semelhantes, elaboradas com fins de propaganda, uma viva emoção. O «Osservatore Romano» comentou o facto e afirmou que, apesar dos pecados dos homens, Deus, o autor da vida, era ainda o Senhor da vida. Mas dias antes, o secretário da Marinha americano afirmou que os mísseis a bordo dos submarinos «Polaris», que estão no Atlântico e no Mediterrâneo, poderiam matar de 30 a 40 milhões de pessoas, se fossem disparados. No princípio deste mês, a revista militar soviética «Estrela Vermelha» informava que os Estados Unidos estavam a estudar o meio de lançar os furacões contra as forças comunistas e que o Pentágono está também a fazer experiências na natureza no sentido de provocar inundações e mesmo um novo período glacial nos territórios socialistas.

Depois da guerra nuclear, a guerra microbiana, depois da guerra microbiana, a guerra meteorológica!

Em face destas perspectivas, fruto do «humanismo científico», talvez possamos recordar aquela definição da espécie humana que deu o autor dos *Entretiens sur la pluralité des mondes habités* e de que falámos no início destas considerações:

«Pourrions-nous nous figurer quelque chose qui eut des passions si folles et des réflexions si sages, une durée si courte et des vues si longues; tant de science sur les choses inutiles et tant d'ignorance sur les plus importants, tant d'ardeur pour la liberté et tant d'inclination à la servitude; une si forte envie d'être heureux et une si grande impossibilité de l'être?»

E talvez não seja de todo inoportuno acrescentar a esta definição uma reflexão do mesmo Fontenelle, que encerra uma excelente noção de relatividade:

«Alexandre voyait la terre comme une belle place bien propre à établir un grand empire; Céladon ne la voyait que comme le séjour d'Astrée. Un

philosophe la voit comme une grosse planète qui va par les cieux, toute couverte de fous».

E desta responsabilidade não poderão infelizmente isentar-se Fontenelle e os seus seguidores...

*
* *

As exigências dos cientistas, juntas às tendências enciclopédicas do conhecimento contemporâneo, levaram à reforma liceal de 1947⁽¹⁾, que eliminou o latim do curso geral dos liceus, como fim em si, deixando-o no 6.º e 7.º anos para os cursos de Letras e de Direito e criando a cadeira de grego para certos cursos de Letras. Compreendemos que as desencontradas correntes pedagógicas tenham levado àquele resultado, mas não podemos deixar de afirmar que tal decisão constitui um golpe de morte nas humanidades clássicas, um golpe que veio pôr termo às perplexidades que se faziam sentir sobre o valor formativo das línguas clássicas, decidindo-se a questão em sentido negativo.

Mas isto não teria sido possível (ou teria sido mais difícil) se os filósofos clássicos não tivessem eles próprios deixado de crer no valor da *humanitas*; e, por outro lado, se o ensino do latim tivesse produzido tais frutos que confundissem os críticos mais severos. Como já se notou, desde os fins do século XIX que a defesa do ensino do grego e do latim se passou a fazer com critérios predominantemente formais, como, por exemplo, o da utilidade da gramática e da análise lógica para submeter os espíritos em formação a uma disciplina rigorosa e para acostumá-los a pensar logicamente, ou da necessidade de conhecer o grego e o latim para entender, por exemplo, a terminologia médica. Justificar o ensino do latim por se tratar de uma língua sintética, a contrapor ao carácter analítico do português, do espanhol ou do francês, ou por dar ao espírito hábitos de concisão, que não se encontram nas

(1) Sobre o espírito da reforma de 1947 v. o artigo do Prof. Dr. Giacinto Manuppella in *La battaglia del latino* (Quaderni del Liceo «Parini»), [1964].

literaturas modernas; recordar que o latim foi uma língua internacional e que ainda hoje o é em muitas oportunidades – é fornecer aos seus críticos armas contra os defensores do classicismo porque não é difícil encontrar meios mais eficazes ou mais expeditivos de alcançar idênticos benefícios pedagógicos.

Estaremos perante um facto consumado? Ter-se-á tornado impossível reavivar nos homens a chama da *humanitas*? Em minha opinião devíamos lutar contra tal ideia com todas as luzes da inteligência e com todas as armas da experiência. Não deveríamos dobrar-nos aos «ventos da história», que são, em geral, maus conselheiros. A «Associação de Estudos Clássicos» da minha Faculdade parece-me uma instituição muito capaz, uma vez reforçada a sua estrutura, de conduzir a batalha pela reconquista da *humanitas*, constituindo um centro de irradiação apto a influir sobre o meio social e a levar, por exemplo, à criação de alguns liceus de base humanística, onde as humanidades clássicas voltem a ocupar o lugar que lhes foi usurpado pelas humanidades modernas e pelas ciências positivas.

Para se chegar a este resultado é necessário, em primeiro lugar, ter a coragem de denunciar os malefícios da mentalidade tecnicista, que saiu do vertiginoso progresso das ciências positivas. Está provado que quanto mais o homem *em geral* vem conquistando o *domínio* da natureza, mais o homem *em particular* se vem tornando escravo dessa mesma conquista. O êxito técnico faz que o homem perca para si o domínio que alcança sobre o mundo. Se a técnica, em si própria, não é um mal, é-o quando surge como o sinal mais evidente, senão o único, da superioridade humana. E é isto que os jovens deviam aprender.

Num romance que teve largo êxito há já anos (eu peço muita desculpa de invocar o testemunho das obras de ficção, mas é nestas que, para nós, que nos pretendemos humanistas, reside a verdade humana), *A 25.ª Hora*, de C. Virgil Gheorghiu, uma das personagens, Traian Koruga, que acabará por conquistar definitivamente a sua liberdade, caminhando impassivelmente para o arame farpado do seu campo de concentração até cair prostrado por uma das balas de uma sentinela, diz para um amigo seu:

«Todos os acontecimentos que se desenrolam neste momento à superfície da terra, e todos aqueles que hão-de desenrolar-se no decurso dos anos que vêm, não são mais do que sintomas e fases desta mesma revolução, a

revolução dos «escravos técnicos». Os homens não poderão mais viver em sociedade guardando ao mesmo tempo os seus caracteres humanos. Serão considerados como iguais, uniformes e tratados segundo as mesmas leis aplicáveis aos escravos técnicos, sem concessão possível à natureza humana. Haverá detenções automáticas, condenações automáticas, distrações automáticas, execuções automáticas. O indivíduo não terá mais direito à existência, será tratado como uma válvula ou uma peça de máquina, e tornar-se-á objecto de mofa para toda a gente, se quiser levar uma existência individual. Já se viu uma válvula levar uma existência individual? Esta revolução efectuar-se-á sobre toda a superfície do globo. Não podemos ocultar-nos, nem nas florestas, nem nas ilhas. Em parte alguma! Nenhuma nação poderá defender-nos. Todos os exércitos do mundo serão compostos de mercenários que lutarão para consolidar a sociedade técnica - de onde o indivíduo é excluído».

Esta perspectiva sombria não é um mero produto da imaginação escandecida do autor. A vitória total dos «escravos técnicos», com máquinas tácticas para dirigir as batalhas, será o termo fatal de uma sociedade que se esvazia de conteúdo humano (e poderíamos acrescentar: que se esvazia de transcendência). Que pode esperar-se de uma sociedade que assimila o progresso técnico à felicidade e que confunde a moral com o bem-estar generalizado?...

Ora o humanista, nestes tempos difíceis, tem um papel muito importante a desempenhar: é o de mostrar que toda a educação visa a valorizar o homem e não a destruí-lo; e que para esta valorização o conhecimento do homem pelas literaturas clássicas constitui hoje um método insubstituível. E insubstituível porque se insere no tempo e na experiência que vem da profundidade dos séculos. Alheio aos critérios de produção e rendimento que orientam os esforços da técnica, o humanismo, desinteressado e não utilitário, essencialmente formativo e não informativo, limita-se a realizar esta pequena e grande tarefa: a integrar o jovem numa civilização que existe antes dele. Isto não significa que o humanismo só conheça os trilhos batidos ou que seja hostil à novidades. Todas as grandes obras são passíveis de novas interpretações e todas elas podem ter a marca do humanismo. Para o humanista o progresso não está em tomar as invenções, por exemplo, a do avião a jacto, como fins em si

mesmas: ele sabe que o que hoje espanta o homem como realização técnica é considerado amanhã uma velharia inútil.

O humanista ocupa-se do que o homem é. Ele parte do princípio de que existe uma natureza humana e que ela é imutável e permanente no essencial. Quaisquer que sejam os esforços que ao longo dos séculos e agora mesmo se tenham feito e façam para a alertar, podemos estar certos de que ela subsistirá quanto ao essencial (1). Como escreve Fernand Robert, no que respeita à educação, o humanismo é um acto de confiança total na tradição humana como meio de formar o homem; é a convicção de que existe um verdadeiro modelo do homem e de que esse modelo é constituído pelo conjunto de todas as grandes obras literárias. No seu todo elas representam a suma do que se conhece de mais importante sobre o homem. São um resumo da experiência humana.

Esta humanidade greco-latina está presente em nós, vive em nós e este «nós» é a Europa (2). Não se pode compreender o Ocidente, interpretá-lo, apontar-lhe as linhas de rumo sem a conhecer – e felizes daqueles que a podem conhecer directamente. Os autores gregos e latinos prosseguiram pelos séculos fora a sua luminosa rota, fecundando o espírito dos poetas, incorporando-se ao seu génio, despertando a sua essencialidade, prolongando-se neles. Virgílio é Roma, mas é também Dante, Camões, Racine. – É até Eça de Queirós no regresso de Jacinto a Tormes! Relia há dias *A Morte de Sócrates*, de Lamartine, de 1823. Que pode conceber-se de mais dignificante para o espírito humano do que seguir, através das grandes linhas do diálogo platónico e após bem mais de dois milénios, a transfiguração do pensamento de Sócrates no poema do grande romântico?

204

Como é sabido, a partir do século XVIII começou o grande debate entre *Antigos* e *Modernos*. Haviam-se consolidado as línguas nacionais e provado a sua excelência em grandes obras literárias, que nada ficavam a dever às dos Antigos. Este debate era inevitável e surgem correntes pedagógicas que, continuando embora a linha do humanismo clássico, procuram ampliá-lo, na certeza de que outro mundo cultural surgia tão digno de ser reconhecido e

(1) Fernand Robert, *L'Humanisme, Essai de définition*. (Paris, 1946).

(2) V. Jacques Perret, *Latin et Culture* (Desclée, de Brouwer, 1946).

aceito como o da antiguidade. A interdição do ensino aos Jesuítas veio precipitar a ruína do sistema pedagógico baseado no latim. Não preciso de recordar o que se passou entre nós a este respeito.

Falei ainda agora de outro «mundo cultural», mas seria necessário averiguar-se até que ponto o ensino das humanidades modernas representa de facto um alargamento de cultura. O fim prático tem de estar presente no espírito de quem ensina uma língua viva. Aprende-se o francês, o inglês, o alemão para o pronunciar bem, para entender os que falam esta língua, para apreenderem pelo contacto pessoal uma cultura diferente. Este é o aspecto dramático do ensino das línguas modernas, quer no ensino liceal, quer nas Universidades. Às dificuldades extrínsecas do ensino - número de aulas, excesso de alunos, desconhecimento dos métodos e processos pedagógicos -, vem juntar-se esta grande dificuldade: a indeterminação do objectivo a alcançar. Por isso o ensino das humanidades modernas se revela com frequência pouco humanista. Ele não atinge o seu fim como complemento do ensino das humanidades clássicas, que, pela sua natureza, pode centrar-se quase com exclusividade sobre o objectivo cultural.

Mais grave é o caso da língua nacional. O ensino do português no ensino secundário faz-se hoje na quase total independência da madre latina. Ora se é indubitável que o ensino da língua materna, estreitamente vinculado ao sentido etimológico do vocabulário, pode ser deformador, não é menos certo que sem o latim não se pode possuir um certo sentimento da profundidade da nossa língua e uma perspectiva exacta da sua evolução. Nós podemos aprender a exprimir o nosso pensamento com os nossos clássicos, mas os nossos clássicos aprenderam a exprimir o deles com os latinos e mesmo com os gregos.

A indeterminação do objectivo a alcançar e consequente desconhecimento dos processos e métodos a utilizar faz que os alunos entrem no ciclo complementar sem a formação adequada à apreciação literária das obras. O volume da informação histórico-cultural e histórico-literária que é imposta ao ciclo complementar torna impossível qualquer tentativa formativa, ainda que ela fosse desejada pelo mestre. Uma experiência que já vai sendo longa nos exames de aptidão mostra que os que a esse exame são submetidos (não falo dos que entram nas Universidades pela via da dispensa) não sabem mais

do que lhes é oferecido por manuais ou repetidores: nomes, datas, títulos de obras e *clichés* críticos. Isto é talvez providencial no ponto de vista da higiene mental porque não há cérebro juvenil que possa considerar-se apto a exercer-se sobre os milhares de páginas que seriam obrigados a conhecer, segundo os programas! E «conhecer» é uma palavra muito responsável, a que se presta cada vez menos sentido.

Perdeu-se por completo o objectivo do ensino humanístico: formação do espírito através de uma escolha criteriosa de bons autores, que não podem nem têm que ser lidos na íntegra; economia de esforços para um rendimento máximo dentro de condicionalismos sempre aleatórios.

Em minha opinião a «explicação» do texto devia ser a base de ensino para todos aqueles que se destinam aos cursos superiores; mas falo de «explicação» no sentido humanista: uma «explicação» que seja, não um acto de pedante, mas um acto de comentador sério e avisado; uma «explicação» que seja uma iluminação em profundidade do pensamento do autor na forma particular que ele adoptou para o exprimir. Uma «explicação» no sentido humanista (já se escreveu) é um acto de humildade porque implica o oblvio de si próprio, a vigilância dos seus próprios impulsos. Isto não significa que a obra seja apenas susceptível de uma interpretação: um comentador culto pode sempre partir de dados que a outro foram desconhecidos ou que lhe passaram despercebidos.

E agora, se VV. Ex.^{as} me permitem, alguns dados estatísticos:

Segundo as estatísticas elaboradas pela Secretaria da Faculdade de Letras de Coimbra matricularam-se nesta no ano findo 2 198 alunos, sendo 550 em Ciências Pedagógicas. Dos 1 648 alunos que se matricularam nos diversos grupos da Faculdade, 1099 fizeram-no na 1.^a secção (Ciências Filológicas):

65	alunos em Fiologia Clássica
388	» » » Românica
531	» » » Germânica
114	» no 8. ^o grupo.

Eis na aparência uma situação próspera: na 1.^a secção, só por si, matricularam-se tantos alunos como em todas as outras secções da Faculdade,

incluindo as Ciências Pedagógicas! As «humanidades» antigas e modernas parece triunfarem gloriosamente, contrariando assim os vaticínios dos maus profetas.

Analiseemos porém um pouco mais de perto estes dados:

Em Fil. Clássica matricularam-se no 1.^o ano 5 alunos do s. m. e 19 do sexo fem.; em Fil. Românica 26 alunos do s. m. e 102 do s. f.; em Fil. Germânica 32 alunos do s. m. e 200 do s. f. ; no 8.^o grupo 4 alunos do s. m. e 51 do s. f. ou seja um total de 67 alunos do s. m. e 372 do s. f.

Portanto, a população masculina do 1.^o ano foi apenas de 18 %. Nós, os Professores da Faculdade de Letras de Coimbra, somos certamente os menos indicados para duvidar da capacidade «humanística» dos alunos do sexo feminino, uma vez que da sua escola saiu uma Professora catedrática, que muito a dignifica; mas, considerando as coisas com sentido realista, não creio que estejamos regressados à época das Sigeas.

O que se verifica na Faculdade de Letras de Coimbra (não possuo os elementos respeitantes às Faculdades de Letras de Lisboa e do Porto, mas estou convencido de que os dados não se alteram, ou não se alterariam se esta última estivesse completa) é a deserção pura e simples dos homens. Estes prescindem da formação humanística e renunciam portanto ao magistério (a única «abertura» para a vida que lhes é oferecida pelas Faculdades de Letras portuguesas). Os que entram nas Faculdades de Letras não vêm em muitos casos (ressalvemos as raras e honrosas excepções) atraídos pela vocação humanista; a sua escolha tem outros motivos ou depende de outras ilusões, que o contacto, com a dura realidade acaba por desvanecer. Não há a salutar competição intelectual entre os dois sexos. O sexo feminino domina absolutamente, menos atraído pelo engodo de uma carta de licenciatura do que pela aprendizagem prática das línguas modernas. Não se vislumbra nenhum sentido «humanístico» nesta corrida aos cursos das Faculdades de Letras. O que se pretende é a possibilidade de obter, o mais rapidamente possível, um vencimento - um vencimento «feminino», mais baixo portanto do que o auferido pelo homem, que o considera insuficiente para o governo da vida.

Mas a situação é ainda mais grave do que pode transparecer das palavras que venho proferindo. O confronto entre o 1.^o e o 5.^o anos revelaria o

tremendo desgaste a que são submetidos os alunos no decurso da sua carteira escolar. Os que atravessam incólumes todas as cadeiras do seu curso são em pequeno número; menos ainda os que se apresentam à licenciatura após a conclusão das cadeiras. As necessidades da vida ou a urgência de as satisfazerem atraem prematuramente à vida docente – uma vida docente errante, ocasional, mas ainda assim avidamente procurada e apetecida pelos dirigentes dos estabelecimentos de ensino secundário – a maioria dos licenciandos. Dispersos pelo País, apelam de onde em onde para o termo de uma carreira que se lhes vai tornando cada vez mais difícil. Os problemas que criam a si próprios e à Faculdade que pretende formá-los são inúmeros.

A dignidade da carreira docente está assim seriamente comprometida. Moral e economicamente esta carreira (a única, repito, que se abre aos estudantes de Letras no nosso País) deixou de oferecer interesse para os jovens que, aos 15 e 16 anos de idade, são forçados a determinarem-se por uma especialização.

Tudo isto é sabido, tudo isto está patente nos preâmbulos das reformas pedagógicas; e mais: não é privativo do nosso País.

Uma professora italiana, Tina Tomasi, escrevia por exemplo, em 1960, na *Rivista di Legislazione Scolastica Comparata*, entre outras coisas, o seguinte:

«Infelizmente tudo faz prever que a falta de bons professores médios deverá ulteriormente agravar-se e estender-se, com a consequência inevitável de um grave decaimento da instrução, cujas repercussões negativas se farão em breve sentir no campo dos estudos superiores e na vida social inteira. Daqui a necessidade – não suficientemente sentida pelos poderes públicos – de se elevar a profissão docente pelo lado moral e pelo lado económico. Se se permitir que esta se torne o refúgio dos incapazes e dos falhados, de nada valerão as douradas e apaixonadas discussões que se travaram e vêm travando, nem as providências já tomadas ou invocadas com o fim de dar ao professor do ensino médio uma formação cultural e profissional adequada às exigências da escola e da sociedade moderna.»

O facto de o mal não ser só nosso (se o é com tal acuidade, do que duvidamos...) poderá significar que teremos de esperar que se verifique nas indústrias e nas carreiras técnicas o aparecimento do desemprego para que

sejam preenchidos os numerosos postos a que hoje acede o pessoal eventual? É impensável! Não se fazem professores com a velocidade com que se constrói uma ponte. Portanto: o que não se prepara hoje não poderá dar frutos nem daqui a dez anos. E a situação actual, que é já catastrófica, aonde nos terá levado então?

O legislador revestiu das maiores cautelas a preparação do professorado do ensino secundário: exame de admissão ao estágio, dois anos de estágio e exame de Estado. Apenas não contou com o prestígio das carreiras técnicas e industriais, que influenciam o jovem antes mesmo de concluída a formação do seu espírito e que o leva a procurar alcançar uma profissão remuneradora bem mais cedo do que se esperasse pelo termo da sua preparação docente, que só ao cabo de dois anos de estágio não remunerado se verifica.

E assim aquela preparação cultural e pedagógica que se julgou indispensável a assegurar a formação do espírito dos jovens que se destinam aos cursos superiores resulta num propósito quase vão, porque a ela escapa a grande massa de professores eventuais que anda espalhada pelos liceus, colégios e escolas técnicas - e que não possui qualquer formação pedagógica e, em muitos casos, nem a devida preparação cultural. Parece-me extremamente atentatório da dignidade docente, que muito conviria preservar, que alunos sistematicamente eliminados nas cadeiras do seu curso universitário escolham precisamente a carreira de professores e a ela sejam admitidos, sem mais. Este é, a meu ver, um dos pontos a exigir uma interferência radical da instância competente, porque não há complacência que possa coadunar-se com tal afronta à dignidade de uma profissão.

Para obviar à escassez extrema de pessoal docente masculino nos quadros efectivos foi publicado em 1957 um decreto-lei de emergência, que veio dispensar do exame de entrada e até mesmo do 1.º ano de estágio os candidatos que possuam a habilitação académica e a cultura pedagógica referidas nos números 2, 3 e 4 do art. 188.º do Estatuto do Ensino Liceal. No que toca às Filologias, os resultados não são brilhantes e é com apreensão que os que temos presidido aos exames de Estado verificamos a entrada nos quadros liceais de elementos que, durante muitos anos, não se atreveram a demandar o estágio. Mas o pior é que mesmo os alunos que reputamos bem dotados, entre a alternativa de um exame de admissão e dois ou quatro anos de exercí-

cio eventual, não hesitam: escolhem o exercício eventual, que lhes abrevia o curso pedagógico e diminui as possibilidades de insucesso. O exame de entrada e a gratuidade do estágio são duas barreiras a impedir o caminho da preparação pedagógica: mas não se pense que, eliminados estes obstáculos, o problema na sua essência viria a ficar solucionado, porque é muito mais complexo.

A situação, não há dúvida, é de molde a causar-nos grandes preocupações. Estamos longe do ideal da escola secundária - e sem uma escola secundária consciente dos seus fins, que dê o devido lugar ao ensino do que é essencial e permanente no homem, não podemos ter nas Faculdades de Letras os alunos de que necessitamos e de que o País carece.

O «humanismo», considerado como esforço para atingir a essência do homem, através do ensino literário, parece que agoniza. E os «ventos» que sopram e aos quais nem todos conseguem resistir, empurram-no para a morte. Nos Estudos Gerais Ultramarinos não foi possível dar lugar às Humanidades nem incluí-las em próxima previsão. Na realidade, como diria aqui um escritor já citado, as humanidades não aumentam a velocidade de nenhum veículo, não acrescentam a produção de nenhuma fábrica e nunca enriqueceram ninguém. No entanto, ninguém ousaria qualificar de civilizada uma nação onde a vida intelectual não lhes desse lugar, mesmo que nela houvesse numerosos laboratórios de física e de biologia.

A língua, particularmente na sua expressão literária, é o que une, é o laço que prende entre si os *disjecta membra*, quando os outros laços, mesmo políticos, se quebram. O Brasil, divergente de Portugal na sua concepção política, concorrente deste na vida económica, sociologicamente tão distinto, constitui com Portugal uma unidade de expressão linguística e literária. Sob este aspecto, o império existe, o império continua e os esforços realizados para constituir no Brasil uma língua literária autónoma não deram até hoje qualquer resultado - e provavelmente não darão. Rui Barbosa, Machado de Assis, Olavo Bilac, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Camões, Vieira, Garret, Eça, Fernando Pessoa, são valores comuns, interpenetráveis, aceites por igual num e noutro lado do Atlântico.

Dizem os homens de Estado que a África é um complemento da Europa. Se assim é (e não há razão para duvidar do asserto), parece que deve

sê-lo também no ponto de vista da civilização - e a nossa civilização é o Crisitanismo, mas é também Grécia e Roma e tudo o que resultou do jogo milenário destas três forças espirituais. A África Portuguesa é hoje a Novíssima Lusitânia que é preciso «formar»; formar, evidentemente, segundo o padrão de uma cultura actual, mas não segundo qualquer padrão da moda. Quem segue a moda, nem serve o passado, nem prepara o futuro. O futuro prepara-se com o que dura e não com o que passa. Se o Portugal continental se encontra já na impossibilidade de fornecer ao ensino médio metropolitano os Professores de que este carece, como poderá fornecê-los a uma África em pleno desenvolvimento e onde as necessidades culturais se vão fazer sentir cada vez com maior premência? E se esta os preparasse em excesso porque não fornecê-los à Metrópole, na continuidade da nossa política multirracial? Mais tarde ou mais cedo - e quanto mais cedo melhor - as humanidades e as ciências humanas deverão entrar nos estudos superiores ultramarinos, não a título de parente pobre e decaída, mas de irmã cujos títulos de nobreza não carecem de revisão ou de confirmação.

Se assim não for, qual será o nosso destino? Prevejo que, além de precipitarmos a agonia a que acima aludi, iremos desembocar num mundo em que dificilmente reconheceremos a face da Portugalidade, de tal modo a acharemos desfigurada pela modelação do *homo fáber* e do *homo æconomicus*. *Civilização é espírito*. Criemos ao espírito as condições de soprar em África.

Tenho dito.

(Página deixada propositadamente em branco)

Doutor
Américo da Costa Ramalho

1980

Doutor Américo da Costa Ramalho

Nasceu em Almeida a 12 de Outubro de 1921

Carreira Académica

Matriculou-se em Filologia Clássica em 1939

Licenciou-se em Filologia Clássica em 1945

Doutorou-se em 1952

Jubilou-se em 12 de Outubro de 1991

Leccionou: Grego Elementar, Grego I, II e III, Língua e Literatura Latina I, II e III, Literatura Latina I, Gramática Comparativa do Grego e do Latim, Latim Renascentista, Seminário de Latim Renascentista

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Director do Instituto de Estudos Clássicos, Director do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Presidente da Comissão Científica do Grupo de Estudos Clássicos, Director do Instituto de Estudos Norte-Americanos, Director Interino da Faculdade de Letras, Director da Faculdade de Letras, Director do Arquivo da Universidade, Presidente da Comissão Redactora da revista Humanitas, Presidente da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos



Américo da Costa Ramalho

(Página deixada propositadamente em branco)

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

PELO

PROFESSOR DOUTOR AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

OS ESTUDOS DE CAMÕES

Dos vários assuntos que podia abordar nesta lição inaugural, relacionados com a cultura greco-latina em que me formei e conquistei graus académicos e com o mundo cultural do século XVI em que têm decorrido as minhas pesquisas de investigador, pareceu-me que era neste último domínio que devia situar-se a lição de hoje. Celebramos em 1980 os quatrocentos anos da morte do maior poeta de língua portuguesa, falecido em Lisboa, em 10 de Junho de 1580.

Aos que andam menos informados das razões por que a efeméride se encontra fixada com tanta precisão, lembrarei que numa *ementa* ou registo abreviado, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e com data de 13 de Novembro de 1582, se manda pagar à mãe de Luís de Camões, uma quantia devida ao filho, «do primeiro de Janeiro do anno de LXXX ate dez de Junho delle em que faleceo».

Oxalá estivéssemos informados com igual segurança de outros factos da existência do poeta!

Mas se as vicissitudes do homem, numa «vida em pedaços pelo mundo repartida», como ele mesmo escreveu, nos escapam, e nos não permitem a segurança necessária para fazer uma biografia crítica, há aspectos do seu mundo espiritual que podemos colher dos versos e das cartas, com relativa segurança.

Uma questão prévia a levantar, entretanto, é a de saber se um poeta deve ser julgado pela sua cultura.

Que há no poeta - e refiro-me em especial àquele capaz de marcar uma época -, que há no poeta de diferente dos outros artistas da palavra? É pela cultura que ele se distingue dos restantes escritores?

Não, necessariamente. Acima da cultura está aquele *quid* inexplicável, inexprimível, - usarei um latinismo -, inefável (*ineffabile*) da poesia, que os antigos qualificavam de divino e que prende e arrasta sentidos e pensamento, sem que se saiba muito bem porquê.

Os latinos diziam poeta *nascitur, orator fit*: «o poeta nasce, o orador faz-se». Este «faz-se» significa por extensão, «torna-se, devém». Entretanto, será talvez conforme com a realidade dizer que o poeta nasce e se faz.

Mas a poesia, seja qual for, reflecte sempre uma cultura, ainda quando não possa chamar-se-lhe culta e ela se proclame até avessa à cultura, o que não é o caso presente.

Em Camões, esta verdade óbvia verifica-se em toda a sua obra, na lírica tanto como na épica ou na dramática. É a cultura do seu tempo e do seu meio que espontaneamente se nos revela, mesmo quando o poeta parece não ter esse propósito. Mas há também a voluntária expressão de um saber complexo, na sequência de uma tradição que vinha de longe e nele se mantém viva. Assim procedendo, Camões não faz mais do que continuar os alexandrinistas romanos, os *poetae docti*, poetas doutos do final da República e do começo do Império e subsequentes, de Catulo e Lucrécio a Virgílio, Horácio, Ovídio e os épicos tardios da literatura latina.

Para esses poetas, o verso era um meio de transmissão, em ritmo e harmonia sonora e interior, do saber do seu tempo, numa época da história em que ainda era possível ao homem cultivado abranger o conjunto da tradição literária, da reflexão desinteressada e dos conhecimentos úteis, então disponíveis. Era isso que aos olhos dos contemporâneos fazia do poeta

humanissimus, um homem civilizado, noção que virá a tornar-se, no tempo de Camões, uma das componentes do conceito de *humanista*.

Falando do *Parnaso*, a colectânea dos versos que roubaram ao poeta, escreveu Diogo do Couto, no capítulo 28, da *Década VIII*: «Em Moçambique achámos aquele Príncipe dos Poetas do seu tempo, meu matalote e amigo Luís de Camões (...) e aquele Inverno que esteve em Moçambique acabou e aperfeiçoou as suas *Lusíadas* para as imprimir, e foi escrevendo muito em um livro que ia fazendo, que se intitulava *Parnasso* de *Luiz de Camões*, livro de muita erudição, doutrina e filosofia, o qual lhe furtaram e nunca pude saber no Reino dele, por muito que o inquiri, e foi furto notável; (...)».

E há outros testemunhos coincidentes, alguns inéditos, do século XVII.

Portanto, aos olhos dos contemporâneos, era Camões um homem de grande cultura.

A investigação moderna confirma essa opinião, pela leitura das suas obras. E neste capítulo alguns dos mais entusiastas são os estrangeiros que escreveram sobre Camões.

O alemão Wilhelm Storck, traduzido para português pela sua compatriota Doutora Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que foi uma das glórias da Universidade de Coimbra, escrevia em 1898: «a quantidade e variedade de saber científico manifestado nas obras de Camões causa admiração, principalmente se considerarmos a raridade de bibliotecas volumosas, e o alto valor dos códices impressos e manuscritos que naquelas eras dificultava aos estudiosos as aquisições e até mesmo o uso dos livros. Mas admiração muito mais intensa desperta a fidelidade e segurança da memória do Poeta. Quer esteja em Coimbra, quer em Lisboa, em Ceuta, Goa, Malaca, Banda, Macau ou Moçambique, quer ande na terra ou vogue no alto mar, em toda a parte dispõe de múltiplas e vastíssimos conhecimentos em História Universal, Geografia, Astronomia, Mitologia Clássica, Literaturas Antigas e Modernas, poesias culta e popular, tanto da Itália como das Espanhas, aproveitando-as com a mais perfeita exactidão, como filho legítimo do período do Renascimento e humanista dos mais doutos e distintos do seu tempo».

O inglês K. G. Jayne que em 1910 publicou *Vasco da Gama and his successors*, reimpresso seis décadas mais tarde, em 1970, na prestigiosa colecção Methuen Library Reprints, escreveu: «Na sua maior parte, os poemas escritos

numa fase tardia da vida foram compostos longe de bibliotecas, numa época em que os livros eram objectos de luxo. Todavia, Camões revela um conhecimento íntimo da Literatura e da Mitologia Clássicas, de História, Geografia, Astronomia e das Literaturas de Portugal, Espanha e Itália. A sua familiaridade com, pelo menos, dezanove autores gregos e latinos foi demonstrada e alguns deles devem ter sido lidos no original, visto que nunca tinham sido traduzidos. Estes conhecimentos devem ter sido adquiridos em Coimbra e constituem o testemunho não só da sua aplicação ao estudo e memória tenaz, mas igualmente da plenitude com que Coimbra havia realizado os ideais do Humanismo».

Finalmente, e para não exceder o clássico número de três tes-temunhos, citarei o americano Leonard Bacon que em 1950 publicou em Nova Iorque uma tradução inglesa em verso de *Os Lusíadas*, louvada pelos conhecedores de poesia naquela língua. O livro contém uma introdução sobre Camões, Portugal e a Europa contemporânea do poeta; um estudo sobre «Camões e a História de Portugal»; e ainda notas finais aos versos de *Os Lusíadas*, escritas com competência e, ocasionalmente, sentido de humor.

Numa dessas notas, ao comentar a precisão com que o poeta na estância 14 do canto X, versos 1 a 4, indica os inimigos de Duarte Pacheco, depois do combate do «passo Cambalão», não resiste a comentar: «Camões is almost as pedantically meticulous as a German Ph.D.» - «Camões é quase tão petulantemente meticuloso como um doutor alemão em Filosofia». Aliás, o trecho de *Os Lusíadas* comentado tem a ligeireza de toque do descritivo camoniano:

*Chamará o Samorim mais gente nova;
Virão Reis de Bipur e de Tanor
Das serras de Narsinga, que alta prova
Estarão prometendo a seu senhor.*

O que mais impressionou Leonard Bacon foi que Camões se não afastou um ápice da informação dos historiadores João de Barros e Damião de Góis, utilizando-os com um rigor quase científico.

As três opiniões citadas, a saber, de um alemão, um inglês e um americano, são como vimos, unânimes em afirmar a grande cultura do poeta. As

duas primeiras, a de Storck e a de Jayne, insistem ambas na dificuldade em conseguir livros fora da Europa, nos lugares por onde Camões andou, portanto, em Ceuta e no Oriente.

Em nota publicada em Janeiro de 1979 na revista *Colóquio/Letras*, mostrei com vários exemplos como a situação não era exactamente essa. A cultura europeia chegava ao Oriente com maior facilidade do que se pensava nos finais do século passado ou no principio do actual. Os livros eram mais portáteis do que se julgava em 1898 ou em 1910, e circulavam na bagagem dos soldados. Também não eram a raridade nem a preciosidade de que o inglês Jayne falava.

De entre os exemplos citados em *Colóquio*, e outros podiam ser apresentados, reterei neste momento aquele que me parece o mais significativo. Trata-se de um passo da famosa crónica dos tempos do rei D. Manuel, publicada em 1571 pelo bispo do Algarve, D. Jerónimo Osório, um dos mais célebres prosadores em latim na Europa do seu tempo. Foi de 1537 a 1540 professor da Universidade de Coimbra e faleceu em 1580, passando, portanto, este ano o IV Centenário da sua morte. O livro a que me refiro chama-se abreviadamente *De Rebus Emmanuelis gestis* e teve, à data da publicação, grande eco no estrangeiro, por exemplo, em Inglaterra e na França. Foi traduzido para as línguas destes dois países, muito antes de o ter sido para português. Os *Essais* de Montaigne, para citar um caso apenas, reflectem um conhecimento da História de Portugal, pouco provável sem a *Crónica de D. Manuel*, escrita em latim por Jerónimo Osório.

É aí que, referindo-se à batalha naval em frente a Diu, ganha em 2 de Fevereiro de 1509 por D. Francisco de Almeida contra uma esquadra internacional, escreve o bispo Osório: «Compunha-se o exército inimigo de tão variadas nações, que nos despojos das naus se encontraram livros escritos em latim, italiano, línguas eslavas, francês e espanhol». Cinco anos antes, em 1566, na sua *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Damião de Góis, tinha dito que os livros eram «muitos» e acrescentara à lista dos idiomas o alemão e o português.

Isto passava-se no Oceano Índico, em 1509, portanto no começo do século XVI, e a produção bibliográfica aumentou muitíssimo nos meados do século, quando Camões andava pelo Oriente.

Todavia, bibliotecas particulares abundantes seriam uma raridade, e as públicas não eram numerosas. Ainda a mais acessível, e a mais rica, me parece a do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a avaliar pelo que ainda resta, guardado por Alexandre Herculano na Biblioteca Municipal do Porto.

Mas os livros de Santa Cruz só terão sido usados pelo poeta, nos anos da juventude, e a recordação de tantas e tão variadas leituras, nomeadamente de certas crónicas como as de Fernão Lopes, que estavam ainda manuscritas, supõe a posse de uma memória excepcional. Também este é mais um dado da educação humanística. Os mestres do século XVI treinavam os seus alunos na aquisição e conservação de uma retentiva poderosa e duradoura. Ainda recentemente, ao comparar as reminiscências camonianas dos poetas latinos Virgílio e Horácio, que aparecem em certos trechos da lírica do nosso Quinhentista, me dei conta da forma precisa como Camões conserva a lembrança de belos versos aprendidos certamente na infância e primeiros anos da juventude. Pois não quero crer que, para recordar o Mantuano ou o Venusino, tivesse Camões de ir consultar à pressa as edições destes famosos poetas.

Camões na Índia faz-me lembrar José de Anchieta, aluno de Coimbra, em terras do Brasil. De Anchieta, que chegou a Coimbra em 1548, estamos mais bem informados. Foi discípulo de Diogo de Teive, o que supõe ter ele atingido o curso mais adiantado de Latinidade. Mas não concluiu o seu bacharelato em Artes, não foi documentalmente um bacharel latino, embora o tenha sido pela cultura que possuía. Entretanto, a memória excepcional, cultivada desde a infância, ajudou-o a compor, decerto com menor bibliografia do que Camões, porque também menos necessária, duas longas obras em verso dactílico latino, o *Poema da Virgem Maria* e o *Poema dos Feitos de Mem de Sá (De Gestis Mendi Saa)*, este último anónimo mas muito provavelmente escrito pelo então chamado «canário de Coimbra», futuro P.^o José de Anchieta, mais tarde conhecido por Apóstolo do Brasil. E a propósito de Mem de Sá, recordemos que tanto ele como seu irmão, o poeta Sá de Miranda, eram naturais de Coimbra.

Voltando à questão das leituras de Camões e retomando a citação do inglês Jayne: «His familiarity with at least nineteen Greek and Latin authors has been demonstrated, and some of them must have been read in the original, as they had never been translated». Não sei bem o que este admirador

britânico de Camões quer dizer com «alguns deles (dos autores gregos e latinos) devem ter sido lidos no original». Os latinos foram com certeza lidos no original. Quanto aos gregos, veremos mais adiante.

Hoje, possuímos informações sobre o movimento humanístico em Portugal, no começo do século XVI, que não estavam ao alcance das fontes bibliográficas de Jayne, nomeadamente de Teófilo Braga ou mesmo de D. Carolina Michaëlis, em 1910.

Não eram então conhecidos textos como a carta de Cataldo Parísio Sículo ao 2.º Marquês de Vila Real sobre os méritos e vantagens culturais do latim clássico, carta escrita antes de 21 de Fevereiro de 1500; não era conhecida a oração de sapiência do filho do Marquês o conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, pronunciada perante o rei D. Manuel que presidiu à abertura solene do ano lectivo na Universidade de Lisboa, em 18 de Outubro de 1504; e para me não alongar mais, era desconhecido o prólogo, fundamental e interessantíssimo, da *Virginis Mariæ Ars*, a gramática latina de Estêvão Cavaleiro, saída dos prelos do alemão Valentim Fernandes, em Lisboa, no ano de 1516.

Ignoravam-se estes e outros documentos culturais importantes. E também se não conhecia a formação intelectual dos leigos do começo do século XVI que se imaginavam imersos na ignorância dos filhos d'algo e rudes barões da mais longínqua Idade Média. Não se imaginava sequer, a educação literária recebida por homens como D. Jaime, duque de Bragança, aluno durante o exílio em Castela do humanista italiano Pedro Mártir d'Anghiera; como D. Jorge, duque de Coimbra e mestre das Ordens de Santiago e Avis, discípulo de Cataldo Parísio, também humanista e italiano; como D. Pedro de Meneses, 2.º conde Alcoutim e futuro 3.º marquês de Vila Real, aluno igualmente de Cataldo. De D. Pedro de Meneses, deixou-nos o seu mestre italiano um retrato em versos latinos na *Visio Tertia* ou *Terceira Visão*, poema em dísticos elegíacos.

O jovem conde de Alcoutim, por volta de 1510, segundo o seu panegirista, possui todos os dotes de um homem moderno, um homem do Renascimento: toca bem harpa, canta e dança na perfeição; compõe versos latinos e discursa em latim com a mesma facilidade com que derruba os adversários no jogo das canas, e toureia a cavalo, matando o touro de uma

estocada. É prudente como Catão, eloquente como Cícero. Ter-se-iam apaixonado por ele, se o conhecessem, todas as heroínas da Antiguidade grega e romana.

Quatro séculos mais tarde, em 1910, e por muitos anos ainda, pensava-se que as Humanidades Greco-Latinas haviam entrado em Portugal com os professores de Bordéus, portugueses e estrangeiros que vieram com André de Gouveia, chamados por D. João III para fundar o Colégio das Artes em Coimbra, em 1548.

Ora, a correspondência e os poemas de Cataldo, confirmados por outra documentação contemporânea, permitem antedatar a entrada do Humanismo em Portugal, de cerca de cinquenta anos, isto é, colocar o seu aparecimento entre nós, no final do século XV.

E desta cultura nova, os mais ávidos alunos não eram os da nobreza, de que citei três grandes expoentes e podia citar outros ainda, como João Rodrigues de Sá de Meneses. Desejosos de valorizar-se pela aquisição do novo saber mostraram-se principalmente os elementos das classes situadas abaixo da nobreza. Desta avidez cultural que devorava os portugueses do começo do século XVI, tive ocasião de falar no meu livro *Estudos sobre a Época do Renascimento* e num artigo recente «Alguns aspectos da Introdução do Humanismo em Portugal», publicado no *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, em 1979.

Era o tempo em que el-Rei D. João, «Segundo em nome e a ninguém segundo», falecido em 1495, mandava ensinar Latim aos meninos pretos da sua corte; e em que Martim de Sousa chamava de Sevilha um professor de Latinidade, para instruir os rapazes que combatiam sob as suas ordens no Norte de África. A carta em que Cataldo o felicita pela iniciativa é anterior a 1500. E tenho razões para crer que o mestre, ido de Sevilha, era um português e se chamava Estevão Cavaleiro, como mostrei recentemente num artigo publicado no *Festschrift für Harri Meier*, Bonn, 1980.

Portanto, quando Camões nasceu, possivelmente em 1524, o latim clássico, veículo linguístico do Humanismo, não era uma raridade nestas plagas da antiga Lusitânia. A posse da língua latina era essencial à aquisição da cultura do Renascimento, pois todos os livros importantes de todas as ciências estavam escritos em latim e os intelectuais de um país distante como Portugal,

onde se falava uma língua ignorada na Europa, os estudiosos Portugueses estavam então em condições de andar em dia com a cultura contemporânea mais facilmente do que hoje.

Na verdade, um conhecimento em primeira mão do que se publica lá fora, em nossos dias, exige o domínio de duas ou três línguas, além da própria, enquanto no Renascimento, o latim, como idioma universal da cultura, servia para todas as necessidades do intercâmbio científico.

Portanto, para possuir a cultura, não apenas literária, mas também científica que *Os Lusíadas* revelam, precisava Camões de conhecer bem a língua latina. E todos os indícios confirmam a opinião de que assim acontecia de facto.

A abundância e variedade da sua informação levaram mesmo a admitir a hipótese de que o poeta não tivera um convívio directo com todos os autores de que mostra ter conhecimento. Houve quem supusesse que lhe teriam servido de guia enciclopédias então existentes, como a *Officina* de Ravisius Textor, nome latino do francês Jean Tixier de Ravisy, ou os *Antiquarum Lectionum Libri Sedecim* do italiano Caelius Rhodiginus. Mas até esses estão escritos na língua sábia do tempo.

Pessoalmente, estou convencido de que o imenso conhecimento da Literatura Latina que o Poeta revela, foi adquirido directamente. Autores como Cícero e os poetas da época de Augusto, Camões devia sabê-los de cor. E a juntar a estes um conhecimento de poetas modernos, quer italianos como Petrarca e Ariosto, quer espanhóis, como Garcilaso e Boscán, quer novilatinos, como Pontano e Sannazaro. As obras de humanistas nacionais, por exemplo, André de Resende e Jorge Coelho, ou estrangeiros como Boccaccio e Marcantonio Sabelico, dos historiadores e cronistas Portugueses, Fernão Lopes, Rui de Pina, João de Barros, Castanheda e Duarte Galvão foram arroladas pelo Prof. José Maria Rodrigues nas suas *Fontes dos Lusíadas*, livro de mais de seiscentas páginas que a Academia das Ciências acaba de reeditar.

A espantosa cultura literária do poeta não lhe fechava os olhos para outras disciplinas do saber. Aliás, a curiosidade pela ciência e pela vida era muito maior no século XVI do que geralmente se julga. Não tendo as ciências atingido o desenvolvimento e a especialização actuais, não era difícil a um

jurista e médico, alcançarem uma apreciável informação da rainha das ciências do tempo, mesmo em pleno Renascimento europeu, a Teologia. E médicos, juristas e teólogos haviam feito preparatórios mais ou menos extensos, conforme os casos, em cursos de Artes. Por outro lado, era normal num graduado em Artes que ele possuísse uma informação apreciável de todas estas disciplinas.

Admitindo que Camões fez estudos de Humanidades, não parece fora de propósito aceitar que por esta via tenha lançado os fundamentos para uma cultura que irá desenvolver ao longo de toda uma vida de estudo, apenas ocasionalmente interrompida por actividades militares. Já vimos que os livros circulavam mais facilmente do que se julgava no princípio do século vinte.

Acresce que o humanismo não era só culto da Antiguidade. O latim, como já tive ocasião de dizer, abria as portas para a universalidade de uma cultura que ia muito além do mundo de gregos e romanos e das tradições locais, pois englobava toda a ciência que a Europa produzia.

É bem sintomático que um dos livros que ao longo do século XVI os humanistas mais se esforçam por reconstituir no seu texto original seja a *Historia Naturalis* de Plínio-o-Velho, o mais completo repositório de observações sobre a Natureza que a Antiguidade nos legou. Na vizinha Universidade de Salamanca, funcionava uma cadeira de Plínio, e em Lisboa, quando a Universidade aí se encontrava, na segunda década de Quinhentos, leccionou sobre Plínio, com grande audiência de pessoas interessadas, universitárias e da corte, o jurista Martim Figueiredo, que fora aluno de Ângelo Poliziano em Florença, antes de 1494. Do êxito das suas aulas em Lisboa, informa-nos o Doutor Figueiredo no *Comentário ao Prólogo da História Natural de Plínio*, livro escrito em latim que publicou em Lisboa, em 1529.

Mas há outros testemunhos da curiosidade científica dos humanistas:

Diogo de Teive foi uma das estrelas do Colégio das Artes de Coimbra, para onde veio do Collège de Guyenne de Bordéus. Fora um dos bolseiros, cujos estudos em França a coroa Portuguesa subsidiara, durante muitos anos. Hoje, é mais conhecido pela sua *História do Segundo Cerco de Diu*, em 1546, livro que na época tornou este feito dos Portugueses célebre em toda a Europa, graças à língua comum em que foi escrito. É uma obra ainda actual,

traduzida para inglês, há meia dúzia de anos, mas inexistente em língua portuguesa.

Teive era também poeta. Entre outros poemas, deixou-nos uma *Tragédia do Príncipe João* sobre a morte, trágica para a independência de Portugal, do filho de D. João III e pai de D. Sebastião, ocorrida em 1554. Traduziu-a do latim a Dr.^a Nair Soares, em 1977.

Pois bem, historiador, poeta e dramaturgo, Teive, na sua infinita curiosidade de homem da Renascença, ocupava os poucos lazeres de um professor do século XVI, percorrendo os campos de Coimbra, com colegas e alunos, para recolher e estudar as plantas. Isto mesmo declarou ele, em Outubro de 1550, num depoimento autobiográfico em latim que se encontra apenso ao seu processo na Inquisição. Como se vê, as pesquisas botânicas de Garcia de Orta na Índia, não eram um caso isolado nem exclusivas da profissão médica.

Há nos *Lusíadas* sinais numerosos deste gosto pela observação da Natureza, desde o mar bonançoso com a brisa suave a enfunar as velas dos navios até os momentos dramáticos do encontro com o desconhecido, como nas estâncias célebres do canto V, em que o poeta descreve a tromba de água.

A educação livresca não prejudicou em nada a espontaneidade do poeta. A posse da cultura do seu tempo, adquirida na escola, não esmoreceu nele o surto da criatividade.

Sim, porque estou convencido de que Camões fez estudos regulares, embora, à semelhança do que aconteceu com tantos outros, não tenha a sua escolaridade ficado registada em livros de matrículas ou de actos que chegassem até nós. Esses estudos foram provavelmente os dos cursos de Artes do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. Tê-los-á concluído? Terá sido bacharel em Artes ou bacharel latino, como se dizia no seu tempo? Não há documentos que o provem. Aliás, a designação de «bacharel latino» era provavelmente usada para caracterizar uma pessoa culta, versada na língua latina, sem que o título implicasse necessariamente a posse de um diploma.

De vez em quando, levanta-se também a questão de saber se Camões conhecia ou não a língua grega. Ultimamente, a ignorância do Grego, assacada

a Camões, serviu ao autor de certa *Vida* do poeta para provar que este não frequentara estudos regulares e muito menos em Coimbra.

Ora a obrigatoriedade de falar grego antigo, ou mesmo de estudar grego, não existia em qualquer das constituições quinhentistas ou planos escolares conhecidos. Por outro lado, parece-me de todo contrária ao espírito curioso e indagador do poeta, a falta nele dos rudimentos duma língua que, então, outros estudantes não ignoravam.

Em todo o caso, os argumentos que tenho lido, destinados a provar que Camões não sabia Grego, são demasiado frágeis para lograrem convencer-me. E uma coisa é certa: se me parece difícil provar a ignorância helénica de Camões, tal ignorância, em compensação, é para mim evidente no mais conspícuo defensor actual dessa tese. Mas prossigamos!

A cultura grega, os oradores poetas, historiadores e filósofos da Grécia Antiga, cujo conhecimento era indispensável ao homem culto da Renascença, estavam então traduzidos para latim. Acresce que a substância da cultura grega fora absorvida pelos melhores espíritos de Roma e transmitida à posteridade nessa simbiose cultural greco-latina que constitui o cerne mesmo da civilização ocidental.

Em relação a Camões, vários membros da nossa Universidade discutiram no decorrer deste século o platonismo de certos poemas, como as redondilhas «Sôbolos rios».

Nelas, o conhecimento da Filosofia de Platão é inegável. Trouxeram contributos valiosos e reflectidas sugestões, mestres da craveira de Joaquim de Carvalho e Costa Pimpão. Mas parece-me que a visão mais construtiva e original do problema das fontes do Platonismo de Camões se deve a um jovem licenciado em Filologia Clássica que, em 1942, retomou o assunto no volume XVIII da revista *Biblos* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com um artigo intitulado «Teria Camões lido Platão?». Chamava-se o novel estudioso Vergílio António Ferreira e é hoje o consagrado romancista Vergílio Ferreira.

Mostrou ele como algumas das ideias básicas de cariz platónico que informam o poema «Sôbolos rios» se podem encontrar nas «Tusculanae Disputationes», as «Discussões em Túsculo» ou «Tusculanas», diálogo filosófico de Cícero que foi um dos livros mais divulgados no fim da Idade Média e no Renascimento.

Numa altura em que o latim se começava a estudar aos seis anos de idade, quando não dois ou três anos antes, as *Tusculanas* eram leitura já feita, aos catorze anos. Estes comentários sobre idades são meus. De Vergílio Ferreira é a sugestão das semelhanças entre *Tusc. Disputationes* I, XXIV, 56-57, e os passos mais platonizantes de «Sôbolos rios». Aliás, Cícero menciona nesse trecho repetidamente Platão e os diálogos em que o filósofo grego se ocupa de «memória» e «reminiscência».

Eis uma via de pesquisa ainda não explorada pelos nossos investigadores, esta dos intermediários latinos da divulgação da filosofia grega em Camões. Aliás, não admira que esta linha tenha sido descurada, quando tantas outras podem a *priori* ser aceites: a leitura dos poetas, italianos e espanhóis, em que ideias semelhantes podem encontrar-se, o conhecimento dos platonistas do Renascimento, enfim, todo o mundo de conceitos que então andava no ar e o latim dos humanistas tornava acessível por essa Europa fora.

Mas em que ficamos, quanto à escolaridade do poeta? Por falta de documentos, não podemos ir além de impressões. Impressões com fundamento, todavia. A cultura de Camões é séria, sólida, sedimentada. Nada denuncia nela o autodidacta, mas o homem que na altura própria adquiriu os fundamentos do saber do seu tempo e depois não deixou de cultivar-se pela vida adiante. Como já disse, lembra-me Anchieta que teve uma formação escolar igualmente cuidada, embora não tenha concluído o Curso de Artes.

Hoje, Anchieta é um dos mais famosos antigos alunos de Coimbra, do outro lado do Atlântico, por estar em marcha o seu processo de canonização no qual estão profundamente interessados os brasileiros.

Sabe-se que José de Anchieta foi aluno do humanista Diogo de Teive que regia a classe mais adiantada de Latinidade, e aluno brilhante, como provam ainda hoje os dois longos poemas latinos que nos deixou. Mas não existe nem a matrícula nem qualquer documento do Colégio das Artes a seu respeito.

Em nota publicada na revista *Humanitas*, XXIX-XXX, mostrei que se pode concluir a sua presença em Coimbra, a partir de 1548, através de um documento relativo a seu irmão mais velho Pedro, com quem o moço José de Anchieta veio para Coimbra.

Ora a respeito de Pedro, que foi aluno da Faculdade de Cânones, também não existe qualquer registo de matrícula. Mas acontece que, seis anos depois de ter chegado a Coimbra, apresentou em 1554 duas testemunhas que declararam haver ele frequentado cursos de Cânones, a partir de Outubro de 1548.

Os processos de matrícula eram tão incertos, tão irregulares que, geralmente, só quando o aluno estava para concluir o curso, concorrendo aos exames finais, provava com testemunhas ter frequentado o número de cursos necessários para se apresentar aos actos. O mesmo aconteceu com André Falcão de Resende, a quem adiante me referirei.

Existe um «Livro da Matrícula dos Estudantes» dos Colégios do Mosteiro de Santa Cruz, entre 1534 e 1540, que se encontra na Torre do Tombo e foi publicado pelo Doutor Cândido dos Santos. Todavia, admitindo que essas listas estão completas (e nada nos garante que assim seja!), apenas provam que Luís de Camões não frequentou os Colégios de Santa Cruz, entre 1534 e 1540.

Além dessa série de nomes, há outras no Arquivo da Universidade de Coimbra, por exemplo a dos alunos de Lopo Galego em 1537. Mas tudo isso é fragmentário e incompleto.

A situação dos registos escolares era tão aventureira, já no tempo de Camões, que lembro só mais um caso. Certo dia, em 1558, o professor de Grego, o bem conhecido Vicente Fabrício, precisou de uma certidão do seu grau de Mestre em Artes que obtivera em Coimbra. Pois teve de recorrer ao processo das testemunhas. Afirmaram os professores Afonso do Prado e Diogo de Gouveia «que haveria vinte anos que tomara o dito grau nesta Universidade».

A propósito dos estudos de Camões, um texto muitas vezes citado é a «Sátira II - A Luís de Camões» de um poeta, bacharel em Artes pela Universidade de Évora e licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra, chamado André Falcão de Resende.

Note-se que André Falcão, nome por que era mais conhecido no tempo, começou a frequentar Cânones em Coimbra, em 1548, e terá ficado na Universidade até 1550, interrompendo então o curso que só veio a retomar em 1567. Nesse ano não havia qualquer registo da sua presença na

Universidade, dezanove anos antes, e a prova foi feita pelo próprio André Falcão, «pelo juramento dos avangelhos», apresentando como testemunha Bartolomeu Rodrigues Monteiro que termina assim a sua confirmação: «& sabe ele t^a q̃ hia as escolas & tinha Iyuros & era estudãte & nõ se afirma ele t^a se esteue todos os Anos Jnt^{as} mas sabe q̃ esteue A mayor parte deles & q̃ jsto ser tã Antigo & de tãtos Anos nõ se firma nas cousas miudam^{te} porẽ sabe q̃ era estudãte he hia as escoJas cursar & tinha Liuros he casa & era m^o amigo de seus jrmãos he tjo & asjma

Bertolameu roiz môt^o.»

O tio assim tão inopinadamente lembrado era o mais conhecido André de Resende e o seu nome deve ter sido aduzido para dar alguma autoridade a um testemunho, de si bastante precário.

Feito este parêntese, detenhamo-nos um pouco em alguns versos da «Sátira a Luís de Camões», composta por André Falcão de Resende que lhe juntou o subtítulo: «Reprende aos que, desprezando os doutos, gastam o seu com truhães».

O grave juiz-poeta Falcão de Resende enumera os inconvenientes a que se sujeita quem faz versos:

Logo algum vil esp'rito o nota e acusa:

«Vedes o triste» - diz aos do seu bando -

«Que é bacharel latino, e nada presta,

«É poeta o coitado, é monstro nefando.

15

«Na noite, que mal dorme, ou ardente sesta

«Compõe sonetos por seu passatempo,

«E sua pequice em versos manifesta.

231

«Melhor lhe fora aproveitar o tempo

«Em chatinar fazenda, em conta, em caixa,

20

«Andar trás o dinheiro, andar c'o tempo,

«Gastar mil iguarias, vestir raxa,

«Cheirar, jogar, folgar, seguir pagodes,

«Que mal comer, vestir sempre por taxa.

E mais adiante:

- «Ande o pobre poeta um doudo feito,* 40
«Medicando o comer e os consoantes,
«Compondo seus poemas sem proveito.
«Bem tenho eu» - diz o vil - «por mais galantes
«os truhães chocarreiros com guitarras,
«Que aplazem aos reis, aos príncipes e infantes. 45
«Estes alegres com c'roas de parras
«Festejam Baco e Ceres todo o ano,
- «E o prazer tem seguro a quatro amarras.*
«Nunca lhes falta o pão, calçado e o pano,
«Seja um doudo, é Dom Félix, Dom Briando, 50
«E bem que parvo, é ciceroniano.

Tem-se discutido quem é o bacharel latino, se Camões, se Falcão de Resende. Este último sabemos nós que tinha alcançado esse grau na Universidade de Évora, sua terra natal, enquanto estivera ausente de Coimbra. Mas nada indica que, no trecho citado, o título de bacharel pertença apenas a Falcão de Resende.

Wilhelm Storck, o minucioso biógrafo alemão de Camões, pensava que o bacharel latino só se aplicava a Falcão de Resende, porque nenhum documento atribui a Camões uma formatura em Direito. Mas a verdade é que bacharel latino era uma designação de graduado em Artes, curso que, aliás, também nenhum documento atribui a Camões, e que André Falcão se licenciara em Direito Canónico. Penso ser provável - como atrás disse - que o qualificativo de «bacharel latino» se aplicasse a qualquer homem que tinha feito estudos, era cultivado e sabia o seu latim, independentemente da posse do pergaminho. E é deste modo que creio ter sido Luís de Camões estudante de Artes ou até de outra Faculdade, embora provavelmente não tenha concluído o curso. Mas a solidez e segurança

da sua cultura denunciavam estudos regulares, feitos cedo, como era costume então.

Onde estudou Camões? Em Coimbra? Parece mais provável do que em Lisboa. Colm efeito, as próprias cartas que lhe são atribuídas, e se me afiguram autênticas, testemunham mais uma vida dissipada do que uma existência de estudioso, para o período de permanência na capital. Aliás, os estudos Superiores estavam então em Coimbra.

Se nos *Lusíadas* invoca as ninfas do Tejo, é porque este rio simboliza a grandeza histórica e política e convém à majestade da epopeia, como berço das naus do Oriente. O rio que banha Coimbra, mais modesto, sugeria então a quietude dos costumes pastoris e o ambiente da bucólica, «nos saudosos campos do Mondego» (III, 120).

Além disso, para as divindades do Tejo, segundo a tradição poética greco-latina, Camões encontrou já uma palavra feita, corrente na poesia dos humanistas portugueses. As ninfas do Tejo eram as Tágides, de *Tagus*, nome latino do rio. O criador da palavra «Tágides» foi, como é sabido, André de Resende, o mesmo a quem Camões deve a palavra *Lusíadas*.

A partir de Mondego, não era possível formar uma palavra com tanta facilidade, ou o bom gosto do poeta, habilíssimo em introduzir latinismos em português, não achou conveniente formá-lo do latim *Munda*, nome romano do rio. Daí que existam, por um lado as Tágides, e por outro as «ninfas do Mondego», também chamadas «filhas do Mondego» numa das mais formosas estâncias de Os *Lusíadas*, com que termina o episódio de Inês de Castro e que muitos dos que me ouvem recordarão neste momento:

*As filhas do Mondego a morte escura
Longo tempo chorando memoraram,
E por memória eterna em fonte pura
As lágrimas choradas transformaram;
O nome lhe puseram, que inda dura,
Dos amores de Inês que ali passaram.
Vede que fresca fonte rega as flores
Que lágrimas são a água, e o nome amores.*

Mas no canto VII, a abrir uma série de considerações sobre a sua vida que constituem, ao mesmo tempo, um trecho de sentida e vibrante crítica social, Camões coloca as ninfas dos dois rios, par a par:

*Um ramo na mão tinha... Mas, ó cego,
Eu, que cometo insano e temerário,
Sem vós, Ninfas do Tejo e do Mondego,
Por caminho tão árduo, longo e vário!
Vosso favor invoco, que navego
Por alto mar, com vento tão contrário,
Que se não me ajudais, hei grande medo,
Que o meu fraco batel se alague cedo.*

As ninfas do Tejo, as Tágides, tinham sido invocadas no começo do poema, quando a tarefa do poeta se antolhava mais fácil e era iniciada com um belo entusiasmo. Mas num momento de cansaço, quando a desilusão com os homens e a indignação pelas suas injustiças faz soar uma nota de desalento, Camões recorre não apenas às Tágides, mas também às Ninfas do Mondego, deusas tutelares que o protejam e defendam do seu próprio desânimo: «Ninfas do Tejo e do Mondego!».

As do Tejo, sabemos nós ao que vêm, são as Tágides da lírica e da épica que o poeta refere com gosto nas estâncias 4 e 5 do canto I. E as do Mondego? Não serão as que recordam a «Alma Mater Conimbrigensis», os dias distantes em que o poeta lia o seu Virgílio, modelo do Bucolismo e da Epopeia, e sonhava imitá-lo? Elas estão presentes nas memórias do tempo passado:

*Vão as serenas águas
do Mondego descendo
mansamente, que até o mar não param;
por onde minhas máguas,
pouco a pouco crescendo,
para nunca acabar se começaram.*

(Canção IV)

Em 1607, um mercador de livros de Coimbra, chamado Domingos Fernandes, resolveu homenagear a Universidade que lhe dera o encargo, como ele diz, de «feitorizar a sua Liuraria Publica». E na portada de uma edição da lírica fez imprimir este título: *Rimas de Luís de Camões. Acrescentadas nesta Terceyra impressão. Dirigidas à inclyta Universidade de Coimbra. (...) A custa de Domingos Fernandez mercador de libros.*

A dedicatória um tanto empolada, de que herei uma frase, exprime o alto conceito em que o poeta era tido, cerca de três décadas após a sua morte: «Não sabemos, que ao mais alto lugar da humana Poesia, tenha dado o Mundo mais que um Homero, Grego: um Virgílio, Latino: hum Tasso, Italiano; & hum Camões, Portuguez: como quatro immortaes columnas de tão soberano templo. Como podem logo ser defendidas columnas tão altas, & tão fortes, que ellas mesmas não sejam? sendo ellas continuamente combatidas pelos furiosos ventos dos invejosos».

Por outras palavras, Domingos Fernandes quer dizer que para defender e exaltar Camões só uma instituição cujo prestígio intelectual se compare com o do grande poeta.

E daí parte para um elaborado elogio da Universidade em que o motivo central é a comparação da *alma Mater* com a figura feminina, cujo busto se ergue sobre o cálice no brasão da cidade de Coimbra. Ouçamo-lo:

«Pois se vós (verdadeira exposição da coroada Princesa das misteriosas armas de Coimbra) sois esta que dizíamos, para as mais propinquas e remotas partes do Universo: e per nascimento e criação, per officio e per obrigação, fostes também a mesma, para com o vosso grande Luís de Camões: pois nascendo elle nessa vossa cidade de Coimbra, la vosso peyto, como Mãe natural o criastes tantos annos: com vossa doutrina, como Mestra, o ensinastes algunos: e com vossos louvores, como fiel Amiga, o louvastes tantas vezes. A quem, senão a vós, se deve encomendar esta Proteção, de um vosso Filho, Discípulo & Amigo: e mais, sendo ele ja morto para se não poder defender: e ainda vivo, para poder ser ofendido.»

Até aqui a retórica sonora e fácil, e quiçá também calculista, do livreiro Fernandes. Ela sugere, todavia, a existência de uma tradição universitária de

Camões em Coimbra, menos de trinta anos depois do desaparecimento do poeta.

A naturalidade conimbricense é, a seguir, substituída pela de Lisboa na edição dos *Lusíadas*, comentada pelo Lic.^o Manuel Correia e publicada em 1613. Aí vem a primeira biografia do poeta, da autoria de Pedro de Mariz, que copia a informação de Manuel Correia sobre o nascimento em Lisboa, mas se não refere aos estudos do poeta, nem em Coimbra, nem em qualquer outra parte. Mariz, aliás, era muito mais jovem que Camões, pois nascera pela mesma altura em que se pensa residir o poeta em Ceuta.

O editor é igualmente Domingos Fernandes que passa agora a dedicar o livro a D. Rodrigo da Cunha, «Inquisidor Apostólico do Santo Ofício de Lisboa». Sabe-se que Fernandes esteve preso nos cárceres da Inquisição.

É possível que as relações do livreiro com a Universidade tenham sofrido mudança, pois num outro livro camoniano, uma nova edição das *Rimas*, em 1616, também dedicada a D. Rodrigo da Cunha, já então «bispo de Portalegre e do Conselho de Sua Majestade», Fernandes diz em louvor do célebre prelado: «foy servido appadrinhar a restauração da minha honra e vida, que eu tinha tão perdida, & acabada, que para desesperar de todo remédio deIIas, me via algũas vezes em o último termo».

Se nos lembramos de que D. Rodrigo da Cunha fora «inquisidor» e de que a Inquisição tinha que ver com a censura e aprovação dos livros, talvez o livreiro-editor que era Domingo Fernandes, alguma razão encontrasse para preferir um patrono concreto a uma entidade relativamente vaga e impessoal como a Universidade.

A próxima vida, quarenta e quatro anos após a morte de Camões, é a de Manuel Severim de Faria, publicada em Évora, em 1624. Aí se diz que Camões nasceu «na cidade de Lisboa, como o testifica Manoel Correia seu comentador, que o conheceu, & foi seu familiar amigo e não em Coimbra, como alguns cuidaram, pela vivenda antiga que seus Avôs ali tiveram». E acrescenta: «Sendo moço, foi estudar a Coimbra, que então começava a florescer em todas as sciencias por beneficio d'El Rey Dom João III...».

A tradição da escolaridade coimbrã continua posteriormente. A sua refutação aparece como um fenómeno tardio, baseada na ausência de documentos que confirmem a presença do poeta nas escolas conimbricenses. Razão de peso, porque a História faz-se sobre documentos, mas, depois do que para trás ficou sobre as vicissitudes do acaso na conservação das memórias académicas do século XVI, razão, afinal, menos convincente do que *a priori* podia parecer.

A verdade é que, se existe subjectivismo em admitir que Camões estudou em Coimbra, não são menos subjectivas certas opiniões em contrário, como a mais recente que vou apresentar.

Ainda há pouco, num livro muito falado, e talvez menos lido do que falado, se declarava a propósito da estância 97 do canto III de *Os Lusíadas*, dedicada ao rei D. Dinis e à Universidade que ele fundou: «E naquela única referência à cidade universitária e às insígnias académicas não se encontra qualquer inflexão de ternura, saudade ou orgulho, sentimentos que nunca faltam em quem estudou em Coimbra».

O autor destas palavras não foi, evidentemente, estudante de Coimbra. Para opor à sua opinião, citei outra de um categorizado filho da «alma Mater Conimbrigensis». Será ele D. Francisco Alexandre Lobo que em 1787 aqui se doutorou em Teologia e foi professor entre 1808 e 1819, ano em que deixou o magistério universitário para ir ocupar a Sé de Viseu.

A sua «Memoria Historica e Critica ácerca de Luiz de Camões e das suas Obras», publicada em 1821 pela Academia das Ciências, e reimpressa em 1848, é um trabalho, cuidadosamente elaborado e bem escrito, que ainda hoje se lê com proveito. Tratando dessa mesma estância, escreveu D. Francisco Alexandre Lobo: «... (Camões) bem parece fallar com a paixão e fogo de hum alumno, que se recorda saudosamente agradecido, da escola em que tomou lições e formou seu espirito na mocidade». E, em nota, comentava: «Se destes argumentos não resulta inteira certeza, a crítica mais dificultosa em se dar por satisfeita, não pode ao menos negar, que resulta muito alto grau de probabilidade».

Seja-me permitido, Magnífico Reitor, fazer minha tão sensata observação, e terminar estas palavras com a leitura da mesma estância 97 do canto III de *Os Lusíadas*:

*Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
O valeroso ofício de Minerva
E de Helicon a Musas fez passar-se
A pisar do Mondego a fértil erva.
Quanto pode de Atenas desejar-se,
Tudo o soberbo Apolo aqui reserva,
Aqui as capelas dá tecidas de ouro,
Do báculo e do sempre verde louro.*

Tenho dito.

Doutora

Maria Helena da Rocha Pereira

1987

Doutora Maria Helena da Rocha Pereira



Nasceu no Porto a 3 de Setembro de 1925

Carreira Académica

Matriculou-se em Letras em 1942

Licenciou-se em Filologia Clássica em 1947

Doutorou-se em Letras em 1956

Concurso para professora extraordinária em 1962 e para professora catedrática em 1964

Jubilou-se a 3 de Setembro de 1995

Leccionou: Língua Portuguesa do Curso de Português para Estrangeiros, História do Teatro, Língua Latina I, II e III, Língua e Literatura Latina II e III, Seminário de Latim Renascentista, Curso Elementar de Grego, Língua Grega I, II e III, Linguística Grega, Língua e Literatura Grega I, II e III, Literatura Grega I, História da Cultura Clássica, História da Arte Antiga (Arte Grega), História da Cultura Romana, Seminário de Literatura Grega

Cargos Exercidos na Universidade de Coimbra

Directora do Instituto de Arqueologia, Directora do Instituto de Estudos Clássicos, Presidente do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Presidente da Comissão Científica do Grupo de Estudos Clássicos, Presidente do Conselho Científico, Professor Bibliotecário, Directora da Revista Biblos, Directora da Revista Humanitas, Vice-Reitora da Universidade de Coimbra, Directora do Museu de Arte Sacra da Universidade de Coimbra, Presidente da Comissão Directiva Provisória da Faculdade de Letras, Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos



Maria Helena da Rocha Pereira

(Página deixada propositadamente em branco)

MAGNÍFICO REITOR
SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO
SENHOR MINISTRO DA PRESIDÊNCIA E DA JUSTIÇA
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO
ADJUNTO E DA JUVENTUDE
SENHOR SUBDIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES
SENHORES REITORES E VICE-REITORES
SENHORES DOUTORES
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA
CAROS ESTUDANTES
PREZADOS FUNCIONÁRIOS
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Era da praxe, no século XVI, que o professor encarregado de fazer a oração de sapientia na abertura solene das aulas dissertasse sobre o estudo de todas as disciplinas (*De disciplinarum omnium studiis*). Era possível fazê-lo nesse tempo, sem perigo de causar enfado ou cometer omissões: depois de elogiar a filosofia, procedia ao encómio das sete artes liberais, preparatórias das matérias versadas nas Faculdades maiores, que recebiam, cada uma, os devidos louvores.

Tal esquema, ainda que teoricamente correcto, seria hoje impraticável, e a rotatividade das Faculdades no assumir deste encargo é disso prova. Seria

estulto que alguém pretendesse falar de todas as ciências que se professam em Coimbra, ou, sequer mesmo, das que se ensinam na escola a que pertence, tal o grau de especialização por elas adquirido. Este último facto é, mesmo, uma das características e um dos perigos que espreitam a ciência moderna: o estreitamento do campo de estudos, se é garantia de rigor e profundidade, também pode tornar-se impeditivo de uma visão de conjunto do universo cognoscível, tal como, por outro lado, o progresso acelerado no caminho do tecnicismo corre o risco de atentar contra o seu próprio criador. Por isso se vem falando com insistência crescente nas vantagens da interdisciplinaridade e na urgência de revalorizar as ciências humanas.

É nestas que me situo e delas falarei hoje, escolhendo, de entre os muitos temas possíveis, o mais antigo documento da Cultura Grega – que o mesmo é dizer que da cultura europeia – os Poemas Homéricos. Tratarei assim, não digo do que conheço, mas do que tenho tentado conhecer ao longo de uma vida de estudo. Aos meus colegas da especialidade, peço vénia por lhes fazer ouvir o que já sabem. Aos outros, espero fazer sentir o fascínio do enigma que envolve as duas mais antigas obras de génio da humanidade, bem como a perenidade dos seus valores éticos e estéticos.

Os antigos falavam simplesmente de Homero como o príncipe dos poetas e mestre de toda a sabedoria. Um passo de *A República* de Platão dá como voz corrente na sua época que ele era «o educador da Grécia», e o jovem Nicérato dos *Memoráveis* de Xenofonte gabava-se de poder ensinar toda a gente, porque sabia os Poemas de cor.

Mas, aos poucos, o que havia sido conhecido como «o homem de Quios» era já «aquele sobre quem tem contenda peregrina, *I* entre si, Rodes, Smirna, e Colofónia, *I* Atenas, Ios, Argos, e Salamina», como viria a dizer Camões, vertendo um dístico grego no meio de *Os Lusíadas*, e a sua personalidade diluía-se sob as investidas de uma erudição crescente. A época helenística procurou distinguir versos ou passos inteiros interpolados. Houve mesmo vozes isoladas, as dos *chorizontes*, que atribuíam uma autoria à *Iliada* e outra à *Odisseia*.

A questão, porém, só havia de reacender-se nos últimos anos do século XVIII, com os famosos *Prolegomena ad Homerum* de Wolf. Se a escrita era desconhecida, perguntava o estudioso de Halle, como era possível

compor poemas tão extensos? E, se a recitação era oral - prosseguia - o poema não podia deixar de ser curto, pois um longo poema implica um leitor.

Ambas as teses principais de Wolf estão hoje eliminadas pela comparação com epopeias de outros povos e épocas, mas nem por isso deixaram de abrir, bem largas, as comportas da dúvida. Iniciara-se a Questão Homérica, que continua em curso, não obstante as surpreendentes descobertas que se vêm fazendo desde o último quartel do século passado. E, desde então, três perguntas fundamentais continuam sem resposta para a maior parte dos estudiosos: Quem compôs a *Iliada* e a *Odisseia*? Onde? Quando?

As soluções propostas têm sido muitas, e não tentaremos seriá-las sequer. Em parte alguma o autor fala de si, e nada nos autoriza a supor que o aedo cego do palácio dos Feaces, cujo canto assume um papel de relevo no canto VIII da *Odisseia*, seja um auto-retrato. E, se em certas comparações da *Iliada*, como a dos gansos, groues e cisnes de colo alongado que se reúnem e batem as asas na planura junto das margens do Caístrio (II. 459-463), e a do mar encapelado pelo sopro de Bóreas e do Zéfiro, vindos de Trácia (IX. 4-7), sugerem fugazmente um observador situado nas costas da Ásia Menor, tais dados não são mais decisivos do que a por vezes pormenorizada descrição de Tróia.

Precisamente a descrição de Tróia sugeriu ao alemão Schliemann o desejo ardente de descobrir os sítios homéricos. A história é demasiado conhecida para que seja preciso recordá-la em pormenor: a partir de 1870, Schliemann, primeiro por conta própria, depois coadjuvado pelo arqueólogo Dörpfeld, descobre na localidade turca de Hissarlik, a Noroeste da Ásia Menor, não apenas uma, mas nove cidades sobrepostas, das quais a segunda lhe parecia encerrar os tesouros de Príamo. As escavações, interrompidas por vicissitudes inúmeras, completaram-se em 1938, sob a mão experiente do americano Blegen. Este concluiu que a sexta camada correspondia à força e esplendor do reino de Príamo, mas terminara com um tremor de terra; a VII A, que se lhe segue, não apresenta solução de continuidade cultural e, essa sim, acaba num violento incêndio, depois de ter tomado providências de abastecimento de víveres, como que para resistir a um longo cerco. Pormenor curioso, os habitantes da Tróia VI trouxeram consigo a domesticação do

cavalo, e os Troianos recebem na *Ilíada* o epíteto distintivo de «domadores de cavalos».

Pela mesma altura, fizeram-se também escavações em Micenas, e noutros lugares da Grécia, que revelaram a opulência da antiga capital de Agamémnon, em perfeita consonância com o epíteto homérico de «rica em ouro», e também a existência de objectos singulares muito semelhantes aos descritos na *Ilíada*, como a Taça de Nestor, o elmo enfeitado com presas de javali, a espada cravejada de prata. Os palácios que, ao longo dos anos, vieram a ser postos a descoberto em diversos lugares do Peloponeso ostentavam um traçado semelhante aos que se descrevem na *Odisseia*, nomeadamente quanto à presença de um aposento central, de entrada única, com quatro colunas ao centro e uma lareira no meio, o mégaron.

Entre o final da década de 50 e a de 60, muitos outros dados, estes provenientes da epigrafia, tinham vindo juntar-se a estes. A decifração do Hitita, principiada em 1925, ao poucos permitira saber que aquele povo da Ásia Menor se referia, nos seus registos, a um ataque dos Ahhiyawa, que foram identificados com os Aqueus dos Poemas Homéricos, a Millawanda, que se supôs ser Mileto, a Wilusa e a Tarwisa que se afiguraram ser Ílion e Tróia. E tudo isso referenciável ao século XIII a.C., precisamente a época do grande poderio de Micenas, a capital de Agamémnon, e anterior à queda de Pilos, a capital de Nestor.

Também a decifração de uma das escritas cretenses, o Linear B ou Micénico, feita em 1953, ao demonstrar que já nos séculos XV a XIII a.C. se falava em todo o sul da Península Balcânica, embora com possíveis variantes dialectais, uma forma muito antiga de Grego, permitiu recompor os traços de uma sociedade bem hierarquizada, em cujo topo se encontrava o *anax* e não o *basi/eus* - reflectindo assim o que se passa nos Poemas Homéricos, onde a Agamémnon, o chefe supremo da expedição, pertence o título de ἄναξ ἀνδρῶν («príncipe dos homens») e aos monarcas seus aliados o de βασιλεύς («rei»).

Os dados pareciam convergir todos no mesmo sentido para provar a historicidade da *Ilíada* e, portanto, da Guerra de Tróia. Mas a verdade é que a «Questão de Tróia» também estava latente. Em 1964, a mesma conceituada revista inglesa que teve a honra de publicar o artigo de Ventris e Chadwick

com a decifração do Linear B, o *Journal of Hellenic Studies*, dava à estampa uma discussão entre quatro grandes especialistas sobre esse tema. Desses quatro, Finley, o historiador, coloca os acontecimentos nos séculos XI-X a.C., ao passo que Caskey, Kirk e Page mantêm a data posterior de dois séculos. Um deles, porém, Caskey, escreve esta frase quase profética: «Se o saque de Tróia VIIA vier a ser colocado depois da queda de Micenas e Pilos, ou ao mesmo tempo, teremos de rejeitar a maior parte da tradição homérica.»

Ora esta alteração na cronologia relativa de tais sucessos tem estado a verificar-se nos últimos anos. Uma pequena quantidade de peças de cerâmica encontradas em Tróia VIIA parece apontar para outra relação sequencial dos acontecimentos. O facto, a comprovar-se devidamente, virá alterar o que se julgava saber acerca dos destruidores da Tróia homérica.

Essas e outras dúvidas, como a da identificação dos Ahhiyawa com os Aqueus e a citada equivalência dos topónimos, bem como a diferente reconstituição da geografia política do império hitita e sua cronologia, vêm abalar consideravelmente a frágil construção de hipóteses que há pouco referimos. Todo este novo cepticismo é a dominante do colóquio efectuado em Liverpool em 1981 sobre a Guerra de Tróia, sua historicidade e contexto. A própria relação entre a sociedade micénica e a homérica é novamente posta em causa. Vão neste sentido três artigos recentes publicados o ano passado em revistas provenientes de alguns dos países mais avançados na literatura e na arqueologia clássica: a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos. Deve sublinhar-se, contudo, que se contam entre os melhores arqueólogos aqueles, como Luce e Plommer, que não vêm razão suficiente para abandonar a tese da existência de tal relação.

Aqui intervém, no entanto, uma das mais espectaculares descobertas dos últimos anos, a do *heroon* de Lefkandi, na costa ocidental da Eubeia. Nesse *heroon* encontrou-se um túmulo do século X a.C., que continha as cinzas de um guerreiro envolto num manto (cujos restos, pacientemente reconstituídos, podiam admirar-se este ano, numa exposição do centenário da Escola Britânica de Arqueologia, no Museu Nacional de Atenas), e, perto dele, o esqueleto da mulher, adornada com jóias de ouro, e os cavalos. Este surpreendente achado mostra que os dois rituais funerários opostos, o da

inumação e o da cremação, podiam afinal coexistir; e que a pobreza atribuída à chamada Idade das Trevas tinha, pelo menos, esta brilhante excepção.

Enquanto estas controvérsias lavram nos arraiais da arqueologia e da história, outras de não menor alcance se têm desenvolvido na área da língua e da literatura. A presença de um tipo de linguagem especial, por isso mesmo chamada homérica, formada por elementos de quatro dialectos diferentes, embora com maior incidência no iónico e no eólico, e não coincidente com nenhum dos falares gregos da época histórica, é um facto conhecido de qualquer principiante. Por outro lado, a já mencionada decifração do Linear B vem comprovar que, sob o ponto de vista morfológico e lexical, devem dar-se como micénicas algumas das mais salientes características dessa linguagem. Há, portanto, uma estratificação de elementos muito antigos, comparável à que se verifica no mundo dos *realia*, mas não sobreponível. Para dar um só e célebre exemplo desta discordância, lembrarei apenas que a descrição do elmo de presas de javali, que Ulisses põe na cabeça no canto X da *Ilíada*, figura num trecho do poema que, sob o ponto de vista linguístico, apresenta grande número de formas recentes, e, sob o ponto de vista estrutural, nem os mais fervorosos unitários conseguem dar como autêntico.

Do lado literário, um grande passo em frente é dado nos finais da década de 20 e começos da de 30, com a teoria da improvisação oral, proposta pelo americano Milman Parry. Com base, primeiro no uso repetido de epítetos a acompanhar o nome das principais figuras, depois na sua observação *in loco* do modo como os bardos da Jugoslávia do seu tempo cantavam, acompanhando-se de um instrumento musical simples, os feitos gloriosos de uma guerra ocorrida no século XVI, mediante o recurso a fórmulas ou maneiras estereotipadas de dizer, Milman Parry concluiu que era esse também o modo como se formaram os Poemas Homéricos. Só ele explicava que se repetissem frases ou versos inteiros quando se verificava uma situação semelhante, que houvesse pequenas incongruências entre alguns pontos da narrativa, que a um compositor oral e a um auditório passavam facilmente despercebidas. Esta teoria viria a explicar também o conhecimento de factos muito antigos, preservado por uma transmissão oral contínua.

Exemplificando - tanto quanto é possível fazê-lo através de traduções, onde irremediavelmente se perde o ritmo do hexâmetro dectílico, peça

essencial do processo – procuremos um verso que descreve o amanhecer (*Ilíada* I. 477):

Eis que surge a filha da manhã, a Aurora de dedos róseos.

O poeta pode repeti-lo quando se trate de referir o fenómeno. Mas, se dispusesse apenas desta fórmula, o processo em breve se tornaria monótono. Porém ele tem mais, já prontas, que pode aplicar quando quiser. Pode, por exemplo, substituir a fórmula «a Aurora de dedos róseos» por outra, igualmente sugestiva das tonalidades do nascer do dia, «a Aurora vestida de cor de açafraão» (*Ilíada* VIII. I).

Também para o fenómeno inverso, ou seja, o anoitecer, existe mais do que uma fórmula. Assim, pode dizer-se (*Ilíada* I. 475):

Então o Sol mergulhou e desapareceu nas trevas

Ou, numa fórmula em que coalescem hábitos de paz só possíveis na *Odisseia*, e certamente por isso exclusiva deste poema (XV. 85):

O Sol mergulhou e todas as ruas ficaram na sombra.

O mesmo sucede quanto se repetem cenas típicas, como a realização de um festim religioso ou a recepção a um hóspede. Esta comportava toda uma etiqueta própria, pois se tratava de criar por essa via laços de amizade que em todos os tempos tiveram um papel preponderante na ética grega. Voltaremos a este ponto. Entretanto, vejamos um exemplo da *Odisseia*, quando Telémaco, acompanhado pelo filho de Nestor, chega, incógnito, ao palácio de Menelau em Esparta, e aí é tratado com todas as honras (IV.52-56):

Uma aia trouxe a água, em belo gomil de ouro,
sobre bacia de prata, para lavarem as mãos.
Junto deles colocou uma mesa polida.
A venerável dispenseira trouxe pão para os servir,
pôs na mesa manjares inúmeros, regalando-os com o que havia.

Cinco versos com aquela riqueza de pormenores e poder de visualização característicos de Homero. Eles reaparecerão tal e qual, quando, em VII. 172-176, o destinatário de tais atenções passar a ser Ulisses, também desconhecido, a quem Alcínoo, rei dos Feaces, agasalha no seu palácio.

Se este tipo de fórmulas pode atingir um certa extensão, há outro muito mais breve e não menos curioso, pois se presta a múltiplas combinações. Referimo-nos às fórmulas usadas para introduzir o discurso directo, as quais são muito frequentes, porquanto, como se sabe, cerca de dois terços da *Ilíada* e de 55% na totalidade dos poemas revestem essa forma, em que, para falar em termos platónicos, da diegese se passa à mimese.

Aqui observa-se um esquema estreitamente relacionado com a métrica, em que a primeira metade do verso descreve a acção ou emoção, e a segunda contém o sujeito, acompanhado de um ou mais epítetos, como nestes exemplos:

Em resposta declarou-lhe *II* o poderoso Agamémnon

(*Ilíada* I. 130)

Em resposta declarou-lhe *II* Aquiles de pés velozes

(*Ilíada* I. 84)

É possível variar o primeiro hemistíquio:

Em seguida respondeu-lhe *II* o divino Aquiles, ágil de pés

(*Ilíada* I. 121)

Em seguida respondeu-lhe *II* Agamémnon, príncipe dos homens

(*Ilíada* I. 172)

Estas e muitas outras fórmulas introduzem, como dissemos, o discurso directo, mas de uma forma emocionalmente neutra, que nada diz quanto ao estado de espírito do interlocutor. Porém o poeta tem à sua disposição

fórmulas que lhe permitem exprimir toda a espécie de conotações afectivas, como o desgosto misto de desconfiança:

Olhando-o de sobrolho franzido, declarou-lhe *II* Aquiles de pés
[velozes
(*Ilíada* I. 148)

ou fúria:

Muito irritado declarou-lhe *II* Zeus que amontoa as nuvens
(*Ilíada* I. 517)

ou desgosto:

Suspirando fundo, declarou-lhe *II* Aquiles de pés velozes
(*Ilíada* I. 364)

ou a complacência:

Assim falou, e sorriu-se *II* Hera, a deusa de alvos braços
(*Ilíada* I. 593)

Muitas combinações se podem obter variando o primeiro ou o segundo hemistíquio. Mas talvez valha a pena determo-nos um pouco na questão dos epítetos, porque muitos deles são ricos de implicações éticas, históricas, histórico-religiosas, ou mesmo reveladoras de um pendor racionalizante que denuncia a futura evolução do espírito grego.

Assim, vimos a reminiscência que provavelmente subjaz aos Troianos «domadores de cavalos»; outro tanto poderia dizer-se dos Aqueus «de brônzeas túnicas», a encontrar confirmação na armadura descoberta há poucos anos em Dendra.

Quando se diz «Zeus que amontoa as nuvens» ou «Zeus tonitruante», é fácil discernir nestes atributos o deus do tempo atmosférico, que, perante o homem primitivo aparecia como o árbitro da sua sorte imediata, entidade de quem dependia em absoluto. Levará tempo a que esta divindade, assim naturalmente alçada a deus supremo, adquira as conotações de ordem moral

que a conduzirão a ser também, para os Gregos, o garante da justiça. A via para essa atribuição começa, porém, a delinear-se nos próprios Poemas Homéricos, onde Zeus é já o protector dos que necessitam de auxílio – hóspedes e suplicantes. É interessante que seja possível encontrar os dois epítetos congregados num só verso, como este (*Odisseia* VII. 165):

Zeus tonitruante, que acompanha os suplicantes com respeito.

Não menos revelador é o caso de dois dos epítetos mais correntes de Aquiles. Ele é «de pés velozes» ou «ágil de pés». Num estudo recente, Griffin pôs em relevo a existência de uma versão primitiva da lenda, segundo a qual ele era tão veloz na corrida que apanhava os veados, lenda essa que ainda se pode discernir num passo de Píndaro (*Nemeias* III. 51). Mas Homero racionaliza e, como nota o mesmo helenista, quando o herói persegue Heitor no canto XXII da *Iliada*, não tem uma velocidade miraculosa que lhe permita alcançá-lo. Pelo contrário, a perseguição alonga-se por três voltas à muralha de Tróia e dilui-se finalmente neste bem observado símile (*Iliada* XXII. 199-201):

Tal como num sonho não se pode perseguir um fugitivo,
nem um pode escapar, nem o outro atingi-lo:
assim Aquiles não podia apanhar Heitor na corrida, nem este
[podia esquivá-lo.

Do mesmo modo também já Kakridis tinha demonstrado que a *Iliada* conhecia a tradição segundo a qual a armadura de Aquiles era impenetrável, mas não a utiliza; vestígio dessa lenda é que Pátroclo, quando vai para o combate envergando as armas de Aquiles, só é mortalmente atingido depois de ter sido sucessivamente despojado delas todas. A morte do herói máximo, essa, não o esqueçamos, não ocorre na *Iliada*.

É ocasião de notarmos que, se Aquiles tivesse poderes sobrenaturais, não teria condições para ser o paradigma indesmentido de uma concepção heróica da vida.

É certo que é filho de uma deusa – Tétis, –, mas desde cedo se afirma claramente que o seu destino vai decorrer no plano humano. É a própria mãe que lho diz, angustiada (*Ilíada* I. 414-418):

Em seguida respondeu-lhe Tétis, banhada em lágrimas:
«Ai, meu filho, para que te criei eu, que terrível geração!
Quem dera que tu ficasses ao pé das naus, sem lágrimas e sem
[penas,
pois que breve é o teu destino, e de curta duração!
E agora segues caminho para uma morte pronta, desgraçado,
mais que todos. Para este triste destino te dei à luz no palácio.

Um privilégio parece ser-lhe concedido, o da escolha. É assim, pelo menos, que Aquiles mostra saber que poderá optar entre uma vida longa, mas apagada, e a existência curta, mas gloriosa, quando responde nestes termos ao discurso com que Ulisses tenta abrandar a sua cólera contra Agamémnon e convencê-lo a regressar ao combate (*Ilíada* IX. 410-416):

Minha mãe mo disse muitas vezes, Tétis de pés argênteos:
duplo é o destino que me leva ao termo da morte;
se fico aqui a lutar em volta da cidade de Tróia,
perdido está o meu regresso, mas a glória será imorredoura;
mas se regressar a casa, à amada terra pátria,
perdida estará a minha nobre glória, mas a minha vida
será de longa duração, e tardará a atingir-me o termo da morte.

253

Mais tarde, no canto XVIII (121-126), a escolha está feita: Aquiles, regressará ao combate para vingar o seu grande amigo, Pátroclo, embora saiba que à morte de Heitor se seguirá em breve a sua. A previsão de que não tardará a sucumbir ressoa, como uma nota trágica, cada vez com maior intensidade, ao longo dos últimos cantos do poema.

Para entender todo o significado e peso desta atitude, é preciso conhecer o pensamento escatológico grego nesse tempo. Do morto, por mais ilustre ou

notável que fosse, não restava mais do que uma sombra no além, a *psychê*, sem espírito nem consistência; e, mesmo esse precário estado, só se alcançava mediante os rituais fúnebres da cremação.

Quando, no canto XI da *Odisséia*, Ulisses desce ao Hades, encontra lá a *psychê* de Aquiles, que continua a ocupar, entre as sombras, a posição régia que lhe coubera em vida. O herói dos mil artifícios felicita-o, mas Aquiles responde-lhe dolorosamente (XI. 488-491):

Não me elogies a morte, ó glorioso Ulisses!
Antes queria ser servo da gleba, em casa
de um homem pobre, que não tivesse recursos,
do que ser agora rei de quantos mortos pereceram!

Posteriormente, o pensamento religioso grego não se conformaria com este aniquilamento total do grande herói, e havia de diversificar de vários modos a crença num destino póstumo especial.

Voltemos, porém, a Homero. Se Aquiles é o paradigma por excelência da coragem e daquele código de valores a que Marrou chamou expressivamente «a moral heróica da honra», também o herói da *Odisséia* representa a capacidade de resistência do homem através de todos os escolhos da vida.

«Homem» é precisamente a palavra com que abre o poema. Homem de mil artifícios, capaz de superar as mais difíceis situações graças ao seu engenho, manifestado na palavra e na acção. Pouco importa que muitas das suas aventuras tenham raízes numa tradição muito antiga, que aflora em diversos povos e épocas, e mesmo que se coloquem além do horizonte de experiência do ser humano. Conforme já tem sido notado – sobretudo por Page –, os contos populares que convergem sobre a sua figura aparecem em larga medida depurados de elementos fantásticos: assim, os Lestrígones são gigantes, mas o seu rei tem um nome grego e delibera na ágora. Observe-se ainda que a única figura vinda inequivocamente da esfera da magia, Circe, é susceptível de se humanizar. Quando, recuperada a forma humana, os

companheiros de Ulisses cercam o herói, dominados pela emoção, a feiticeira partilha dos sentimentos deles (X. 395-399):

Tornam-se de novo homens, mais jovens do que antes,
e muito mais belos e maiores de aspecto.
Reconheceram-me, e cada um me aperta a mão.
A ânsia de soluçar invade-os a todos;
ecoa pela casa um clamor espantoso. A própria deusa se
[compadece.

Este sentimento de camaradagem que liga Ulisses aos seus homens é um dos valores a reter no poema. Está logo expresso na proposição, quando se lê que

.... padeceu, sobre as ondas, muitas dores no seu coração
em luta pela vida e pelo regresso dos companheiros.
Mas a estes não pôde salvá-los, a despeito dos seus esforços.
(*Odisseia* I. 4-6)

e culmina no momento dramático em que Cila, o monstro marinho, engole seis dos companheiros, e eles «elevados às alturas, agitando pés e mãos, gritavam, chamando por mim» (*Odisseia* XII. 248-249).

Era dele que esperavam ainda salvação, porque ele era o «dos mil artificios». Mas era também - e este é outro dos seus epítetos mais constantes - «o que muito sofreu». É-o no decurso das suas aventuras, ao longo das quais vai perdendo sucessivamente os seus doze navios e todos os companheiros, até ao naufrágio da jangada que, na ilha de Calipso, construíra por suas mãos. É-o na segunda metade do poema, quando suporta humilhações contínuas no seu próprio palácio, onde entra com o aspecto de mendigo, ao fim de vinte anos de ausência, sem que o reconheçam. E sê-lo-á até ao momento famoso em que termina a prova do arco: Penélope, desconhecadora (pelo menos, na versão que chegou até nós) da identidade daquele homem andrajoso e marcado pelo sofrimento, decidira-se a escolher aquele dos seus pretendentes que conseguisse fazer passar, de uma só vez, uma única seta pelos buracos de

doze machados em fila; um após outro, eles haviam falhado, até que Ulisses, autorizado a experimentar, efectua a difícil proeza logo à primeira. É nesse momento que se abre aos nossos olhos um quadro famoso (XXII. 1-8):

Então despojou-se dos farrapos Ulisses dos mil expedientes,
saltou sobre o magno limiar, de arco na mão e aljava
cheia de setas. Esvaziou-a dos dardos velozes
a seus próprios pés, e exclamou para os pretendentes:
«Acabaram-se estes jogos que não saciam ninguém!
Sei agora de outro alvo, que nenhum homem nunca atingiu.
Vejam se acerto nele, se Apolo satisfazer a minha prece.»
Disse, e sobre Antínoo desfechou uma seta amarga.

Começa então a vingança de Ulisses, coadjuvado por seu filho Telémaco e pelos dois guardadores de gado que lhe tinham ficado fiéis. É uma vingança implacável, que não poupa nenhum dos culpados. Apenas o arauto e o aedo recebem a clemência do herói. Nesta longa cena de morticínio, tem-se perguntado até que ponto a fúria da revindicta não ultrapassou as exigências de recuperação dos direitos do senhor da casa.

O assunto tem sido muito debatido ultimamente, com acertada insistência nas culpas que os pretendentes haviam acumulado sobre as suas cabeças. Eles não eram apenas os dilapidadores dos bens de Ulisses, que devastavam havia anos a sua imensa riqueza em gado. Eles haviam planeado a morte de Telémaco, quando o jovem príncipe regressasse da sua viagem a Pilos e a Esparta, em busca de notícias do pai, e, depois de defraudados dessa expectativa, de novo haviam concebido idêntico projecto.

Ora, precisamente na *Odisseia*, a ideia de justiça divina e a concomitante noção de crime e castigo começa a esboçar-se. Ela está na entrada do poema, no trecho que Jaeger chamou com propriedade «a mais antiga teodiceia grega», quando, em concílio divino, Zeus refere o caso de Egisto, que acabava de sucumbir às mãos de Orestes, vítima dos crimes em que persistira, não obstante as advertências dos deuses (I. 26-43). Está novamente expressa nas

reflexões do porqueiro Eumeu sobre o estado de coisas no palácio de Ítaca (XIV. 83-88):

Os deuses bem-aventurados não apreciam o mal,
mas prestam honra à justiça e às acções sensatas dos homens.
Podem inimigos malvados saquear a terra alheia,
os bois de outrem, dar-lhes Zeus essa rapina,
e regressarem a casa com os navios repletos.
Mas um receio violento do castigo descerá sobre o seu coração.

A vingança de Ulisses está, por consequência, referenciada a um princípio universal, não se confina à desforra pessoal. Merece atenção, neste contexto, aquela cena em que, ante o júbilo da sua velha ama, ao ver reduzidos a cadáveres os inimigos e usurpadores de tantos anos, Ulisses a adverte severamente (XII. 412-413):

Não é piedoso tripudiar sobre homens mortos.
Aos que aqui estão, derrubou-os o destino dos deuses e as suas
[obras perversas.

«O destino dos deuses» - μοῖρα θεῶν - lê-se neste passo, diferentemente do que sucede na maior parte das ocorrências de μοῖρα, isto é, da parte ou porção de cada um, e, por extensão, da parte que lhe cabe no decurso da vida. Essa *moira* assim entendida é, naturalmente, independente da vontade de cada um, e parece sê-lo também da dos deuses, embora, pelo menos em dois passos da *Ilíada* (VI. 440-443 e XXI. 179-181), possa pôr-se a questão da transcendência de Zeus em relação a ela. No trecho da *Odisseia* que referimos há pouco, porém, esboça-se já uma noção de determinismo de origem divina, tal como surgirá depois em Sólon. Mais importante do que isso, no contexto em que de momento nos situamos, é a presença da dupla causalidade - a do plano *divino* e a do humano -, noção essa que aponta já para a da responsabilidade do homem pelos seus actos, a *qual*, como se sabe, *virá* a *adquirir* todo o seu relevo e acuidade na tragédia grega.

Nesta altura, perguntar-se-á o *ouvinte* que *ainda* está lembrado da teoria da improvisação oral, das fórmulas e dos epítetos, como será possível exprimir num estilo tão rígido pensamentos tão elevados? Teremos então de acenar que as fórmulas e epítetos eram auxiliares da memória, prontos a serem empregados no momento oportuno. Feitas as contas - e dificilmente se encontrará uma estatística que não tenha sido já aplicada aos Poemas Homéricos - há cerca de um décimo dos versos que não tem elemento formulaico seguro nenhum. A habilidade do Poeta está em saber usá-lo na ocasião adequada, e distanciar-se dele quando deve. De resto, as próprias fórmulas são flexíveis, no sentido exacto do termo, ou seja, são sujeitas a flexão, dentro do espaço métrico disponível, conforme pôs em evidência Hainsworth, um dos mais recentes e autorizados continuadores da doutrina de Parry.

Esta direcção dos estudos, que desloca o problema da autoria em favor do da forma, não é, contudo, a única. No *final* da mesma década de 30 que viu aparecer as teorias do helenista americano, publicavam-se na Alemanha os *Iliasstudien* de Schadewaldt, que marcam, eles também, mas noutro sentido, uma nova era. Estes analisam a maneira de contar e de construir alguns passos, chegando assim a uma concepção unitária da autoria. Situando-se nos antípodas de teorias do século passado, como a dos núcleos (que explicava a *Ilíada* como uma série de expansões a partir de um pequeno poema nuclear, só sobre a cólera de Aquiles) ou a dos lais (que dividia a epopeia em dezoito rapsódias distintas) ou ainda a da compilação (que faz de Homero o redactor final), as análises de Schadewaldt e seus sucessores procuram determinar as linhas mestras da narrativa e demonstrar que a harmonia do seu desenvolvimento e desfecho postula forçosamente um único autor para arquitectar tão grandiosa construção. Num livro que fez época, publicado em 1970, Dieter Lohmann, um dos continuadores desta teoria, centrada sobretudo na *Ilíada*, pôs em evidência a articulação dos cantos axiais do poema: o primeiro, com a causa e explosão da cólera de Aquiles, que abandona a coligação, por ter sido publicamente desconsiderado pelo chefe supremo da expedição, Agamémnon; o nono, com a tentativa infrutífera de o fazer regressar ao combate, em troca de esplêndidas ofertas; o décimo primeiro, com a sugestão de Nestor a Pátroclo de que peça a Aquiles que o deixe ir, a ele, com os Mirmidões para o campo de batalha; o décimo sexto, em que Pátroclo

consegue ser ouvido (preces frutíferas), executa feitos do mais alto preço, mas sucumbe às mãos do Heitor; depois, a segunda fase da cólera, agora radicada no campo afectivo da amizade e da lealdade, novamente com o esquema preces infrutíferas - preces frutíferas.

Este esquema, ao ser aplicado pela segunda vez, conduz-nos a um dos episódios mais significativos da *Ilíada*. No duelo titânico que trava com Aquiles, Heitor, prestes a ser dominado, roga-lhe que aceite um último pedido: que não deixe os cães devorar o seu cadáver, mas o entregue, mediante o resgate que quiser, a seus pais, para que lhe prestem os rituais fúnebres (XXII. 337-343). Aquiles responde, com a mais cruel dureza, e com a fúria do desespero, que ninguém afastará os cães da cabeça dele, ainda que lhe dessem dez ou vinte ou mais vezes o preço do resgate (XXII. 345-354).

Já sabemos que a gravidade do pedido não resulta só do natural horror à dilaceração futura do próprio corpo, mas da impossibilidade de a *psychê* transpor sequer os portões do Hades, para aquele a quem não couberam em sorte as chamas da pira.

A hora é de glória para Aquiles, que abandona, triunfante, o campo de batalha, levando atrelado ao seu carro o mais precioso troféu, o cadáver do inimigo. É essa a consumação da vitória do guerreiro primitivo, uma vitória que não conhece mercê nem complacência, e que se prolonga no além-túmulo.

No canto seguinte, o cadáver de Pátroclo é cremado com todas as honras, incluindo a da realização de jogos fúnebres em que participam os maiores guerreiros aqueus, momento de alacridade e entusiasmo que contrasta com a tensão dramática que tem vindo a acumular-se desde o início do poema.

Uma vez terminada esta manifestação de destreza, vigor e cavalheirismo, o espírito de vingança volta a pairar sobre a epopeia. Aquiles passa a noite agitado, sem dormir, e, logo ao amanhecer (*Ilíada* XXIV. 12-18):

.... Não lhe passava despercebido
o romper da Aurora sobre o mar e as arribas.
Atrela ao seu carro os cavalos velozes,
amarra Heitor à parte de trás, para o puxar.
Depois de o arrastar por três vezes em volta do túmulo
do filho morto de Menécio, de novo repousa na tenda, deixando-o
estendido no pó, com o rosto voltado para baixo.

Eram os direitos de vencedor, que o costume consagrara, e que o auditório do poeta certamente bem conhecia.

Mas não será nessa nota negativa que a epopeia termina. Os deuses indignam-se perante tão selvagem procedimento para com aquele que fora sempre tão cumpridor para com eles e era para Zeus «o mais caro dos mortais que existem em Ílion» (XXIV. 67). Zeus manda chamar Tétis para que advirta o seu filho de que ele mesmo deverá querer a glória de devolver o corpo de Heitor (XXIV. 110-116):

Vai célere ao acampamento e dá esta ordem ao teu filho:
diz-lhe que os deuses estão indignados, e eu mais que todos
os imortais me irrito, porque com o seu coração tresloucado
retém Heitor junto das naus recurvas, em vez de o entregar:
vejamos se, por temor para comigo, devolverá Heitor.

Por seu lado, Íris, a mensageira dos deuses, incita Príamo a ousar a diligência de ir de noite, sozinho com o seu arauto, e levando um avultado resgate, à tenda de Aquiles. A ajuda dos deuses não afrouxa. Hermes, disfarçado de um dos Mirmidões, ajuda Príamo na arriscada travessia e abre-lhe a porta da tenda do herói que, sozinho, punha e tirava a tranca da entrada, coisa que só três homens juntos conseguiam fazer (XXIV. 453-456). O velho e majestoso rei de Tróia apresenta-se agora na atitude consagrada do suplicante: abraça os joelhos e beija as mãos de Aquiles «terríveis assassinas, que lhe mataram tantos dos seus filhos» (XXIV. 479), para implorar que lhe restitua o cadáver de Heitor, em troca de um avultado resgate, lembrando-se de seu próprio pai, pois, mais do que ele, merece piedade.

Aquiles comove-se e afasta as mãos do ancião. Por um tempo, choram ambos: um, aos pés do guerreiro indómito, pensando em Heitor, o outro, recordando-se do pai, e também do amigo que perdera. Então levanta-se o herói da sua cadeira de espaldar e ergue o velho, pegando-lhe pela mão, «condoído dos seus cabelos brancos e da sua branca barba» (XXIV. 516). Manda que lhe entreguem o cadáver do filho, depois de arranjado à distância, oferece-lhe de comer e de beber, segundo preceituavam as regras da hospitalidade, e vai ao ponto de lhe conceder uma trégua de doze dias, para

celebrar condignamente os funerais de Heitor. Com este acto termina o poema.

Esta passagem da crueza primitiva a uma compreensão magnânima foi vista pela primeira vez por Schadewaldt, que encontrou nela uma das mais significativas lições da *Ilíada*. Às preces infrutíferas de Heitor prestes a sucumbir sobrepõem-se as preces frutíferas da velhice desamparada de Príamo, inerte, dentro da tenda de Aquiles. É um sinal de abrandamento de costumes que vem encerrar a epopeia, não como uma adição tardia, conforme pensaram muitos, mas como o coroamento exemplar de uma grave e profunda mensagem de humanismo.

Grande como é, não fora a única. Outro dos altos valores éticos é a amizade, de que o sentimento de dedicação sem limites entre Aquiles e Pátroclo fornece o mais belo exemplo. Completamente livre das impurezas com que uma época de padrões morais menos exigentes havia de maculá-la, ela aparece-nos como uma superação do ser individual, como um elo inquebrável de união numa sociedade em que os interesses de diversas forças coexistem num equilíbrio precário. E por isso, quando Aquiles, após a morte de Pátroclo, declara a sua mãe que a escolha de uma vida curta, mas gloriosa, está feita (*Ilíada* XVIII. 121-126), a resposta de Tétis aceita os mesmos valores (XVIII. 128-129), dando-lhe, portanto, a sanção divina.

Nas relações humanas, ocupa um lugar à parte o amor conjugal. Os modelos erguem-se, em toda a sua grandeza, num e noutro poema. Na *Odisseia*, é a espera paciente de Penélope, contra todas as aparências, ao longo de vinte anos. A rainha faz ouvir a sua voz perante todos, quando, no canto I, o aedo escolhe para tema do seu recital o regresso dos Aqueus, vindos de Tróia. É a sua primeira aparição no poema, que a caracteriza definitivamente (I. 328-344):

Do andar de cima, ouviu o canto inspirado
a filha de Ícaro, a sensata Penélope.
Desceu pela alta escadaria do seu palácio,
porém não sozinha: seguiam-na duas aias suas.
Quando a mais divina das mulheres se acercou
dos pretendentes, deteve-se junto ao pilar do bem construído tecto,
com os véus brilhantes sobre as faces.

De cada lado, assistia-a uma aia dedicada.
Então dirigiu-se, com lágrimas, ao divino aedo:
«Fémio, muitos são os feitos de homens e deuses
que sabes, para deleite dos mortais, e que celebram os aedos.
Canta-lhes aqui um desses! E eles que bebam
em silêncio. Mas cessa esse canto doloroso,
que sempre me dilacera o coração no peito,
já que sobre mim desceu uma dor sem tréguas.
Tais as saudades que tenho do homem que sempre me lembra
e cuja glória é vasta na Hélade e no meio da Argólida.»

Também Ulisses, quando Calipso lhe promete a imortalidade, se ficar sempre junto dela, acentuando que não é inferior a Penélope, responde à deusa com desassombro (V. 218-219):

Ela é mortal, ao passo que tu não conheces a velhice nem a morte.
Mesmo assim, o meu querer e o meu anseio de todos os dias
é chegar a casa e contemplar o dia do regresso.

Na *Ilíada*, uma das cenas mais célebres de todos os tempos gravita em volta do mesmo tema: a despedida de Heitor e Andrómaca. O herói máximo dos Troianos vai à cidade, pedir à mãe que tente aplacar com oferendas a deusa Atena. Procura depois a esposa em casa, mas não a encontra aí, pois ela subiu à muralha, seguida da aia com o filho de tenra idade, na ânsia de ver o que se passava no campo de batalha. É aí, junto das Portas Ceias, que Andrómaca vem ao seu encontro, implorar-lhe com lágrimas que se lembre daqueles a quem deve protecção, pois o pai, os sete irmãos que tinha, foram já todos abatidos pela mão de Aquiles; para ela, Heitor fazia as vezes de todos e era o seu esposo florescente. E a sua prece desesperada culmina nestes versos (VI. 431-432):

Mas vamos, amerceia-te de mim e fica aqui na torre,
Não faças órfão teu filho, viúva a tua mulher.

Heitor responde que também isso o aflige, mas se envergonharia perante o seu povo, se ficasse, como um cobarde, afastado da refrega, porque – diz ele – «aprendi a ser sempre valente e a combater entre os primeiros Troianos» (VI. 444-445). Porém não o preocupa tanto a dor que há-de vir, nem por Hécuba, nem por Príamo, nem pelos seus muitos irmãos que tombarão na liça, como o futuro de Andrónaca, se a levarem em cativo. Depois de uma evocação dessa perspectiva sombria, conclui com estes versos pungentes (VI. 464-465):

Mas que um monte de terra encubra o meu cadáver,
antes de eu ouvir o teu grito, ao seres arrastada à força.

Outro princípio importante, a que já aludimos de passagem, governa esta sociedade: o vínculo moral que se contrai quando se é recebido em casa de alguém, alguém para quem se é geralmente um desconhecido, que clama por socorro. Essa relação especial faz parte das normas observadas por este povo que ainda não conhece a lei positiva. Quando Nestor recebe Telémaco e Mentor, nem sequer sabe se eles são do número dos piratas que andam pelos mares (*Odisseia* III. 72-74). Menelau fica indignado quando um vassalo seu lhe vem perguntar se há-de receber dois estrangeiros que pedem pousada, e adverte-o (*Odisseia* IV. 33-36):

Acaso não chegámos nós aqui, depois de termos comido
muita vez à mesa dos outros? Que Zeus doravante
nos livre dessa desgraça! Desatreia os cavalos
dos hóspedes, e, a eles, trá-los aqui para a festa.

Este vínculo era tão respeitado que se sobrepunha ao dever militar e atravessava gerações. É assim que Glauco, príncipe aliado dos Troianos, e Diomedes, rei de Tirinto, quando se encontram frente a frente e vêm a saber que um antepassado de um fora hóspede do de outro, se abstêm de combater e vão até ao ponto de trocarem as armas. Diomedes proclama então (*Ilíada* VI. 226-231):

Afastemos as lanças um do outro no ardor da refrega.
Há muitos Troianos ilustres para eu matar,
se o deus mo conceder e eu os atingir na corrida,

e muitos são os Aqueus para tu aniquilares, se puderes; troquemos,
pois, as armas, a fim de que estes saibam
que nos sentimos honrados com a hospitalidade dos nossos
[maiores.

Este é, a traços largos, o universo moral do homem homérico. Um homem que é feito para a luta, e parece sentir-se feliz em medir forças contra todos os obstáculos, mas que ao mesmo tempo tem a consciência de que é um ser débil e caduco. Nenhum passo dos Poemas exprime tão bem esta noção como o breve símile com que Glauco responde a Diomedes, no princípio do recontro há pouco evocado, quando este lhe pergunta pela sua ascendência (*Ilíada* VI. 145-149):

Tidida magnânimo, porque me perguntas pela minha linhagem?
Tal como a geração das folhas, assim é também a dos homens.
As folhas, umas deita-os o vento ao chão, e logo
a floresta viçosa cria outras, quando surge a primavera.
Assim nasce uma raça de homens, e outra cessa de existir.

O homem, ser efêmero (literalmente: «que dura um dia»), será um tópico largamente glosado em todo o decurso da época arcaica, e também posteriormente. A sequência narrativa da *Ilíada*, desenrolada numa tensão crescente, leva o herói principal pelo caminho de consumir numa morte gloriosa o seu ideal de superioridade. Não assim a da *Odisseia*, em que o protagonista acaba sempre por vencer os mais intransponíveis obstáculos, graças à sua argúcia e à sua capacidade de resistência («o que muito suportou» é, como já vimos, um dos seus epítetos distintivos). Um e outro, contudo, se completam na procura, que é de todos os tempos, de uma realização plena das suas mais altas esperanças.

Doutor Mons. Cón.
José Geraldes Freire

1995

Doutor José Geraldes Freire



Nasceu em São Miguel de Acha a 14 de Maio de 1928

Carreira Académica

Matriculou-se em Filologia Clássica em 1957

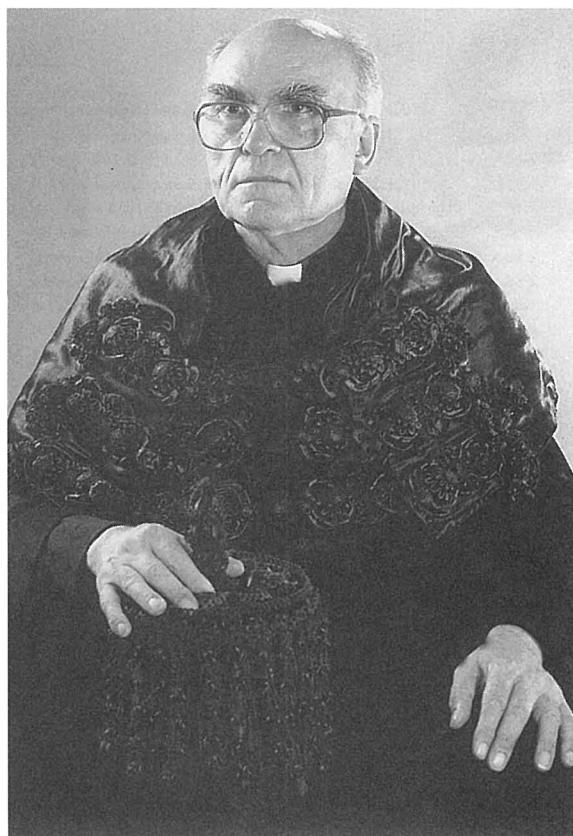
Licenciou-se em Filologia Clássica em 1962

Doutorou-se em Letras em 1971

Professor extraordinário em 1978 e catedrático em 1979

Jubilou-se em 14 de Maio de 1998

Leccionou: Latim Medieval, Seminário de Latim Medieval, Mestrado de Latim para as Ciências Musicais, Latim I, II e III, Linguística Latina, Grego I e II, Literatura Grega I - práticas, Introdução aos Estudos Linguísticos



Professor Doutor Mons. Cón. José Geraldes Freire

(Página deixada propositadamente em branco)

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

PELO

PROFESSOR DOUTOR MONS. CÓN. JOSÉ GERALDES FREIRE

MAGNÍFICO REITOR

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES: ACADÉMICAS, CIVIS,

MILITARES E RELIGIOSAS

SAPIENTÍSSIMOS MESTRES

SENHORA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA

SENHORAS E SENHORES ESTUDANTES

SENHORAS E SENHORES FUNCIONÁRIOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

269

O LATIM MEDIEVAL EM PORTUGAL: - LÍNGUA E LITERATURA

*Incipiet patrinus inuocare nomen Dei et COMMENDARE SCIEN-
TIAS et iniungere lectionem doctorando.*

Estas palavras encontram-se nos primeiros Estatutos, redigidos pela própria Universidade e promulgados, em Lisboa, a 16 de Julho de 1431: O padrinho começará por invocar o nome de Deus e por fazer um discurso

de elogio das ciências e por indicar o tema da lição a que o doutorando é obrigado.

A tradição universitária foi evoluindo ao longo dos séculos. O esquema geral da *Oração de Sapiência*, proferida na abertura solene das aulas, compreendia, no século XVI, de facto, o elogio de todas as ciências professadas na Universidade. Variavam os oradores e os argumentos, mas o tema era aproximadamente o mesmo.

A vastidão do saber era uma característica dos professores de há bem poucos séculos atrás. Como observa Hervé Carrier, «os mestres intelectuais do passado tinham o hábito de se interessar pela totalidade do saber relativo ao universo, aos deuses, ao sagrado, às tradições, às escrituras, às regras e aos códigos do comportamento humano. (...) Aristóteles escrevia que "a ciência interessa-se pelo necessário e pelo eterno": *Eth. Nicom. VI, 3*».

As especializações

Porém, com a proclamação da independência das ciências, com sábios notáveis como Galileu e Newton, desde o século das Luzes os saberes foram-se diversificando e aprofundando cada vez mais. A par das ciências da Natureza, igualmente as Humanidades se foram especializando. O século XIX constituiu, também no campo da Filologia Clássica – o Grego e o Latim – uma *era nova*, em que foi cientificamente provado o parentesco das línguas indo-europeias, se criaram as Gramáticas Históricas de cada uma delas, se apurou a evolução das línguas ao longo dos tempos e o seu uso diversificado consoante as camadas sociais e as circunstâncias o exigiam, numa palavra, criaram-se múltiplas especializações para o estudo de cada Língua e respectiva Literatura.

Estamos assim chegados à compreensão de que, mesmo dentro de uma só língua – e *pensemos já no Latim* – existem hoje muitas especializações. Podemos ocupar-nos das suas origens, e teremos de estudar as línguas da Itália primitiva, com as quais o Latim conviveu e que depois dominou; pesquisar as primeiras manifestações escritas, tanto epigráficas como literárias, e teremos o Latim Arcaico; deleitar-nos com os grandes autores em prosa e em verso do Período Clássico, e conviver com nomes cimeiros da Literatura

Mundial, como Cícero e Tito Lívio, Virgílio e Horácio e tantos outros; não poderemos esquecer também escritores que tanto marcaram a Cultura Medieval e Moderna, como Sêneca, Quintiliano ou Tácito, sem omitir o hoje tão em voga Petrónio, autor do *Satiricon*, a par de poetas que se distinguiram no Período Imperial: Fedro, Marcial e Juvenal. Seria ilusão muito perigosa, porém, pensar que, com os autores do século II, entre os quais Apuleio, Suetónio e Aulo Gélio, se esgotou a Literatura Latina. O estudo do Latim Vulgar, tal como o falavam, e escreviam, as camadas mais baixas da população, tornou-se uma especialidade que se vem impondo há mais de um século - e que se ocupa de textos de todos os períodos da Língua Latina.

O Latim Tardio

Neste breve apontar para especializações dentro do Latim, queremos chamar a atenção, em particular, para o Período do Latim Tardio, que nós consideramos desde a morte do imperador Marco Aurélio (180), pensador e combatente contra a pressão dos Bárbaros sobre as fronteiras do Império Romano - ano de 180 que, ao mesmo tempo, coincide com o primeiro relato de Latim dos Cristãos, os *Acta Martyrum Scillitanorum* (Scilli, perto de Cartago, Tunísia). Se é certo que, neste período, a Literatura Romana Tradicional nos apresenta, como últimos autores dignos de consideração, os gramáticos Donato e Sérvio (séc. IV) e os transmissores da cultura Macróbio e Marciano Capela (séc. V), é precisamente então que novas gerações de escritores latinos surgem, inspirados pela força renovadora do cristianismo e detentores das melhores técnicas literárias, desde os prosadores, como Tertuliano, Ambrósio, Agostinho de Hipona, Jerónimo e Gregório Magno, aos poetas mais requintados, como Prudêncio, Paulino de Nola, Sidónio Apolináris, Sedúlio e Venâncio Fortunato.

É certo que todos estes autores pertencem, incontestavelmente, à Antiguidade Tardia, período que tem actualmente famosos cultores no campo da História e das Letras. Não cultivaram eles outra língua literária senão o Latim e viveram imbuídos da Cultura Clássica, não podendo alguns deles sequer admitir que a Civilização Romana estava a chegar ao fim.

Entre os historiadores, cai bem chamar a Boécio e Cassiodoro (séc. V-VI) «os últimos romanos». Porém, noutra perspectiva, já pensadores que os precederam, como S. Jerónimo, Santo Agostinho, Paulo Orósio e outros, que viveram entre Teodósio (379-395) e Carlos Magno (768-814) são também designados de «os primeiros medievais». Estes epítetos são ambos exactos do ponto de vista da transmissão da Cultura.

Porém, tomando em conta sobretudo factores linguísticos e literários, devemos dizer que a Antiguidade Latina Tardia se manteve enquanto o Latim continuou a ser falado pelo povo, suportado pela organização escolar tradicional, reconhecido e adoptado pelos governantes dos Reinos saídos das grandes invasões bárbaras dos séculos III, IV e V. Aplica-se aqui algo semelhante ao que aconteceu com a conquista do mundo helenístico pelos romanos, lapidarmente expresso por Horácio nestes versos: *Graecia capta ferum uictorem cepit et artes/intulit agresti Latio* (*Epístolas, Livro II, 1, 155-156*): *A Grécia, uma vez conquistada, conquistou o seu feroz vencedor e introduziu as artes no Lácio agreste*. De facto, também Paulo Orósio nos conta nas suas *Historiae* (Livro VII, cap. 43, 4-6) que o rei visigodo Ataúlfo (410-415), quando sucedeu a Alarico (o conquistador de Roma, em 410) concebeu o projecto de apagar o nome romano e transformar tudo o que até aí era a *România* num novo império, a *Gótia*, de modo a que *fieret nunc Athaulfus quod quondam Caesar Augustus*. Ataúlfo queria ser um outro Augusto. Porém, depressa reconheceu que faltava aos Godos a organização romana, e sobretudo a força disciplinadora do Direito Romano. Por isso (conclui Paulo Orósio) preferiu Ataúlfo restaurar e engrandecer o império romano, guardando para si a honra de ser considerado, pelos vindouros, como *Romanae restitutionis auctor*, isto é, *o criador da restauração de Roma*. Assim a Itália, a Gália e a Hispânia se adaptaram, sob os ostrogodos e lombardos, os francos e os visigodos, ao Catolicismo e mantiveram a Língua e Literatura Latinas, por vezes com certo brilho, até ao momento em que os seus reinos foram destruídos: os visigodos, pela invasão árabe (711); os merovíngios pelos carolíngios, especialmente após a ascensão de Carlos Magno ao poder como único senhor (768); e os lombardos com a conquista que Carlos Magno lhes impôs, em 774.

O Latim Medieval

Do ponto de vista linguístico, devemos, pois, dizer que o Latim Medieval nasce quando o Latim Vulgar, no final do Período Tardio, caminha para o desmantelamento das estruturas características do Latim: – evolução fonética de vogais e consoantes; simplificação morfológica, com a confusão dos casos e das formas verbais; perda das funções sintáticas, das regências, e a tendência para o desenvolvimento da descrição analítica e da ordem directa das palavras. Estas transformações da Língua Latina, iniciadas em séculos passados, aceleraram-se com a perda de normas ortográficas, o quase desaparecimento das escolas e a falta de autoridade e de estímulo da Administração Central. Os séculos VII, VIII e IX foram os tempos das grandes transições.

Que é então o Latim Medieval? *Forçosamente*, uma língua de cultura, a língua oficial dos documentos, do ensino, das relações internacionais, dos diversos géneros literários. E dizemos *forçosamente*, porque as múltiplas línguas regionais, evoluídas do Latim, não possuíam estatuto próprio, mal tinham consciência da sua existência, não se sentiam com «dignidade» para ascender à diplomática, à história, à oratória sacra ou profana e à poesia na sua forma artística. Esta situação manteve-se ao longo de séculos em quase todas as Línguas Românicas. Entre os séculos VIII-IX e os séculos XII-XIII, os romanistas procuram documentar a existência de cada uma delas: – o italiano, o provençal, o francês, o catalão, o castelhano, o português, etc. – a partir de vocábulos romances encontrados no meio de textos latinos, de glossas colocadas à margem de documentos gramaticais ou públicos, de pequenas composições que se encontram dispersas em manuscritos latinos, enfim, um longo período de gestação, até cada uma das Línguas Românicas adquirir um rosto bem definido e marcar a sua independência.

Sendo assim, o Latim Medieval manteve-se, por toda a parte, como um superestrato em qualquer dos níveis linguísticos por que se foi apresentando ao longo de séculos, até ao Renascimento.

Referindo-se ao latim literário da Idade Média, a Prof.^a Christine Mohrmann, cujos cursos tivemos a honra de seguir na Universidade de Nimega (Holanda), gostava de salientar o dualismo de forças que sempre

procuraram elevar o nível linguístico e artístico dos escritores: em primeiro lugar, a norma clássica, recebida através dos gramáticos e da leitura dos principais autores, pois os Clássicos nunca foram abandonados durante a Idade Média; em segundo lugar, os grandes Doutores da Igreja, e sobretudo o texto da Vulgata Latina, que serviam de alimento cotidiano na Liturgia, nos ofícios das Horas, na exegese, na pregação, nos tratados espirituais.

Foi assim possível, em todos os períodos da *História da Literatura Latina na Idade Média*, o aparecimento de autores de boa formação humanística e de bom recorte de estilo. Na época carolíngia foi notável a acção de Alcuíno e Paulo Diácono (séc. VIII); mesmo no séc. X, o chamado "século de ferro", florescem as peças de teatro de Roswitha de Gandersheim; temos, no "renascimento Otoniano", Pedro Damiano e Santo Anselmo (séc. XI); desenvolve-se então um tipo de poesia baseada no ritmo da intensidade do acento e na rima, de que são testemunhos os *Carmina Cantabrigensia*; é famosa a «renascença do século XII», também conhecida por *aetas ovidiana* (tal a influência de Ovídio), em que se distinguiram Pedro Abelardo e S. Bernardo de Claraval, a par da pujança da lírica profana, expressa nos *Carmina Burana* (por terem sido encontrados num manuscrito da abadia bávara de Sanktbenediktbeuern); o séc. XIII é o período aúreo da Escolástica, com Santo Alberto Magno e S. Tomás de Aquino, os quais não eram secos redactores de pensamentos filosóficos, mas também místicos e até poetas inspirados; desenvolvendo um género poético típico da Idade Média, já antes cultivado na Escola de S. Vítor de Paris - a *sequência* - elevam-se, como modelos para os séculos vindouros, os líricos Franciscanos Jacopone da Todi e Tomás de Celano; na viragem para o séc XIV surge a mística alemã que tem em Eckhart o seu mais alto expoente.

I PARTE

O LATIM NOTARIAL NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS

É tempo de voltarmos o nosso olhar para o Ocidente Hispânico, onde a romanização e o cristianismo trouxeram também as sementes da cultura, que já no Período do Latim Tardio produziram frutos abundantes. - *Egéria*, mulher curiosa que viajou pelo Médio Oriente entre 381 e 384, deixou-nos um *Itinerário* ou *Peregrinatio Egeriae* que está continuamente a ser reeditado; *Paulo Orósio*, historiador, geógrafo e filósofo (séc. IV-V), com os seus *Sete Livros de História*, serviu de mestre a toda a Idade Média e continua hoje a ser estudado e traduzido; *Hidácio de Chaves*, com o seu *Chronicon* terminado por 469, coloca-se na linha de autores universais como Eusébio de Cesareia e S. Jerónimo; *Martinho de Braga*, falecido em 572, é objecto do estudo dos pesquisadores de Séneca (autor que seguiu de perto) bem como dos canonistas, dos historiadores do monaquismo e até dos etnógrafos e romanistas que analisam em pormenor o seu *De Correctione Rusticorum*; *Fruoso de Braga*, um século depois, tornou-se, com as suas cartas, a sua *Regula Monachorum* e os seus versos, uma das figuras cuja projecção se manteve viva mesmo nos séculos da dominação árabe.

Estamos de novo a falar dos séculos VII, VIII e IX, aquele período crítico da história do Latim em que, na língua do povo do Ocidente Hispânico, se processou a evolução para uma língua regional, que poderemos designar por galego-português.

Documentos notariais

A pesquisa das origens do romance do Noroeste Hispânico tem que se fazer sobre aqueles documentos de Latim que na maioria dos casos nos foram transmitidos através das cópias dos cartulários. Temos, de facto, apenas dois originais do séc. IX, como adiante referiremos. A base da investigação continua a ser os *Diplomata et Chartae*, apesar dos seus erros de transcrição, editados por Alexandre Herculano, em 1867.

O método de trabalho consiste em ler o documento notarial com a máxima atenção e sentido crítico, a fim de perscrutar se, no meio daquele «latim bárbaro», em que se misturam formulismos herdados da tradição jurídica romana e visigótica, aparecem palavras que já não são latinas, mas documentam que o notário, apesar de todo o seu desejo de escrever em Latim, deixa passar e vir ao de cima elementos vocabulares que denunciam a fala do povo. A estes elementos não latinos chamamos *alforamentos do português*, porque eles emergem, no nível geral de uma redacção convencional, como algo de estranho ao Latim, algo de novo que o notário não conseguiu passar para Latim e que, por isso, escreveu tal como ouvia dizer aos intervenientes directos do diploma. A transcrição conservada no Cartulário (e nos *Diplomata et Chartae*) não garante absolutamente a pronúncia do outorgante ou das testemunhas, mas é antes uma tentativa de fazer corresponder os fonemas ouvidos ou pronunciados aos grafemas de que o notário dispõe.

Vamos citar breves exemplos de *alforamentos do português*, encontrados em documentos da segunda metade do século IX, depois de os termos examinado criticamente e discutido a sua autenticidade. As indicações remetem para os *Diplomata et Chartae* (designado por DC), com indicação do ano e da linha onde se encontram as palavras em causa. Além da edição de Herculano, procurámos também verificar o Cartulário respectivo e, para os documentos DC IX (882) e DC XII (897), conferimos atentamente fotocópias do original.

1.^o - O ditongo - *ei* - não existia no latim clássico. Em português tornou-se frequente. Não se encontra no castelhano. É raro no catalão, provençal e italiano. Pois está claramente documentado em *leiga* (a primeira palavra tipicamente portuguesa documentada) em DC VIII (875) 22; no antropónimo *Balteiro*, DC X (883) 1 e em *inleigato*, DC XII (897) 5 leia-se *inleijato*).

2.^o - O ditongo - *ai* -, que no Latim Vulgar evoluíra para - *e* - encontra-se já reconstituído no topónimo *Quiaios* no DC XII (897) 28.

3.^o - O ditongo - *au* - que em latim evoluíra para - *u* - encontra-se a caminho da sua reconstituição. O caso mais característico é o do nome do rio

que em latim se chama *Vacua*. No DC XII (897) aparece com as formas *Vauga* (linhas 7 e 29) e *Voaga* (10 e 17), esta última bem próxima das pronúncias actuais do Vouga!

Aliás - *au* - apresenta-se também evoluído para - *o* - na palavra *foce de Paviola*: a *foz* do Paivó, DC X (883) 6.

4.^o - A sonorização das oclusivas surdas em posição intervocálica é um fenómeno constante no documento original DC IX (882): *migacli* (2), *judigado* (21), *abriles* (22), *Rodorigus* (27). E no DC XII (897) a simples evolução de *t* para *d* faz surgir a palavra *vida* (20).

5.^o - Os topónimos mantêm-se muitas vezes inalterados, desde muito provavelmente um substrato latino, até aos nossos dias. Eis alguns exemplos: o rio *Have* (V (870) 5); e no DC X (883): *Baltar* (5), *Pavia* (5), *Canas* (5), *Pardellas* (6); mais frequentes ainda no DC XII (897): *Mondego* (28), *Quiaios* (28), *Bigas* (30), *Gondomar* (36), *Valongo* (37) - e em terras da actual Galiza: *Carnota* (15) e *Nemancos* (16).

6.^o - Os antropónimos apresentam-se evoluídos desde 870: *Cartemiro* (DC VI (870) 2); *Arguiro* (3) e *Vistremiro* (3); são também frequentes no DC VIII (875): *Sancio* (4 e 29) - que tem sido lido como o nome do presbítero *Santom* ou *Santo*, quando afinal é apenas a grafia então possível de *Sancho!* -, *Astufo* (30), *Belza* (31), *Moabar* (31), *Ramiro* (32), *Ubeco* (32).

7.^o - Não queremos deixar de registar expressões evoluídas que provam (pela sua repetição) uma forma "romance" constante: *isto que* (DC -V (870) 30), *de que isto* (VII (874) 5), *de isto que* (XII (897) 42, 44, 45); em 870: - *fonte de Salmegia* (VI (870) 12), *per casal de Lovegildo et inde per rego qui decorret a casa de Trasmondo* (16-17).

Esta breve amostra basta para demonstrar que, quando lidos criticamente e com demorada atenção, os nossos mais antigos documentos datados e autênticos, após a invasão árabe, apresentam, desde 870 até ao fim do século IX, provas suficientes de que então o povo do actual território português falava já uma língua bem diferenciada do Latim. Estes *affloramentos do Português* são como que os primeiros vagidos de uma nova língua em formação que se encontrava então ainda no seio da madre latina. Desde a

primeira hora se pode aplicar o dito de Camões quanto ao Português (*Lusíadas*, I, 33):

*E na língua, na qual, quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a Latina.*

Os Forais

Em polo cronológico quase oposto se encontra o *Latim dos Forais*. Estes, como cartas de alforria, direitos e privilégios concedidos às povoações disseminadas por todo o território, difundiram-se com uma redacção latina peculiar, desde o século XI ao século XIV.

O latim dos forais, diplomas que foram largamente emitidos sobretudo em Espanha e Portugal, merece também o atento estudo dos medievalistas latinos. Por isso, não podemos nós deixar de lado os seus textos, a principal fonte dos quais continua a ser o volume das *Leges et Consuetudines*, editado por Alexandre Herculano, em Lisboa, em 1856, integrado na famosa colecção dos *Portugaliae Monumenta Historica*.

Faz muita falta um Dicionário Latino com o Vocabulário dos Forais. De facto, mesmo os Dicionários de Latim Medieval deixam de lado inúmeras palavras que se encontram nos forais em latim. Os melhores instrumentos de trabalho de que para este efeito dispomos, ainda são os Dicionários Etimológicos das Línguas Românicas, os Dicionários de Português e do Castelhana Arcaicos, sendo imprescindível ter sempre à mão o subs-tancioso *Elucidário* de Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo.

278

É certo que muitos estudos de forais latinos, tanto de Espanha como de Portugal, têm, por vezes, em apêndice, um *índice de vocábulos*. Trata-se, no entanto, compreensivelmente, só das palavras que se encontram naquele foral em causa. O mesmo método tem de adoptar-se e intensificar-se entre nós, ampliando-o, quanto possível - para o estudo etimológico e histórico.

O *Latim dos Forais*, para além de um breve formulismo notarial, tem muito interesse para a compreensão do vocabulário usado nos séculos XI a XIV na administração pública; entre as autoridades militares, judiciais e eclesiásticas; na demarcação dos estratos sociais das populações; nos usos e

costumes; na vida agrícola e comercial do tempo; nas profissões e funcionalismo; na aplicação da justiça; nos pesos, medidas e moedas em uso, etc. etc.

De modo particular, os Forais, mesmo com o seu latim tantas vezes estropiado, são um auxiliar precioso da prosopografia - contribuindo para identificar e acompanhar a vida de muitas personagens - e para a geografia. Pode dizer-se que, como quase todo o território está coberto por forais emitidos pelos reis, pelas autoridades eclesiásticas, pelas ordens religiosas e militares ou por simples particulares, a toponímia de cada região se encontra abundantemente documentada em vocábulos latinos, alatinados e, frequentemente, inteiramente portugueses. Um Dicionário de Português Arcaico, que está ainda por fazer pelos linguistas modernos, não poderá prescindir dos documentos notariais e dos cartulários, bem como do exame aprofundado dos forais latinos onde, por vezes, os nomes próprios e comuns estão registados em autêntico Português ou escondidos sob formas pretensamente latinas, muito antes de o Português ser utilizado, como língua oficial. O primeiro documento em Português é o testamento de D. Afonso II, datado de 27-VI-1214, como provou o Cónego Doutor Avelino de Jesus da Costa.

Em nossa opinião, enquanto os primeiros escrivães dos documentos notariais dos séculos IX e X, quando pegavam na pena pensavam ainda em latim como língua oficial e de cultura e só ocasionalmente deixavam emergir os *affloramentos do português*, mais tarde os chanceleres e notários dos forais dos séculos XI a XIV encontravam-se perante uma situação mental pensada em português e que era redigida num latim oficial, mas sem preocupações de maior quanto ao registo de palavras portuguesas que não sabiam traduzir para latim, dando-lhes por isso formas alatinadas ou escrevendo-as mesmo em português.

Para não deixarmos este ponto sem qualquer exemplo, consideremos alguns nomes comuns do *Foral da Egítania* (actual Idanha-a-Velha), de 1229 (*Leges et Consuetudines*, p. 613-616): *apelidus*, *cabalarío*, *deitatus* (no sentido de "deitado fora!"), *fossatum*, *infâncias*, *mentirosus*, *porras*, *portagium*, *scancianus*, *tenda* - os quais, como tantos outros, quase não precisam de tradução, mas apenas da compreensão do conceito.

Do mesmo modo, quem conhecer a região entre Monsanto, Alpedrinha e Castelo Branco, não terá dificuldade em localizar estes topónimos: *Almortom, Alpreçada, Aravil, Calçada de Alcantara, fonte de Caniza, Mata, Ribeyro Mourisco, Ponsul, Proência, Taaveyrol, rio Tortel, Vallongum*. Devemos prevenir, todavia que nem todos os vocábulos são tão fáceis como estes! Surgem autênticos «bicos de obra» e casos sem solução...

Livro Verde da Universidade de Coimbra

Não queremos abandonar a referência ao Latim Medieval dos documentos notariais sem breves considerações sobre o *Chartularium Vniuersitatis Portugalensis*, obra monumental compilada pelo Prof. Artur Moreira de Sá, de que já saíram 11 volumes, abrangendo documentos desde 1288 até 1520. Um dos núcleos importantes do *Chartularium* é constituído pelo *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, de que possuímos hoje duas transcrições completas, a de Rocha Madahil e a de Maria Teresa Nobre Veloso. Temos aqui uma fonte preciosa não só para a História da Universidade, mas também para a História da Cultura Medieval em Portugal.

A qualidade do seu Latim é muito variável. É certo que, no geral, os documentos são redigidos por notários oficiais - do Rei, do Papa, das Congregações Religiosas - e por pessoas de formação académica regular. Nos seus textos não faltam linhas de halo literário, sobretudo na arenga, colocada no princípio da narrativa para fundamentar com fontes bíblicas ou canónicas, ou da simples filosofia do bom-senso, a necessidade das decisões a tomar. Porém, a força dos hábitos tabeliônicos e, forçosamente, as falhas dos copistas e editores dão lugar a passos vulgares e por vezes incompreensíveis.

Apresentamos apenas alguns exemplos comprovativos da necessidade de uma análise filológica e do estabelecimento de um texto crítico de cada documento, citando a *Súplica de 12 de Novembro de 1288*, pela qual 27 eclesiásticos se queriam dirigir ao Papa para lhe pedir licença de aplicar parte das rendas das suas igrejas no pagamento dos salários dos professores da Universidade, instituição que eles próprios já haviam tomado a iniciativa de pedir ao Rei D. Dinis para a fundar, baseados em razões que a ambos expuseram.

Pois este documento, cujo original se perdeu, de que existe só a cópia manuscrita do *Livro Verde* e que já foi muitas vezes editado, a partir de uma leitura paleográfica por vezes apressada, nunca foi examinado com o rigor da crítica textual latina. A partir das comemorações do VII Centenário da Universidade (1290-1990), nós demos a Súplica de 1288 em três cursos de Latim Medieval. E sempre pudemos melhorar a compreensão do seu texto...

A forma do Livro Verde *Lauñã* chega a aparecer sob a grafia *Louredõ* (em Leitão Ferreira), quando o sinal de abreviatura sobre os dois grafemas *ã* permite perfeitamente a transcrição *Lauriniana*, única que corresponde à já então notável vila da *Lourinhã*. Mais surpreendente é que entre os subscritores das rendas da Universidade se encontre uma igreja que Frei Francisco Brandão transcreveu por *Sancta* e que outros editores desdobraram em *Scavem* (T. Veloso) e *Sacavém* (Chartularium). Afinal, um exame atento do modo como o copista do Livro Verde escreve o *S* e o *O* maiúsculos obriga antes a transcrever *Orã* e a desdobrar para *Orana* ou mesmo *Oriana*. Sendo assim, a honra de subsidiar as cátedras da primitiva Universidade em Portugal não pertence, entre outras, a Sacavém, mas antes à igreja de Santa Maria do Castelo de *Ourém!*

Todos nós sabemos que as cópias (e até os nossos originais!) estão sujeitas ao «salto» de uma palavra. Os subscritores da Petição de 1288 argumentam que a Universidade é necessária em Portugal para a formação de clérigos, os quais, até então, ou tinham de ir para o estrangeiro ou eram «forçados» (*inuiti*; e não *invicti*, como escreve o Livro Verde!) a ficar leigos. Neste contexto a conclusão só pode ser: «e convém que eles *não* se afastem do seu bom propósito». Pois o copista «saltou» a negativa *non* e deixou passar, como todos têm transcrito até agora: *et oportet eos recedere a ssuo bono proposito*. É evidente que o original teria de ter: *eos <non> recedere*.

Outras correcções se impõem ao manuscrito do Livro Verde, algumas das quais já foram judiciosamente feitas por alguns editores deste documento. Entre elas encontra-se *seriatim*, em vez da cópia do LV: *sireatim!* Num outro erro nenhum dos editores reparou até ao presente: a despropositada forma *precium*, que, morfologicamente, só pode ser um neutro, donde proveio o português *preço*. Ora a Súplica diz que todas as razões que urgiam a fundação da Universidade já os peticionários as tinham transmitido ao Rei *cum nimia*

precium instantia, circunstância de «modo», que só pode significar *com grande insistência de pedidos*. Nestas condições, *precium* (singular neutro) tem forçosamente de ser corrigido para *precum*, o genitivo do plural de *prex*, *precis*: prece, súplica, pedido.

E o que se passa com este primeiro documento que nos fala da fundação da Universidade em Portugal, acontece com quase todos os outros. Nós experimentámos a necessidade de estabelecer previamente um texto crítico quando, para o VII Centenário da Universidade, tivemos de traduzir, pela primeira vez, a Carta de Privilégios de D. Dinis e de transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, datada de 15 de Fevereiro de 1309, e os Estatutos iniciados em Lisboa a 16 de Julho de 1431.

II PARTE

HISTÓRIA DA LITERATURA EM LATIM NA IDADE MÉDIA EM PORTUGAL

O *início* do latim literário escrito em Portugal pode dizer-se que coincide com o século XII, desde os tempos do Condado Portucalense, fundado em 1096.

Mais difícil é marcar um limite para o *fim do Latim Medieval*. Aliás, o *final da Idade Média* é objecto de larga controvérsia entre os historiadores. M. D. Chenu chamou a Abelardo (1079-1142) «o primeiro homem moderno» pela força da sua individualidade e do seu sentimento. De igual modo, há quem considere o movimento espiritual organizado contra o Papa João XXII por Miguel de Cesena, Guilherme de Ockham e Bonagratia de Bérgamo, que culminou com a sua fuga de Avinhão, a 26 de Maio de 1328, como o princípio da Idade Moderna. Dante (1265-1321) tem sido chamado «o último poeta da Idade Média e o primeiro poeta moderno». A Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375) ninguém hesita em os colocar entre os primeiros humanistas. Na História Geral, o fim da Idade Média ora é assinalado pelo ano de 1453, com a queda de Constantinopla nas mãos dos

Turcos, ora é marcado pela descoberta da América por Cristóvão Colombo, em 1492. Os grandes comentadores da Escola de Bolonha, Cino de Pistoia (1270-1336), Bártolo de Sassoferrato (1314-1357), Baldo de Ubaldis (1327-1400) e Jason de Mayno (1435-1519), por saberem conciliar o *ius romanum* com o *ius proprium*, foram chamados «arquitectos da modernidade europeia». O *Lexikon des Mittelalters* propõe-se estudar temas e autores até 1500, mas ultrapassa esta data em muitos casos. E. B. Schmeidler, no seu livro *Das spätere Mittelalter von den Mitte des 13. Jahrh. bis zum Reformation*, alarga a Idade Média Tardia desde 1250 até 1550.

Não é mais fácil saber *quando termina a Idade Média entre nós* e principia o Renascimento. António José Saraiva, em *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, estuda em pormenor o período desde D. Afonso III (1245-1279) ao Infante D. Pedro (1437-1449). Já o Cón. Prof. José Marques alarga a nossa Baixa Idade Média desde D. Dinis (1279-1325) até ao Tratado de Tordesilhas (1494). Dagoberto Markl considera como Primeiro Renascimento Português os reinados de D. João I (1385-1433) a D. João II (1481-1495). Maria Amélia Machado Santos, bem como António Domingues de Sousa Costa, dizem que desde os primeiros anos do século XV vivemos a primeira renascença portuguesa. Já Albrecht Haupt entende ligar as origens do Renascimento em Portugal ao Infante D. Henrique e suas façanhas.

A opinião mais generalizada radica em Oliveira Martins que apresenta os «filhos de D. João I» e concretamente a Corte de D. Duarte (1433-1437) como «já uma corte da Renascença». J. V. de Pina Martins alarga para as Cortes de D. Duarte e de D. Monso V (1449-1481). Manuel Rodrigues Lapa, A. J. da Costa Pimpão e J. Veríssimo Serrão insistem em que D. Afonso V é ainda um «rei medieval pelas tendências do seu espírito», mas também «o primeiro rei imbuído do espírito do Renascimento». Tem-se procurado mesmo um «introdutor do Renascimento em Portugal» e D. Markl dá este título ao pintor Nuno Gonçalves, cuja actividade se estende de 1450 a 1491.

Alexandre Herculano dizia que o *Renascimento em Portugal* é o período que vai da segunda metade do século XV à segunda metade do século XVI; mas Luís Filipe Barreto prolonga o nosso Renascimento entre meados do século XV e as décadas 20 e 30 do século XVII. Mais restrito é o âmbito marcado pelos Segréis de Lisboa que estabelecem como limite entre a

Música do Renascimento e do Maneirismo os anos de 1480 e 1600. Não anda longe destas datas Pedro Dias, quer quando estuda a transição do Gótico para a Renascença entre 1490 e 1540, quer quando diz que «com a subida ao trono de D. Manuel, uma nova era se inicia na vida do povo português» e que «o ano de 1500 não pertence mais à Idade Média». Baseado também em critérios de arte, Guido Batelli definiu Andrea Nicolò Sansovino como «o introdutor do Renascimento em Portugal» – artista italiano que viveu entre nós de 1492 a 1504. Mas, como já foi observado, a maioria dos «primitivos portugueses» foi pintada até 1520, sendo só na quarta época da sua obra (1535-1542) que Vasco Fernandes latiniza o seu nome para *Valascus*.

Restringindo-se ao Humanismo Literário e, mais ainda, ao Humanismo Latino do Renascimento, o *Prof. Dr. Américo da Costa Ramalho* tem procurado demonstrar, com pleno êxito, que o Humanismo não chegou só a Portugal com os professores estrangeiros do Colégio das Artes (1548), nem com a vinda dos mestres Clenardo e Vaseu (1533), nem com o regresso de Sá de Miranda, da Itália (1524), mas que tinha sido implantado entre nós na geração anterior. Repetidamente tem escrito e provado que «o início do Humanismo em Portugal data da chegada de Cataldo Parisio Sículo ao nosso País», onde já estava em 1485. A sua antologia de *Latim Renascentista em Portugal* inicia-se com o discurso proferido, em Roma, pelo Bispo de Évora D. Garcia de Meneses, a 31 de Agosto de 1481. E nesta mesma obra afirma que, na carta escrita no fim de 1499 ou em Janeiro de 1500 a D. Fernando de Meneses, o italiano Cataldo «faz a primeira defesa, entre nós, do latim literário, o latim dos humanistas».

284

Resumindo as posições actuais, Luís de Sousa Rebelo escreve: «Os primeiros indícios do Humanismo em Portugal encontram-se nos livros: *Opera* (1500) de Cataldo Sículo; *Noua Grammatices Ars* de Estêvão Cavaleiro [1516] e na *Epistola Plinii* (Lisboa, 1529) de Martinho de Figueiredo. Todos eles escritos em latim, de acordo com o signo do tempo, trazem um leve grão de modernidade que contrasta com a tradição medieval. Os dois últimos sobretudo, porque de autoria portuguesa se trata, merecem especial atenção».

Em consequência de toda esta diversidade de opiniões, nos nossos cursos de Latim Medieval temos estudado também com especial cuidado os

escritos latinos do século XV. Na primeira metade do século XV é muito difícil poder provar-se que um português escrevia habitualmente Latim com estilo, ideias e espírito do Humanismo Renascentista. A partir de 1460, com a obra de Mateus de Pisano, *De Bello Septensi*, principia uma *época de transição*, que inclui os reinados de D. João II (1481-1495) e de D. Manuel (1495-1521). Nestas décadas, à medida que o tempo avança, diminuem os medievais e vão aumentando os renascentistas. É a geração dos introdutores do Humanismo Renascentista. Com a subida ao trono de D. João III (1521-1557) dá-se o triunfo geral do Humanismo em Portugal. O novo Rei teve o cuidado de contratar para professores dos Infantes seus irmãos (D. Henrique, D. Afonso e D. Duarte) apenas humanistas - todos de muito bom nível: Lourenço de Cáceres, Aires Barbosa, André de Resende e Nicolau Clenardo. O Latim Medieval não aparecerá mais senão em algum tratadista (filósofo, teólogo ou liturgista). Era o triunfo do Humanismo Latino.

GÉNEROS LITERÁRIOS E MATÉRIAS VERSADAS EM LATIM

Para podermos dar uma ideia da enorme quantidade de textos e autores em Latim na Idade Média em Portugal, parece-nos vantajoso agrupá-los por géneros literários e pelos principais temas. Incluínos os autores de origem portuguesa e também os estrangeiros que escreveram ou estiveram em Portugal. Vamos, pois, apresentá-los pela seguinte ordem: - historiografia, hagiografia, relatos de viagens, oratória, epistolografia, direito, filosofia, medicina, controvérsia religiosa, liturgia, gramática, longos epítáfios em prosa, poesia em métrica quantitativa e em métrica intensiva, epítáfios em verso.

285

I - PROSA

I - Historiografia

- A par das brevíssimas *Crónicas* escritas após a invasão árabe em Espanha, existem também crónicas paralelas redigidas em Portugal e conservadas em diversos manuscritos, donde lhes provieram os títulos de

Chronicon Conimbrigense, *Chronicon Gothorum*, *Chronicon Laurbanense*, etc. Pierre David fez um estudo crítico e editou todos estes *Cronicões* sob o nome de *Anales Portugalenses Veteres*. José Matoso pensa que um *I grupo*, com notícias desde 987 até 1079 foi escrito em Santo Tirso; que um *II Grupo*, com notícias até 1111 foi redigido em Grijó; e que um *III Grupo*, até 1168, terá sido escrito em Santa Cruz de Coimbra.

- Especial interesse merece o chamado *Livro da Noa* ou *Livro das Eras* de Santa Cruz porque, além dos textos latinos paralelos aos anteriores, contém notícias até ao tempo de D. João I, sendo já em português a maior parte das referentes a D. Dinis e posteriores.

- O primeiro relato literário de valor histórico é o *De Expugnatione Scalabis (A Conquista de Santarém)*, escrito provavelmente pouco depois de 15 de Março de 1147, em Santa Cruz de Coimbra, tomando, como modelo fictício, o estilo de uma acta de uma reunião na Sala do Capítulo (segundo a nossa opinião). António José Saraiva e L. F. Lindley Cintra procuraram aqui vestígios da existência de uma poesia épica em Portugal.

- Temos seis relatos latinos da Conquista de Lisboa, em 1147, escritos por cruzados. Os mais longos são o *De Expugnatione Lisbonensi*, dirigido pelo inglês Ranulfo de Granville a Osberto de Bawdsley; e a *Epistola Arnulfi ad Milonem episcopum Morinensem*, em que o capelão Arnulfo conta ao seu bispo, o de Artois (Pas de Calais) a conquista de Lisboa.

- Da autoria de um cónego regrante de Lisboa é o *Indiculum Foundationis Monasterii Sancti Vincentii*. Foi escrito em 1188, quando já só havia duas testemunhas da conquista de Lisboa e da fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora, por D. Afonso Henriques. O autor possuía boas técnicas literárias.

- Há uma *narração latina da conquista de Silves*, em 1189, a qual foi redigida por um cruzado, sacerdote de origem germânica, talvez em 1191.

- Também ao séc. XII é atribuído um *Exordium Monasterii Sancti Johannis de Tarouca*. Porém, a correspondência transcrita entre S. Bernardo e Frei João Cirita e o abuso do maravilhoso fazem suspeitar à crítica moderna de que se trate de uma falsificação redigida por Frei Bernardo de Brito. Apenas será autêntico o último documento da doação e fundação, sob a autoridade de D. Afonso Henriques.

- Se alguém quiser apreciar o género da falsificação literária indubitável, leia também, atribuída a esta época, a *correspondência entre D. Afonso Henriques e S. Bernardo*, a propósito da fundação do mosteiro de Alcobaça. O falsificador foi, provavelmente, Gaspar Álvares de Lousada Machado.

Outras falsificações existem relacionadas com as origens de Ordens Religiosas. Se apontámos as duas anteriores foi porque a sua verosimilhança conseguiu ludibriar muitos leitores menos informados. Só a crítica histórico-filológica moderna alcançou distinguir o verdadeiro do falso.

- Muito interesse tem, do ponto de vista histórico e literário, o relato *De Victoria Christianorum apud Salado*, escrito em latim muito provavelmente pouco depois de 1340, por uma testemunha presencial, talvez Frei Francisco, capelão de D. Afonso IV de Portugal. O documento fora publicado por D. Frei Fortunato de S. Boaventura, que afirma tê-lo tirado do manuscrito Alcobacence CCCCLVII/actual 124 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Esta remissão está errada. Após persistentes buscas, viemos a encontrar o manuscrito num conjunto de livros vindos de Alcobaça e que se encontram muito deficientemente catalogados. O *De Victoria Christianorum* encontra-se, de facto, no Alcob CDXLVII/BNL Alc. 114, ff. 354r -364v. O seu estudo aprofundado foi por nós confiado, como tese de Mestrado, ao Dr. Manuel Francisco Ramos.

- *Mateus de Pisano* veio da Itália para Portugal para ser mestre de D. Afonso V e passar para latim os feitos dos portugueses. Dele chegou até nós apenas o *De Bello Septensi* em que, em 1460, descreveu a conquista de Ceuta, consumada a 21 de Agosto de 1415. O seu estilo é de boa latinidade. Procura imitar Salústio, construindo muitos discursos na linguagem directa. É este o primeiro tratado em que é constante a qualidade do latim humanístico. Temos da obra uma edição publicada em 1790 pelo abade Correia da Serra e um manuscrito revelado por D. Manuel II, agora guardado na biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa. O exame a que sujeitámos todo o texto revela que este manuscrito, que é do final do século XV, não é o mesmo que pertenceu ao Marquês de Penalva e que serviu de base à edição de 1790. É, por isso, hoje possível fazer uma edição latina melhor.

- Existe na Biblioteca do Vaticano o manuscrito Vat. Lat. 3634 com o *Martyrium et Gesta Domini Infantis Fernandi, Portugaliae regis filii* que

descreve a vida e feitos do Infante Santo, sobretudo desde que, perante o desastre militar de Tânger, se entregou como refém, a 16 de Outubro de 1437. É muito variada a problemática levantada por esta obra. Em nosso entender, o seu autor nem é Frei João Álvares nem Mateus de Pisano (como se tem suposto), mas antes Frei Justo Baldino, dominicano, muito ligado aos príncipes de Avis. O escrito terá sido elaborado por 1469, a pedido da Duquesa de Borgonha, D. Isabel de Portugal, a fim de servir como introdução, em Roma, à causa da beatificação de seu irmão D. Fernando. Distinguimos na redacção dois estilos: o latim hagiográfico, nas partes inicial e final da biografia, com muitas citações da Escritura e tratando já D. Fernando por *Seruus Dei*; e um estilo próprio da historiografia humanística, na parte central, em que se descrevem a armada e os combates para a tomada de Tânger (desde 22 de Agosto a 16 de Outubro de 1437). São muito frequentes os discursos em estilo directo. A nosso pedido encontra-se a estudar o *Martyrium et Gesta* o Mestre António Manuel Ribeiro Rebelo, em ordem à sua tese de doutoramento.

2 - Hagiografia

- A *Vita Beati Geraldii*, arcebispo de Braga desde 1095 a 1108, foi escrita pelo seu discípulo e colaborador, o arcebispo da Sé de Braga, D. Bernardo, provavelmente pouco tempo após a morte do Santo. O estilo é marcadamente hagiográfico, com os tópicos comuns deste género, em que se distinguem visões e milagres. O latim representa a renovação das letras, operada com o chamado renascimento do século XII. Tal como S. Geraldo, também o seu biógrafo D. Bernardo era de origem francesa, vindo a ser Bispo de Coimbra de 1128 a 1146. Faz falta uma edição crítica que compare o texto de D. Bernardo com as 9 «lições» do Breviário de Braga.

- *Vita Sancti Martini Sauriensis* é o título dado a um fragmento do Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Martinho exercia a sua função pastoral em Soure, em nome da Sé de Coimbra, quando, em combate, foi levado como refém pelos Mouros, acabando por morrer, vítima dos sofrimentos, em Córdova, a 31 de Maio de 1145. O autor da *Vita* é Salvato, que fora seu

coadjutor. A obra é dedicada a D. Mendo, irmão e sucessor de Martinho, em Soure. É surpreendente o domínio do latim e do estilo hagiográfico revelado por Salvato, certamente formado na escola da Catedral de Coimbra. O conteúdo tem sido muito utilizado pelos historiadores da Reconquista cristã «in extrematuris».

- *Vita Telonis notitiaque foundationis monasterii Sanctae Crucis Conimbrigensis* é obra de Pedro Alfardo, um erudito que entrou no mosteiro de Santa Cruz e que, em 1155, começou a escrever a sua história. E por isso teve de principiar pela acção de D. Telo, que, sendo cónego da Sé de Coimbra, aspirava à vida contemplativa. Pedro Alfardo escreve um elegante prólogo, onde revela boa formação literária. Não faltam citações da Bíblia. A documentação anexa à *Vita Telonis* tem sido objecto de discussão dos críticos da História.

- *Vita Sancti Theotonii* é o mais perfeito exemplo da hagiografia latina em Portugal. Teotónio é o primeiro Santo português (c. 1080-1162). Formouse na Sé de Coimbra, foi Prior na Sé de Viseu, peregrinou duas vezes à Terra Santa e foi eleito primeiro Prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1131. A sua vida foi escrita por um discípulo cujo nome ainda ninguém descortinou. Quanto ao mais, sabe-se que acompanhou o Santo ao longo de muitos anos e, pelo modo como escreve, revela boa formação literária. Cita os Padres da Igreja, a Liturgia e a Bíblia (esta 53 vezes). Domina perfeitamente a linguagem teológica, monástica e as técnicas hagiográficas. Formado sem dúvida ou na Catedral de Viseu ou em Santa Cruz, o seu latim revela o bom nível das escolas que frequentou.

- S. Rosendo nasceu em Sá, Monte Córdova, actual freguesia de S. Miguel do Couto, concelho de Santo Tirso, em 907, e depois de ter exercido o episcopado, de ter governado temporariamente parte da Galiza e de ter fundado o mosteiro de Celanova (perto da fronteira do Minho) aí foi abade e faleceu a 1 de Março de 977. Pouco antes da sua canonização, em 1172, foram escritos por Frei Estêvão os *Facta et Miracula Sancti Rudesindi*, de que subsistem actualmente apenas o breve prólogo e os capítulos 1-6. Esta biografia foi utilizada, com novos materiais, por Frei Ordonho, entre 1172 e 1189, na *Vita Sancti Rudesindi Episcopi*, a qual, na sua versão presente, contém anexos os relatos de 42 milagres. É opinião corrente que apenas os

primeiros 20 milagres fazem parte da redacção original. Os 10 seguintes são da pena de outro autor; e os restantes 12 foram sendo acrescentados, pelos anos fora, em nossa opinião, por mais três redactores, os quais ainda deixaram o livro em aberto. O estilo de Frei Estêvão é bem distinto do de Frei Ordonho. Ambos, bem como os restantes redactores dos últimos milagres, se adaptam perfeitamente ao estilo hagiográfico.

- A freguesia de Santa Senhorinha de Basto, bem como todo o Concelho de Cabeceiras de Basto, celebram todos os anos, a 22 de Abril, a sua padroeira. Conhecemos a sua vida através de três relatos: I - *Vita Beatae Seniorinae Virginis*, escrita depois de 1130, provavelmente por um monge do vizinho mosteiro de Refojos de Basto. II - *Alia Sanctae Seniorinae Vita* é mais breve, mas acrescenta novos elementos. Foi escrita por volta de 1200, pois conta um milagre realizado no príncipe D. Afonso II de Portugal. III - Da *Legenda Sanctae Seniorinae* não conhecemos senão o princípio e o fim. Foi seu autor Frei Vasco Martins. Possuímos, no entanto, uma *Vida e Milagres de Santa Senhorinha em português antigo* que é, em boa parte, uma tradução da *I Vita*, mas lhe acrescenta elementos próprios e 10 novos milagres. Contemporânea e parente de S. Rosendo, teve Santa Senhorinha biógrafos que se deixaram enredar mais pelo domínio da fantasia do que os anteriormente citados. Além disso, pensamos que os textos latinos actuais foram copiados e levemente retocados já na época renascentista, como o deixam supor certos vocábulos latinos e até gregos.

- S. Vicente, mártir em Saragoça no ano de 304, viu as suas relíquias transferidas de Sagres para Lisboa no ano de 1173. Pouco depois dessa data escreveu Mestre Estêvão, cónego da Sé de Lisboa, a *Translatio et Miracula Sancti Vincentii*, onde o autor revela boa cultura e narra 24 milagres. Tempos depois, um outro escritor, cujo nome se desconhece, utiliza, em parte, o prólogo de Mestre Estêvão, copia os milagres por ele narrados e acrescenta-lhes mais 9 novos milagres, os quais são situáveis entre 1203 e 1248. Esta nova colecção de *Miracula Sancti Vincentii*, embora se encontre num manuscrito do séc. XIV, tinha-se perdido, até que, por 1983, foi descoberta e depois estudada pelo P.^o Doutor Aires Nascimento e pelo Dr. Saul António G.C. da Silva. Devemos ter ainda presente uma outra trasladação de parte das relíquias de S. Vicente para Braga, por ordem de D. Afonso Henriques, em

1176, cujo relato se encontra inserido no chamado Breviário de Soeiro, ff. 217v-218.

- A *Legenda Quinque Martyrum Morochii*, embora trate de cinco franciscanos italianos, não pode deixar de nos interessar, porque as suas relíquias foram trazidas pelo Infante D. Pedro para Coimbra, após o seu martírio em Marrocos, em 1220. E em Coimbra permanecem, no mosteiro de Santa Cruz. A autoria do texto mais longo tem sido atribuída a D. Mateus, bispo de Lisboa (1258-1282). Há um outro texto breve adaptado a «9 lições» no mesmo manuscrito de Santa Cruz (n.º 29), agora com o n.º 52 da Biblioteca Municipal do Porto.

- Não podem deixar de nos interessar as *Vitae Sancti Antonii Olisiponensis*, nascido por 1191 a 1195 e falecido a 13 de Junho de 1231. A chamada *Vita Prima* ou *Assidua* (por principiar por esta palavra) é obra de um franciscano italiano, anónimo, o qual, para os elementos relativos a Portugal, teve como informadores o Bispo de Lisboa, D. Soeiro, e outros portugueses. A *Assidua* foi escrita, provavelmente, por ocasião da canonização de Santo António, em Maio de 1232. Pouco depois, por 1235, foi escrita, também por autor italiano desconhecido, a *Legenda Secunda* ou *Versificata*.

- Existiu no século XIII uma *Vita Beati Gili Sanctarenensis*, que no convento dominicano de Santarém se conservou pelo menos até ao século XVI e depois se perdeu. Desconhece-se ao certo o nome do seu autor, o qual Frei Luís de Sousa trata por *Pedro Pais*. Também Frei Baltasar de S. João, em 1537, escreveu outra *Vita Beati Gili Sanctarenensis*. Há, porém, ainda outra, contemporânea de Frei Gil: é a que se encontra nas *Vitae Fratrum de Humberte de Ramans* (Parte IV, capp. 3, 5, 16), publicadas por Gerardo de Frachet. Não é sistemática, mas caracteriza bem Frei Gil.

- Frei Gil de Santarém, onde faleceu em 1265, nascera em Vouzela cerca de 1185-1190. Colaborou activamente, escrevendo *Narratiales nannulae de fratribus Ordinis sui Hispanis et Lusitanis pietate et miraculis claris in librum De Vitis Fratrum*. Estes relatos e minibiografias encontram-se nas partes IV, cap. V, 6; XXV, 5; Parte V, cap. III, 6 (8 relatos); cap. V, 6 e 7 (2 relatos); e Parte V, cap. IX, § 1 (sobre *Frei Paio de Coimbra*) e § 2 (sobre *Frei Pedro Gonçalves*, isto é, s. Telmo). São pelo menos 12 relatos atribuídos a Frei Gil de Santarém, que era o Provincial dos Dominicanos em Portugal e

Espanha; e por isso foi solicitado a enviá-los ao Geral da Ordem, Frei Humberto de Romans.

- *Passio Sanctorum Verissimi, Maximae et Iuliae* é um relato feito sobre tradições anteriores, que se encontra na Biblioteca Pública de Évora, cod. CV/1-23 d., parte em latim e parte em português, feito no século XIV. Estes três Santos, naturais de Lisboa, segundo a tradição, sofreram o martírio sob Diocleciano, em 302.

- *Lições históricas dos Breviários medievais*. Não obstante a falta de sentido crítico de algumas das «lições» ou leituras de carácter histórico do ofício de Matinas, valerá a pena percorrer os Próprios das Dioceses Portuguesas e investigar quais remontam à Idade Média: vidas de Santos, trasladações de relíquias, consagração da catedral, etc. Os nossos Breviários mais antigos são os de Braga, de Santa Cruz, de Alcobça, de Évora e Lisboa.

3 - Relatos de Viagens

- Na vida de D. *Telo*, bem como na de S. *Teotónio* fazem-se largas referências às suas viagens à Terra Santa.

- Do mesmo modo, a implantação dos Dominicanos em Portugal, a partir de 1220, dá lugar a referências às passagens de *Frei Sueiro Gomes* por vários países da Europa e por diversas localidades portuguesas, com a protecção da família real.

- Tem o nome De *Ministerio Armorum* e também de *Livro de Arautos*, bem como (em nosso entender) lhe seria apropriado o de *De Insigniis et Armis* (cf. o texto de 2 a 16), um volume escrito por um leigo, natural de Lamego e cujo nome é desconhecido, o qual pretendeu servir de orientação aos delegados portugueses ao Concílio de Constança, onde chegaram a 1 de Junho de 1416. O Anónimo de Lamego viajou largamente pela Europa e descreve também todas as províncias de Portugal. O seu latim é chão e raramente tem interesse literário. É nítido que o mestre de arautos pensa em português, mas pretende continuar a escrever em latim.

- Para o casamento de D. Leonor, filha de D. Duarte, que se realizou em Lisboa em 1452, com o imperador Frederico III da Alemanha, veio uma luzida embaixada a representar o imperador. O capelão *Nicolau Lanckmann*

de Valckenstein escreveu, a esse propósito, um *Diário de Viagem*, onde tudo descreve em pormenor, inclusive as terras de Portugal por onde passou e os prolongados festejos populares realizados em Lisboa. A qualidade do latim é puramente descritiva, sem preocupações literárias.

- É também alemão o autor do *Itinerarium siue peregrinatio Hieronimi Monetarii de Feltkirchen*, o qual, sendo médico, resolveu, por ocasião de uma epidemia em Nuremberga, fazer uma viagem a Espanha e Portugal, em 1494. Vinha bem recomendado pelo Imperador Maximiliano I, filho de D. Leonor de Portugal. Por isso, foi bem recebido por D. João II. Além das suas impressões das terras e das pessoas, obteve conhecimentos sobre as conquistas e as armas usadas pelos portugueses. O seu interesse pelos descobrimentos levou-o a escrever também o *De Inventione Genae per Infansem Henricum Portugalliae*. Não obstante a sua graduação académica e o alto nível das suas relações sociais, o latim de Jerónimo Münzer é «fraco», no dizer do Prof. Costa Ramalho.

4 - Oratória

- *Santo António de Lisboa*, de Coimbra ou de Pádua, onde é simplesmente *II Santo*, nasceu em Lisboa por 1191 a 1195, estudou em Lisboa e no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde se ordenou sacerdote em 1220, como Cónego Regrante de Santo Agostinho. Levado pela paixão missionária, entrou na Ordem dos Franciscanos, recebendo de S. Francisco a missão de ensinar os «irmãos». A sua oratória arrebatava as multidões, sobretudo no Norte da Itália e Sul da França. Possuímos actualmente uma edição crítica dos seus 77 *Sermones Dominicales et Festivi* e também uma cuidada tradução portuguesa. Sendo essencialmente um orador sagrado, muitíssimo versado nas Sagradas Escrituras - o papa Gregório IX chamou-lhe *Arca Testamenti* e também *Scrinium Scripturarum* - os seus sermões são objecto das mais atentas análises de teólogos, filósofos, naturalistas e linguistas. O seu latim é sempre cuidado. Falecido a 13 de Junho de 1231 e canonizado logo a 30 de Maio de 1232, decorreu neste ano de 1995 a comemoração oficial do 8.º Centenário do seu nascimento. As actas deste Congresso e de

outros anteriores mostram a actualidade dos escritos de Santo António e a variedade de interesses especializados que sempre tem despertado.

- S. *Frei Paio de Coimbra* aqui nasceu e aqui entrou na Ordem Dominicana, de cujo convento foi eleito Prior por 1229. Esteve em Bolonha e em Inglaterra e participou activamente na vida pública do seu tempo, inclusive na causa favorável à deposição de D. Sancho II (1245). Um manuscrito de Alcobça, copiado em 1250, fornece-nos ora o título, ora o sumário ora o texto completo de 406 Sermões, sob a rubrica de *Summa Sermonum de Festiuitatibus*. É um pregador de índole mais acessível que Santo António de Lisboa, o qual já constituiu o tema de dois dos sermões de Frei Paio. O seu culto e a sua efigie está ainda hoje bastante divulgada em toda a região do Mondego. Em Coimbra, na fachada do antigo Colégio dominicano, agora adossada ao Museu Machado de Castro, do lado do Largo de São Salvador, lá se vê, a par de S. Tomás e de S. Gonçalo de Amarante, a sua imagem com a legenda *Diuus Pelagius Conimbricensis*.

- D. *João de Cardaillac* foi arcebispo de Braga de 1361 a 1371. Nessa qualidade proferiu quatro sermões de que possuímos o texto latino: 1.º - no Sínodo Diocesano celebrado no mosteiro de Pombeiro, na segunda-feira depois da sexagésima do ano de 1364; 2.º - no Sínodo Diocesano celebrado no Couto de Cambezes, na segunda-feira depois do Domingo *in albis* de 1366; 3.º - em Astorga durante a visita ao seu sufragâneo, na festa da Natividade de Maria, a 8 de Setembro; 4.º - sermão proferido em Alcobça, durante as exéquias oficiais de D. Inês de Castro, talvez a 2 de Abril de 1362. Usando de uma retórica acessível, baseia-se na interpretação alegórica da Bíblia.

294

- *Frei Afonso de Alprão*, natural de Santarém, foi franciscano e frequentou a Universidade de Bolonha, onde já «lia» como bacharel em 1397. Nesse ano publicou a sua *Ars Praedicandi*, um género didáctico auxiliar da oratória sacra, muito divulgado na Idade Média. É a mais interessante obra do género publicada em toda a Península Ibérica. Frei Afonso de Alprão veio a desempenhar altas funções na sua Ordem, em Portugal e em Roma, e exerceu em Portugal, a partir de 1413, o cargo de Inquisidor e, desde 1417, o de confessor de D. João I. O latim da sua *Ars Praedicandi* corresponde aos modelos didácticos da Escolástica.

- Em nome de D. João I, apresentou a *embaixada portuguesa ao Concílio de Constança*, no dia 5 de Junho de 1416, o Dr. Gil Martins. No seu discurso, justificou o atraso da chegada dos portugueses com o empenhamento do rei na conquista de Ceuta (a 15 de Agosto de 1415). Tomando um passo bíblico como tema (*Ben Sirá 27, 12*) tece à volta dele o elogio de Portugal e a importância da conquista, em África, para afastar o perigo que os turcos constituíam para a Cristandade.

- D. Duarte enviou também uma *embaixada ao Concílio de Basileia* nos anos de 1436-1437. Dela faziam parte os oradores latinos Vasco Fernandes de Lucena e Diogo Afonso de Mangancha. A representação portuguesa teve um desempenho atribulado. D. Luís do Amaral ficou sempre em Basileia e apoiou, em 1439, o antipapa Félix V. Pelo contrário, D. Antão Martins de Chaves foi sempre fiel ao Papa Eugénio IV e acompanhou a mudança do Concílio para Ferrara (1437). Fez parte da embaixada pontifícia a Constantinopla, para conseguir a união com os Gregos; foi depois nomeado Cardeal e fixou-se em Roma, onde faleceu em 1447. A acção diplomática e os discursos proferidos nestas circunstâncias encontram-se ainda por estudar.

- *Vasco Fernandes de Lucena* é um erudito espanhol que trabalhou para a corte portuguesa, como tradutor e orador, durante quase 50 anos. A 28 de Julho de 1436 pronunciou uma oração latina perante Eugénio IV, em nome de D. Duarte; em 1450 fazia parte da delegação portuguesa junto de Nicolau V, tendo discursado em nome de D. Afonso V; e em 1485 voltou a Roma para, em nome de D. João II, proferir a *Oratio de Oboedientia*. Só esta é conhecida e está publicada. É sem dúvida, a melhor peça literária de Lucena».

- Nas missões diplomáticas os discursos pronunciavam-se em latim. Foi assim quando do pedido de casamento da Infanta D. Isabel com o Duque de Borgonha, Filipe-o-Bom: - a 13 de Janeiro de 1429, *Gil de Tournai* (Gilles de Escornay), preboste de Harelbeke, expôs a razão da embaixada, em latim; e logo um doutor português lhe respondeu na mesma língua. Mas destes discursos não possuímos texto latino. Maior projecção adquiriram os 4 discursos em latim que, perante o Rei D. Afonso V, pronunciou, em Dezembro de 1449 e Janeiro de 1450 o *Deão de Vergey, João Jouffroy*, que mais tarde veio a ser bispo de Arras e Cardeal. Em nome dos Duques de Borgonha (e a Duquesa D. Isabel era irmã de D. Pedro e tia de D. Afonso V) vinha pedir

insistentemente a reabilitação da memória do Infante-Regente D. Pedro e a magnanimidade para com os seus filhos. Os ânimos estavam ainda muito exaltados com os acontecimentos que culminaram em Alfarrobeira (20-V-1449) e por então nada se conseguiu. Ficaram 4 peças de grande oratória e humanidade.

- Incluímos aqui *Frei Amadeu da Silva Meneses* (c. 1422-1482) que nasceu provavelmente em Ceuta, de que seu pai era o 1.º Governador. Pertenceu ao número dos derrotados de Alfarrobeira, em 1449. Depois fez-se monge jerónimo em Guadalupe, donde passou para os franciscanos, em 1452. Ordenado sacerdote em 1459, concebeu um ideal de maior observância. Fundou vários conventos com regra própria. Foi chamado para Roma, como confessor do Papa Sixto IV (1471-1484). Em Roma escreveu os *Sermones et exhortationes*, a *Apocalypsis Nova sensum habens apertum* e as *Reuelationes speciales Sancti Ioannis Baptistae ad milites et homines*. Parte da sua obra, essencialmente espiritual, continua manuscrita.

- Pelo seu carácter oficial e elevação do estilo têm sido estudadas pelos cultores do Humanismo renascentista as *Orationes* de D. *Garcia de Meneses* (1481) perante o papa Sixto IV; de D. *Fernando Coutinho*, após a eleição do Papa Alexandre VI (1493), *Oratio Oboedientiae* que não chegou a ser proferida porque a armada em que o orador seguia não alcançou Roma; e a do bispo D. *Fernando de Almeida* que, no segundo semestre de 1493, saudou finalmente o novo Papa, em nome de D. João II.

- Orador sagrado de grande prestígio em Roma foi o capelão do Cardeal D. Jorge da Costa, o professor de teologia *Martinho de Viana*. Em 1494 proferiu os sermões *De Ascensione* e *De Trinitate*; e em 1496 outros dois: *In die Cinerum* e *In resto diui Thomae de Aquino*, todos impressos em incunábulos que não voltaram a ser reeditados. *Martinho de Viana* vai ser estudado, pela primeira vez como orador e estilista, pelo Mestrando António Barbosa de Amorim.

5 - Epistolografia

Este género literário, apesar de bem definido, apresenta dificuldades de sistematização. De facto, 4 dos relatos da *Conquista de Lisboa* foram redigidos em forma de longas cartas.

Há muitos documentos oficiais que tomam a forma de carta. O *Livro Santo*, após a *Vita Telonis*, inclui cartas várias do papa Inocêncio II a D. Afonso Henriques e ao Bispo de Coimbra; e outras de Lúcio II e Adriano IV. Por vezes tem-se até contestado a autenticidade destes documentos, sobretudo os referentes a privilégios concedidos a Santa Cruz sobre o «eclesiástico» de Leiria.

Do mesmo modo, são suspeitas as cartas atribuídas a D. Afonso Henriques, quer dirigidas ao Papa quer a S. Bernardo, estas a propósito dos mosteiros de *Tarouca e Alcobaca*.

O *Livro Santo* inclui também uma carta de S. Teotónio para o mosteiro de S. Rufo, no sul da França.

Temos como inteiramente forjadas as cartas dirigidas ao abade João Cirita, tido como o fundador dos mosteiros de Tarouca e de Lafões.

Um outro aspecto deve ainda ser considerado. É frequente, no princípio dos tratados e discursos, o Autor escrever uma carta dedicatória a uma personalidade que admira ou que tem como sua protectora. É difícil saber até que ponto estas cartas foram, de facto, enviadas ou são um mero artifício literário.

Damos, por isso, especial importância às cartas de carácter pessoal e que têm todo o aspecto de terem sido intencionalmente escritas para transmitir uma mensagem.

- De S. *Frei Gil de Santarém* (c. 1190-1265) temos apenas uma pequena carta que se encontra no censual do Cabido da Sé do Porto, omitida na edição de João Grave, mas referida por João Pedro Ribeiro.

- A *Summa de Conservanda Sanitate* de *Pedro Hispano* aparece num manuscrito de Londres precedida de uma epistola ao Imperador Frederico II. Se esta carta não merece crédito, já o mesmo não acontece com uma outra dirigida de Roma, a 16 de Maio de 1276, pelo Cardeal *Pedro (Hispano)*, ao *Arcebispo de Braga*, recomendando-lhe que apoie a restituição à Câmara Apostólica da herança do Deão Fernando, falecido sem testamento.

- *Gonçalo Gomes* é também conhecido por *Frei Gonçalo de Portugal* ou *Gonçalo Hispano* ou *Gonçalo de Valbom* (que alguns relacionam com o Porto) ou mais comumente por *Frei Gonçalo de Balboa y Valcarcel*. Viveu cerca de 1250 a 1313. Em 1290 foi provincial dos franciscanos de Santiago, o

que incluía Portugal. Foi também ministro geral da Ordem e interveio no Concílio de Viena (1311-1312). Escreveu várias *Epistolae ad ministros provinciales*. Em 1302 regia Teologia em Paris. Escreveu também vários tratados filosóficos e sobre a questão franciscana, a propósito das discussões sobre a Regra. Não o mencionaremos mais, atendendo às dúvidas sobre a sua nacionalidade.

- *D. Frei Álvaro Pais* escreveu várias cartas a personagens da Itália, publicadas por Vittorino Meneghin. Tratam de problemas sobre a discussão do ideal franciscano e da autoridade do Papa. Também o Doutor A. D. de Sousa Costa publicou duas cartas de Frei Álvaro Pais a D. Afonso IV.

- *André Dias de Escobar* (1348-1450), autor de numerosas obras e pessoa de larga convivência na Itália, tem também, no elenco das suas obras, *Epistolae*, a que não tivemos acesso.

- *D. Gomes Anes* (1383-1459) deixou um volumoso *Epistolário* em grande parte inédito, mas de que conhecemos já alguns fragmentos, graças aos estudos do Prof. Eduardo Borges Nunes.

- *Vasco Rodrigues Garcia de Portugal* (1393-1463) manteve correspondência durante a sua estadia na Itália com círculos humanísticos, entre os quais se contam Gaspar de Bonaoris, Gaspar de Perusa, D. António de Albergatis e Nicodemos Tranquedino. Há neste autor já uma redacção muito cuidada, que o aproxima do latim humanístico.

- *Frei Amadeu da Silva Meneses* (1422-1482) escreveu também várias cartas, algumas das quais já publicadas.

- *D. Jorge de Almeida*, que foi bispo de Coimbra (1483-1543) deixou uma carta latina a Lourenço de Médicis, datada de 3 de Janeiro de 1474.

- *Duarte de Galvão* (1445?-1517), figura de relevo nas letras portuguesas, enquanto viveu na Flandres escreveu, em 1488, uma *Epistola ad Status Brabantiae* e outra *Epistola ad Petrum Damas*, que era conselheiro de Filipe de Kleef.

- *Frei Gomes de Lisboa* já era bacharel em Paris em 1478. Além de uma carta dedicatória a Bartolomeu Bellato, deixou uma carta a Frei Tiago de Marchepallu, datada de 2 de Junho de 1508; e mais duas, sem data conhecida, a Paulo Ricci e a Tomás Radini-Tedeschi.

6 - Direito

Um panorama sobre o Direito, cujos tratados e pareceres foram todos escritos em Latim, foi-nos dado pelo Professor de Salamanca António García y García nos seus *Estúdios sobre la Canonística Portuguesa Medieval* (Fundación Universitaria Española, Madrid, 1976). Mencionamos aqui os principais autores e textos.

- *Mestre Silvestre Godinho* ensinou em Bolonha, de 1212 a 1217, onde foi professor do célebre Tancredo. Foi o jurista e defensor de D. Afonso II, na causa contra suas irmãs, Santas Teresa, Sancha e Mafalda. Foi arcebispo de Braga de 1231 a 1244. Escreveu sobre a Decretal *Pastoralis* do papa Inocêncio III; glosas às *Compilationes Antiquae*; e glosas ao *Decreto* de Graciano.

- *Mestre Vicente Hispano* ensinou em Bolonha de 1210 a 1215 e defendeu também D. Afonso II contra suas Irmãs. D. Sancho II nomeou-o chanceler do Reino, cargo que exerceu desde 1224 a 1238. Foi Bispo da Guarda de 1235 a 1248. Escreveu comentários ao *Apparatus ad Compilationes Antiquas I, II, et III*; *Comentários aos Cânones do IV Concílio de Latrão* (1215); *Apparatus et casus Decretalium Gregorii IX*, escritos já depois de Bispo da Guarda. Sobre temas mais particulares escreveu o *De iureiurando* e o *De regularibus et transeuntibus ad religionem*.

- *Mestre João de Deus* foi natural de Silves, onde nasceu por 1190, e foi cónego da Sé de Lisboa, cidade em que faleceu em 1267. Passou, porém, grande parte da sua vida em Bolonha, em cuja Universidade ensinou desde 1229 até 1260. A. D. de Sousa Costa referencia 22 obras autênticas de Mestre João de Deus. Anotamos apenas as seguintes: *Epistulae canonicae De Decimis Soluendis, Liber Dispensationum, Liber Pastoralis, Liber Iudicum e Liber Poenitentialis*, este integrado numa longa tradição medieval de *Penitenciais*, em latim e nas línguas modernas, entre os quais o de Martín Pérez ou *Livro das Confissões*, e também o *Tratado de Confissom*, sendo esta a primeira obra em português a ser impressa entre nós, em Chaves, a 9 de Agosto de 1489.

- *D. Egas* foi cónego e depois Bispo de Viseu, de 1288 a 1313. Teve boa formação jurídica e manteve boas relações com D. Dinis. Na sua obra *Summa*

de *Libertate Ecclesiastica*, escrita talvez em 1311, defendeu a pró-priedade e os direitos da Igreja contra as intromissões do poder secular.

- *D. Frei Álvaro Pais* nasceu em Salnés (Pontevedra) por 1275. Estudou e ensinou depois em Bolonha, entre 1296 e 1304. Fez-se franciscano e trabalhou na Cúria Pontifícia de Avinhão. Foi Bispo de Silves de 1333 a 1349. É um polígrafo multifacetado. A sua obra divide-se entre o Direito e Filosofia Política, a Teologia, a Apologética e as Cartas. É da situação jurídica e espiritual da Igreja que trata nas suas obras *De Statu et Planctu Ecclesiae*, *De Potestate Ecclesiae* e *Tractatus de Sacrilegio*.

- *D. João de Cardaillac*, quando Arcebispo de Braga, escreveu, em 1367, um *Liber Regalis* em defesa dos direitos de Henrique de Trastâmara à coroa de Castela. Aí se intitula explicitamente «legum professorem» e «Hispaniarum Primas».

- *Os Sínodos Diocesanos de Portugal*, entre 1240 e 1360, contêm muitos textos em Latim, língua que vai cedendo progressivamente o lugar ao Português. São bons textos para reconstituir a vida espiritual e social da época.

- *André Dias Escobar* (1348-1450) viveu longamente nas Cúrias Pontifícias, pelo que muito escreveu sobre o Direito Ecclesiástico. Em 1425 redigiu o *De Decimis* e, em 1436, o *De Ciuitate Ecclesiastica*. Além disso, ocupou-se largamente do problema conciliar no *Gubernaculum Conciliorum* e nos *Avisamenta Sacrorum Conciliorum*.

- *Bonifácio Peres Garcia* era natural de Lisboa, onde se tornou célebre jurisconsulto, pelo que foi convidado para conselheiro de Dona Joana, rainha de Castela (que era filha póstuma de D. Duarte). Entre 1455 e 1467 escreveu uma obra, a que deu o nome de *Peregrina* e que é um índice de leis e conclusões. Os compiladores conheciam-na pelo nome de *Glosa Bonifáciana*. Foi impressa em Sevilha em 1498.

- *Estêvão da Costa* era português ou pelo menos filho de portugueses. Ensinou Direito Canónico, na Universidade de Pavia, em 1444-1445, e a cadeira de *Instituta*, em 1446-47. Mais tarde, foi também professor de *Sexto* e de *Clementinas*. Desde 1453 pertencia ao colégio dos «Nobili Giurisperiti». Compôs, em 1477, uma obra sobre o jogo (*De Ludo*), logo impressa em 1478, a que se seguiram várias edições. É-lhe atribuído também um tratado *Super II et III Decretalium*. Os *De Sententia excommunicationis Libri VI*

foram editados em 1483; e o tratado *De Consanguinitate et affinitate*, em Pavia, em 1489. Na opinião de Gesnero foi um autor e comentador notável.

- *João Sobrinho*, natural de Lisboa, entrou na Ordem Carmelita, que o mandou para Oxford, onde se formou em Teologia. Trabalhou para D. Duarte e foi pregador de D. Afonso V. Faleceu em 1486. A sua obra principal é o tratado *De Iustitia Commutativa*, impresso em Paris em 1483. Como se diz no título completo, a obra trata também da «arte dos câmbios" e dos «jogos de azar". Deixou várias outras obras em manuscrito sobre filosofia, teologia, sermões e genealogia. A obra principal foi traduzida pelo Prof. Moses Bensabat Amzalak.

7 - Filosofia

- *Pedro Hispano Portugallense*, apesar da sua celebridade, tem parte da sua vida sem suficiente documentação histórica. Nasceu em Lisboa, entre 1205 e 1210. Foi estudar para Paris, onde, depois de se formar, ensinou na Universidade, desde 1220 a cerca de 1229. Por 1230 escreveu o *Tractatus*, conhecido por *Summulae Logicales*, talvez no reino de Leão. Seguiu depois o curso de Medicina, porventura em Salerno, vindo a ensinar em Siena. A esse período devem pertencer os seus numerosos escritos médicos. Há indícios de que viveu em Portugal entre 1250 e 1264. Em 1272 estava na Itália como médico do papa Gregório X, que o criou Cardeal. Em 1273 foi eleito arcebispo de Braga, de que não chegou a tomar posse. Após o falecimento de Gregório X, a 10 de Janeiro de 1276, sucederam-se dois efémeros pontificados (o de Inocêncio V, falecido a 22 de Junho; e o de Adriano V, a 18 de Agosto). No consistório seguinte foi Pedro Hispano eleito papa com o nome de João XXI, cargo que exerceu de 8 de Setembro de 1276 a 20 de Maio de 1277, em virtude de ter sido vítima da derrocada, a 14 de Maio, do tecto do palácio de Viterbo. É singular a sua obra de psicologia *Scientia Libri de Anima*. Pertencem-lhe também umas *Quaestiones* sobre o *De Anima* de Aristóteles. Outros tratados psicológicos são de autoria duvidosa, tal como se discute a atribuição, que por vezes se lhe faz, da *Expositio librorum beati*

Dionysii. Enquanto Papa, tentou melhorar as relações da Santa Sé com D. Afonso III de Portugal. Procurou também intervir na Universidade de Paris, para pôr cobro a erros de raiz aristotélico-averroista.

- *D. Durando Pais* estudou em Santa Cruz de Coimbra, foi Bispo de Évora (de 1267 a 1283) e depois Prior de Santa Cruz, de 1284 a 1293. Escreveu, em latim, um *Comentário ao tratado «Da Ciência Económica»*, falsamente atribuído a Aristóteles. Estudado pelos economistas, este comentário foi traduzido pelo P.^o Dr. Raul Machado, em 1955.

- *D. Frei Estêvão* era de Lisboa, fez-se franciscano e em 1311 foi nomeado Bispo do Porto, donde foi transferido para Lisboa, em 1313. Inamistado com D. Dinis, veio o Papa em seu socorro e transferiu-o, em 1322, para Cuenca, onde morreu em 1326. Participou, em 1322, em Avinhão, na assembleia sobre a pobreza evangélica, onde proferiu um discurso, cujo pensamento está resumido na *Compendiosa resumptio dictorum episcopi Vlixbonensis De Paupertate Euangelica*.

- *D. Frei Álvaro Pais* (1275?-1349) passou do estudo do Direito para a Filosofia política. São, de facto, hoje os filósofos que mais estudam o seu *Speculum Regum*, concluído em Tavira em 1344. É este um dos muitos tratados de "espelhos de príncipes", de grande tradição, desde a Antiguidade Clássica aos tempos modernos.

- *Afonso Dinis de Portugal* é um dos muitos casos de actividades diversificadas: - foi pároco, depois cónego e ainda Bispo da Guarda (1346-1347) e de Évora (1348-1352); foi também secretário e médico de D. Afonso IV, pois licenciou-se em Medicina, em Paris, em 1331. Voltou a Paris para estudar Teologia. É nesta segunda fase parisiense que profere as suas lições (de 1335 a 1345). Comentou as *Sentenças* de Pedro Lombardo e traduziu o *Tractatus de Averrois de separatione primi principii*. É-lhe também atribuído um *Quodlibetalium fragmentum*, que outros pensam ser antes de Guilherme de Ockham.

- No tempo de D. Pedro I (1357-1367) foi professor da Universidade de Lisboa *Frei Agostinho Belo*, o qual deixou em manuscrito os *Volumina quatuor diuersorum argumentorum*.

- Também se encontram ainda inéditas as obras de *Frei Diogo de Portugal*, franciscano que ensinou filosofia e teologia em Cambridge, em

meados do séc. XV. Escreveu as *Quaestiones super Ethicam* e as *Quaestiones moralis philosophiae*.

- *Frei André do Prado* (c. 1380-1450), além de expositor e controversista, foi também professor de filosofia, tendo-nos deixado, em manuscrito, um compêndio inspirado em diversos autores, conhecido por *Spiraculum Francisci Mayronis* ou *Liber Distinctionum*. O franciscano Francisco de Maironis nasceu nos Baixos Alpes, por 1288, e faleceu em Piacenza em 1327. Foi discípulo de Duns Escoto em Paris, dedicou-se ao género das *Disputationes* e seguiu o ramo rigorista na interpretação da pobreza. Veio a ser comentado por vários outros mestres de filosofia.

- *João Sobrinho*, eminente jurista da segunda metade do século XV, deixou também um *Compendium operis conflatile magistri Francisci de Mayronis Ord. Min., Tratados filosóficos sobre Aristóteles* e também estudos teológicos, entre os quais, segundo a tradição franciscana, um *Tractatus de Conceptione Deiparae*.

- *Diogo Lopes Rebelo*, depois de capelão e mestre de gramática de D. Manuel, frequentou Paris, onde se formou em Artes e Teologia. Em 1497 entrou no Colégio de Navarra, onde morreu em 1498. A sua obra mais notável é o *De Republica gubernanda per Regem*, impresso em 1496. Segue, pois, a tradição dos «espelhos de príncipes». É também dele um *Tractatus de productionibus personarum*. No género dos «penitenciais» escreveu o *Fructus sacramenti poenitentiae*. A D. Fernando de Almeida, Bispo de Ceuta, dedicou o *Liber de assertionibus catholicis apostoli Pauli*, editado em Paris, em 1497.

- *Frei Pedro da Cruz* ensinava filosofia em Veneza em 1488. Neste ramo do saber escreveu duas obras de comentário: as *Summulae Ioannis de Monte minoritae (...) super Petrum Hispanum ad mentem Ioannis Scoti*, Veneza, 1490; e a *Quaestio de ratione subiecti primi scientiae secundum Ioannem Scotum, an ad entia rationis extendatur*, editada, em 1500, em Veneza.

- Temos notícia de um tratado publicado por um filósofo *Afonso de Albuquerque*, em Lisboa, em 1498, intitulado *Commentarii in Parua Naturalia Aristotelis*.

- *Frei Gomes de Lisboa*, franciscano que estudou em Paris e foi amigo dos Papas Júlio II e Leão X, dedicou-se à teologia moral e à filosofia. Faleceu

em 1513. Escreveu uma *Quaestio perutilis de cuiuscumque scientiae subiecto principaliter tamen Naturalis Philosophiae*; e interpretou longamente Duns Escoto na *Lectura in librum primum Oxoniensis Scoti* e nas *Quaestiones quodlibeticae in uia Scoti*, estas em manuscrito. Note-se também o seu interesse pelos Montepios: a sua *Apologia Montium Pietatis* foi escrita, em Veneza, no fim do século XV.

8 - Medicina

- Embora a legislação canónica, nomeadamente as *Decretais de Gregório IX* (Lib. III, tit. 50, cap. 10), proibisse os clérigos de exercer a Medicina, muitos foram os que a estudaram e exerceram - ou antes de serem clérigos ou por terem pedido dispensa dessa proibição à Santa Sé. Bastará procurar no *Chartularium Vniuersitatis Portugalensis* as dezenas de médicos que foram párocos, cónegos e bispos.

Entre eles se conta Frei *Gil de Santarém* (c. 1190-1265) que traduziu para latim o tratado do árabe Rhazes (ou Razi), falecido em Bagdad em 925, intitulado *De secretis in medicina*, impresso em Veneza, em 1497. Igualmente se deve a Frei Gil de Santarém um tratado *Remedi di diuerse malatie*, que existe num manuscrito italiano do século XV, para onde foi traduzido do catalão, sendo já este uma tradução do latim de S. Frei Gil.

- *Pedro Hispano Portagalense* (c. 1205-1277), além de filósofo e papa, foi igualmente notável como médico. Parte da sua produção foi examinada, discutida criticamente, editada e traduzida pela Prof.^a Dr.^a Maria Helena da Rocha Pereira, nas *Obras Médicas de Pedro Hispano* (Coimbra, 1973). Nestas, são-lhe atribuídos um longo tratado prático conhecido pelo nome significativo de *Thesaurus Pauperum*, um pequeno tratado *De Regimine Sanitatis* e um outro também extenso, *Liber de Canseruanda Sanitate*. Em excelente artigo anterior havia já a Doutora M. H. da Rocha Pereira estudado os aspectos linguísticos do *Thesaurus Pauperum*.

A Pedro Hispano pertencem ainda: um *Liber de Oculo* e os seguintes comentários às obras do médico judeu Isaac Israel, que foi médico no Cairo e faleceu em 955: *Super librum dietarum uniuersalium Isaac; Apolineae artis monarchae Isaac (...) dietae particulares cum (...) Petri Hispani commentariis;*

e o *Liber urinarum eiusdem cum (...) Petri Hispani commentariis*, editados em 1515 em Lião.

- *Valesco de Taranta*, depois de ter estudado em Lisboa, formou-se em Montpellier em 1387. Escreveu em 1401 o pequeno tratado *De Epidemia et Peste*, que anda no geral anexo à obra do seu mestre Jean de Tournemire. A sua fama levou-o a médico de Carlos VI de França (rei de 1380 a 1422). Publicou, em 1418, um grande tratado com o título de *Practica, alias Philonium*, isto é, o "amigo do farmacêutico e do cirurgião". Do ponto de vista literário, o que mais nos interessa são os prefácios, sobretudo do *Philonium*, bastante longo e recheado de citações. Nós pensamos que Valesco de Taranta era médico e sacerdote.

9 - Controvérsia religiosa

- Entre os diversos géneros a que se dedicou D. *Frei Álvaro Pais* (c. 1275-1349) - e já considerámos o Direito e as Cartas - ocupa lugar de relevo a luta contra as heresias, os mouros e os judeus. O seu *Collyrium fidei aduersus haereses*, terminado em 1334, diz já que pretende purificar a vista do crente para saber rebater todos os erros. Mais claro ainda é o título, que com muito fundamento lhe pertence: *Contra Ismahelitas, Mauros et Arabes*.

- De *Frei João de Alcobça* temos um manuscrito longo, terminado em 1345, em que se contém um *Speculum Hebraeorum* (Alc. 239/ BNL 236). Um outro, com o mesmo título, é um resumo do anterior: Alc. 240/ BNL 270.⁷

Como diz no prefácio, o Autor pretende que os judeus, assim como vêem num *espelho* as manchas do seu rosto, também aqui, através desta discussão, possam ver os seus erros e converter-se. Para validar os seus argumentos, cita só o Antigo Testamento, servindo-se abundantemente do hebraico. Serve-se também das deduções da razão. Entre as marcas de erudição está uma citação de Horácio, *Arte Poética*, 365.

- O estudo das *fontes latinas* e a comparação com a tradução portuguesa do fim do século XIV dão particular interesse à longa obra, de grande valor apologético, que é a *Corte Imperial*, conservada na Biblioteca Municipal do Porto, ms. 803, vindo de Santa Cruz de Coimbra. A edição de J. P. Sampaio

(Bruno), de 1910, está a ser refeita e o texto criticamente estabelecido pelo Prof. Dr. J. M. da Cruz Pontes.

- *Frei André do Prado* nasceu em Évora por 1380 e faleceu, provavelmente em Lisboa, depois de 1450. Foi franciscano, trabalhou na Cúria Pontifícia e foi professor de teologia. Regressou a Portugal depois de 1434 e aqui, a pedido do Infante D. Henrique, ao qual tomou como interlocutor e a quem dedicou o tratado, escreveu, cerca de 1450, o *Horologium Fidei*, isto é, uma exposição para «acertar o ponto» sobre os artigos do Credo. O cariz apoloético é evidente. A cada passo o autor se pergunta: «Que hereges impugnaram esta verdade?». Trata-se de um subgénero literário muito cultivado na Idade Média, que tem como maior expoente o *Horologium aeternae sapientiae* de Henrique de Suso (c. 1295-1366).

- *Frei Pedro da Cruz*, natural do Porto, onde nasceu por meados do século XV, abraçou ardentemente a causa dos franciscanos claustrais. Doutorou-se em Veneza, e aí foi professor de filosofia e teologia. Em 1491 ensinava em Milão. Participou nos capítulos gerais de 1488 e 1491. No ano seguinte, foi agregado ao convento franciscano de Génova. Na polémica que durante séculos envolveu os discípulos de S. Francisco, tomou parte activa escrevendo o *Praeclarissimum opus Antiminorica uocatum, aduersus Minoricam fratrum dictorum de obseruantia*, editado em 1505, pela primeira vez, em Veneza. Tomou abertamente o partido dos claustrais contra os observantes.

10 - Liturgia

A Liturgia é caracterizada por um grande conservadorismo de ritos e formulários e pelo hieratismo da linguagem. Além disso, sendo a liturgia usada, em Portugal, na Idade Média, em grande parte, de importação romana, torna-se difícil encontrar os elementos originais que foram introduzidos em Portugal.

Presumimos que serão de redacção feita em Portugal os textos originais compostos para as celebrações próprias das Dioceses e das Ordens Religiosas do nosso País.

Após estudo pormenorizado, elaborámos o seguinte *calendário de celebrações próprias de Portugal*.

- 10 ou 19-I - S. Gonçalo de Amarante;
- 22-I - S. Vicente, mártir;
- 18-II - S. Teotónio;
- 1-III - S. Rosendo;
- 13-III - Beatas Sancha e Mafalda;
- 20-III - S. Martinho de Dume;
- 12-IV - S. Vítor de Braga;
- 16-IV - S. Frutuoso de Braga;
- 22-IV - Santa Senhorinha de Basto;
- 1-V - S. Torcato e Companheiros;
- 12-V - Santa Joana, Princesa;
- 15 ou 21-V - S. Manços de Évora;
- 22-V - Trasladação de S. Tiago Interciso em Braga;
- 13-VI - Santo António de Lisboa;
- 17-VI - Santa Teresa de Lorvão;
- 26-VI - S. Paio, mártir;
- 4 ou 8-VII - Santa Isabel de Portugal;
- 16-VII - S. Sisenando de Beja;
- 3.^o Domingo de Julho - Santo Anjo Custódio de Portugal;
- 1-X - S. Veríssimo e Santas Máxima e Júlia de Lisboa;
- 20-X - Santa Iria;
- 27-X - S. Vicente e Santas Sabina e Cristeta;
- 30-X - Vitória dos Cristãos no Salado;
- 6-XI - Beato Nuno de Santa Maria;
- 5-XII - S. Geraldo de Braga.

É bastante maior o número de Santos referidos pelo povo. Apesar de termos reduzido o Calendário, é certo que de boa parte dos Santos mencionados não se encontrará referência nos livros litúrgicos da Idade Média, tanto manuscritos, como nas edições do final do século XV e

primeiros decénios do século XVI. A partir de meados do século XVI os livros litúrgicos impressos poderão conter já elementos renascentistas.

Os *livros litúrgicos* principais, onde se poderão encontrar elementos compostos na Idade Média, em Portugal, são os *Missais e os Breviários*. Para essa época deve ter-se em conta o próprio das Dioceses de Braga, Coimbra, Évora e Lisboa; e o próprio das Ordens Religiosas de Cister, Santa Cruz de Coimbra, Beneditinos, Carmelitas, Franciscanos, Dominicanos e da Capela Real.

Tratando-se aqui de prosa, dificilmente poderão ser encontrados outros textos além das *orações, leituras de Matinas e algumas rubricas*. Guardamos para outro capítulo os textos poéticos.

Outros livros litúrgicos, sobretudo em manuscrito ou de edição agora recente, poderão ser procurados: Santoral, Calendários, Ritual, Pontifical, Processional e Livros de Horas. Os elementos de redacção em Portugal serão, porém, raros.

- Caso raríssimo é o *Cerimonial da sagração e da coroação dos reis*. Temos a descrição desta cerimónia realizada pelo Bispo de Coimbra, a 9 de Dezembro de 1185, nas pessoas de D. Sancho I e da rainha D. Aldonça, mas ignoramos qual o texto latino seguido.

Possuímos, porém, o cerimonial equivalente composto por *D. Raimundo Ébrard*, quando ainda cónego da Sé de Coimbra, a fim de servir na coroação de Afonso XI de Castela (1318-1350). A parte litúrgica está toda em latim. Sendo provável que a base seja o *Ordo romanus ad benedicendum imperatorem*, D. Raimundo deve ter-lhe introduzido a ida do Rei ao altar de S. Tiago para ser armado cavaleiro e o texto latino da recepção e sagração da Rainha.

II - Gramática

- *Frei Martinho de Alcobaca*, mestre de noviços e mestre-escola dedicado à filosofia, escreveu, por 1410, uma *Ars Accentualis*. É uma espécie de prosódia, com normas de acentuação, baseando-se sobretudo nos gramáticos medievais recentes, principalmente em Alexandre de Villadei

(1160-1250?). No *prólogo* revela-se um filósofo com tendências metafísicas, citando Aristóteles. Temos dele um outro pequeno escrito: *um diálogo* entre ele próprio e o seu «pai» espiritual, S. Bernardo.

- O espanhol João de Pastrana escreveu na primeira metade do século XV uma gramática que foi adoptada em Portugal: era o *Compendium Grammaticale* ou *Thesaurus Pauperum* ou *Speculum Puerorum* ou *Baculum Caecorum*. Em 1497 publicou, em Lisboa, Valentim Fernandes, resumos desta célebre gramática: Mestre António Martins resumiu a terceira parte sob o título de *Materiarum editio a Baculo Caecorum breuiter collecta*; e o seu discípulo Pedro Rombo resumiu a segunda parte de Pastrana sob a epígrafe *Materiarum editio ex Baculo Caecorum*. Cada uma destas duas partes vem precedida de uma carta latina de Pedro Rombo a Valentim Fernandes. Nestas cartas Pedro Rombo mostra ter já absorvido as novas ideias do Renascimento.

- São conhecidos outros gramáticos do período de transição por nós adoptado (1481-1521): Pedro de Alcáçova, João Fernandes, João Vasques e Estevão Cavaleiro, este autor da *Noua Gramatices Ars* (1516). Estes autores têm sido considerados pelos estudiosos da introdução do Humanismo em Portugal.

12 - Epitáfios em prosa

No geral, os epitáfios em prosa são breves. Os elementos essenciais do género haviam-se fixado desde a Antiguidade: nome, filiação, idade, cargos, data do falecimento.

- Pela sua grandeza e estilo altamente encomiástico, mencionamos aqui o epitáfio de D. *João I*, na Batalha. Falecido a 14 de Agosto de 1433, foi tumulado na Capela do Fundador a 25 de Outubro. A inscrição de cerca de 2 m. x 1,20 m. tem 27 linhas de texto. Faz falta uma edição crítica do texto latino e uma boa tradução.

- D. *Filipa de Lencastre* faleceu em Odivelas a 18 de Julho de 1415. Em Outubro de 1416 foi trasladada para a capela-mor da Batalha. Só depois da morte de D. João I, foi o seu corpo transferido para o sepulcro próprio da Capela do Fundador, a 14 de Agosto de 1434. A inscrição sepulcral tem 21 linhas de texto latino e remete, no fim, para cerimonial igual ao descrito no

epitáfio de D. João I. O estilo usa muitos superlativos, fazendo rasgado elogio moral da Rainha. O final é mesmo de índole litúrgica. Não há ainda hoje uma transcrição latina e tradução de confiança.

- Menos literário e muito menos extenso que os anteriores é o epitáfio, em prosa, que em 1520 foi gravado no então inaugurado túmulo monumental de D. *Afonso Henriques*, na capela-mor da igreja de Santa Cruz de Coimbra. A inscrição primitiva tinha oito linhas. O espaço epigráfico é de 2 m. x 0,52 m. Por 1935, a pretexto de corrigir os erros dos anos de reinado e dos anos de vida do Rei Conquistador, foi o primitivo epitáfio todo picado, e gravado o actual, em letra neogótica, que tem apenas seis linhas, conservando partes do texto primitivo, suprimindo alguns elementos e acrescentando outros. É preciso verificar bem qual dos textos os livros hoje nos apresentam.

II - POESIA

Uma das grandes maravilhas da Literatura Latina Medieval, na Europa, é a abundância, variedade e beleza da sua poesia. Prodigaliza-se em poesia épica, didáctica, lírica, hinos, sequências e tropos de carácter religioso, tal como se excede em canções profanas, consagradas nos *Carmina Cantabrigensia* e nos *Carmina Burana*.

Em Portugal, embora em menor grau, também a poesia teve representação suficiente. Para sistematizar, vamos dividir as composições segundo as técnicas métricas e os géneros poéticos.

I - Métrica quantitativa

Seguindo as normas da prosódia tradicional, baseada na alternância de sílabas longas e breves, anotamos as seguintes composições:

- *De Expugnatione Salaciae* é um poema sobre a Conquista de Alcácer do Sal, em 1217. O seu autor é o cruzado francês Suerius Gosuinus, que o dedica ao bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas. São 230 versos, constituídos por 115 dísticos elegíacos.

- As façanhas de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I contra os Mouros, são contadas num *Miraculum Sancti Iacobi*, em 5 dísticos elegíacos, em forma de *Lectio I*, a 3 de Outubro, festa dos milagres de S. Tiago, em Santiago de Compostela.

- S. *Tiago de Matosinhos*, coberto com as suas vieiras, é o tema de um *hino* composto por 12 quadras, à maneira dos dímeteros iâmbicos.

- No meio dos manuscritos medievais encontram-se *dísticos elegíacos*, aqui e acolá isolados, que são um voto, por vezes risonho, do copista. É o caso de uma *prece do copista* de um livro do Tombo da freguesia de Areias, Santo Tirso, em que recorda que «o vinho sustenta o corpo», mas pede logo orações por si e pelos seus.

- Em diversos locais gravam-se pequenos *epigramas*, como na Livraria de Alcobaça.

- O jurista João de Deus (c. 1189-1267), no final dos seus livros, usa com frequência composições de curta extensão, em *hexâmetros dactílicos*, sendo nestes frequente (mas nem sempre) a rima emparelhada.

- Mais característico ainda é o *explicit*, em 4 *hexâmetros leoninos*, com que fecha o manuscrito dos Sermões de Frei Paio de Coimbra; e também, quase perdidos no meio dos Quatro Livros de Milagres de S. Rosendo, os 3 *hexâmetros leoninos* que caracterizam o final do Livro III.

Não faltarão outras composições em métrica quantitativa, dispersas pelos manuscritos medievais e pelos edifícios religiosos. Pela sua importância, vamos dar especial relevo aos epitáfios e aos hinos.

2 - Epitáfios em verso

A - Registamos em primeiro lugar, por ordem cronológica, os epitáfios em hexâmetros ou em dísticos elegíacos, puramente quantitativos.

- Na *Alia Sanctae Seniorinae Vita* encontra-se, a terminar, um epitáfio, constituído por 8 hexâmetros dactílicos, composto, em 1130, pelo arcebispo de Braga, D. Paio.

- D. Cosme, monge de S. Vicente de Fora, compôs, em honra dos *Cavaleiros Alemães* que morreram na conquista de Lisboa, em 1147, um epitáfio em 2 dísticos elegíacos.

- O mesmo D. Cosme, em louvor do *Cavaleiro Alemão Henrique*, tido como Santo, compôs para o seu especial sepulcro um outro epitáfio de 6 dísticos elegíacos.

- D. *Teresa Afonso*, segunda mulher de Egas Moniz, faleceu em Salzedas, em 1171, onde foi gravado o seu epitáfio, constituído por 3 octonários trocaicos catalécticos seguidos de 3 dísticos elegíacos.

- No mosteiro de Santo Tirso ainda se encontra a inscrição sepulcral das irmãs *Aldara Vasques e Urraca Ermiges*, a última das quais faleceu em 1248. O poema é constituído por 13 versos hexâmetros dactílicos (e não leoninos), dos quais apenas estão imperfeitos, no fim, os dois que marcam a data da morte de cada uma das irmãs.

- Faleceu em 1336 a *Rainha Santa Isabel*. No seu túmulo do convento antigo, depois levado para Santa Clara-a-Nova em Coimbra, está gravado um epitáfio, em 3 dísticos elegíacos. Se bem que alguns epitáfios anteriores tenham boa qualidade literária, este apresenta no final do quinto verso uma expressão de clara inspiração clássica: *diua haec selecta Tonante*: esta santa eleita pelo *Altíssimo*, equivalente ao epíteto de Júpiter, o *Trovejante*.

- No túmulo de *D. Nuno Álvares Pereira*, falecido em 1431, no convento do Carmo, em Lisboa, encontra-se gravado um epitáfio constituído por 6 hexâmetros. Os elogios vão mais para o Santo que para o guerreiro.

- Pela sua ligação à família de Avis, mencionemos ainda o epitáfio do *Cardeal D. Jaime de Portugal*, filho do Infante D. Pedro, e que morreu, com 26 anos de idade, em Florença, a 27 de Agosto de 1459. A inscrição métrica é da autoria do humanista italiano Bartolomeu Platina. São apenas dois dísticos elegíacos. O sepulcro é todo ele uma obra de arte, «trabalho precioso da renascença toscana», colocado na igreja fronteira à cidade, em S. Miniato al Monte.

B - Há uma outra técnica, que encontramos mais raramente: os hexâmetros ou os dísticos são quantitativos, mas estão munidos de rima só no final dos versos.

- *D. Afonso de Portugal*, filho de D. Afonso Henriques, foi Mestre da Ordem Militar do Hospital e foi sepultado em S. João de Santarém em 1207. O seu epitáfio consta apenas de dois hexâmetros que rimam entre si: *plora / ora*.

- *D. João I*, que faleceu em 1433, tem na Batalha, além da grande inscrição encomiástica em prosa, um outro pequeno epitáfio, colocado à cabeceira do mausoléu, e que é constituído por 5 hexâmetros dactílicos. O 2.º e 3.º versos rimam entre si: *regum / legum*; tal como têm rima emparelhada o 4.º e o 5.º: *fregit / subegit*. Apesar de breve, a inscrição louva as qualidades morais do Rei e menciona a sua vitória sobre Castela e a Conquista de Ceuta.

C - *Epitáfio Medieval de D. Afonso Henriques* - Tem, do ponto de vista artístico, um especial interesse o epitáfio primitivo de D. Afonso Henriques, falecido em 1185. Junto ao seu primeiro sepulcro, ao fundo da igreja antiga de Santa Cruz de Coimbra, foi colocado um epitáfio em verso. Constava de 6 dísticos elegíacos. A prosódia e métrica são clássicas. Porém, no 5.º, 7.º e 8.º versos, o final do primeiro hemistíquio rima com o fim do verso: 5 - *Christi / isti*; 7 - *fastus / pastus*; 8 - *inopes / opes*. Como diremos a seguir, esta rima interna dá aos versos o nome de hexâmetros leoninos. O poeta esmerou-se ainda mais: -recorreu à figura etimológica nos versos 9 e 10: *tutor / tutus* e *clypeo / clypeata*. Não tendo rima no final dos versos, nem sendo leoninos todos os versos, este epitáfio ocupa, na nossa exposição, um lugar especial.

Escrever latim em métrica clássica, acrescentar-lhe por duas vezes a rima e utilizar a figura etimológica são artifícios bem reveladores do alto domínio do latim, em Santa Cruz de Coimbra, durante a Idade Média. Esta inscrição métrica foi também transferida para a capela-mor da igreja, em 1520, quando da inauguração do mausoléu, e mais tarde retirada.

D - *Epitáfios em versos leoninos*

- Dá-se o nome de *versos leoninos* ou *leonianos* àqueles hexâmetros ou «pentâmetros» que, sem prescindirem da prosódia clássica, fazem rimar o meio do verso com o seu final. O nome dado a esta técnica é antigo. Uns fazem-no ascender ao tempo do Papa Leão Magno (440-461); outros dizem que a designação deriva de um poeta de S. Vítor de Paris, do século XII, que utilizou muito este tipo de verso. O seu nome era, segundo uns, Leão (donde «leonino»); segundo outros, Leónio (de que deriva antes «leoniano»). O certo

é que o artifício rimático é antigo, caiu bem e espalhou-se por toda a Europa. O nome mais vulgarizado é «versos leoninos».

- Os versos leoninos usavam-se em diversos tipos de composição. Por exemplo, em *Alcobaça*, quando, em 1223, foi inaugurada a nova igreja do mosteiro, foi inscrito numa parede um epigrama em 5 dísticos elegíacos, todos leoninos, em louvor da Padroeira. O primeiro dizia: *Nos trahe, uirgo pia, trahe nos, rogo, uirgo Maria*.

- Todavia, um dos subgéneros literários em que os versos leoninos são mais utilizados, verifica-se serem os *epitáfios*. O uso desta técnica já era conhecida no Ocidente Hispânico antes da independência de Portugal. Vamos, porém, registar aqui apenas os epitáfios em versos leoninos de que temos conhecimento, descrevendo-os sumariamente e fazendo no fim uma remissão bibliográfica geral. Atendendo a que o verso latino exige perícia no domínio da língua, a persistência desta arte e a sua dispersão por vastas áreas do território nacional mostram como o Latim sempre teve, entre nós, cultores de bom nível. Data, personagem, local e versos dos epitáfios:

-1155 - Rodrigo, Santa Justa, Coimbra, 8 versos;

-1198 - Pedro Garcia, mosteiro de Landim, V. N. de Famalicão: um só verso, o estereotipado - *Vir bonus et rectus, iacet hic sub marmore tectus*;

- meados do séc. XIII - Madre Justa Rabaldes da Cruz, mosteiro de Cheias, Lisboa, 4 versos;

- 1236 - Mendo Afonso, igreja da Alcáçova;

- 1245 - D. Rodrigo Sanches, mosteiro de Grijó, 15 versos;

- 1256 - Santa Mafalda, mosteiro de Arouca, 20 versos;

- 1268 - D. Egas Fafes, Sé de Coimbra, 10 versos;

- 1269 - D. Constança Sanches, Santa Cruz, Coimbra, 12 versos;

- 1282 - D. Durando Pais, Sé de Évora;

- 1285 - Madre Elvira Lopes, mosteiro de Celas, Coimbra, 14 versos;

- 1290 - João Pires Brochado, S. Francisco, Santarém, 24 versos;

- 1291 - Pedro Durães, Sé do Porto, 6 versos;

- 1315 - Madre Teresa Raimondo, mosteiro de Celas, Coimbra, 10 versos;

- 1319 - Pedro, mestre-escola, Sé de Coimbra, 10 versos;

- 1336 - Frei Estêvão Vasques Pimentel, mosteiro de Leça do Balio, 26 versos.

Estamos certo de que, percorrendo as Crónicas das Ordens Religiosas e as descrições das igrejas, mais alguns epitáfios em verso se poderão encontrar.

- Nota sobre Hinos em métrica quantitativa

Quem estuda a poesia em métrica clássica na Idade Média, não pode deixar de investigar os *hinos litúrgicos*. Em Portugal, as fontes de consulta de mais confiança são, necessariamente, os Breviários. Ora querendo confinar-nos à Idade Média, só poderemos ter como seguramente medievais (se não pertencerem à Antiguidade Cristã) os hinos que se encontrarem em Breviários anteriores à introdução do humanismo renascentista na Liturgia cristã. No caso dos Breviários impressos em Portugal (os únicos que trazem solenidades próprias do nosso território) só poderemos, por isso, utilizar, com segurança, dois Breviários:

o *Breviarium Bracharense*, Braga, 1494;

e o *Breviarium secundum Ordinem Divi Augustini*, 1514, que, embora não diga o local da edição, é de Santa Cruz de Coimbra.

Examinando atentamente estes dois exemplares, verifica-se que não há hinos quantitativos próprios dos Santos do Calendário Português. S. Teotónio, o primeiro Prior de Santa Cruz, nem sequer vem no Santoral! Se ele era comemorado (e não hesitamos em pensar que sim), o Ofício que se cantava era o do Comum dos Confessores. Aliás, é o que, para nós estranhamente, acontece com os grandes Bispos de Braga, S. Martinho de Dume e S. Frutuoso. O seu Breviário remete simplesmente para o Comum dos Confessores Pontífices.

Temos, é certo, em todos os Breviários, muitos hinos quantitativos, sobretudo estrofes em dímteros iâmbicos (hinos «ambrosianos») e estrofes sáficas, mas todos eles são importados do *Breviarium Romanum*, há muitos séculos adoptado em Portugal. Vêm no Ordinário, no Próprio da Semana e do Tempo e no Santoral.

Quando estudamos o Breviário de Braga de 1549; o de Santa Cruz de 1531 e 1583; o de Évora de 1528, 1536 e 1548; o de Lisboa de 1536 e 1598;

o da Ordem de Cister de 1544 e 1568; e o de Coimbra de 1555 –então encontramos já vários hinos quantitativos, mas tudo nos leva a crer que são de construção poética recente. Não podem, pois, fazer parte do nosso estudo.

Citamos apenas um exemplo curioso. O P.e Doutor Mário Martins estudou *A legenda dos santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia do cód. C V/ 1-23-d, da Biblioteca de Évora*. Segundo este grande medievalista, a versão latina e portuguesa que ele nos transmite é do final do século XIV. Acontece, porém, que junto à *legenda* vem um hino, original, em 13 estrofes asclepiadeias (III esquema) que, todavia, não pertence à legenda medieval. É em letra humanística «da segunda metade de quinhentos». Ignoramos quem é o seu autor. Após o Renascimento, em épocas diferentes, novos hinos, em estilo clássico, foram introduzidos por toda a Europa.

3 - Métrica intensiva

A par da prosódia latina baseada na quantidade métrica das sílabas, uma nova técnica rítmica foi introduzida, desde os séculos IV e V da nossa era. Em vez das sílabas longas, valorizaram-se as tónicas; e em lugar das breves começaram a contar-se as átonas. Assim passou a dominar, no verso, o acento de intensidade. Criaram-se novas regras para a métrica intensiva, a qual vigorou na poesia latina durante toda a Idade Média e veio a servir de modelo à métrica das línguas românicas.

Em vez de poesia ou métrica intensiva, usa-se muitas vezes, até em bons autores, a designação de *poesia ou métrica rítmica*. E algumas destas novas composições chegam a ser denominadas «prosas»! Em nosso entender, estas designações são inexactas e prestam-se a confusões. De facto, a poesia e métrica clássicas baseiam-se num *ritmo quantitativo* – alternância procurada de longas e breves; e a métrica nova, medieval e moderna, tem como suporte o número de sílabas, procurando um *ritmo intensivo*, baseado numa rebuscada alternância de sílabas tónicas e átonas (acentuadas e não acentuadas), muitas vezes acompanhadas por outro elemento de bom efeito eufónico – a *rima*. Ser «rítmica» é, pois, comum a ambos !

A poesia latina medieval em métrica intensiva atingiu a maior riqueza e variedade em ritmos e rimas. Estendeu-se tanto à poesia sacra como profana.

São célebres os cantos dos goliardos, representados nas colecções dos *Carmina Cantabrigensia* e nos *Carmina Burana*; como não há quem ignore a beleza de novos hinos, sequências, tropos e ofícios rimados.

Em Portugal também foi conhecida a nova técnica poética. Devemos reconhecer, no entanto, que a nossa produção original foi escassa. Antes devemos dizer que a maior parte das composições adoptadas e copiadas nos nossos manuscritos foram importadas de Além-Pirenéus.

A - *Hinos litúrgicos* - Como observámos ao concluir o percurso pela poesia quantitativa em Portugal, os hinos cantados nestes ritmos clássicos eram, entre nós, todos de proveniência romana. E mesmo para os Santos originários do nosso território, só encontramos nos Breviários de Braga (1494) e de Santa Cruz de Coimbra (1514) os seguintes *hinos* em *métrica intensiva*:

1.º - A S. *Geraldo*, arcebispo de Braga, cuja festa se celebra a 5 de Dezembro. Para *Vésperas: Adest dies laetitiae*. São 4 quadras, com versos de 8 sílabas, acentuadas na 3ª ou 4ª e 6ª sílaba. Cada quadra é monorrima. Para *Matinas: Geraldus gemma praesulum*. São também 4 quadras, com versos de 8 sílabas e acentos na 4ª e 6ª sílabas, mas com rimas emparelhadas no 1º e 2º versos, e no 3º e 4º versos. Para *Laudes: Odor Geraldum tumulo*. São 4 quadras, incluindo sempre a doxologia, com o mesmo esquema métrico e rimático de Matinas.

2.º - A Santa *Iria*, virgem e mártir, celebrada a 20 de Outubro. Para *Vésperas: Collaudantes ueneremur/Herene solempnia*. São 5 sextilhas com versos alternadamente de 8 e 7 sílabas. Os versos ímpares rimam entre si, tal como os pares têm rimas próprias. Os versos de 8 sílabas são acentuados na 3.ª ou 4.ª sílaba e na 7.ª; os de 7 sílabas acentuados na 3.ª e 5.ª sílaba. Para *Matinas: Collaudantes studeamus / Herenam cum cantibus*. São também 5 sextilhas, obedecendo o número de sílabas, a acentuação e as rimas ao esquema anterior. Para *Laudes* (e também *Completas*, em Santa Cruz): *In hac die recolatur / Virgo cum laetitia*. Número de estrofes, versos e rimas tudo como nos hinos precedentes.

3.º - Aos Santos *Mártires de Marrocos*. A festa dos 5 protomártires franciscanos, sacrificados em Marrocos, celebrava-se em Santa Cruz de

Coimbra a 16 de Janeiro, pois aí se conservam ainda hoje as suas relíquias. Os hinos são todos do Comum de muitos mártires, excepto um hino original para *Completas: Romana gaude natio*. São 6 quadras com versos de 8 sílabas, com acentos na 3.^a ou 4.^a e 6.^a sílaba e esquema rimático a b a' b'.

4.^a - *Ao Santo Anjo Custódio de Portugal*. Foi o rei D. Manuel quem instituiu esta festa, para ser celebrada no 3.^o Domingo do mês de Julho de cada ano. Os hinos eram: Para *Vésperas: Pange lingua gloriosi / Proelium certaminis*. São 6 sextilhas com versos de 8 e 7 sílabas, alternadamente. Os versos de 8 sílabas têm os acentos na 3.^a ou 4.^a e 7.^a sílabas; e os de 7, na 3.^a e 5.^a sílabas. O esquema rimático é a b a' b' a" b". Exige, portanto, maior constância de rimas. Para *Matinas: Sacris solemnibus / Iuncta sint gaudia*. São 7 estrofes de 7 versos cada uma. Os versos são todos de 6 sílabas com acentos na 4.^a sílaba apenas. Os esquemas rimáticos são variáveis: I estrofe - a b a' b' b" b" b"; II estrofe - a b a' b' a" b" a"; III estrofe - a b a' b' b" a" b"; IV estrofe - a b a' b' c b" c'; V estrofe - a b a' b' b" a" b"; VI estrofe - a b a' b' a" b" a"; VII estrofe - a b a' b' a" b" a". Para *Laudes: Verbum supernum prodiens*. São 6 quadras com versos todos de 8 sílabas com acentos na 4.^a e 6.^a sílaba. Os esquemas rimáticos não são uniformes: I, II e III estrofes - a a' b b'; IV e V estrofes - a a' a" a"; VI estrofe - a b a' b'. No Breviário Cisterciense de 1544 os hinos são os mesmos, mas colocados em Horas diferentes. Observamos ainda que estes hinos, sendo exclusivos do Anjo Custódio do Reino, aparecem nos Breviários de Outros Reinos... Não podemos, por isso, garantir que estes três hinos tivessem sido produzidos em Portugal.

B - *Sequências* - A «sequência» é um outro tipo de composição muito usado na Idade Média, sobretudo nos séculos XIII, XIV e XV, para ser cantada após a leitura da Epístola, a que dava «sequência, onde então se usava o Gradual ou o Tracto ou (após o Vaticano 11) o Salmo Responsorial. O grande mestre foi Jacopone da Todi; mas muitos outros cultivaram o género.

Nos Missais de Santa Cruz de Coimbra mantêm-se constantes as seguintes *sequências*: a 14 de Janeiro, ao Santíssimo Nome de Jesus; a 4 de Agosto, a S. Domingos; a 28 de Agosto, a Santo Agostinho; a 4 de Outubro, a S. Francisco. Assinalamos estas sequências pela sua raridade em Portugal.

Atendendo, porém, a que estas festas se celebravam noutros países e no próprio rito romano, nada nos garante que elas sejam originárias de Portugal.

O género é tão belo que não há quem não admire o *Veni Sancte Spiritus*, *Lauda Sion Salvatorem*, *Dies irae dies illa*, *Stabat mater dolorosa* e uma das mais antigas, *Victimae paschali laudes* - todas importadas do *Missale Romanum*.

Só um estudo muito extenso e comparativo dos Missais dos diversos países e ordens religiosas nos poderia levar mais longe na identificação da originalidade deste género literário, um dos mais ricos e belos da poesia medieval.

C - *Ofícios rimados* - Uma outra maravilha da arte medieval é o cultivo da poesia ao longo de espaços intermitentes. O *ofício da Imaculada Conceição* do Breviário de Braga de 1494, que se encontra pouco após a abertura do Santoral, a 8 de Dezembro, é um prodígio de arte poética. São em verso de ritmo intensivo e com rima: nas *I Vésperas*, as 5 *antífonas*, o *responsório* da Capítula, e a *antífona ad Magnificat*; igualmente, em *Matinas*, as 9 *antífonas* dos 3 nocturnos e os 9 *responsórios* depois das 9 lições; em *Laudes*, as 5 *antífonas* têm, cada uma, 2 versos de 15 sílabas e 2 de 8 sílabas, bem como é em 5 versos desiguais a *antífona ad Benedictus*, tal como o *responsório* para a Capítula, este em dois versos de 14 sílabas de rima emparelhada; e nas *II Vésperas* é própria a *antífona ad Magnificat*, com 6 rimas emparelhadas de versos de 16 sílabas, de 10 sílabas e de 8 sílabas.

Parece nunca ter sido notado que o *ofício de Santa Senhorinha*, a 22 de Abril, no Breviário de Braga de 1494, também é, em parte, rimado. São em prosa rimada, por vezes com membros com igual número de sílabas (semelhantes a versos) a segunda parte dos *responsórios* de *Matinas* após a 2.^a, 4.^a, 8.^a e 9.^a lições. Em *Laudes* é em rima emparelhada (de versos desiguais) só a 1.^a *antífona*. Em *Vésperas* é em prosa rimada a *antífona ad Magnificat*, constituída por 10 membros, dos quais rimam entre si com o 2.^o (*Virgo beata Senorina*), o 4.^o 6.^o e 10.^o.

D - *Livros de Horas* - É certo que a maior parte dos nossos «Livros de Horas» dos séculos XV e XVI ou foram importados do estrangeiro,

sobretudo da Flandres, ou foram copiados de modelos exteriores. Todavia, nas cópias, podia intervir a inspiração do copista. Repare-se numa invocação a S. Jorge, «protector de Portugal» que se encontra no *Livro de Horas de El-Rei D. Duarte* e que principia assim:

*Miles Christi gloriose,
Laus, spes, tutor Portugaliae,*

e continua até 8 versos, de rimas alternadas.

E - *Outras poesias de métrica intensiva* - Em vários manuscritos medievais portugueses encontram-se outras poesias de ritmo intensivo. Não podemos, porém, provar que são de autores portugueses. A sua frequência é maior nos manuscritos de Alcobaça. O Prof. P.^o Aires Augusto Nascimento publicou *Um «Mariale» Alcobacense* com 22 poemas, dos quais de 10 foi identificado o Autor e 5 foram referenciados noutras colecções, embora de autor desconhecido. Conclui-se, pois, pela dificuldade em atribuir estas composições, mesmo quando soltas, a poetas portugueses.

F - *Poesias latinas de Frei João Claro* - Foi este religioso noviço em Alcobaça no final do século XV e, depois de ter cursado e ensinado em Paris, veio a morrer por 1520. Entre as suas muitas poesias encontram-se fragmentos, por vezes longos, em latim rimado. Assinalamos aqui uma paráfrase do *Pater Noster* em 45 versos latinos. Muito frequentes são também as suas composições latinas em honra da Virgem Maria. Juntando 4 pequenas *poesias marianas* contámos 31 versos. Temos assim, embora tardio, o único poeta português, perfeitamente identificado, que escreveu poesias latinas em métrica intensiva.

MAGNÍFICO REITOR

A exposição acabada de esboçar deixou entrever muitos milhares de documentos notariais e mais de uma centena de obras literárias escritas em Latim, só na Idade Média e só em Portugal. Em 1973, o Prof. Dr. Cónego Avelino de Jesus da Costa, fundamentando a necessidade do Latim para o

estudo da História de Portugal, citou colecções, apêndices documentais, inscrições, tratados, etc. e contou, então, cerca de 30.000 documentos em Latim com que se depara o historiador português.

Permita-se-me citar apenas mais o historiador da cultura, Prof. Dr. Luís Filipe Barreto: «A ausência de uma aprendizagem (mesmo que de iniciação) da língua latina e da cultura clássica nos e para os cursos de História é um absurdo pedagógico que está a matar a mera possibilidade de existência de investigação em História Cultural Portuguesa».

O que da História disseram estes dois professores aplicaram-no já também, a *pari*, para a Filosofia o Doutor Cruz Pontes, para as Línguas Românicas o Doutor Manuel de Paiva Boléo, e para o Direito o Doutor Guilherme Braga da Cruz.

Toda e qualquer reforma do ensino que venha a ser feita, longe de diminuir a já escassa docência das línguas clássicas no Ensino Secundário e Superior, deverá antes favorecê-la e ampliá-la. Aliás, o Latim não é necessário só para quem cursa estudos superiores. Em Congresso recente, dizia Philippe Rossillon, secretário-geral da União Latina: «Um pouco de latim faria bem a esta sociedade de comunicação a-gramatical que se arrisca, por fim, a perder o instrumento do pensamento organizado». Não conheço ninguém que se tenha declarado arrependido de ter estudado Latim!

E como o Latim e o estudo da documentação latina da Idade Média em Portugal têm uma forte tradição entre nós! Bem se pode dizer que nos últimos decénios existiu uma verdadeira Escola de Coimbra de Estudos Medievais. Bastará recordar, para o Direito Medieval, os Professores Manuel Paulo Merêa, Luís Cabral de Moncada, Guilherme Braga da Cruz, Mário Júlio de Almeida e Costa e Sebastião da Costa Cruz. E para a Faculdade de Letras - na História Medieval, os Professores António Ribeiro de Vasconcelos, Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Joaquim de Carvalho, Damião Peres, Pierre David, Torcato de Sousa Soares, Avelino de Jesus da Costa e Salvador Dias Arnaut; na Literatura Portuguesa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Joaquim Mendes dos Remédios e Álvaro Júlio da Costa Pimpão; na Arte, Reis Santos e Nogueira Gonçalves; na Filosofia, José Maria da Cruz Pontes; no Latim Medieval, Maria Helena da Rocha Pereira. Limitei-me a mencionar alguns dos que já nos deixaram ou se encontram jubilados.

Grande responsabilidade recai, pois, sobre a actual geração de professores e assistentes que se dedicam à Idade Média, em qualquer das suas vertentes. Conviria - é tempo! - juntar esforços, cultivar a interdisciplinaridade e criar um *Instituto de Estudos Medievais*.

Fixemos, finalmente, apenas o Latim. Quem irá reler, editar criticamente, traduzir e interpretar os milhares dos nossos documentos notariais, nomeadamente os do *Chartularium Vniuersitatis Portugalensis*? Quem irá reeditar as obras literárias, tirar dos manuscritos tantas que nunca viram a luz da imprensa e situá-las no âmbito da arte, da estilística e da cultura do seu tempo? Não basta que haja uma disciplina de Latim Medieval que, embora de opção para toda a Universidade, não atinge mais que um pequeno número de alunos em cada ano. Impõe-se criar ambiente e meios de trabalho para os Mestrados e Doutoramentos em Latim Medieval. Sente-se a necessidade de um *Instituto de Latim Medieval*.

Concluimos pois: *Viuant, crescant, floreat studia Latinitatis in hac alma nostra matre Vniuersitate Conimbrigensi!*

ÍNDICE

	Págs.
<i>Preâmbulo</i>	
FRANCISCO DE OLIVEIRA	7
<i>Orações de Sapiência</i>	
ANTÓNIO GARCIA RIBEIRO VASCONCELOS - Lição Inaugural do Ano Lectivo de 1912-1913 (<i>Memoria Professorvm Vniuersitatis Conimbrigensis</i>)	19
JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA GUIMARÃES - Oração de Sapiência	51
FRANCISCO REBELO GONÇALVES - As Humanidades Clássicas e a Universidade de Coimbra (<i>Obra Completa - F.C.G.</i>).....	81
ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO - Oração «de Sapiência» (<i>Boletim do Centro de Estudos Geográficos, Vol. II</i>)	107
DAMIÃO ANTÓNIO PERES - Oração de Sapiência (<i>Rev. Port. História, Tomo X</i>).....	141
MANUEL DE PAIVA BOLÉO - Oração de Sapiência (<i>Biblos, Vol. LVII</i>).....	155
ÁLVARO JÚLIO DA COSTA PIMPÃO - Oração de Sapiência (<i>Biblos, Vol. LXIII</i>)	187
AMÉRICO DA COSTA RAMALHO - Oração de Sapiência (<i>Miscelânea de Estudos</i>)	217
MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA (<i>Hvmanitas, Vol. XLVII</i>)	243
JOSÉ GERALDES FREIRE - Oração de Sapiência (<i>Hvmanitas, Vol. L</i>)	269

Série

Documentos

•

Coimbra
Imprensa da Universidade

2002